

Sumário

Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 35, n. 3

ARTIGOS

- Plataformas digitais de cuidado no Brasil: acesso e controle do trabalho
no entrecruzamento de múltiplas crises 5
Ana Carolina Andrada, Ana Claudia M. Cardoso, Nadya A. Guimarães, Renata Moreno e Maria Júlia T. Pereira
- Mulheres políticas: estratégias de legitimidade e recursos mobilizados
por Cristina Kirchner 33
Jéssica Mayara de Melo Rivetti e Ana Paula Hey
- Transformações no *ethos* de elites econômicas: abertura e denegação
social na produção da convicção de elite 59
Miqueli Michetti
- Brasil, China e Índia nas cadeias globais de valor da indústria farmacêutica 85
Helton Ricardo Ouriques e Daniela Santos Nunes de Rodrigues
- Confluência dos astros: as condicionantes para a fundação da
Associação Francesa de Sociologia 113
Eduardo Dimitrov
- Juventude, educação e trabalho no Brasil (2012-2022) 137
Vitor Matheus Oliveira de Menezes e Raquel Souza dos Santos
- Onde está o povo? Comunicação digital e populismo nas eleições de 2018 161
Natasha Bachini, Lucy Oliveira e Felipe Amador Cará

ENTREVISTAS

- Cem anos da Escola de Frankfurt: uma conversa com Martin Jay 191
Por Lucas Fiaschetti Estevez

Ativismo anti-imigração e extrema-direita na Europa: entrevista com Kristian Berg Harpviken	215
Por Lucas Arantes Zanetti e Thaís França da Silva	

RESENHAS

Gabriel Cohn, <i>A difícil república</i>	227
Por Patrícia da Silva Santos	
Marcelo Ridenti, O segredo das senhoras americanas: intelectuais, internacionalização e financiamento na Guerra Fria cultural	233
Por Deni Alfaro Rubbo	
Sabina Leonelli, A pesquisa científica na era do big data: cinco maneiras como o big data prejudica a ciência, e como podemos salvá-la	239
Por Thiago Bicudo Castro	
Paulo Eduardo Arantes, Formação e desconstrução: uma visita ao Museu da Ideologia Francesa	245
Por João Arthur Macieira	



Contents

Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 35, n. 3

ARTICLES

- Digital care platforms in Brazil: Access and control of work at the intersection of multiple crises 5
 Ana Carolina Andrada, Ana Claudia M. Cardoso, Nadya A. Guimarães, Renata Moreno and Maria Júlia T. Pereira
- Female Politicians: Legitimacy strategies and resources mobilized by Cristina Kirchner 33
 Jéssica Mayara de Melo Rivetti and Ana Paula Hey
- The transformations in the ethos of economic elites: openness and social denegation in the production of elite conviction 59
 Miqueli Michetti
- Brazil, China and India in the global value chains of pharmaceutical industry 85
 Helton Ricardo Ouriques and Daniela Santos Nunes de Rodrigues
- Zodiacs confluence: the social conditions for the French Sociological Association foundation 113
 Eduardo Dimitrov
- Youth, education, and work in Brazil (2012-2022) 137
 Vítor Matheus Oliveira de Menezes and Raquel Souza dos Santos
- Where are the people? Digital communication and populism in the 2018 elections 161
 Natasha Bachini, Lucy Oliveira and Felipe Amador Cará

INTERVIEWS

- 100 years of the Frankfurt School: a conversation with Martin Jay 191
 By Lucas Fiaschetti Estevez

Anti-immigration activism and the far-right in Europe: an interview with Kristian Berg Harpviken	215
By Lucas Arantes Zanetti and Thaís França da Silva	

Reviews

Gabriel Cohn, <i>A difícil república</i>	227
By Patrícia da Silva Santos	

Marcelo Ridenti, <i>O segredo das senhoras americanas: intelectuais, internacionalização e financiamento na Guerra Fria cultural</i>	233
By Deni Alfaro Rubbo	

Sabina Leonelli, <i>A pesquisa científica na era do big data: cinco maneiras como o big data prejudica a ciência, e como podemos salvá-la</i>	239
By Thiago Bicudo Castro	

Paulo Eduardo Arantes, <i>Formação e desconstrução: uma visita ao Museu da Ideologia Francesa</i>	245
By João Arthur Macieira	



Plataformas digitais de cuidado no Brasil

Acesso e controle do trabalho no entrecruzamento de múltiplas crises¹

Ana Carolina Andrada*

<https://orcid.org/0000-0002-2379-5112>

Ana Claudia Moreira Cardoso**

<https://orcid.org/0000-0003-3279-9411>

Nadya Araujo Guimarães***

<https://orcid.org/0000-0002-6871-1920>

Renata Moreno****

<https://orcid.org/0000-0002-7289-3851>

Maria Júlia Tavares Pereira*****

<https://orcid.org/0000-0002-6493-3243>

Introdução

O trabalho de cuidado é reconhecidamente heterogêneo, seja pelas atividades que abrange, seja pelas formas sob as quais é organizado, seja ainda pelo contexto no qual se exerce. Inúmeros estudos documentaram tal heterogeneidade (Duffy, 2011; Carrasco, Borderías e Torns, 2011; Le Bihan, Martin e Knijn, 2013; ILO, 2018). Deles depreendemos que o Brasil é o maior mercado de trabalho domiciliar remunerado, não apenas na América Latina, mas no mundo; e que esse amplo segmento ocupacional está ocupado majoritariamente por mulheres racializadas (afrodescendentes, no caso brasileiro), sujeitas a condições laborais especialmente precárias. Por isso mesmo, neste texto focalizaremos o trabalho de cuidado que se realiza nos domicílios como um serviço prestado em troca de remuneração, tanto na atenção

* Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), São Paulo, Brasil.

** Rede CuiDDe – Cuidados, Direitos e Desigualdades, São Paulo, Brasil.

*** Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

**** Sempreviva Organização Feminista (SOF), São Paulo, Brasil.

***** Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.

1. Os resultados apresentados neste artigo são parte de uma pesquisa em curso, que conta com o apoio financeiro da Fapesp/T-AP, Projeto “Who cares? Rebuilding care in a post-pandemic world” (Processo 2021/07888-3), do CNPq/Edital Universal (Proc. 421754/2001-4) e da Fundação Arymax (Doação Arymax/Cebrap, julho de 2022). Agradecemos aos avaliadores anônimos da *Tempo Social* a pertinência dos comentários e a qualidade das sugestões.

direta a pessoas dependentes, quanto no cuidado indireto com as condições para a reprodução e/ou a preservação do ambiente domiciliar.

De acordo com estatísticas oficiais brasileiras, algumas ocupações são especialmente relevantes nesse mercado, como mostram Guimarães e Pinheiro (2023) e Almeida e Wajnman (2023). Babás e cuidadoras de idosos se destacam no cuidado direto; juntas, elas perfazem 99% das pessoas dedicadas a esse tipo de trabalho. Já no cuidado indireto sobressaem as trabalhadoras ocupadas em serviços domésticos gerais (especialmente faxineiras e cozinheiras), que totalizam 99% das pessoas ali atuantes. Se observarmos o mercado brasileiro do serviço domiciliar de cuidados como um conjunto, veremos que, de cada dez trabalhadoras empregadas, oito classificavam a sua ocupação principal como provedora de serviços domésticos gerais e duas como provendo cuidados, sendo uma em dez a idosos e uma em dez a crianças menores (Fontoura e Marcolino, 2021; Guimarães e Pinheiro, 2023). Por essa razão, babás, cuidadoras e trabalhadoras domésticas em serviços gerais serão as ocupações sobre as quais nos deteremos.

Apesar de serem poucos os estudos que investigaram as formas de acesso a esse trabalho e o papel da intermediação, eles demonstraram a crescente importância dos intermediadores, como as agências de emprego especializadas em trabalho doméstico (de cozinheiras, babás, faxineiras), atuantes desde meados do século passado (Lima, 2023) e em expansão sob novas formas no Brasil atual (Araujo, 2015). Nesse contexto, a crescente digitalização das atividades econômicas, o surgimento de empresas-plataforma de trabalho e o seu espraiamento pelo setor de cuidados nos colocaram diante de novos desafios analíticos. Isso porque as plataformas de trabalho, ao tempo em que mobilizam a narrativa da autonomia das trabalhadoras, introduzem, como veremos, uma série de ferramentas de gestão algorítmica voltadas ao monitoramento, ao dirigismo econômico e mesmo à punição de trabalhadoras. Esses aspectos do trabalho platformizado colocam outras questões aos estudos sobre intermediários no mercado de trabalho, desafiando-nos a entender a emergência, no Brasil, de novas formas de acesso, gestão e controle do trabalho de cuidado.

Contudo, o país carece de estatísticas para monitorar com precisão e em escala nacional tanto a amplitude com que o processo de digitalização alcança o setor do cuidado, quanto o impacto das empresas-plataforma sobre esse tipo de serviço. Assim, na segunda seção deste texto, nos aproximamos do tema associando dois tipos de fontes. Para incursionar nos impactos da digitalização sobre a socioeconomia dos cuidados no Brasil, analisaremos um banco de dados construído para dar conta da dinâmica de crescimento de aplicativos e de empresas-plataforma de trabalho no setor. Ademais, para situar os impactos do trabalho platformizado nos cuidados, examinaremos os estudos de caso até aqui realizados, em busca de novas pistas.

Na terceira seção, ecoaremos as vozes de trabalhadoras cadastradas em plataformas

no setor de cuidados, analisando suas percepções quanto ao efeito das governanças das empresas-plataforma sobre suas experiências, a partir da pesquisa em curso. Especial atenção será dada ao modo como essas trabalhadoras relatam o impacto da pandemia, pois, do ponto de vista do acesso e permanência no mercado de trabalho, estudos quantitativos recentes mostraram que a pandemia teve um efeito desigual sobre as condições de inclusão das trabalhadoras de cuidado indireto, como as domésticas, e de cuidado direto, como babás e cuidadoras de idosos (Almeida e Wajzman, 2023). Entretanto, muito pouco se sabe sobre como esses impactos afetaram o trabalho plataforma de cuidado. Entender essa conjuntura requer ter em mente que, no caso brasileiro, ela expressa tanto desigualdades na estruturação do mercado de trabalho, como a conjunção de crises que caracteriza o contexto mais recente: para além da crise sanitária, o país vinha de uma crise econômica que se aprofundou a partir de 2014, e que se associou a uma crise política, como o impedimento e a substituição da presidente da República em 2016; no que concerne às relações de trabalho, o acesso a direitos também entra em crise a partir de 2017, com a aprovação de uma nova legislação de regulação do trabalho. Como veremos, essa convergência de múltiplas crises deixa marcas na dinâmica do emprego e das relações laborais, tanto no que respeita ao trabalho plataforma, como no que concerne à dinâmica do emprego e do uso do trabalho no setor dos cuidados. A isso retornaremos, conclusivamente, na quarta e última seção.

Plataformização do trabalho, do cuidado e do trabalho de cuidado no Brasil:
expansão em meio a crises

A presença de empresas-plataformas no mercado brasileiro já se fazia sentir desde meados dos anos 2000. Tal ingresso deu-se a partir de setores marcados pela precariedade do trabalho e, em poucos anos, essas empresas passaram a adentrar setores até então caracterizados pelo trabalho formal e pela presença de fortes entidades de classe. Esse movimento de espraiamento leva à presença das empresas-plataforma num amplo leque de setores, compreendendo comércio, jurídico, *crowdwork*, saúde, financeiro, educação, tecnologia da informação, futebol, beleza, cuidado direto e indireto, bancário, transporte rodoviário, imobiliário, entre outros (Cardoso, 2022).

Conquanto ainda sejam escassos os estudos a esse respeito, alguns achados podem ser apreendidos, permitindo delinear um *modus operandi* comum às empresas-plataforma no Brasil (Kalil, 2019; Cavarzan, 2022; Ikuta e Santana, 2022; Rodrigues, 2022a). Nele se compreendem alguns traços: (i) infraestrutura e mediação digital; (ii) a plataformização como uma dimensão do processo mais amplo de digitalização; (iii) gestão por metas, *gamificada* e por meio de algoritmos; (iv) desconsideração das legislações; (v) dataficação. É certo, entretanto, que em cada setor ou subsetor as

empresas se diferenciam por seus modelos de negócio, por suas relações com clientes e com trabalhadores e por suas formas de organização do trabalho. Se é certo que essas diferenças estão relacionadas com características setoriais, elas também expressam definições e escolhas das próprias empresas-plataforma (Cardoso e Pereira, 2023).

O contingente de trabalhadores ocupados em atividades exploradas por empresas-plataforma cresceu em praticamente todos os segmentos entre 2012 e 2019, e andou de braços com uma diversificação do perfil dos trabalhadores e trabalhadoras no que se refere à idade, sexo, raça/etnia e posição na família (Cardoso e Garcia, 2022). A expansão mais significativa ocorreu após 2016, como evidenciado por estudos a respeito dos únicos segmentos para os quais existem dados desagregados, quais sejam, motoristas (trabalhadores de plataformas, de táxi e de ônibus) e motoboys e entregadores (em plataformas e outras empresas). Entre 2016 e 2019, o incremento de trabalhadores em empresas-plataforma foi de quase 42% no caso dos motoristas e entre os motoboys e entregadores alcançou 39%. De acordo com Manzano e Krein (2020), esse movimento evidencia a relação existente entre a expansão das empresas-plataforma e as crises política e econômica vividas a partir daquele momento no Brasil. Dessa primeira conjunção de crises resultou um expressivo e constante aumento do desemprego, da informalidade e da subutilização da força de trabalho.

Estudo subsequente evidenciou que, no transcurso da pandemia da Covid-19, os dois setores foram diferenciando-se (Ipea, 2022). Assim, entre 2019 e 2021, enquanto houve um incremento de 151% no número de entregadores, reduziu-se em 10% o número de motoristas em empresas-plataforma. Essa contração no setor de transporte, em que é direto o contato entre o cliente e o trabalhador, já havia sido documentada em estudos de caso (Cardoso *et al.*, 2022), demonstrando o encolhimento da demanda por esse serviço por conta do distanciamento social, com fechamento de muitos estabelecimentos e um crescente receio de contágio.

Na ausência de pesquisas públicas nacionais até 2022², Machado e Zanoni (2022) conduziram uma análise de tráfego de dados da *web* e revelaram que, durante

2. Os recentes dados divulgados pelo IBGE (2023), fruto de investigação experimental, apenas minoraram a lacuna existente, visto que persistiu a subinformação acerca da plataformização do cuidado. Com efeito, revelaram que, no quarto trimestre de 2022, 1,5 milhão de pessoas exerciam o trabalho principal “por meio de plataformas digitais e aplicativos de serviços, o equivalente a 1,7% da população ocupada no setor privado” (2023, p. 3). Conseguimos também saber que, deste total, 52,2% estavam no setor de transporte de passageiros, 39,5% no de entrega e 13,2% no amplo segmento da prestação de serviços. Com essa concentração das plataformas em setores tradicionalmente ocupados por homens, é fácil compreender o perfil dos trabalhadores: 81,3% são do sexo masculino e 18,7% do sexo feminino, como já apontavam estudos anteriores (Cardoso *et al.*, 2022; Machado e Zanoni, 2022; Ipea, 2022). Entretanto, os dados até aqui veiculados apenas aprofundam características relevantes (como condições de trabalho, jornada laboral e remuneração) para os setores masculinos de transporte e entrega.

a pandemia, houve uma redução da oferta de trabalho nas empresas-plataforma *location-based*. A exceção seria, como vimos, o setor de entregas. Ao mesmo tempo, houve uma ampliação da oferta de trabalho nas plataformas nas quais o resultado do trabalho é entregue *on-line* (*web-based*). Esse movimento pode ser associado às restrições de interações presenciais para evitar a propagação da doença, levando a que cada vez mais pessoas utilizassem os meios digitais em suas relações sociais.

No que se refere às empresas-plataforma de cuidado, a literatura, sobretudo internacional, se adensou a partir de 2018 (Ticona e Mateescu, 2018), apesar de estudos apontarem que, desde a primeira metade dos anos 2010, algumas empresas já atuavam tanto no exterior, quanto no Brasil (Cordero, 2022)³. Com efeito, entre nós, apesar de sabermos que desde 2014 existiam plataformas no setor, apenas a partir de 2020 os estudos emergem de modo mais significativo (Matias e Araujo, 2020; Vale e Rebechi, 2021a, 2021b; De Oliveira, 2022; Benedito, 2022; Ferreira, 2022; Moreno, 2022; Cardoso e Pereira, 2023).

Esse adensamento do conhecimento sobre o tema das plataformas de cuidado no Brasil reflete a própria expansão dessas empresas no nosso país. Isso é o que nos revela o mapeamento que realizamos para o ano de 2023, englobando as empresas atuantes na intermediação digital do trabalho de cuidado via aplicativos e/ou empresas-plataforma. Com efeito, observamos que parte significativa do conjunto de aplicativos e de plataformas de intermediação de trabalho em operação em 2023 foi lançada a partir de 2016 e, de modo mais pronunciado, a partir de 2019 (Gráfico 1).

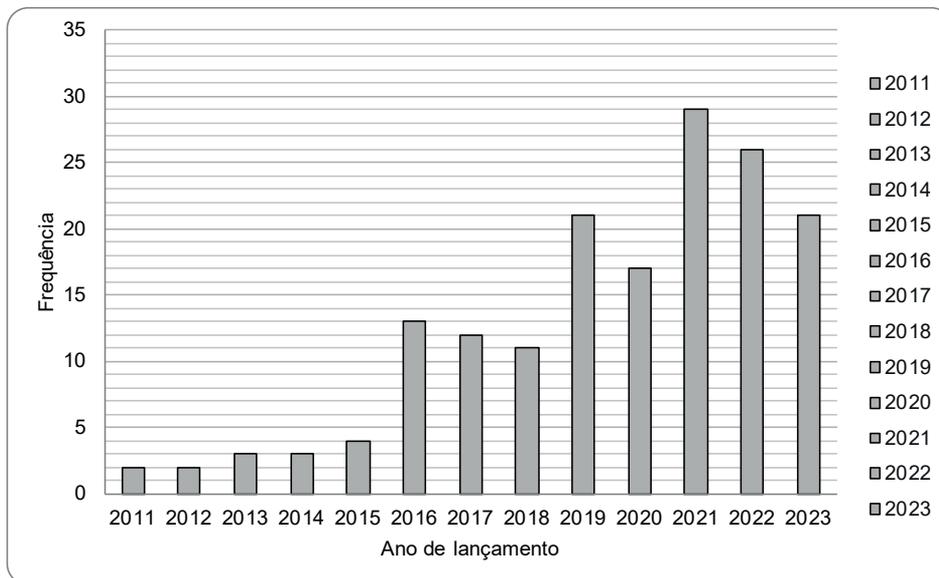
De modo a compilar as empresas que atuam na intermediação digital do trabalho de cuidado, produzimos um banco de dados com base na captura automatizada de informações disponibilizadas na loja de aplicativos mais utilizada no país. Nele, estão reunidos os aplicativos por meio dos quais as plataformas de trabalho operam, mas também aplicativos de divulgação de vagas em geral.

A busca foi feita em fevereiro de 2023 e atualizada em outubro do mesmo ano, a partir de 168 palavras-chave relacionadas ao cuidado domiciliar direto e indireto. Foram inicialmente identificados 9416 aplicativos, que foram submetidos a uma primeira triagem automatizada. Isso nos permitiu excluir todos os casos classificados pela loja de aplicativos como pertencentes a categorias que extrapolavam os interesses dessa pesquisa, como “Cassino”, “Fotografia”, “Música” etc., restando pouco mais de 6 mil casos. Em seguida, foi realizada uma triagem manual, que consistiu na leitura de cada uma das descrições dos aplicativos, de modo a avaliar se correspondiam aos

3. A pouca visibilidade com que transcorre esse processo ecoa a invisibilidade que costuma atingir o próprio trabalho do cuidado e, com isso, as suas trabalhadoras – em sua maioria mulheres e, mais exatamente, mulheres racializadas (predominantemente negras e/ou migrantes). Isso também conflui para explicar o incipiente entendimento sobre a(s) lógica(s) das plataformas digitais nesse subsetor.

GRÁFICO 1

Ano de lançamento dos aplicativos em operação em 2023



Fonte: Dados coletados na internet por meio de captura automatizada de informações em loja local de aplicativos, em outubro de 2023.

nostros interesses. Assim, os casos puderam ser classificados como aplicativos para “intermediação de trabalho”, para “controle e gestão do trabalho” ou “sem interesse”; neste último caso, foram incluídos os aplicativos de jogos, bem como aqueles que auxiliam usuários em dietas ou perda de peso e outros relacionados ao autocuidado. Dessa forma chegamos aos 170 aplicativos classificados como voltados à “intermediação de trabalho”. Esse conjunto inclui aplicativos mais gerais de divulgação de vagas nos mais diversos setores, não apenas no trabalho doméstico, bem como aplicativos das empresas-plataforma de trabalho⁴. Tal distinção é importante, pois, conforme referido anteriormente, as plataformas possuem características que as diferenciam de outros empreendimentos, como a gestão algorítmica e a dataficação, por exemplo.

O resultado aponta para um crescimento da digitalização no setor de cuidado, vide a emergência de plataformas de trabalho e demais aplicativos. Se, por um lado, encontramos um conjunto importante de empresas-plataforma que operam exclusivamente intermediando trabalho de cuidado (seja direto ou indireto), por outro, há

4. As empresas-plataforma criam aplicativos que podem ser instalados no telefone celular de seus usuários. Muitas vezes, uma mesma empresa-plataforma opera por meio de dois aplicativos diferentes, um deles direcionado ao contratante e outro ao ofertante de trabalho. As informações coletadas por esses aplicativos são utilizadas não apenas para o encontro entre contratante e ofertante, mas também para a gestão e controle do trabalho realizado.

um contingente também relevante de aplicativos em que circulam oportunidades de trabalho variadas, ou seja, em que o trabalho de cuidado coexiste com outros tipos de trabalho. São justamente os aplicativos mais gerais, isto é, não dedicados exclusivamente ao cuidado, aqueles que contabilizam um número maior de instalações.

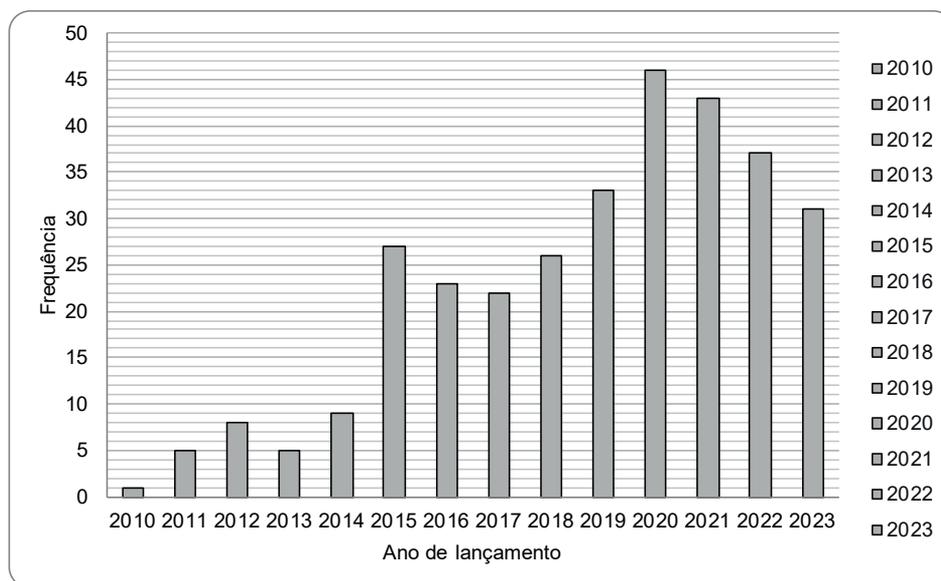
O mapeamento também evidenciou que, no Brasil, o processo de digitalização do cuidado não está restrito à intermediação de oportunidades de trabalho. Foi possível observar a presença de aplicativos que não foram criados por empresas-plataforma, mas que servem exclusivamente ao controle e gerenciamento do trabalho de cuidado, seja ele realizado mediante remuneração ou como trabalho não remunerado, sendo exemplos o registro de trocas de fralda, da administração de medicamentos, de banhos, passeios etc. A pessoa responsável pelo cuidado insere a hora exata de realização da atividade, bem como outras informações relevantes sobre a tarefa, de modo que esses dados ficam imediatamente acessíveis a outras pessoas usuárias do aplicativo, que podem ser também responsáveis pelo cuidado ou empregadores dessas pessoas. Dentre os casos a que denominamos aplicativos de gestão do trabalho de cuidado, destacam-se aqueles que permitem registrar as tarefas cotidianas dos trabalhadores – pelos próprios trabalhadores ou pelas empresas (agências ou instituições); as condições de saúde das pessoas e dos animais cuidados; a agenda de medicamentos; o planejamento de atividades; o monitoramento das pessoas cuidadas por meio da integração de câmeras e outros dispositivos conectados etc. Note-se que, também nesses casos, os aplicativos em operação em 2023 foram lançados sobretudo a partir de 2015, com adensamento a partir de 2020 (Gráfico 2). Esses nossos achados oferecem pistas para a compreensão dos caminhos pelos quais as tecnologias digitais, que têm sido introduzidas em agências de intermediação e instituições dedicadas ao cuidado, também adentram o espaço domiciliar, gerenciando o cuidado não remunerado realizado pelas famílias.

Em suma, à luz do que vem sendo destacado pela literatura, bem como pelos resultados do mapeamento das empresas-plataforma que atuam no trabalho de cuidado, observamos que, no Brasil, o mais intenso crescimento dessas empresas parece coincidir com a conjuntura de entrecruzamento de crises, que se inicia em 2016, se aprofunda com a Reforma Trabalhista, em 2017, e ganha novos contornos com a crise sanitária em 2020. Entretanto, os dados secundários até aqui acionados não permitem asseverar o quanto dessa expansão se deve a um efeito da pandemia, por ter acentuado um processo de digitalização da economia que já se fazia sentir, e o quanto resultou dos condutos abertos pela alteração na regulação da relação de trabalho, em consequência da nova legislação trabalhista.

Já no que concerne às trabalhadoras domiciliares de cuidado, os dados secundários nos deixam diante de achados igualmente interessantes. Estudos anteriores haviam

GRÁFICO 2

Ano de lançamento dos aplicativos de controle e gerenciamento do trabalho de cuidado em operação em 2023



Fonte: Dados coletados na internet por meio de captura automatizada de informações em loja local de aplicativos, em outubro de 2023.

documentado que, até 2019, a ocupação no cuidado domiciliar crescera no Brasil em ritmo célere e parecia imune ao efeito que as retrações econômicas tinham sobre as oportunidades no mercado de trabalho (Guimarães e Hirata, 2020). Entretanto, Almeida e Wajzman (2023) revelaram que as transições em direção ao desemprego ou à inatividade durante o período da pandemia foram mais intensas para as trabalhadoras do cuidado que para a média do emprego feminino no Brasil. Ademais, tanto a perda do emprego, quanto a ausência de procura por um novo trabalho (passagem à inatividade) foram mais frequentes entre as trabalhadoras no cuidado direto (babás e cuidadoras de idosos) que entre as trabalhadoras no cuidado indireto (trabalhadoras nos serviços domésticos gerais).

Em suma, embora saibamos que a pandemia afetou a dinâmica do mercado de trabalho para o conjunto das ocupadas no cuidado domiciliar, carecemos, como dito, de informação estatística nacional para avaliar o que teria acontecido com o volume do emprego de trabalhadoras em empresas-plataforma do setor de cuidado. Por isso mesmo, na próxima seção recorreremos a informações produzidas em estudos de caso, de modo a melhor descrever as especificidades da atuação das plataformas de cuidado direto e indireto durante a pandemia sob o prisma da percepção das suas trabalhadoras.

Efeitos da pandemia sobre o trabalho domiciliar de cuidado: as percepções de trabalhadoras em plataformas digitais

Em um mercado de trabalho heterogêneo como é o do cuidado, os impactos da pandemia de Covid-19 variam de acordo com as modalidades de trabalho e com o tipo de cuidado que se realiza. Com base em dados da PNAD-Contínua para o período 2019-2021, Almeida e Wajnman (2023) indicaram que no setor do cuidado foram as trabalhadoras ocupadas em âmbito domiciliar as mais atingidas pelo desemprego nos primeiros meses da pandemia; já aquelas que trabalhavam no setor público de saúde e educação tiveram maior estabilidade nos seus vínculos. Se mirarmos as instituições particulares de ensino, foram as professoras de educação infantil e as dos estabelecimentos menores as mais afetadas pela perda de emprego no deflagrar da crise sanitária (FCC, 2022).

Ademais, como vimos na seção anterior, é necessário ter em mente a heterogeneidade do trabalho de cuidado e de suas dinâmicas, se quisermos produzir análises mais certeiras sobre a digitalização da intermediação do cuidado no caso brasileiro. Para enfrentar esse desafio analítico, recorreremos à percepção de trabalhadoras de cuidado cadastradas em plataformas digitais. Buscamos mapear as especificidades de suas experiências de trabalho durante a pandemia, bem como seus efeitos em suas trajetórias ocupacionais. Bem assim, articulamos tal análise com uma investigação sobre o *modus operandi* das plataformas de cuidado que observamos.

Cientes dos desafios metodológicos que se apresentam para esse tipo de análise, sobretudo no que diz respeito aos obstáculos para o acesso às diversas camadas de operação das empresas-plataforma (Moreno, 2023), mobilizamos diferentes fontes de informação e estratégias de pesquisa empírica. Recorreremos aos *websites* das plataformas, num exame de suas camadas visíveis aos visitantes e daquelas disponíveis para os usuários. Ademais nos voltamos para seus Termos de Serviço e Condições de Uso⁵. Também foram realizadas entrevistas com trabalhadoras vinculadas a três empresas-plataforma, de modo a nos aproximarmos das suas percepções sobre os *modi operandi* das mesmas. As entrevistas selecionadas integram um conjunto mais amplo, recolhido entre setembro de 2022 e março de 2023, como parte de um trabalho de campo que segue se aprofundando em sucessivas ondas de coleta de dados. Assim, aqui analisaremos as experiências de duas babás, vinculadas a Plataformas de Cuidado Direto (PCD), de uma cuidadora de idosos, vinculada a uma Plataforma Mista (PM), na qual o cuidado de idosos é apenas uma categoria entre um conjunto

5. O trabalho de observação nos *websites* das plataformas foi realizado em dois momentos, em abril e em agosto de 2023.

de serviços diversos, e uma da trabalhadora de uma Plataforma de Cuidado Indireto (PCI). Duas entrevistas foram presenciais e duas por videochamada *on-line*⁶.

Finalmente, para a análise da Plataforma de Cuidado Indireto (PCI) também foram utilizadas reclamações de trabalhadoras recolhidas do *site Reclame Aqui*⁷. No segundo semestre de 2023, fizemos uma busca nesse *site* e encontramos dezesseis *posts* classificados pelo filtro especial “Covid-19”⁸, contendo reclamações que foram feitas entre março e outubro de 2020, justamente durante o período inicial da pandemia. Cinco reclamações, dentre as dezesseis, foram de diaristas, material que será incluído aqui para ancorar a nossa análise.

Demandas de cuidado direto durante a pandemia

Durante a pandemia de Covid-19, diferentes demandas de cuidado tiveram lugar, ora intensificando o trabalho não remunerado das mulheres no âmbito familiar e comunitário, ora mobilizando trabalhadoras domiciliares a passarem longos períodos nas casas das pessoas de quem cuidavam, conforme analisado por Araujo (2023). Entre as entrevistas que realizamos até o momento, selecionamos três casos que nos aproximam dessa realidade heterogênea e que nos conectam com o tema da intermediação das oportunidades de trabalho no setor.

Com estabilidade no emprego como servidora pública, a Babá 1_PCD é professora concursada de uma creche pública na região metropolitana de São Paulo e desde antes da pandemia trabalhava como babá aos finais de semana e no período noturno, encontrando vagas por meio de três empresas-plataforma de trabalho. Refletindo se o fato de explicitar sua formação como pedagoga em seu perfil cadastrado em uma PCD influenciaria o processo de negociação e contratação como babá, ela avalia que,

6. Buscando anonimizar informações sobre nossas interlocutoras, tendo em vista o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por elas assinado, após citarmos trechos das entrevistas utilizaremos o seguinte padrão: “Babá X_PCD”, para as trabalhadoras da PCD, em que “X” será substituído por um número para diferenciar de quem é a fala, “Cuidadora de idosos_PM”, para a trabalhadora da PM, e “Diarista_PCI” para a trabalhadora da PCI.
7. Trata-se de um *website* brasileiro de reclamações direcionadas a empresas sobre atendimento, compra, venda de produtos e serviços. O *site* oferece serviços gratuitos, tanto para os consumidores postarem suas reclamações, quanto para as empresas responderem a elas. Disponível em: <<https://www.reclameaqui.com.br/login/>>.
8. Inicialmente o objetivo era realizar uma comparação entre os anos 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023, a fim de verificar possíveis efeitos da pandemia sobre as experiências das trabalhadoras. Não obstante, mesmo fazendo o *web scraping* do *Reclame Aqui*, não obtivemos sucesso nessa empreitada, pois, apesar de indicar um total de mais de 3 mil reclamações em nove anos de registro da empresa, o *site* não possibilitou acesso a postagens com mais de um ano. Por isso, optamos pelo filtro especial constituído com base nas categorias selecionadas por quem reclama.

de forma geral, esse não é o caso. A seu ver, a principal preocupação das contratantes durante as entrevistas é saber se a trabalhadora tem referências. Além disso, algumas famílias especificam o requisito de realizar tarefas do cuidado indireto, além do cuidado direto com as crianças. Esse requisito é facilitado pela própria PCD, que incorpora atividades do cuidado indireto – como cozinhar e fazer outras tarefas domésticas – na lista de tarefas que a babá pode incluir em seu perfil público:

[...] tem uma ou outra que fala “olha, quando eu tiver com a criança, eu quero que você varra uma casa, tire um lixo, forre uma cama” [...] Então, assim, não só pra ficar com a criança, quer que seja um trabalho mais expandido pra esse tipo de tarefa. *Babá 1_PCD*.

Durante a pandemia, no entanto, isso pareceu se dar de forma diferente. Se, em geral, as exigências dos contratantes tornam fluidas as fronteiras entre cuidado indireto e direto no trabalho das babás e cuidadoras domiciliares, no período da pandemia a demanda pela dimensão educacional do cuidado, que marca a indissociabilidade do cuidar e do educar nas instituições de educação infantil, também se fez presente nos domicílios com crianças pequenas.

Na pandemia, eu trabalhei bastante. Como tava no ensino remoto, o diferencial era o fato de eu ser pedagoga. Isso, para elas [patroas], ajudava muito. Porque as crianças estavam estudando em casa e eu podia dar uma força. Acabava que dava aula de reforço também, mesmo o trabalho sendo de babá.

Babá 1_PCD

Entretanto, a demanda por um trabalho mais “qualificado” por sua dimensão educativa não resultou em valorização que se traduzisse em maior pagamento, nem protegeu a trabalhadora de situações de discriminação, inclusive relacionadas à Covid-19.

Essa casa que eu fui, que tinha câmera com áudio e eles ficavam em cima da gente, a empregada teve Covid. Mas eu nem tinha entrado ainda. Quando eu entrei, eram duas crianças. Cada uma tinha uma babá, eu era a folguista. Na semana tinha uma enfermeira pelo bebê, uma empregada e uma babá para o de dois anos. No final de semana, ia eu como folguista e outra. Todas nós tinha que usar máscara. E eles não. Eu até questionei ela [a patroa], “se o vírus tá circulando, não seria prudente todo mundo usar, inclusive vocês?”. Mas não, era como se só nós transmitíssemos o vírus.

Babá 1_PCD

O cadastro na PCD pode ser gratuito ou *premium*, por meio do pagamento de uma mensalidade. Para as trabalhadoras, o valor da mensalidade é de R\$ 29,00 por um mês de acesso, ou R\$ 57,00 por três meses (em três vezes de R\$ 19,00); já para as famílias contratantes a mensalidade custa R\$ 49,00, ou R\$ 99,00 por três meses de acesso (em três vezes de R\$ 33,00)⁹. Enquanto no primeiro caso o perfil das trabalhadoras e das famílias fica listado publicamente, apenas aquelas que pagam a mensalidade podem iniciar efetivamente o contato para tentar negociar uma oportunidade de trabalho ou a contratação de uma babá. De acordo com as experiências das participantes de nossa pesquisa, são elas, as trabalhadoras, que costumam iniciar o contato e muitas das mensagens que enviam não têm retorno por parte das famílias contratantes, indicando uma demanda por trabalho maior do que a oferta efetiva de oportunidades.

Quando encontra oportunidades, a Babá 1_PCD afirma que busca estabelecer relação direta com a família contratante, visando a manter a contratação de serviços em dias fixos de trabalho como folguista, ou seja, cobrindo a folga de uma trabalhadora mensalista, geralmente aos fins de semana. A partir do contato direto, a trabalhadora deixa de utilizar a plataforma como forma de mediar sua relação com a família contratante. Entretanto, ela diz ser recorrente encontrar na plataforma as solicitações de famílias para as quais já trabalhou. É notável a relação estabelecida pela trabalhadora entre a recorrência de solicitações de famílias na plataforma e a desconfiança sobre as condições de trabalho e, ainda, com a assimetria estabelecida pelo funcionamento da PCD, que permite que as famílias avaliem as trabalhadoras, mas não que as babás avaliem as famílias contratantes, o que dá margem para a recorrência de violações de direitos no ambiente de trabalho domiciliar de cuidado.

Podemos pegar e dar referência do patrão? A gente faz isso de maneira informal, entre nós. A gente fala olha, cuidado com a patroa tal. [...] O site não dá esse espaço pra gente avaliar o patrão. Sempre vejo padrões ali [na PCD] direto, e eu penso... pra não parar ninguém nessa casa, alguma coisa tem, não é possível. Mas a gente não fica sabendo, porque não tem esse espaço.
Babá 1_PCD

A troca de informações fora da plataforma é um meio de as trabalhadoras tentarem lidar com a opacidade da gestão algorítmica. Outra forma de agência das trabalhadoras por nós documentada foi identificada no caso de uma babá que, por sugestão da colega, alterou o CEP de sua residência para que mais oportunidades de trabalho aparecessem em seu perfil. A localização, mecanismo central para a atribuição do trabalho via plataformas, foi, então, contornada.

9. Valores consultados em agosto de 2023.

Já nos dois casos apresentados a seguir, a pandemia foi o momento de entrada no trabalho domiciliar de cuidado. Uma cuidadora de idosos, que atualmente está cadastrada em uma plataforma mista, entrou no setor a partir da demanda que apareceu em seu grupo de colegas da faculdade, apesar de seu curso não ter qualquer relação com o cuidado.

Acho que dois dias depois que a Faculdade fechou, ela mandou mensagem no grupo perguntando se alguém tinha disponibilidade pra passar o período de pandemia com a avó do namorado dela em casa, porque os filhos estavam com medo de ela ficar sozinha, ou de ela querer sair. E os filhos não tinham como cuidar e perguntaram se tinha alguém que tinha disponibilidade. Como eu cuidei da minha avó na época que ela ficou doente, então pra mim foi uma coisa que eu digo que caiu na hora certa, né? Calçou como uma luva. Aí eu fui cuidar dela; eu fiquei seis meses. Eu vinha em casa uma vez no mês, passava dois dias e voltava pra lá. Foi assim que eu comecei como cuidadora.

Cuidadora de idosos_PM

Ao adentrar esse mercado durante a pandemia, essa se tornou a principal ocupação da entrevistada. A demanda de cuidado, neste caso, era de companhia e de apoio em algumas atividades diárias da pessoa idosa.

Ela é muito lúcida, apesar de já ter oitenta anos. Então, basicamente eu acompanhava ela pra fazer um almoço, pra limpar a casa, ajudava ela a subir escada porque na casa dela tinha uma escada pro quarto. Ela gostava de ficar no quarto. Tinha alguma medicação que ela tomava, então acabava dando nos horários certinhos. Ela é muito independente, né? Então não tive grandes problemas, digamos assim, grandes trabalhos de cuidar dela em si. Foi muito uma companhia, uma companhia super agradável. E, assim, eu conseguia cuidar dela da forma que ela gostava.

Cuidadora de idosos_PM.

Após essa primeira experiência, a mesma família contratou a cuidadora novamente para acompanhar outra idosa em um período de internação no hospital. Foi nesse contexto que ela conheceu um cuidador que lhe apresentou uma plataforma de trabalho que, entre outros serviços diversos, inclui o trabalho de cuidado.

No caso da Babá 2_PCD, seu trabalho anterior era como recreadora infantil, o qual ficou inviabilizado durante a pandemia pela impossibilidade de encontros e contatos diretos.

Na verdade, o que me levou a procurar o serviço de babá foi que na pandemia não tinha nem como fazer recreação infantil, para fazer a festa, fazer a viagem, fazer a *playdate*, então não

tinha como na pandemia, né? Ter contato direto. E aí, na pandemia, eu arrumei esse serviço de babá e até então estou aí até hoje.

Babá 2_PCD

A convergência na trajetória dessas duas trabalhadoras é a entrada no mercado de trabalho domiciliar de cuidado no período da pandemia, por diferentes condicionantes, e a posterior entrada no circuito das empresas-plataforma do setor. No percurso de ambas, foi pelo contato com outras babás e cuidadoras que passaram a usar as plataformas digitais como forma de se manterem trabalhando no setor.

Eu me cadastrei antes da pandemia, final de 2019 para 2020. Me cadastrei na pandemia, mas eu nem mexi, não sabia nem como mexer porque eu também só tinha baixado e tal, aí depois que eu fui ver como que é. Mas eu comecei a usar a plataforma mesmo de fato, no ano passado [2022] em março. Duas amigas minhas já usavam, já utilizavam e elas conseguiram trabalho por lá e acabou que eu falei: “Ah, vou arriscar, né? Para ver se é bom”. E aí gostei, estou aí até hoje.

Babá 2_PCD

As babás e cuidadoras de idosos que foram entrevistadas estão engajadas em uma multiplicidade de relações, redes e plataformas na busca por oportunidades de trabalho, sendo que algumas estão cadastradas em mais de uma plataforma. Mas é relevante salientar que todas, além de uma plataforma de trabalho, percorrem outros caminhos para encontrar oportunidades de trabalho. Todas participam de grupos de *WhatsApp* ou *Facebook* nos quais circulam diferentes oportunidades de trabalho de cuidado a idosos, sejam grupos abertos, criados e gerenciados por agências de intermediação, ou grupos formados por cuidadoras, conforme discutido em Andrada, Guimarães e Moreno (2023). Interessante notar que, além da circulação de informações sobre oportunidades de trabalho, nesses grupos também podem circular avisos e alertas entre as babás.

[...] aconteceu um caso de patrão pedir uma babá lactante pra amamentar o filho maior. Nos grupos de babás, esse foi o assunto. Aí falaram [no grupo] “a plataforma devia ter visto isso aqui. E se alguma de nós fosse e acontecesse alguma coisa pior? Como eles lançam um pedido desse?”.

Babá 1_PCD

Em outro exemplo relatado pela entrevistada, o alerta da mensagem nos grupos era sobre uma pessoa que buscava babás em uma plataforma, mas que tinha histórico

de relações abusivas com as trabalhadoras. Entretanto, como mencionado, a PCD não tem espaço para que as trabalhadoras possam avaliar as famílias contratantes. Tal assimetria na operação da PCD favorece as famílias contratantes e conforma uma camada adicional de desproteção às trabalhadoras. Segundo as entrevistadas, as indicações pessoais e o “boca a boca” seguem sendo acionados como formas efetivas para conseguir trabalho, complementarmente às plataformas, e/ou para qualificar um “bom” ou “mau” contratante.

Essa diversidade de atores e de cenários nos quais as cuidadoras se engajam para conseguir trabalho, bem como a relação entre ambos, é um achado interessante para seguir investigando, de modo a entendermos melhor seja os modos como certos atores se relacionam com certos cenários, seja a experiência das trabalhadoras quanto ao tempo dedicado a conseguir trabalho e/ou à necessidade de sua busca permanente. Tal aspecto é particularmente relevante na realidade brasileira, marcada pela incerteza das condições de uma vida precária, incerteza essa que extrapola as condições de trabalho. Uma realidade também marcada pela variedade de situações e tarefas de cuidado para as quais as cuidadoras são demandadas e sobre cujo exercício não têm meios efetivos de negociar de forma protegida. Isso se deve à ausência de reconhecimento profissional ao trabalho das cuidadoras e à exígua capacidade da justiça do trabalho para fazer valerem, no âmbito das residências privadas, os poucos direitos proporcionados pela regulação do trabalho exercido em domicílio, obtida há dez anos pelo movimento das trabalhadoras domésticas em serviços gerais.

Desproteção durante a pandemia: o caso de uma Plataforma de Cuidado Indireto (PCI)

A PCI investigada foi criada no Brasil em 2014 e, em 2020, se fundiu a outra empresa no mesmo setor, ampliando sua capacidade de atendimento. Ambas eram as líderes no mercado, e chama atenção que tenham feito a fusão justamente no ano da pandemia. Segundo reportagens da época, o objetivo era impulsionar as empresas na saída da crise, em função da baixa demanda pelo serviço.

Segundo a PCI, as pessoas que encontram serviços através de sua plataforma seriam trabalhadoras autônomas, as quais ela trata com o qualificativo “parceiras” em suas mídias sociais e em seus Termos de Uso. Conforme seus Termos e Condições de Uso, as diárias disponíveis aparecem para as trabalhadoras na plataforma e incluem a data do serviço, a quantidade de horas – calculada pela gestão algorítmica com base nos dados fornecidos pelos clientes sobre a quantidade de cômodos do imóvel –, o tipo de limpeza¹⁰, o valor a receber, as tarefas a serem realizadas e o endereço do cliente. Os

10. A plataforma categoriza os tipos de limpeza em: padrão, pesada, pré-mudança, pós-obra e *express*.

Termos também explicitam que os clientes devem fornecer os produtos de limpeza e demais ferramentas para o serviço.

Em relação à remuneração da trabalhadora, ela deve pagar à empresa-plataforma uma assinatura mensal de R\$ 28,00, valor que, segundo os Termos, seria destinado aos custos de desenvolvimento de *software*. Além disso, a cada serviço realizado, a plataforma se apropria de um percentual que pode chegar a até 30% do valor pago pelo cliente. Ainda que a empresa diga que esse percentual se destine a “cobrir os serviços de intermediação prestados pela plataforma”, ele pode ser entendido como uma forma de apropriação de mais valor pela exploração do trabalho (Rodrigues, 2022b). Outrossim, ao remunerar as trabalhadoras semanalmente, enquanto recebe diariamente dos clientes, a empresa-plataforma consegue “extrair renda do valor que deve ao trabalhador, inserindo os valores no mercado financeiro” (Ferreira, 2022, p. 47).

Falta transparência quanto ao modo de funcionamento da plataforma e, em muitos casos, a diarista não sabe sequer quanto o cliente está pagando para a PCI pela diária que realizou. Tal opacidade termina por criar uma assimetria de poder que se expressa ora entre plataforma e trabalhadora, ora entre cliente e trabalhadora. Assim, no lugar da autonomia presente na narrativa da empresa, observamos uma unilateralidade das ações, amplamente sustentada pela falta de transparência (Ferreira, 2022).

Ademais, os Termos indicam a existência de um sistema de notas e de categorização das trabalhadoras. Ele é constituído por pontuações que lhes são atribuídas pelos clientes segundo critérios como pontualidade, simpatia e limpeza residencial. Com base nessas notas, as trabalhadoras são classificadas como “bronze”, “prata” e “ouro”, o que afeta praticamente todas as dimensões do seu trabalho. Por exemplo, no acesso aos serviços, aquelas classificadas como “ouro” podem habilitar-se a diárias mais curtas e de valor mais alto, além de estarem isentas da mensalidade. As notas altas também dão acesso às limpezas pesadas, que têm um valor maior, como relata a trabalhadora entrevistada: “Eu só posso ter limpeza pesada dependendo das notas que eu tenho com as primeiras que eu já peguei. Tudo é dependente da nota” (Diarista_PCI). Ou seja, todo o processo é controlado de forma minuciosa pela gestão algorítmica da empresa-plataforma.

A PCI define que a classificação da trabalhadora está atrelada ao “Índice de Retenção”, que expressa a capacidade da trabalhadora de fidelizar um cliente, fazendo com que ele continue a contratar serviços pela plataforma. Em seu *blog*, a PCI afirma que o Índice de Retenção de uma trabalhadora pode diminuir se um cliente atendido optar por não demandar mais serviço, ou se decidir cancelar a assinatura depois de ter sido atendido por ela. Desse modo, a despeito de quaisquer outros motivos que possam justificar a falta de adesão do cliente à plataforma, as trabalhadoras são responsabilizadas pela empresa e sofrem as consequências da decisão do cliente.

Assim, fica evidente que a governança da plataforma engendra controle, prescrição e punição das trabalhadoras, ainda que elas sejam chamadas de “autônomas” e “parceiras” da empresa. Disso decorrem experiências problemáticas para as diaristas cadastradas, o que nos remete a uma nova questão, a saber, como a pandemia de Covid-19 pode ter afetado essas experiências, já marcadas pela precarização.

Apesar do aumento das diversas formas de vulnerabilidade que afetaram as trabalhadoras domésticas durante a crise sanitária, não houve nenhuma alteração na governança da PCI de modo a promover uma rede de proteção para as suas trabalhadoras. Pelo contrário, a partir da análise das cinco reclamações postadas no *Reclame Aqui*, identificamos diferentes pontos negativos comuns às experiências das trabalhadoras: 1) cobrança de multa por falta; 2) desativação de contas por faltas; 3) ausência de diárias disponíveis na plataforma; 4) permanência da cobrança de mensalidade, mesmo sem diárias disponíveis na plataforma; 5) percepção das trabalhadoras de que elas estão desamparadas pela empresa.

A PCI continuou responsabilizando as trabalhadoras durante a pandemia, punindo faltas e cobrando mensalidades, ainda que o cenário tenha implicado desafios específicos, como a falta de clientes buscando diaristas e medidas como a suspensão de atividades por parte da própria empresa. Com efeito, em reclamações de clientes notamos que a plataforma suspendeu seus serviços por um período, apesar de não termos encontrado informações mais objetivas sobre tal medida.

Ontem, dia 16/05/2020, quis solicitar uma faxina pelo aplicativo PCI, como estava dando erro, entrei no *chat* do aplicativo e solicitei ajuda de uma atendente, e assim ela fez, me ajudou com o erro que estava dando. [...] paguei com o cartão de crédito. Mais tarde, aguardando a confirmação da faxina com pagamento já aprovado, me vem um atendente no *WhatsApp*, perguntando se eu gostaria de agendar para outro dia, pois devido à Covid-19 eles estavam com serviços bloqueados até o dia 15/06/2020. [...] no aplicativo ou *site* não informam em momento nenhum que os serviços estão bloqueados, te deixam pagar pra depois vir perguntar se você quer reagendar para depois da pandemia. Isso é uma falta de respeito com o consumidor [...]. (*Reclame Aqui*, maio de 2020).

As experiências das trabalhadoras, por sua vez, foram diretamente afetadas pela pandemia. As faltas por elas relatadas nas reclamações, por exemplo, foram justificadas pela pandemia. Uma trabalhadora informa que se ausentou de uma diária porque estava com sintomas da doença, tendo avisado a cliente de que não iria ao trabalho por esse motivo. A PCI, entretanto, não levou em consideração a autodeclaração da trabalhadora, nem mesmo a concordância da cliente, e cobrou uma multa pela diária não realizada. Outra trabalhadora teve sua conta desativada após faltas justificadas

pelo fato de que seu irmão e sua mãe tiveram Covid-19. Por estar preocupada com a situação, ela não avisou a plataforma, que a puniu com a desativação. Em sua reclamação a trabalhadora questionou como resolver o problema, pois era através da plataforma que sustentava sua família.

Em meio ao agravamento da pandemia, a empresa demonstrava a sua falta de atenção para lidar com as ausências justificadas por sintomas da doença, fossem da própria trabalhadora, fossem de pessoas próximas. O controle automatizado não previa espaços de diálogo efetivos, que colocassem as trabalhadoras em contato com um ser humano, o que lhes permitiria contestar uma nota baixa, uma multa, um bloqueio sem aviso prévio ou quaisquer outros problemas que fossem enfrentados durante a prestação dos serviços, aspecto que se tornou ainda mais evidente durante a pandemia. Assim, parece que, para a plataforma, as diaristas deveriam se expor aos riscos independentemente do vírus, para que não perdessem o acesso às diárias – o que, em muitos casos, poderia representar a única fonte de renda delas.

Essa forma de gestão do trabalho evidencia também a irrealidade da propalada “autonomia das trabalhadoras”, tão enraizada na narrativa de plataformas de trabalho. Concretamente, exercendo seu poder disciplinar (Ferreira, 2022), a plataforma dificulta o diálogo com as trabalhadoras, evidenciando a sua desconsideração pelas experiências cotidianas de prestação dos serviços que, especialmente num contexto de grave crise sanitária, envolvem complexidades para além dos parâmetros restritos dos cálculos algorítmicos.

Nesse sentido, o automatismo característico da gestão algorítmica submete as trabalhadoras à falta de transparência e à unilateralidade da tomada de decisões, e demonstra o quão problemático pode ser quando a tecnologia, ao invés de um instrumento de gestão que auxilia o ser humano, passa a encarnar “a gestão” e o ser humano desaparece das relações. Como bem avaliou nossa entrevistada: “essa empresa é algo que a gente conversa tudo por internet. Tudo por via *on-line*. Ninguém vê ninguém” (Diarista_PCI). Uma tal situação, na maior parte das vezes, as priva de suporte e/ou autonomia para tomarem suas próprias decisões sem que sejam punidas por isso.

Diante do desamparo a que foram relegadas as trabalhadoras da PCI no contexto da pandemia, o Ministério Público do Trabalho (MPT) assumiu o importante papel de responsabilizar a empresa pelo bem-estar das mesmas. Em março de 2021, o MPT do Paraná decidiu que a PCI em questão não estava adotando as devidas medidas de proteção das trabalhadoras por ela cadastradas em face da Covid-19. A inação da empresa foi considerada uma forma de lesão de interesses e direitos coletivos, ao não promover um ambiente de trabalho seguro e a integridade física das trabalhadoras. Assim, o MPT elencou quarenta pontos a serem considerados obrigações da empresa,

dentre eles, inclusive, o reconhecimento do vínculo empregatício entre trabalhadores e plataforma, e direitos trabalhistas daí decorrentes.

O juiz do trabalho deferiu apenas parcialmente as solicitações do MPT, com foco nas obrigações da empresa diante da pandemia: 1) viabilizar o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), inclusive álcool 70% e máscaras cirúrgicas descartáveis ou respiradores com filtro PFF2/N95; 2) buscar os casos de infecção de Covid-19, aceitando autodeclaração dos trabalhadores, atestados de isolamento domiciliar e atestado de saúde familiar, afastando aqueles que estivessem com sintomas; 3) criar formas de encaminhamento de casos suspeitos e confirmados de Covid-19 aos devidos órgãos, também auxiliando a busca por atendimento médico. Apesar de ter indeferido os itens correspondentes ao reconhecimento do vínculo entre trabalhadoras e plataforma e dos direitos trabalhistas daí decorrentes, certamente a decisão com foco na pandemia foi uma importante contribuição do poder público naquele momento.

Conclusão

A plataformização do trabalho de cuidados no Brasil é um processo que se adensa a partir de 2019. Entretanto, aprendê-lo importa em vencer um desafio de monta: carecemos de dados desagregados sobre o trabalho doméstico e de cuidado que se realiza nas empresas-plataforma, e desconhecemos até mesmo o exato quantitativo de trabalhadoras brasileiras nelas cadastradas. Diante disso, estratégias alternativas foram aqui empregadas para a produção de evidências que permitissem uma aproximação ao caso brasileiro. Assim, mobilizamos informações *on-line*, montamos um banco de dados de plataformas e aplicativos e conduzimos entrevistas com trabalhadoras, as quais, associadas com as estatísticas do mercado de trabalho, nos deram pistas tanto sobre o processo de espraiamento das plataformas em direção aos cuidados, como sobre os efeitos da pandemia no cotidiano das trabalhadoras do setor, nosso objetivo primeiro neste texto.

Por um lado, a análise da PCI revelou que, durante a pandemia, continuaram a vigorar um forte controle sobre o trabalho, desproteção às trabalhadoras e ausência de diálogo com as mesmas, mantendo-se incólume o seu gerenciamento algorítmico; os registros que as suas trabalhadoras deixaram gravados no *site Reclame Aqui* evidenciaram a dependência quase total destas com relação à PCI como meio de obtenção de renda, o que tinha lugar num contexto de redução de postos de trabalho nos serviços domésticos em geral. Por sua vez, a experiência das trabalhadoras de cuidado direto durante a pandemia foi marcada por uma diversidade de situações e demandas de cuidado, bem como por mudanças em suas trajetórias ocupacionais. Nesses casos, as empresas-plataforma parecem ser um meio a mais para obter acesso

a oportunidades de trabalho de cuidado, ao lado de um conjunto com redes de contatos interpessoais, indicações e agências.

Por outro lado, as diferentes formas de governança das plataformas afetaram as experiências das trabalhadoras durante a pandemia, inclusive no que concerne à sua adesão às empresas. No caso da PCD, em que há um grau menor de automatização do pareamento, por exemplo, o aspecto da avaliação das famílias, indisponível para as trabalhadoras, foi um ponto evidenciado nas entrevistas. No momento em que o contágio poderia significar risco à própria vida, ter mais informações sobre as famílias era de extrema relevância. Já na PCI, em que o pareamento é quase todo automatizado (e à diferença da PCD), as trabalhadoras podem avaliar os clientes, mas o sistema de notas possui uma função prescritiva e punitiva que apenas a elas é aplicada. Com base nos registros que elas fizeram constar no *site Reclame Aqui*, arriscamos dizer que, para as diaristas, a maior parte dos problemas ocorreu na sua interação com a plataforma. Uma percepção de injustiça atravessou as experiências dessas trabalhadoras, dependentes de uma forma de gestão que, se antes da pandemia já minava sua autonomia, durante a crise sanitária se revelou ainda mais problemática. Se não havia serviços disponíveis na plataforma, por que continuar a cobrar as mensalidades? Se a contaminação poderia representar risco à saúde de trabalhadoras e clientes, por que punir as faltas, mesmo quando justificadas por sintomas inscritos em seus próprios corpos ou de familiares?

Vimos também que, nas plataformas estudadas, trabalhadoras e clientes devem aceitar os Termos e Condições definidos unilateralmente por parte dessas empresas. No caso das plataformas relacionadas com o cuidado direto, cliente e trabalhadora dialogam, como condição *sine qua non* para a contratação do serviço, combinando diretamente valores e tarefas a serem desempenhadas. O modo de operar da plataforma evidencia, assim, a particularidade do recrutamento para o cuidado direto e sua característica de interação, também direta. Em certo sentido, esse diálogo possibilita um alinhamento de expectativas e uma negociação entre as partes, ainda que ambas entrem em tal negociação em condições assimétricas, inclusive proporcionadas pela PCD, e que, por vezes, a realidade encontrada no interior do domicílio seja distinta da apresentada pela família contratante. Já na PCI, o inverso ocorre. As suas trabalhadoras não estabelecem acertos prévios com os clientes e não lhes resta mais que aceitar a diária, com todas as demandas que lhes sejam impostas. Mais ainda: além de acatar as demandas dos clientes, também devem atender às condições impostas pela plataforma no que respeita ao valor das diárias, à quantidade de horas (calculada pelo algoritmo, podendo ser adequada pelo cliente) ou às punições. E nada disso se alterou, mesmo durante as condições adversas de uma crise sanitária de caráter pandêmico, como se passou com a Sars-Covid 19.

As evidências trazidas também permitem concluir que a organização e a gestão exercidas pela empresa-plataforma interferem nas condições em que o trabalho de cuidado se realiza. Assim, é notável que a própria PCD chegou a enunciar uma lista de possíveis atividades que às trabalhadoras caberia realizar para além do seu objeto de trabalho. A mera existência dessa lista as pressiona a aceitarem tarefas que alargam a natureza da sua atividade, aproximando o cuidado direto do indireto, dado o modo de gestão resultante da ação da plataforma. Isso marca a sujeição das babás e de cuidadoras de idosos, estimulando a ultrapassagem da fronteira entre as várias formas do cuidado domiciliar e, no caso por nós analisado, induzindo babás ao acúmulo de tarefas de cuidado indireto. A fronteira fluida que aí aparece denota a capacidade que a empresa-plataforma tem de ir além da mera intermediação e *matching* entre demandantes e ofertantes de trabalho, passando a intervir no modo como este se exerce e pressionando as trabalhadoras.

Não podemos esquecer que, no caso do trabalho em empresas-plataforma, as vagas são também objeto de disputa entre as próprias trabalhadoras. Nessa disputa, fatores tais como quem responde primeiro e aceita mais demandas, quem tem perfil de maior visibilidade, quem tem as melhores avaliações terminam por limitar os graus de liberdade das trabalhadoras frente às exigências, sugestões ou induções do modo pelo qual o gerenciamento algorítmico se processa.

Todavia, o patamar de maior intensificação do trabalho chama atenção no caso da PCI. É certo que ele não foi inaugurado pelas plataformas. No Brasil, temos presenciado o aumento na proporção de trabalhadoras domésticas que laboram como diaristas e não como mensalistas, o que importou numa concentração de tarefas em um único dia de trabalho. A novidade da PCI foi proporcionar uma intensificação ainda maior, mediante a atribuição de pelo menos duas limpezas domésticas de três a quatro horas por dia como o padrão no gerenciamento algorítmico dessa plataforma. Tal padrão, pelo que observamos, termina por se constituir numa meta para as próprias trabalhadoras, desafiadas que estão a alcançarem seu objetivo de elevação da renda.

Dois elementos adicionais completam essa reflexão conclusiva. O primeiro deles diz respeito à assimetria de informação, um traço recorrente, que perpassa os dois tipos de plataforma. Com efeito, tal assimetria parece ser um traço que caracteriza as empresas-plataformas de trabalho de modo geral, não apenas as que atuam no cuidado. Ela desigualava os termos do *matching*, fazendo deste uma espécie de forma desemparelhada de encontro entre ofertantes e demandantes de oportunidades de trabalho, em virtude do poder claro e exacerbadamente concentrado no primeiro desses polos. Acreditamos que esse seja um traço particularmente agudo no caso do trabalho doméstico de cuidado, direto ou indireto, refletindo a desvalorização social

da atividade e a estigmatização, pela racialização recorrente, das que a desempenham. Isso porque, nos domicílios, confluem o gerenciamento algorítmico das plataformas e as renovadas formas de controle e discriminação que têm lugar no domínio das residências particulares. Mais ainda, esse traço se mostrou especialmente pernicioso durante o contexto de crise sanitária que deveria impor equidade no tratamento tanto de quem é cuidado, como de quem cuida¹¹.

O segundo elemento nos permite sugerir que, conquanto estigmatizado, o trabalho de cuidado não priva quem o performa do poder de agência. Várias são as formas em que isso se expressa. Uma delas diz respeito à autogestão da imagem como recurso para aumentar um certo capital reputacional. Assim, na PCD, por exemplo, as trabalhadoras procuram construir perfis com fotos nas quais representam a si mesmas desempenhando atividades que valorizam a sua capacidade de trato com as crianças. Ou, ilustrando-o com outra situação: mesmo desconhecendo a lógica algorítmica que lhes aloca oportunidade de trabalho, as trabalhadoras manejam o *modus operandi* do dispositivo, ao, por exemplo, alterar endereços de referência para maximizar a oferta de oportunidades. Essas múltiplas vias pelas quais o poder de agência pode se exprimir previnem análises que nos façam passar, de maneira aligeirada e reducionista, do diagnóstico das assimetrias ao vaticínio da inação pelo controle inescapável e sem respostas dos sujeitos individuais.

Por fim, pudemos documentar que as empresas-plataforma de trabalho têm atuado na contramão das reivindicações que mobilizam a categoria das trabalhadoras do cuidado no Brasil. Estas incluem demandas de formalização, de não- sobreposição de tarefas, de acesso aos mesmos direitos que outros trabalhadores, de qualificação profissional e direito à organização sindical, a indicar que respostas coletivas também se afiguram no horizonte.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Mariana & WAJNMAN, Simone. (2023), *Occupational transitions of paid care workers during the Covid-19 pandemic in Brazil*. Working Paper Series “Documentos de Trabalho”, Project “Who cares? Rebuilding care in a post pandemic world” and Network “Cuidados, direitos e desigualdades”. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), n. 3.

11. Durante a pandemia notamos o agravamento do contexto, expresso no relato da trabalhadora que usava a máscara enquanto seus patrões não o faziam. A seu ver, parecia-lhe nítida a discriminação, uma vez que o fato de eles não utilizarem máscara fazia transparecer sua crença de que apenas ela e as outras trabalhadoras transmitiam a doença – e situações como essa ocorrem a despeito de qualquer atrativo que os patrões tenham encontrado no perfil da trabalhadora.

- ANDRADA, Ana Carolina; GUIMARÃES, Nadya & MORENO, Renata. (2023), *A intermediação do trabalho de cuidado e as plataformas digitais: construindo uma agenda de pesquisa à luz do caso brasileiro*. Paper presented at the International Colloquium Research Project Fapesp/T-AP “Who cares? Rebuilding care in a post-pandemic world”. May 25-27, 2023, Paris.
- ARAÚJO, Anna Bárbara. (2015), *Gênero, profissionalização e autonomia: o agenciamento do trabalho de cuidadoras de idosos por empresas*. Rio de Janeiro, dissertação de mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- ARAÚJO, Anna Bárbara. (2023), *O trabalho doméstico remunerado durante a pandemia no Brasil. Um balanço bibliográfico da produção brasileira nas ciências sociais e na saúde coletiva*. Paper presented at “Cartas na Mesa” Virtual Seminar, Research Project “Who cares? Rebuilding care in a post-pandemic world”, São Paulo, Oct. 2, 2023, 63 p.
- BENEDITO, Fabiana de Oliveira. (2022), *Trabalho doméstico em plataformas digitais: considerações iniciais sobre a Parafuzo*. Paper presented at 46º ANPOCS Annual Meeting, State University of Campinas, Brasil.
- CARDOSO, Ana Cláudia Moreira. (mar. 2022), “Dossiê plataformas digitais II”. *Revista Ciências do Trabalho*, 21, ISSN 2319-0574. Disponível em <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/issue/view/22>, consultado em 03/11/2023.
- CARDOSO, Ana Cláudia Moreira & GARCIA, Lúcia. (2022), “Apresentação: o espraiamento das empresas-plataforma”. *Revista Ciências do Trabalho*, 21: 1-4. Disponível em <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/289/pdf>, consultado em 20/08/2023.
- CARDOSO, Ana Cláudia Moreira & TAVARES PEREIRA, MARIA JÚLIA. (2023), *A plataformação do trabalho no Brasil e o subsetor dos cuidados: uma revisão de achados bibliográficos*. Working paper series “Documentos de Trabalho”, Project “Who cares? Rebuilding care in a post pandemic world” and Network “Cuidados, direitos e desigualdades”. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), 1. Disponível em <https://cuidado.cebrap.org.br/2023/02/15/a-plataformizacao-do-trabalho-no-brasil-e-o-subsetor-dos-cuidados-uma-revisao-de-achados-bibliograficos/>, consultado em 29/08/2023.
- CARDOSO, Ana Cláudia Moreira *et al.* (jan.-jun. 2022), “A pandemia da Covid-19 e o agravamento da precariedade do trabalho dos motoristas em empresas-plataforma de transporte individual em uma cidade brasileira de médio porte”. *Revista da Abet*, 21 (1): 33-51.
- CARRASCO, Cristina; BORDERÍAS, Cristina; TORNOS, Tereza. (2011), *El trabajo de cuidados. Historia, teoría y políticas*. Madri, Los Libros de la Catarata.
- CAVARZAN, Gustavo. (2022), “Ensaio de plataformação do trabalho no setor financeiro: o modelo de negócios das Fintechs e corretoras de valores”. *Revista Ciências do Trabalho*, 21: 1-4.
- CORDERO, K. H. (2022), *Código doméstico in the flesh: relatos de trabajadoras en apps de limpieza*. Quito, Equador. Disponível em http://www.codigodomestico.com/pdf/CODIGO%20DOMESTICO%20in%20the%20flesh_Kruskaya%20Hidalgo.pdf, consultado em 05/12/2022.

- DE OLIVEIRA, Renata Couto de Azevedo. (2022), *Análise crítica do discurso das falas das diaristas nos vídeos da plataforma de serviços domésticos Parafuzo*. Paper presented at XI ANPAD Organizational Studies Conference. On-line event.
- DUFFY, Mignon. (2011), *Making Care Count. A century of gender, race, and paid care work*. Piscataway, NJ, Rutgers University Press.
- FCC-Fundação Carlos Chagas. (2022), “Mercado de trabalho de professores durante a pandemia no Brasil: tendências e movimentações de empregos”. Project “Educação escolar em tempos de pandemia visão de professoras(es) da educação básica”. *Informe*, 5. Disponível em <https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/mercado-de-trabalho-de-professores-durante-a-pandemia-no-brasil-tendencias-e-movimentacoes-de-empregos/>.
- FERREIRA, Mariana Maciel Viana. (2022), *Trabalhadoras domésticas uberizadas: uma análise dos desafios do direito do trabalho a partir da Plataforma Parafuzo*. Brasília, monografia em Direito, Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.
- FONTOURA, Natalia & MARCOLINO, Adriana. (2021), “A heterogeneidade do trabalho doméstico no Brasil”. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Organização Internacional do Trabalho. Disponível em https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11444/1/heterogeneidade_trabalho_cap04.pdf, consultado em 31/08/2023.
- GUIMARÃES, Nadya & HIRATA, Helena. (2020), *O gênero do cuidado. Desigualdades, identidades e significações*. Cotia, Ateliê Editorial.
- GUIMARÃES, Nadya & PINHEIRO, Luana. (2023), “O halo do cuidado. Desafios para medir o trabalho remunerado de cuidado no Brasil”. In: CAMARANO, Ana Amelia & PINHEIRO, Luana (orgs.). *Cuidado, verbo transitivo: caminhos para a provisão de cuidados no Brasil*. Brasília, Editora Ipea, ch. 10: 443-485.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023), “Estatística Teletrabalho e trabalho por meio de plataformas digitais 2022, Pnad Contínua”. *IBGE – Investigações Experimentais*. 17p. Disponível em [liv102035_informativo.pdf](https://ibge.gov.br/liv102035_informativo.pdf) (ibge.gov.br).
- IKUTA, Camila & SANTANA, Yuri. (2022), “Manifestações do trabalho em plataformas na educação”, *Revista Ciências do Trabalho* (21): 01-04.
- ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. (2018), *Care works and care jobs: for the future of decent work*. Geneva, ILO.
- IPEA. (2022), “Painel da *Gig Economy* no setor de transporte do Brasil: quem, onde, quantos, e quanto ganham”. *Nota de Conjuntura* 14, n. 55, 2 trim. 2022. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220510_cc_55_nota_14_gig_economy.pdf, consultado em 23/10/2022.
- KALIL, Renan Bernardi. (2019), *Capitalismo de plataforma e direito do trabalho: crowd work e trabalho sob demanda por meio de aplicativos*. São Paulo, tese de doutorado em Direito do Trabalho e da Seguridade Social, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

- LE BIHAN, Blanche; MARTIN, Claude & KNIJN, Trudie. (2013), *Work and care under pressure. Care arrangements across Europe*. Amsterdam, Amsterdam University Press.
- LIMA, Léa. (2023), “The commodification of job vacancies: market practices of fee-charging employment agencies in Rio de Janeiro (1950-1975)”. *Sociologia & Antropologia*, 13 (1): 1-26.
- MACHADO, Sidnei & ZANONI, Alexandre Pilan (orgs.). (2022), *O trabalho controlado por plataformas digitais: dimensões, perfis e direitos*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, Clínica Direito do Trabalho. Disponível em https://cdufpr.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Livro_O-trabalho-controlado-por-plataformas-digitais_eBook.pdf, consultado em 29/08/2023.
- MANZANO, Marcelo & André KREIN. (2020), “A pandemia e o trabalho de motoristas e de entregadores por aplicativos no Brasil”. Cesit, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho/Unicamp. Disponível em <https://www.cesit.net.br/a-pandemia-e-o-trabalho-de-motoristas-e-de-entregadores-por-aplicativo-no-brasil/>, consultado em 15/07/2023.
- MATIAS, Krislane Andrade & ARAUJO, Anna Bárbara. (2020), “Estudo de mercado – Brasil: Novos atores, velhas questões? Uma análise sobre as agências, empresas e aplicativos para trabalhadoras domésticas”. *Themis: Gênero, Justiça e Direitos Humanos*, Porto Alegre, RS. Disponível em <https://themis.org.br/wp-content/uploads/2020/12/NOVOS-ATORES-VELHAS-QUEST%C3%95ES-PORTUGU%C3%8AS.pdf>, consultado em 29/08/2023.
- MORENO, Renata. (2022), “O cuidado na era digital”. *Instituto Lula*. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1Ry-E8NhgJIhvg9WY6LHxMbq3hHM4mEYR/view>, consultado em 09/01/2023.
- MORENO, Renata. (2023), *Plataformas digitais de trabalho de cuidado: um estudo exploratório com trabalhadoras*. Working paper, Projeto Fapesp/T-AP “Who cares? Rebuilding care in a post-pandemic world”. São Paulo.
- RODRIGUES, Ciane dos Santos. (2022a), *Trabalho médico sob demanda por meio de plataformas digitais: controle por algoritmos e implicações às relações de trabalho*. Rio de Janeiro, tese de doutorado em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz.
- RODRIGUES, Gabriel Ferreira. (2022b), *Plataformização do trabalho doméstico: uma análise do processo de (des)valorização das diaristas na plataforma Parafuzo*. Brasília, dissertação de mestrado, Universidade de Brasília.
- TICONA, Julia & MATEESCU, Alexandra. (2018), “Trusted strangers: Carework platforms’ cultural entrepreneurship in the on-demand economy”. *New Media & Society*, 20 (11): 4384-4404. <https://doi.org/10.1177/1461444818773727>
- VALE, Gabriel Ferreira & REBECHI, Claudia Nociolini. (2021a), *Formas prescritivas de comunicação no trabalho doméstico remunerado realizado em duas plataformas digitais de trabalho*. Paper presented at The Scientific and Technological Initiation Seminar. Universidade Federal de Tecnologia, Paraná, Brasil.

VALE, Gabriel Ferreira & REBECHI, Claudia Nociolini. (2021b), *Uberização do trabalho doméstico remunerado: formas prescritivas de trabalho na plataforma Donamaid*. Paper presented at XVII Brazilian Association of Labour Studies Annual Meeting, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil.

Resumo

Plataformas digitais de cuidado no Brasil: Acesso e controle do trabalho no entrecruzamento de múltiplas crises

As empresas-plataforma voltadas ao trabalho de cuidado expandiram-se velozmente nos últimos anos no Brasil, em especial após a recente crise sanitária. Tal expansão trouxe para a ordem do dia o tema deste artigo, a saber, os possíveis efeitos da pandemia de Covid-19 sobre a digitalização da intermediação do trabalho nos cuidados, um segmento para o qual a literatura brasileira sobre plataformização do trabalho tem estado pouco atenta. Para acompanhar o ritmo desse crescimento, várias estratégias foram adotadas diante do desafio da falta de dados desagregados para o setor. Assim, mapeamos os aplicativos e plataformas de cuidado, construindo um banco de aplicativos a partir de dados da principal loja de *apps* no país; bem assim, analisamos os *sites*, os Termos de Serviços e Condições de Uso de três plataformas de cuidado direto e indireto. Conduzimos, ainda, entrevistas com trabalhadoras nessas plataformas e analisamos suas denúncias postadas no *site Reclame Aqui*. Concluímos que a governança das plataformas afetou o cotidiano das trabalhadoras sob diferentes formas e com efeitos variados conforme cada plataforma. Entre eles, destacamos o diálogo com os clientes, o controle via sistema de notas prescritivas e punitivas, a inclusão de tarefas que iam além da atividade contratada, bem como a sobreposição de diferentes formas de cuidado. Ter documentado a intensificação do trabalho de cuidado e a capacidade manifesta pela empresa-plataforma de ir além do mero pareamento entre demandantes e ofertantes, passando a intervir no modo como o próprio trabalho se exerce, é a contribuição desta pesquisa para uma análise das formas assumidas pelo amplo e recente processo de digitalização do trabalho de cuidado no Brasil.

Palavras-chave: Plataformas de trabalho; cuidado; intermediação; Brasil

Abstract

Digital care platforms in Brazil: Access and control of work at the intersection of multiple crises

In Brazil, especially after the health crisis, we have witnessed the expansion of care platform companies. From this process, a question emerged: what were the possible effects of the Covid-19 pandemic on the digitization of labor intermediation in the care sector? Through the analysis of workers' experiences in three platforms, encompassing direct and indirect care, we sought to understand how the pandemic, intertwined with the governance of these companies, affected care work practices. To confront the lack of disaggregated data, we mapped the care apps and

platforms collecting data from the country's main app store; we analyzed the platforms' Terms of Service and Conditions of Use, and the company websites; we conducted interviews with workers on these platforms; and we referred to their complaints on the *Reclame Aqui* website. We conclude that the governance of the platforms affected the workers' experience in different ways and with varying effects depending on the platform. Among them, we highlighted the dialogue between clients and workers, the exacerbating of control provided by a system of prescriptive and punitive ratings, the conditions of care work, including tasks that go beyond expected activities, leading to an overlap of different forms of care. Having documented the intensification of care work and the capacity of the platforms to go beyond the matching of demanders and providers towards intervening in the way work itself is performed is the contribution of this research to an analysis of the forms taken by the broad and recent process of digitalization of care work in Brazil. Keywords: Digital labor platforms; Care; Job intermediation; Brazil.

Texto recebido em 07/11/2023 e aprovado em 23/11/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.218376.

ANA CAROLINA ANDRADA é pesquisadora no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), integrada à Rede Cuidados, Direitos e Desigualdades (CuidDe). E-mail: caandrada@gmail.com.

ANA CLAUDIA MOREIRA CARDOSO é pesquisadora, integrante do Grupo de Trabalho sobre trabalho digital da Rede de Estudos e Monitoramento da Reforma Trabalhista (Remir) e da Rede Cuidados, Direitos e Desigualdades (CuidDe) e consultora no Ministério das Mulheres. E-mail: anacmc2@hotmail.com.

NADYA ARAUJO GUIMARÃES é professora titular sênior do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), integrada à Rede Cuidados, Direitos e Desigualdades (CuidDe). E-mail: nadya@usp.br.

RENATA MORENO é pesquisadora, integrada à Sempreviva Organização Feminista (SOF) e à Rede Cuidados, Direitos e Desigualdades (CuidDe). E-mail: ticamoreno@gmail.com.

MARIA JÚLIA TAVARES PEREIRA é pesquisadora da Rede Cuidados, Direitos e Desigualdades (CuidDe), doutoranda em Sociologia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: majutavares97@gmail.com.



Mulheres políticas

Estratégias de legitimidade e recursos mobilizados por

Cristina Kirchner¹

Jéssica Mayara de Melo Rivetti*

<https://orcid.org/0000-0003-4642-6878>

Ana Paula Hey*

<https://orcid.org/0000-0003-3513-8598>

Introdução

*Somos filhos da época
E a época é política.*

*Todas as tuas, nossas, vossas coisas
diurnas e noturnas,
são coisas políticas.*

*Querendo ou não querendo,
teus genes têm um passado político,
tua pele, um matiz político,
teus olhos, um aspecto político. [...]*

“Filhos da época”, Wislawa Szymborska, 1987

A participação, o ingresso e a representatividade das mulheres no campo político (Bourdieu, 2011b) são permeados por condições materiais e simbólicas específicas que vêm sendo exploradas de diversas maneiras nas pesquisas, sobretudo nas últimas décadas. No âmbito da sociologia, escopo desta análise, o interesse volta-se a um sistema simbólico que hierarquiza e fornece o enquadramento dominante, servindo de referência para justificar o reconhecimento ou não reconhecimento das mulheres

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

1. Agradecemos aos pareceristas da revista *Tempo Social* os frutíferos comentários a respeito da primeira versão do texto, que certamente contribuíram para o aprimoramento desta nova versão.

em papéis vistos como masculinos. Esse é o caso típico das políticas², que enfrentam os efeitos de um “protagonismo marginalizado”, em que seus nomes são postos à sombra pelas práticas masculinas e pela história oficial (Rivetti, 2023).

O campo político – entendido como uma estrutura de poder ou um sistema de relações objetivas – envolve a autonomização de certas atividades e uma divisão do trabalho daqueles que recebem como delegação a representação política. A socialização para a política e o aprendizado do fazer político são decorrentes da aproximação com um conjunto de práticas definidas nesse espaço, da mesma forma que os diferentes atributos que valem como capital político estão sujeitos a essa fronteira. Há uma disputa tanto pela representação legítima e pelo direito de falar em nome de todos – ou de alguns grupos –, quanto pela definição dos problemas que devem ser objeto de escrutínio social (Bourdieu, 1981). Tal batalha coloca em concorrência atores profissionalizados no trabalho de representação política do mundo social (Dulong, 2020), justamente por serem dotados de certos tipos de capital (em especial, de notoriedade e de delegação). Cabe-nos indagar que tipos de recursos as políticas podem mobilizar para acumular capitais válidos e atuantes nesse espaço, entre eles os atributos ligados a gênero.

Assim, neste artigo, tomamos alguns aspectos da trajetória da primeira mulher a ser eleita para a presidência da Argentina³, Cristina Fernández de Kirchner⁴ (2007-2015), como um modelo típico dos desafios contemporâneos enfrentados pelas mulheres que ocupam posições de poder político mais elevadas em estados democráticos. Acreditamos que a investigação de percursos singulares, visando a apreender o que políticas carregam de ordinário e geral, permite avançar analiticamente em direção a entender a reconversão do gênero em atributo político. Destacamos sua linhagem política e a capitalização do “matrimônio político”, coroado com a sucessão presidencial de seu marido, Néstor Kirchner (2003-2007), para expressar a utilização de estratégias que possibilitaram o domínio das dinâmicas desse espaço e a consolidação de sua carreira (Grandis e Patrouilleau, 2010).

A mobilização de recursos econômicos, simbólicos, culturais e matrimoniais configura diferentes posições e práticas no campo político, de modo geral, sendo que aqui evocamos o gênero como um atributo distintivo. Pesquisas nessa direção (Dulong e

2. Será utilizada a denominação *políticas* em referência específica às mulheres que compõem o campo político.

3. Apesar de Cristina ser a primeira presidenta eleita, a primeira presidenta do país foi María Estela Martínez de Perón (de 1974 a 1976). A vice-presidenta assumiu o governo após a morte do seu marido, o presidente Juan Perón. O conturbado governo de Isabelita – acusada de corroborar com crimes de lesa-humanidade cometidos pelos militares argentinos – durou apenas dois anos.

4. Daqui em diante referida apenas pelo prenome.

Lévêque, 2002) apontam que ocorre um processo de renovação do jogo político pela feminização, o que pressupõe a existência de práticas políticas especificamente femininas. Assim, estabelece-se uma contenda em torno de tais práticas – notabilizadas como femininas –, para que sejam consideradas práticas políticas legítimas. Nesse jogo pela legitimação de uma posição que tenha valor na e para a política (Hey, 06/07/2021), muitas vezes as mulheres políticas precisam reforçar estereótipos sociais – centrados no masculino – a fim de se estabelecerem⁵.

Muitos fatores já foram elencados acerca da dificuldade que políticas enfrentam para obter o reconhecimento de sua legitimidade pelos pares; dentre eles, destacamos a existência de leis, práticas, atitudes e estereótipos de gênero discriminatórios, produtos de assimetrias na divisão sexual do trabalho, dos baixos níveis de educação, da falta de acesso a serviços sanitários, da escassez de saúde pública e, sobretudo, da pobreza que afeta as mulheres de maneira desproporcional, o que se acentua ainda mais ao agregarmos outros marcadores sociais, como raça, faixa etária, regionalidade e orientação sexual (Matos, 2021; Cavallero e Gago, 2022).

Tomando como referência o estudo realizado pela União Interparlamentar e ONU Mulheres em 2020, torna-se evidente que o *teto de vidro* (Lyness e Thompson, 1997) – barreira invisível que dificulta o acesso das mulheres aos postos hierárquicos mais altos e prestigiosos no mercado de trabalho e no campo político – ainda é uma realidade global, dado que apenas 6,6% (10/152) das chefes de Estado eleitas e 6,2% (12/193) das chefes de governo são mulheres. Tal fato sugere resistências à ascensão feminina às posições de poder mais elevadas (Rudling, 2009). No caso da Argentina, isso se reflete nos dados do relatório da Equipo Latinoamericano de Justicia y Género – ELA (2020), que ilustram a baixa participação feminina no poder executivo, tanto no âmbito nacional quanto no subnacional. De 2010 a 2020, o aumento da presença de mulheres nesses dois níveis foi de apenas três pontos percentuais no país (de 9,2% a 12,6%). Em contrapartida, houve um crescimento nos poderes legislativo e judiciário, tanto em nível nacional quanto subnacional (ELA, 2021).

Nesse sentido, entender as mulheres no campo político exige colocar questões a um arranjo de poder composto de relações simbólicas que necessitam ser desveladas. É essa estrutura que nos informa que, quanto menor o prestígio da posição no campo político, maior é a porcentagem da participação feminina (Panke e Iasulaitis, 2016). Podemos afirmar, então, que as mulheres enfrentam maiores desafios para

5. Aqui podemos recuperar Franz Schultheis (1995), inspirado em Bourdieu, ao afirmar a existência de uma oposição privado-público como princípio chave de uma visão e uma divisão sexuadas do mundo social, sendo que às mulheres cabe a casa, o interno, o privado e, aos homens, destina-se o aberto, o externo, o público. Mais que isso, tal dicotomia constitui uma estrutura de plausibilidade para o conhecimento e o reconhecimento de uma ordem social.

serem reconhecidas como políticas legítimas, carecendo investir mais em estratégias produtoras de capital político atuante em determinado espaço e tempo.

Nessa moldura, entendemos que a trajetória de Cristina nos permite: (1) refletir acerca de uma tipologia de políticas, que atendem ao mesmo tempo um campo político específico e uma estrutura de sentido que torna mais ou menos favorável sua atuação; (2) visibilizar estratégias engendradas por mulheres na prática política e os recursos mobilizados para angariar e assegurar a legitimidade do voto, bem como uma carreira exitosa.

Linhagem familiar e disposições à política

Nascida em 19 de fevereiro de 1953 na cidade de Tolosa, em La Plata, província de Buenos Aires, a 60 quilômetros da Capital, Cristina Elisabet Fernández de Kirchner viveu ali a sua infância e juventude com seus pais, irmã, avô e tia materna. Mesmo sendo uma família de classe média baixa, sujeita a limitações financeiras, Cristina e Gisele, sua irmã, sempre tiveram incentivo familiar para o consumo de literatura e a aquisição de bens culturais – “a mãe, a tia e o avô eram quem lhes comprava livros. Esses que se vendem de porta em porta. Enciclopédias, dicionários de muitos volumes, coleções completas, histórias da arte, os *Lo sé todo*, os *Preceptores* [...]” (Russo, 2011, p. 46)⁶.

Não só os livros dominavam os interesses de Cristina. Em entrevista a sua biógrafa, Olga Wornat, as professoras do colégio religioso La Misericórdia de La Plata afirmaram que, desde pequena, ela demonstrava interesse pela política, ainda que não estivesse diretamente envolvida em movimentos estudantis (*Idem*, p. 71). As disposições ao campo político devem-se, em grande parte, ao contato direto com redes políticas e sindicais que sua mãe, Ofélia Wilhelm (1929-2019), integrava. Ofélia era militante peronista e trabalhava como secretária-geral da Asociación de Empleados de Rentas Inmobiliarias (Aeri) – constantemente envolvida em disputas sindicais com a Asociación de Trabajadores del Estado (ATE) e a Unión del Personal Civil de la Nación (UPCN) (Wornat, 2005)⁷.

6. Segundo Bourdieu (2011a, p. 37; 40), essa estratégia familiar de reconversão do capital educacional em capital cultural e econômico, visando à ampliação do patrimônio familiar, é comum em condições sociais de classes médias e baixas. Isso se dá porque “a estratégia escolar é uma transmissão – mais ou menos segura e controlada pelo Estado – de um poder vitalício, fundamentado no título escolar que, ao contrário do título de propriedade ou do título de nobreza, não é transmissível por herança”.

7. Trata-se de associações nacionais reconhecidas pela militância política-sindical peronista; após resolução da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) em 1953, “[...] a diferença entre ambas se construiria sobre a base da representação de distintas categorias trabalhistas, que por tradição e por algumas projeções organizativas permitiriam vincular a ATE aos obreiros e a UPCN aos empregados” (Contreras, 2010, p. 28). Fomentaram debates no interior do peronismo e intensificaram as disputas políticas das

Já seu pai, Eduardo Fernández (1921-1982), de família asturiana e galega, era motorista de ônibus e se considerava antiperonista irredutível, exibindo explícito desinteresse por discussões sobre pautas trabalhistas. Com o tempo, tornou-se um pequeno empresário do setor de transportes, vindo a simpatizar com a União Cívica Radical (UCR). As divergências entre os pais provavelmente contribuíram para alimentar os interesses políticos de Cristina e Gisele e para introduzi-las no debate político.

Cristina se graduou em direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Nacional de La Plata, onde teve seus primeiros contatos com a militância política via movimentos estudantis peronistas de esquerda. Participou da Frente de Agrupação Eva Perón (Faep), que se fundiu, posteriormente, com a Federação Universitária pela Revolução Nacional (Furn), formando a Juventude Universitária Peronista (JUP) da Universidade de La Plata (Donot, 2011; Flax, 2018; Ibara, 2015). Foi nesse espaço de militância, em 1974, que conheceu seu futuro marido, Néstor Kirchner, também aluno do curso de direito (Bellota, 2012).

Nascido em 25 de fevereiro de 1950 na cidade de Río Gallegos, Santa Cruz, no Sul do país, faleceu em outubro de 2010. Filho de Néstor Carlos Kirchner Kaenel, peronista, ateu e funcionário dos correios argentinos, e de Maria Juana Ostoic Dragnic, chilena, filha de imigrantes croatas, católica e conservadora, teve duas irmãs: Alicia e María Cristina. A primeira também se enveredou para a política, sendo ministra do Desenvolvimento Social durante a presidência do irmão e da cunhada (2003-2005; 2006-2015), além de senadora (2005-2006) e governadora de Santa Cruz (2015-).

A formação escolar de Néstor ocorreu em instituições públicas de Río Gallegos, como o Colegio Provincial de Educación Secundaria n. 23 – República de Guatemala e a graduação universitária em La Plata (financiado com uma bolsa de Santa Cruz). Sua vida política se iniciou, assim como a de Cristina, através da socialização familiar e de debates entre os pais (de um lado, apoiadores, do outro, críticos ao peronismo), mas consolidou-se na militância universitária, vindo a se solidificar posteriormente com a representação institucional em Santa Cruz.

Néstor e Cristina se casaram seis meses após se conhecerem e tiveram dois filhos: Máximo⁸ (1977) e Florencia⁹ (1990). No início do casamento, a Argentina era gover-

entidades trabalhistas e setoriais. Em termos numéricos de filiações, a ATE agrupava 105 federações e 32 delegações, já a UPCN possuía 470 seções – a divisão histórica se estende até os dias de hoje.

8. Máximo Kirchner seguiu os passos dos pais e também passou a se dedicar à vida política. Em 2009, fundou o La Cámpora – agrupamento político juvenil de apoiadores da família política Kirchner. Em 2015, valendo-se de um montante considerável de capital político (herdado dos pais e adquirido via militância), foi eleito deputado nacional pela província de Santa Cruz e, em 2019, se reelegeu pela província de Buenos Aires (Vázquez e Vommaro, 2012).

9. Na contramão do histórico familiar na política, Florencia optou por seguir a vida profissional no campo das artes visuais como diretora e roteirista.

nada por Isabel Perón (PJ) e José López Rega, fundador da Triple A (Aliança Anticomunista Argentina), organização que reprimia os militantes de esquerda, promovendo desaparecimentos e torturas que tinham como alvo prioritário estudantes universitários (Ivancich *et al.*, 1983). Após o golpe militar de 1976, e com a crescente perseguição aos militantes de esquerda, o casal se refugiou no interior do país, juntamente com alguns companheiros de militância (Russo, 2011; Horowicz, 2015). No período da ditadura mantiveram um escritório de advocacia em Río Gallegos, onde começaram a adquirir um considerável patrimônio em imóveis pelo interior e sul do país (Wornat, 2005).

O entrelaçamento das duas trajetórias¹⁰ nos permite apreender certos elementos que propiciaram a entrada de ambos no campo político, uma espécie de construção do casal político, tais como o pertencimento a classes médias baixas como filhos de pequenos funcionários, a linhagem familiar de militância de um dos pais, o envolvimento com o peronismo dos anos 1970-1980 e a militância universitária como gênese da prática política. Cabe avançar no uso de estratégias e na mobilização de recursos incorporados, entre eles a projeção do kirchnerismo, o primeiro-damismo e o matrimônio político, que propiciaram à Cristina estabelecer ou potencializar posições no campo político, como veremos nos tópicos a seguir.

Construção social do kirchnerismo: do local ao nacional

A história recente da Argentina é profundamente marcada pelo movimento peronista (logo, antiperonista também) e suas camaleônicas vertentes que, desde os primeiros governos de Juan Domingo Perón¹¹ nas décadas de 1940 até a disputa presidencial de Sergio Massa (Unión por la Patria) em 2023, despertam adesões ou rechaços da sociedade (Piva, 2013; Horowicz, 2015). Iniciado em 1945, o movimento surge com a aproximação de Perón, Secretário de Trabalho e Previdência do governo de Edelmiro Farrell (1944-1946), aos setores da classe trabalhadora e aos sindicalistas da Confederação Geral de Trabalhadores (CGT) (Silva, 2014). Nesse ano, fundou o Partido Laborista, pelo qual foi eleito presidente pela primeira vez em 1946 e que passou a se chamar Partido Peronista até 1971¹². Desde então, o peronismo tem se

10. Em outra perspectiva, caracterizado por Gallo (2008) como “poder bicéfalo” ou “duplo comando” de compartilhar o mesmo projeto político e orientação ideológica. Tática eleitoral utilizada nas campanhas de Cristina à presidência em 2007 e 2010 pela coligação *Frente para la Victoria* (FPV).

11. Militar de carreira, ocupou vários cargos no governo e presidiu a Argentina por três mandatos: de 1946 a 1952, de 1952 a 1955 e de 1973 a 1974. Durante os anos de 1955 a 1973, exilou-se na Espanha, período marcado por levantes militares e a sangrenta ditadura militar (1966-1973).

12. O decreto de Lei n. 19.102/71, instaurado pela ditadura militar argentina, proibiu que os partidos assumissem designações personalistas – o que fez com que o Partido Peronista passasse a se denominar Partido Justicialista (PJ) (Romero, 1997).

estruturado a partir da ideia de movimento político (Leis, 2006) e tem sido representado, institucionalmente, pelo Partido Justicialista (PJ).

Não é possível falar em um único peronismo, mas em distintas adaptações segundo o contexto histórico, as demandas sociais e as disputas internas entre as correntes do PJ (Horowicz, 2015). A partir dos anos 2000, uma das vertentes que assumiu a hegemonia do movimento foi o kirchnerismo com Néstor e Cristina – após o governo dos também peronistas Eduardo Duhalde (2002-2003) e Carlos Menem (1989-1999) (Rinesi, 2011; Piva, 2013).

Néstor e Cristina se apresentam como herdeiros do peronismo clássico (1946-1955), mas lhe dando uma nova roupagem. Essa construção se iniciou efetivamente a partir da fundação do Ateneo Teniente General Domingo Perón em novembro de 1981, em Río Gallegos, ao promover um espaço de socialização dos futuros dirigentes provinciais do Frente para la Victoria (Sosa, 2016)¹³. Os primórdios do que se tornaria o kirchnerismo se dá após a redemocratização, em 1987, ano em que Néstor, já contando com um considerável apoio político adquirido via militância, vence as eleições para a prefeitura de Río Gallegos pela Frente Municipal (FM) – agrupamento político heterogêneo, formado com o Partido Intransigente (PI), Democracia Cristiana, Movimiento de Integración y Desarrollo (MID) e Movimiento Patriótico de Liberación (MPL).

A partir de 1988, com Néstor já no executivo municipal, tem-se o pontapé para a gênese do que viria a ser a Frente para la Victoria Santacruceña (FVS), coalizão que projetou o casal a candidaturas de maior fôlego. A FVS manteve a pluralidade de perspectivas defendidas pela FM e “implicou a convergência em um mesmo espaço de referências e quadros políticos da ‘ortodoxia’ e da ‘renovação’ peronista (ainda que posteriormente), do PC, PI, MID, Democracia Cristiana e [...] importantes quadros do radicalismo” (Sosa, 2017, p. 261; tradução livre).

No período da recente transição democrática, as coalizões de frentes locais, nacionais e provinciais eram comuns em função da crise de legitimidade dos partidos políticos. A FVS, em especial, liderada por Néstor e Cristina, não fugia à regra, estava estruturada em um conglomerado de coalizões e alianças partidárias para obter um amplo apoio institucional. Apesar de ser essencialmente santa-cruzeense, a composição da frente estava aberta para os mais diversos agentes e forças políticas, para conformar suas estratégias de representação e conquistar grupos sociais

13. Grupo organizado inicialmente por Néliida Cremona de Peralta (conhecida por sua ortodoxia peronista) em 1980, que, dois anos depois, teve sua comissão diretiva a cargo de Cristina e Néstor. O Ateneo contava com a participação de militantes peronistas próximos ao casal que se reuniam e tinham como eixo comum discursos e estratégias para futuras articulações políticas, vislumbrando o retorno do estado democrático (Sosa, 2016).

heterogêneos, apresentando-se como uma oferta política renovada e sedutora ao eleitorado (Montero e Vincent, 2013). Somado a isso, a frente também passou a integrar setores do sindicalismo, fazer alianças com partidos peronistas provinciais e defender as políticas de memória e direitos humanos.

Essa expressão política que se diferenciava do tradicional PJ, sob o lema de unidade, elegeu Cristina, pela primeira vez, em 1989, como deputada estadual por Santa Cruz e a reelegeu em 1993. Foi também através do FvS que se alçou como senadora e deputada federal por Santa Cruz, ocupando cargos representativos por doze anos seguidos. Já Néstor deu um salto da prefeitura para a administração do governo de Santa Cruz entre os anos de 1991-1995.

A província de Santa Cruz de fato tornou-se reduto do kirchnerismo¹⁴, e a trajetória do casal se converteu “em uma das forças políticas mais importantes da Argentina” (Avelar e Rangel, 2019, p. 424), cujas carreiras foram construídas em espaços políticos complementares: Néstor no executivo (prefeito, governador, presidente), e Cristina no legislativo e senado (deputada estadual, federal e senadora).

Após a comprovada adesão popular à FvS e com a proximidade das eleições nacionais em 2003, o casal Fernández-Kirchner tomou a dianteira na idealização da Frente para la Victoria (FpV), de um nível local (santa-cruzenho) à nacional e se fixando na ala progressista do peronismo. A aposta era, sobretudo, se diferenciar do menemismo. Nesse sentido, a FpV “se reconhece como parte de um partido mais amplo (o Partido Justicialista ou PJ), incluindo setores que, historicamente, não se vincularam com esta organização” (Ramos, 2016, p. 43), e se apresentava como uma via razoável para a crise econômica que o país enfrentava, motes essenciais para a vitória de Néstor ao executivo nacional.

Durante o governo de Néstor (2003-2007) e Cristina (2007-2015), o kirchnerismo estruturou-se a partir de frentes organizadas como o Movimiento Evita (Silva, 2014), Carta Abierta – coletivo formado por uma elite letrada e do campo artístico – e o La Cámpora, frente numerosa, composta por uma ampla adesão de jovens militantes sob a direção de Máximo Kirchner (Bonasso, 2012; Di Marco, 2012; Vázquez e Vommaro, 2012). Graças também à agenda política renovada com os debates públicos (Rinesi, 2011), o movimento obteve uma alta capacidade de recrutamento que, enraizado no peronismo clássico, fortificou-se na identidade da militância montonera e da Juventude Universitária Peronista (JUP)¹⁵.

14. Local de atuação também de Alicia Kirchner, como já mencionado, que em 2005 sucedeu Cristina como senadora e onde atualmente é governadora.

15. Movimentos notáveis na história do país por fazer oposição à ditadura militar (1976-1983).

Giani (2013) afirma que esse retorno do kirchnerismo às estruturas orgânicas do PJ promoveu uma combinação inédita da adesão de pessoas, sem nenhuma ligação partidária, e que passaram a simpatizar com a nova face do governo nacional representada por Néstor. Não à toa, sua popularidade aumentou após sua posse e foi vista como uma consequência de certo pragmatismo adotado no processo de recuperação econômica e de esforços do governo no desenvolvimento de políticas de redistribuição pós-crise neoliberal (Maizels, 2015; Arnoux e Zaccari, 2015; Gallo, 2008).

Cristina (FpV), por sua vez, também se projetou em nível nacional nas eleições seguintes, de 2005, e obteve a primeira vaga do senado pelo maior colégio eleitoral do país: a província de Buenos Aires – disputando diretamente com a ex-primeira-dama anterior, Hilda “Chiche” Duhalde (PJ)¹⁶. Seu mandato foi marcado pela defesa de bandeiras sociais levantadas durante a militância universitária da JUP, na década de 1970, em defesa da democracia. Recorreu a uma imagem de porta-vozes de uma geração que esteve presente em períodos de repressão e que levantaram bandeiras da militância juvenil montonera, por meio de um discurso em defesa da democracia e da identidade latino-americana (Ivancich *et al.*, 1983).

Para Rinesi (2011, p. 29), o governo kirchnerista reinterpreto a tradição peronista através de uma leitura da geração dos '70, compartilhada por Néstor e Cristina: “[...] essa mesma ideia de ‘geração’, em efeito, aparece com frequência nos discursos presidenciais de todo esse ciclo de oito anos [do governo de Cristina] e, associada a ela, a ideia dos sonhos que não haviam sido deixados ‘na porta da Casa do Governo’” (grifos nossos). O amálgama entre casal, políticos com grande projeção pública, personificações de uma vertente política (o kirchnerismo) e, ainda, porta-vozes de uma geração que viveu intervenções e ditaduras militares garante a construção simbólica de uma aliança bem-sucedida que rendeu legitimidade a ambos e que garantiu um forte capital político à Cristina, mobilizado em diferentes graus e momentos de sua trajetória.

Os usos do primeiro-damismo

Cristina sempre externalizou certo incômodo com o papel de primeira-dama (2003-2007). Na cerimônia de posse do marido, fez questão de permanecer em seu assento de senadora (para o qual fora eleita pela Província de Santa Cruz, em 2001), o que,

16. O kirchnerismo não é um movimento de aprovação unânime dentro do peronismo. Há diversas clivagens dentro do peronismo que perpassam desde tendências à direita como à extrema-esquerda e que resultam na dificuldade de delimitação da perspectiva político-ideológica do movimento (Montero, Vincent, 2013). Justamente em razão dessas disputas internas, uma frase é atribuída a Perón: “*Nós, peronistas, somos como os gatos: quando os escutamos gritar, não é que estão brigando... estão se reproduzindo*”.

segundo Wornat (2005, p. 41), “teria causado boa impressão em um país acostumado com a frivolidade e com as disputas das famílias presidenciais por roubar a câmara nesse momento”. O repúdio ao papel de primeira-dama também transparece em seus discursos no período, nos quais declara a opção por ser chamada de “primeira cidadã” (Di Mauro, 2015, p. 164).

A posição de primeira-dama é histórica e socialmente associada à participação das mulheres no Estado por meio de ações assistencialistas e cerimoniais. Mais do que isso, como mostram Guerrero e Arana (2021), os programas e formulações de políticas públicas desenvolvidos por essas mulheres são orientados por questões de gênero: “[...] associadas à maternidade, tais como: família, adolescência, mulher e adultos mais idosos. Em alguns casos, as primeiras-damas tornam-se o rosto de um programa, promovendo-o em fóruns internacionais e gerando apoio na opinião pública” (*Idem*, p. 253).

Essa concepção pode fundamentar uma espécie de primeiro-damismo tradicional, baseado em trejeitos femininos, na filantropia e na ética do cuidado. Mas também sugere o rechaço a uma projeção de agência no campo político, exaltando uma suposta sacralidade que corrobora discursos essencialistas e morais. Assim enquadradas, as primeiras-damas se veem docilizadas, reproduzindo os papéis sociais do gênero estendido do familiar ao Estado, tendo sua atuação no campo político permitido apenas enquanto “outras” (Faria, Rivetti e Butterby, 2023)¹⁷.

Por outro lado, em alguns casos, as primeiras-damas não se limitam apenas aos bastidores, desempenhando um papel crucial na mediação da comunicação entre o presidente e públicos específicos, bem como na obtenção de apoio popular em diversos momentos, sobretudo nas campanhas políticas. Portanto, devem ser apreendidas como “membros da elite política *de fato*, devido à influência que exercem no poder executivo, graças ao vínculo com o presidente” (Guerrero e Arana, 2021, pp. 256-257; tradução livre).

Na conjuntura argentina, não é demais lembrar o prestígio da primeira-dama Eva Perón ao consolidar uma posição de destaque no campo político, apesar de não ter ocupado nenhum cargo eletivo. Atuando como líder carismática, exerceu papel central na consolidação do governo de Perón (1946-1953) e no desenvolvimento de políticas assistencialistas. Fez isso à frente da Fundação Eva Perón, do Partido Peronista Feminino (PPF) e na condição de intermediadora de setores de trabalhadores/as via Confederação Geral dos Trabalhadores (Silva, 2014; Barrancos, 2013; Valobra, 2010).

17. Os projetos políticos do macrismo, na Argentina, e do bolsonarismo, no Brasil, ilustram a experiência de mulheres que encarnaram o primeiro-damismo como uma extensão de seus lares no Estado. As ex-primas-damas Juliana Awada de Macri e Michele Bolsonaro apresentavam-se como aquelas que estão para “servir” e não para disputar o poder.

QUADRO 1
Carreira política da família Kirchner

CRISTINA FERNÁNDEZ DE KIRCHNER			NÉSTOR KIRCHNER			MÁXIMO KIRCHNER		
ANO	POSIÇÃO	PARTIDO/ FRENTE	ANO	POSIÇÃO	PARTIDO/ FRENTE	ANO	POSIÇÃO	PARTIDO FRENTE
1987	Coordenadora do Conselho de Planejamento e Assessoramento de Río Gallegos	FM	1987-1991	Prefeito de Río Gallegos	FM	2009	Fundador do <i>La Cámpora</i>	La Cámpora
1989-1993	Deputada estadual por Santa Cruz	FVS	1991-1995	Governador de Santa Cruz	FVS	2015-2019	Deputado estadual por Santa Cruz	
1990	Governadora interina de Santa Cruz		1995-1999		FpV	2019-	Deputado federal por Santa Cruz	La Cámpora/ FpV
1993-1995	Deputada estadual por Santa Cruz		1999-2003					
1995-1997	Senadora por Santa Cruz		2003-2007	Presidente da República				
1997-2001	Deputada Federal por Santa Cruz		2008-2010	Presidente do Partido Justicialista				
2001-2005	Senadora por Santa Cruz	FP	2009-2010	Deputado Federal por Buenos Aires				
2005-2007	Senadora por Buenos Aires							
2007-2010	Presidência da República							
2011-2015								
2017-2019	Senadora por Buenos Aires	FpV/UC						
2019-	Vice presidência da República	TODOS						
	Presidenta do Senado							

Fonte: Elaboraao das autoras, 2023.

A Evita lembrada por Cristina é a primeira-dama militante e combativa, responsável pelo direito ao voto das mulheres e presidenta do PPF¹⁸, o que permite à Cristina aliar a herança de uma mulher consagrada a sua carreira política consolidada – antes de seu marido chegar à presidência, em 2003, Cristina já tinha ocupado cinco cargos eletivos que vão do âmbito local ao nacional¹⁹ (como podemos verificar no Quadro 1), tendo vencido, até o momento, todas as eleições a que concorreu.

A reserva de Cristina em ser vista simplesmente como primeira-dama refere-se mais a um modo de uso dessa atribuição, uma vez que, ao rejeitar publicamente esse papel, apesar de exercê-lo, ela amplifica seu reconhecimento como política com luz própria. Essa outra dimensão do primeiro-damismo pode constituir uma estratégia de projeção de novas lideranças políticas, explicando o aumento da participação de mulheres nos cargos de poder político, sobretudo na América Latina. Guerrero e Arana (2021, p. 250), após a análise das trajetórias das 88 primeiras-damas da região entre 1999 e 2016, observaram que “[...] vinte ex-primeiras-damas foram candidatas 26 vezes em eleições para a presidência, vice-presidência ou Congresso. Este fenômeno revela que muitas possuem grandes ambições políticas”.

Ademais, com a redemocratização dos países latino-americanos, o primeiro-damismo se tornou um recurso amplamente utilizado, com práticas “legitimadas de maneira democrática nas urnas” (Giordano, 2023, pp. 19-20), o que nos aponta para duas direções.

A primeira: entender o primeiro-damismo como capital para mulheres (novatas) no início de suas trajetórias, cujas carreiras políticas são impulsionadas pelo matrimônio. Como pode ser verificado no caso das inexperientes políticas que foram eleitas ao legislativo: Gloria Bejarano Almada (Costa Rica), Keiko Fujimori (Peru), María Dolores Alemán Cardenal (Nicarágua), María Fernanda Flores de Alemán (Nicarágua), Margarita Penón Góngora (Costa Rica), Susana Higuchi (Peru). O

18. Ao ser eleita presidenta, Cristina fez diversos usos da memória de Evita ao homenageá-la no Bicentenário da Revolução de Maio via decreto nacional n. 329/2010, portando-se como a “herdeira evitista”. Valobra (2010) descreve que as primeiras legisladoras do PPF, após a morte de Evita em 1952, usaram a recordação da primeira-dama como uma “função memorial” para se legitimarem no campo político como herdeiras do projeto e contornarem os questionamentos de suas capacidades. Após coletar e analisar 1853 discursos de Cristina no período presidencial (2007-2015), observou-se que ela também fez um uso da função memorial de Evita: “ao trazer diversas Evitas ao longo de todas as comemorações do Bicentenário, desde Eva combativa de 2009 com os *slogans* dos festejos nacionais, Eva desaparecida de 2010 de pano de fundo no Salão das Mulheres do Bicentenário, Eva *madre de los descamisados* de 2011 do Edifício da 9 de Julio, Eva atriz de 2012, Cristina Kirchner proporciona uma elevada gama identitária a essa memória flutuante, dinâmica e composta de restos de história aos argentinos” (Rivetti, 2016, p. 165).

19. Entre as primeiras-damas com carreira política, Cristina é seguida somente pela uruguaia Lucía Topolansky, que até a presidência de seu cônjuge, Pepe Mujica, havia ocupado dois cargos (deputada, entre 2002 e 2005, e senadora, entre 2005 e 2015).

mesmo se deu com candidaturas ao Senado, disputado e vencido pelas ex-primeiras-damas María Julia Pou (Uruguai) e Mirta Gusinsky (Paraguai). Já no Panamá, Marta Linares de Martinelli foi eleita vice-presidente.

A segunda interpretação do primeiro-damismo, na qual identificamos o uso por Cristina, é como estratégia para a formação de dinastias políticas e reprodução do poder político familiar. Ela tanto se coloca em uma linhagem que caracteriza o campo político argentino (força da primeira-dama na cimentação do governo do marido) quanto se apresenta como política profissional, merecedora da delegação do voto (como senadora). Cristina consegue aliar dois papéis sociais que deveriam situar-se em polos antagônicos, o privado e o público, a esfera familiar e a vida política, união que parece frutificar as alianças que garantem a reprodução familiar no campo político.

O matrimônio político como recurso

Em 2007, atuando como senadora por Buenos Aires, Cristina é eleita para a presidência em primeiro turno, com 45% dos votos válidos – o dobro do conquistado por Néstor na disputa anterior. Apesar dos elevados índices de aprovação ao deixar o país com uma economia estabilizada e comprovado avanço nos indicadores sociais, Néstor optou por não concorrer à reeleição, o que permitiria manter seu grupo (familiar) no poder e conservar o capital político acumulado até então com menores riscos (Gallo, 2008).

O projeto desenhado pelo casal, qualificado por estudiosos como Plano 16K (Donot, 2011; Gallo, 2008), consistia em formar uma sociedade político-amorosa que almejava se alternar no poder por pelo menos dezesseis anos (quatro mandatos de domínio partidário-conjugal). O Plano 16K pode ser entendido, desta maneira, como concretização da transmissão de poder político de modo familiar, via matrimônio político, e pela herança delegada ao filho, Máximo Kirchner, no legislativo – para o qual foi eleito em 2015 e reeleito em 2019.

De fato, a proposta de continuidade esteve no cerne da campanha presidencial de Cristina, que a retratou como a candidata que iria intensificar o projeto político e econômico kirchnerista na Argentina do Bicentenário da Revolução de Maio, em 2010, e ao mesmo tempo atualizá-lo conforme as exigências impostas pelo novo contexto social e econômico (Panke e Iasulaitis, 2016).

Essa consecutividade de governos não representou um fato inédito na história argentina. A tradição de regime bipresidencial (Navarro, 2000) já estava presente no repertório político do país nas primeiras décadas do século XIX com o casal Encarnación Ezcurra e Juan Manuel de Rosas, e depois, ao longo do século XX, com

destacadas lideranças peronistas como Eva Duarte e Juan Perón, Isabelita e Juan Perón, Hilda Duhalde e Eduardo Duhalde, Cristina e Néstor (Barry, 2016).

Recuperar esse quadro mais geral nos permite analisar de que modo o casal Kirchner reativou (de forma singular) na sociedade e no campo político argentino a tradição peronista do “matrimônio político” (Grandis e Patrouilleau, 2010). Também descrito como “matrimônio governante” (Barry, 2016) e/ou “matrimônio presidencial” (Guerrero e Arana, 2021)²⁰, refere-se ao mecanismo de projeção, em termos de estratégias políticas, da imagem pública do casal (Bourdieu, 2011b).

Ao tratarmos do matrimônio político, retomamos a ideia do primeiro-damismo como caminho para uma apreensão do papel desenvolvido pelas mulheres como agentes governamentais (Winfield, 1997). Quanto a isso, o caso dos Kirchner é notável, pois após o falecimento de Néstor, em 2010, Cristina preservou a imagem da sociedade político-amorosa por meio da reiteração de lugares de memória (Nora, 1993) do marido, construídos e apresentados em inaugurações, comícios, falas, nomeação de praças, monumentos etc. – o que veio a ser nomeado por opositores como “kirchnerlândia” (Rivetti, 2023). O luto foi incorporado em sua vestimenta e na forma de se referir a Néstor nos seus discursos como “Ele”, não pronunciando o seu nome, ainda que este viesse a ser sistematicamente gravado na história oficial do país.

A estratégia de conversão do capital simbólico de Néstor em capital político de Cristina foi um recurso eficaz para a ampliação do eleitorado, sobretudo ao instrumentalizar e atualizar a imagem do casal Juan-Eva Perón/Néstor-Cristina Kirchner. Ou ao mobilizar a vulnerabilidade da condição de viuvez, o que lhe permitiu, em 2011, a maior vitória eleitoral desde 1983, com 54% dos votos válidos em primeiro turno²¹. A eficácia simbólica de tal conversão reside na formação de uma unidade, em que a metáfora do casamento (Bourdieu, 1962) – como espécie de arranjo familiar e estratégia de sobrevivência no sistema de relações sociais e econômicas – dissimula o esfacelamento das fronteiras entre o “privado e o público, entre o indivíduo-cidadão e o grupo social ao qual pertence” (Canêdo, 1997, s/p). Mesmo exercendo um papel de política profissional, concretizado em sua trajetória de êxito nas urnas, no campo político mobilizam-se seus papéis tradicionais que gozam de grande força social (esposa, mãe, viúva). À unidade da família política se dá o sentido de *corpus* social,

20. A manobra do peronismo para a permanência no campo do poder é justamente se reinventar de maneira cíclica: “[...] sem qualquer preocupação com a coerência dos princípios de sua própria história. Essas mudanças cíclicas em sua intencionalidade não destroem o peronismo, muito pelo contrário, porque seu dado essencial reside na sua capacidade de movimento, não importa para onde ele possa ir. É precisamente na radicalidade da opção e não na própria opção que o peronismo se revigora como movimento” (Leis, 2006, p. 145; tradução livre).

21. Em 1983 Raúl Alfonsín (UCR) foi eleito com 51%, números apenas superados por Perón, eleito para um terceiro mandato em 1973 com 62% dos votos válidos (Bellota, 2012).

em que os interesses individuais e os laços de solidariedade do grupo se mesclam ou se tornam o do projeto político.

Violência simbólica e a dominação na política

O campo político é *locus* de conflito pela representação política, estabelecendo violentas lutas em seu interior. É nessa delimitação que se forja a legitimidade de certos tipos de capital que propiciam uma posição de poder favorável (ou não) nesse jogo. Nesse espaço, a reputação política muitas vezes cede lugar à personificação, ganhando relevância o peso de certos atributos, tais como o de classe, gênero, raça, idade. Sustentamos, aqui, que o gênero se transfigura em capital ao ser reconhecido na luta política, o que enseja forçosamente uma violência simbólica.

Cristina, como vimos, consolidou uma ampla carreira no legislativo e no executivo, mas isso não a eximiu de enfrentar constrangimentos devido a um sistema classificatório que acorda um menor valor às mulheres e ao exercício de seu poder político. Vários são os exemplos que poderiam demonstrar tal sistema de dominação que recorre geralmente à imagem da mulher e do feminino como atributo deslegitimador, situação vista com regularidade nas trajetórias de outras presidentas recentes da América Latina (como Bachelet e Dilma). Daremos algumas poucas notas dessa perspectiva no caso de Cristina.

Em uma entrevista concedida a Oliver Stone para o documentário *South of the border*, Cristina, ao lado dos demais presidentes de governos de esquerda da América do Sul entrevistados, foi questionada sobre questões políticas, sociais e econômicas pertinentes ao seu país e à região. No entanto, apenas para ela, a única mulher entrevistada, se dirigiram perguntas relativas ao seu modo de vestir e a sua aparência física²².

O tema dos sapatos foi associado à imagem de Cristina ao longo de toda a sua trajetória política. Os veículos da imprensa frequentemente questionam a quantidade, os valores, as marcas e o estilo dos calçados consumidos. E, ainda que ela tenha reagido – como assinala Russo (2011, p. 94), “os saltos utilizados por ela foram gradualmente reduzidos desde o início de sua gestão” –, a sua imagem pública continuou sendo fortemente ligada a atributos de feminilidade, como os sapatos de salto alto (“El lío de los zapatos de Cristina Fernández de Kirchner”, *El País*, 23/09/2011).

A desqualificação da autoridade política por meio de imagens também se dá pela forma sexualizada e objetificada pela qual Cristina é retratada. O modo como ela

22. Logo no início da conversa, Stone quis saber quantos pares de sapato ela possuía, ao que Cristina respondeu: “[...] não sei... Eu nunca os contei, mas não sei. Nunca perguntaram a um homem quantos pares de sapatos ou quantas calças ele tem. Perguntam sempre às mulheres essas coisas”.

utiliza a vivuvez como manutenção do matrimônio que lhe propicia poder político, como já discutido, serve de estratégia, por parte da mídia, de romper seu vínculo com a memória de Néstor e diminuir sua possibilidade de capitalização política. Exemplos disso são as capas da revista argentina *Noticias*²³, de 2012 e 2013, em que Cristina foi destaque.



À direita, a capa de 2012, "El Goce de Cristina". À esquerda, capa de 2013, "La reina está desnuda".

Fonte: *Noticias online*.

De um lado, o gozo; do outro, uma montagem de nudez. Tanto em um quanto em outro, a política é objeto de uma deslegitimação simbólica por meio da sujeição a traços sexualizados como único atributo. Ademais, é como se fosse permitido manipular sua imagem, uma vez que não poderia contar mais com a proteção do marido ou do companheiro de partido. A representação vulgar e sexualizada exprime, ainda, uma ortodoxia corporal (Moreno, 2016), em que Cristina tem o corpo esguio, jovem e em pose típica de revistas de celebridades. Reforçando, assim, a imposição de uma estética arbitrária, mas considerada legítima (tipo físico, trejeitos, maneiras de falar, de olhar)²⁴ às mulheres em posições públicas.

23. A revista *Noticias*, que começou a ser publicada em novembro de 1976: “É uma publicação semanal – [...] embora aborde temas de interesse geral, apresenta uma orientação decidida para o tratamento de conteúdos políticos, que se manifesta na composição das capas” (Aymá, 2022, p. 164).

24. Podemos inferir que a conformação de sua estética a padrões legítimos de beleza contribui para converter seu capital erótico (composto por beleza, atratividade física, formas de se expressar, maneiras, fertilidade, traquejo social etc.) em capital político (Hakim, 2012; Moreno, 2016).

Para os quadros masculinos da elite política, os atributos que remetem a uma sexualização, como a virilidade, o vigor e a masculinidade, são usados como uma espécie de atestado de sua capacidade de liderança e como qualidades a serem ressaltadas. Esse é o caso, na Argentina, de líderes de direita como Mauricio Macri e de esquerda, como Axel Kicillof, retratados por veículos de mídia como “galãs de meia-idade”.

Em análise das capas da revista *Noticias*, Aymá (2022) demonstra que Cristina era sistematicamente representada como alguém que não dialoga com os demais: “[...] sua visão também não estabelece contato direto com quem tem a revista em mãos. Ela não é retratada em posições de olhar frontal. O olhar é evasivo e a figura solitária ou isolada” (*Idem*, p. 173). Independente de como sejam suas condutas na arena política, é como se as políticas sempre fossem inadequadas ao campo político – “como alguém que está fora de seu lugar” (*Ibidem*, tradução livre).

Traços relativos à mobilização de um capital cultural, até mesmo os relativos a títulos de consagração, se tornam objeto de deslegitimação, como visto no questionamento feito pelo jornal *Clarín* (01/10/2007) – declaradamente de oposição aos governos Kirchner –, sobre a validade do diploma de graduação de Cristina. Foi necessário que o decano da Faculdade de Direito da Universidade de La Plata emitisse um comunicado oficial em nome da universidade certificando que ela se graduou em outubro de 1979. Ou, ainda, a oratória assertiva de Cristina²⁵, ferramenta primordial no campo político, alimentou leituras como a de Piscopo (2014), que nela identifica um “comportamento masculino”, de alguém que exerce uma liderança excludente, hierárquica, de confrontação, preocupada em se apresentar como uma pessoa forte – em uma reiteração, ainda que inadvertida, de papéis tradicionais de gênero (Avelar e Rangel, 2019; Cavallero e Gago, 2022).

Tomamos esses episódios como evidências empíricas de violências simbólicas que integram a gama maior da dominação de gênero enfrentada por mulheres que ascendem a posições prestigiosas no campo político (Santos e Jalalzai, 2021; Matos, 2021). Desse modo, vale lembrar que o campo está sujeito a batalhas simbólicas direcionadas a uma forma de dominação, em que o reforço do masculino tem papel relevante. Como afirma Bourdieu, “[...] ao submeter o conceito de dominação às

25. Outro episódio de violência simbólica que merece ser mencionado se deu em dezembro de 2019, quando Cristina protagonizou uma discussão com o senador José Mayans, de sua coligação partidária, durante uma sessão da Câmara Alta do Senado, por ela presidida. Ao pedir a palavra, Mayans se valeu do termo “*presidente*” para se referir a Cristina, que respondeu: “é o que dizem os machistas”. Após ser corrigido repetidas vezes, o senador afirmou, em sua defesa, que a palavra “*não tem sexo*”, ao que foi interrompido uma última vez com a seguinte afirmação: “*presidenta, Mayans, presidenta... ta... tá*”. Ver: https://www.youtube.com/watch?v=funWDID_fPI, consultado em 05/02/2022.

condições históricas das estruturas sociais, destaca-se a função ideológica e política do simbólico na produção de legitimidade por meio dos diversos dispositivos de produção simbólica” (Hey, 2017, p. 154). Embora tal forma de dominação se diferencie do uso direto de violência física, ela impõe um tipo de violência feroz, vista como branda, expressa no consentimento ou aceitação de certos constrangimentos, depreciações e exclusões.

O aspecto simbólico dessas formas de dominação está relacionado com a sua atuação no âmbito das significações, ou seja, dos sentidos que o próprio campo político atribui à prática política e à legitimidade de quem a exerce. Como as instituições políticas foram dominadas historicamente por repertórios e modos de agir masculinos, superar essa prática (ainda que frequentemente associada a ela) demanda repensar a ordem da dominação simbólica, uma vez que ela favorece interesses dominantes que colocam as mulheres e outros grupos sociais às margens da participação política real.

Cristina: uso do gênero como recurso?

*Até caminhando e cantando a canção
você dá passos políticos
sobre um solo político.
Versos apolíticos também são políticos,
e no alto a lua ilumina
com um brilho já pouco lunar.
Ser ou não ser, eis a questão.
Qual questão, me dirão.
Uma questão política.
“Filhos da época”, Wislawa Szymborska, 1987)*

Esboçamos alguns dos mecanismos simbólicos envolvidos no escrutínio da inserção de Cristina Fernández de Kirchner no campo político argentino, uma vez que sua amplitude exigiria ultrapassar os limites deste artigo. A intenção de mobilizar sua trajetória política era atender a dois aspectos principais: (1) a atuação da política em um campo específico; e (2) o engendramento de estratégias, a mobilização de recursos e o acúmulo de capital político que garantem sua carreira política exitosa.

Elementos que nos remetem à ideia de um campo de relações que permeia uma prática política, aparecem no casamento “bem-sucedido” entre Néstor e Cristina – advogados, filhos de trabalhadores e com histórico familiar de militância política –, representando o compartilhamento de disposições sociais, que tiveram alto valor quando mobilizadas na política.

A atuação na província de Santa Cruz, local até então marginalizado no repertório político nacional, possibilitou a construção da base eleitoral familiar e cujo patrimônio político foi reiterado, posteriormente, com as sucessivas vitórias eleitorais de Cristina, Alicia e Máximo. Ali também se constituem em lideranças políticas após a redemocratização do país e com a construção da Frente para la Victoria (FPV).

Nesta delimitação, o caminho à política nacional representa a estratégia do casal em se afirmar como representante de um movimento (o kirchnerismo) pela reivindicação das bases do peronismo clássico. Tal astúcia somente é possível pois, na história política argentina, o carisma do casal político Eva e Péron potencializa ao mesmo tempo o capital reputacional (da posição do partido no corpo político e social) e o de notoriedade (ligada ao prestígio individual). Particularmente para Cristina, recuperar certa memória de Eva Perón (de mulher elegante e influente, mas também de aliada na política e na arena social) lhe rendeu o afastamento do primeiro-damismo estigmatizante e seu uso como capital político.

A ascensão à presidência não a eximiu dos estereótipos de gênero que circundam o campo político, sobretudo os relativos à sua imagem estética e à sua vida privada (envolvendo sua sexualidade, seu casamento e sua viuvez). Todavia, sua trajetória estabelecida nas lidas da política garantiu sua atuação como “igual”, entre seus pares, nas batalhas políticas. Constatações propiciam afirmar que a atuação de uma política pode desestabilizar a dinâmica tradicional da dominância masculina.

O uso de estratégias como o primeiro-damismo e o matrimônio político pode ser colocado ao lado do cultivo da memória do marido-presidente em busca de acumular poderes que favorecem a posição dominante no campo político, bem como o veredicto positivo das urnas. O viver para a política, preservando a memória de casal, permite a Cristina garantir o capital político familiar (kirchnerista) e salvaguardar eventuais questionamentos sobre sua vida afetiva e sexual. Ao mesmo tempo, reforça o imbricamento entre a vida íntima, privada e a pública, pois, ao não se casar novamente e não ter qualquer tipo de relacionamento que viesse a público, mantém a representação da “castidade” política ao kirchnerismo.

Constituída por relações em uma arena bastante complexa, a trajetória política de Cristina revela o acúmulo e o uso de recursos que lhe permitiram atuar de modo intenso e construir seu protagonismo na história recente do campo político da Argentina. Acreditamos que desvendar estratégias e tipos de capital mobilizados por mulheres em diferentes campos políticos abre perspectivas fundamentais a serem exploradas em pesquisas, sobretudo aquelas nas quais o foco seja a reconversão do gênero em recurso legítimo. Pois, como arena de disputas, o campo político precisa comportar diferentes tipos de políticas, cujas artimanhas para manutenção de suas

posições no campo sejam as mais variadas e complexas, visando a equilibrar a luta de força favorável ao masculino que temos historicamente como dominante.

Referências bibliográficas

- ARNOUX, Elvira & ZACCARI, Verónica (orgs.). (2015), *Discurso y política en Sudamérica*. Buenos Aires, Editorial Biblos.
- AVELAR, Lucia & RANGEL, Patrícia D. (2019), “Poder e política – As presidentas de Argentina, Brasil e Chile”. In: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia & RANGEL, Patrícia (coords.). (2019), *Gênero e feminismos: Argentina, Brasil e Chile em transformação*. São Paulo, Edusp, Fapesp, pp. 429-482.
- AYMÁ, Ana. (julio 2022), “Imagen, política y género. Los retratos de Cristina Fernández y Mauricio Macri en las tapas de Noticias”. *Cuadernos del Centro de Estudios en Diseño y Comunicación*, 1 (112): 187-208.
- BARRANCOS, Dora. (marzo 2013), “Participación política y luchas por el sufragio femenino en Argentina (1900-1947)”. *Cuadernos de Intercambio sobre Centroamérica y El Caribe*, 1 (11): 15-27.
- BARRY, Carolina. (julio 2016), “Las otras primeras damas en la Argentina peronista: Elena Caporale de Mercante”. *Confluente. Revista Di Studi Iberoamericani*, 8 (1): 198-214. <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/6271>.
- BELLOTA, Araceli. (2012), *Eva y Cristina. La razón de sus vidas*. Buenos Aires, Grupo Zeta.
- BONASSO, Miguel. (2012), *Cámpora: el presidente que no fue: los archivos ocultos del peronismo*. Buenos Aires, Ed. Planeta.
- BOURDIEU, Pierre. (avril-septembre 1962), “Célibat et condition paysanne”. *Études Rurales*, 5/6: 32-135. Disponível em https://www.persee.fr/doc/rural_0014-2182_1962_num_5_1_1011.
- BOURDIEU, Pierre. (2011a), *Las estrategias de la reproducción social*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, pp. 31-50.
- BOURDIEU, Pierre. (jul. 2011b), “O campo político”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 1 (5): 193-216. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000100008>.
- CANÊDO, Letícia Bicalho. (ago. 1997), “As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método”. *Cadernos Cedex*, 18 (42): 29-52. <https://doi.org/10.1590/S0101-32621997000100004>.
- CAVALLERO, Luci & GAGO, Verónica. (2022), *La casa como laboratorio: Finanzas, vivienda y trabajo esencial*. Buenos Aires, Tinta Limón.
- CLARÍN. (01/10/2007), Clarín.com. Disponível em https://www.clarin.com/ediciones-antiores/clarincom_0_rk3b3D1k0Fx.html, consultado em 13/01/2023.

- CONTRERAS, Gustavo. (2010), “La organización sindical del personal de la administración pública nacional durante el primer gobierno peronista (1946-1955)”. *Segundo Congreso de Estudios sobre el Peronismo (1943-1976)*, Red de Estudios sobre el Peronismo, 4: 31. Disponível em <http://redesperonismo.org/archivos/CD2/Contreras.pdf>, consultado em 21/02/2023.
- DI MARCO, Laura. (2012), *La Cámpora: Historia secreta de los herederos de Néstor y Cristina Kirchner*. Buenos Aires, Sudamericana.
- DONOT, Morgan. (julio 2011), “Cristina Fernández de Kirchner, de ‘una reina’ a la encarnación del pueblo de la Argentina”. *Revue Ensemble*, 3 (6): 95-112.
- DULONG, Delphine. (jul./dez. 2020), “Por dentro e por fora: a subversão na prática”. *Repocs*, 17 (34): 53-72. <https://doi.org/10.18764/2236-9473.v17n34p53-72>.
- DULONG, Delphine & LÉVÊQUE, Sandrine. (2002), “Une ressource contingente. Les conditions de reconversion du genre en ressource politique”. *Politix. Revue des Sciences Sociales du Politique*, 15 (60): 81-111.
- “EL LÍO DE LOS ZAPATOS de Cristina Fernández de Kirchner”. (23/09/2011), *El País*. Disponível em https://elpais.com/elpais/2011/09/23/actualidad/1316760532_850215.html, consultado em 27/04/2023.
- ELA, EQUIPO LATINOAMERICANO DE JUSTICIA Y GÉNERO. (2020), “Mujeres en la política: 2020” (2020), *União Interparlamentar e ONU Mulheres*. <https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2020/women-in-politics-map-2020-es.pdf?la=en&vs=828>, consultado em 08/03/2023.
- ELA, EQUIPO LATINOAMERICANO DE JUSTICIA Y GÉNERO. (2021), “Mujeres en el poder”. <http://www.mujeresenelpoder.org.ar>, consultado em 02/03/2023.
- FARIA, Alessandra M. T.; RIVETTI, Jéssica M. & BUTTERBY, Carolina de C. (2023), “Mulheres como o outro na política brasileira: um balanço das candidatas vice-presidentas, vice-governadoras e vice-prefeitas (2014-2020)”. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, 10 (2): 294-321. <https://doi.org/10.47456/simbitica.v10i2.38493>.
- FLAX, Rocío. (mayo 2018), “Kirchnerismo y discurso fundacional: las editoriales de la agrupación juvenil La Cámpora”. *Lexis*, 1 (42): 123-152.
- GALLO, Adriana. (diciembre 2008), “Reelección inmediata y sucesión en clave matrimonial. Análisis del recambio presidencial argentino de 2007”. *Espacios públicos*, 23 (11): 168-199.
- GIORDANO, Verónica. (julio 2023), “Las mujeres de las derechas en la política: presidentas, vicepresidentas, primeras damas y candidatas”. *Revista Electrónica de Estudios Latinoamericanos*, 82 (21): 16-22.
- GRANDIS, Rita & PATROUILLEAU, María M. (agosto 2010), “Matrimonio político y crítica antagonista en Argentina. Análisis de discursos en clave de género y teoría política”. *Revista Temas y Debates*, 1 (19): 25-46.
- GUERRERO, Carolina V. & ARANA, Ignacio A. (agosto 2021), “As primeiras-damas como

- membros da elite política”. Tradução de Jéssica Melo. *Revista Pensata*, 1 (10): 243-265. <https://doi.org/10.34024/pensata.2021.v10.12001>.
- HAKIM, Catherine (2012). *Capital erótico*. Rio de Janeiro, Best Business.
- HEY, Ana Paula (2017), “Dominação”. In: CATANI, Afrânio Mendes *et al.* *Vocabulário Bourdieu*. Belo Horizonte, Autêntica, pp. 151-155.
- HEY, Ana Paula. (6 jul. 2021), “Elites políticas latino-americanas”. *Laboratório de pesquisa e política comparada (Lappcom) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)*. 127 min. https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=3090342971194038, consultado em 28/09/2020.
- HOROWICZ, Alejandro. (2015), *Los cuatro peronismos*. Buenos Aires, Edhasa.
- IBARA, Vilma. (2015), *Cristina versus Cristina*. Buenos Aires, Editora Planeta.
- IVANCICH, Norberto *et al.* (junio 1983). “El gobierno peronista 1973-1976: los Montoneros”. *Revista Unidos*, 1 (2): 74-89.
- LEIS, Héctor R. (2006), “A odisseia argentina”. *Política & Sociedade*, 9 (5): 39-70, agosto. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1834/1596>.
- LYNESS, Karen & THOMPSON, Donna (May 1997), “Above the glass ceiling? A comparison of matched samples of female and male executives”. *Journal of Applied Psychology*, 3 (82): 359-374.
- MAIZELS, Ana Laura. (2015), “La representación del tiempo en los discursos de Cristina Fernández (2007-2009)”. In: ARNOUX, Elvira & ZACCARI, Verónica (orgs.). *Discurso y política en Sudamérica*. Buenos Aires, Editorial Biblos, pp. 201-242.
- MATOS, Marlise. (2021). “A violência política sexista, racista e interseccional: mapeando conceitos da violência política contra as mulheres”. In: D’ÁVILA, Manuela (org.). *Sempre foi sobre nós: Relatos da violência política de gênero no Brasil*. Porto Alegre, Instituto E Se Fosse Você?, pp. 210-225.
- MONTERO, Ana Soledad & VINCENT, Lucía. (abril 2013), “Del “peronismo impuro” al “kirchnerismo puro”: la construcción de una nueva identidad política durante la presidencia de Néstor Kirchner en Argentina (2003-2007)”. *Postdata*, 1 (18): 123-157.
- MORENO, José L. P. (2016), *La cara oscura del capital erótico: Capitalización del cuerpo y trastornos alimentarios*. Madri, Editorial Akal.
- NORA, Pierre. (dez. 1993), “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, 10: 7-28.
- PANKE, Luciana & IASULAITIS, Sylvia. (maio 2016), “Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais”. *Opinião Pública*, 2 (22): 385-417.
- PISCOPO, Jennifer. (2014), “Female leadership and sexual health policy in Argentina”. *Latin American Research Review*, 1 (49): 104-127.
- PIVA, Adrián. (agosto 2013), “¿Cuánto hay de nuevo y cuánto de populismo en el neopopulismo? Kirchnerismo y peronismo en la Argentina post 2001”. *Trabajo y Sociedad*, 1 (21): 135-157.
- RAMOS, Hugo. (2016), “Preferencias políticas en el campo de la integración regional (Merco-

- sur) y políticas económicas. El caso del Frente Para la Victoria en Argentina (2003-2007)". *Revista de la Red Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea: Segunda Época* (5): 40-55.
- RINESI, Eduardo. (2011), "¿Qué es el kirchnerismo?". In: HAMAWI, Rodolfo *et al.* (orgs.). *Qué es el kirchnerismo: Escritos desde una época de cambio*. Buenos Aires, Continente, pp. 27-40.
- RIVETTI, Jéssica M. de Melo. (2016), *Com a palavra, Cristina Kirchner: Os usos da memória de Eva Perón no bicentenário argentino*. Guarulhos, dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo. 201 p.
- RIVETTI, Jéssica M. de Melo. (2023), "Las Evas de Cristina. Los usos de la memoria en el Bicentenario Revolución de Mayo". Buenos Aires, Grupo Editor Universitario.
- RUDDLING, Adriana. (2009), "La Señora Presidenta. Feminist policy-making by female Latin-American presidents?". 44 p. Halmstad, dissertation, Sweden School of Social and Health Sciences, Halmstad University.
- RUSSO, Sandra. (2011), *La Presidenta. Historia de una vida*. Buenos Aires, Sudamericana.
- SANTOS, Pedro dos & JALALZAI, Farida. (2021), *Women's empowerment and disempowerment in Brazil: The rise and fall of president Dilma Rousseff*. Pensilvânia, Temple University Press.
- SCHULTHEIS, Franz. (1995), "L'opposition privé/public comme principe-clé d'une vision et d'une division sexuée du monde social". In: EPHESIA (ed.). *La place des femmes. Les enjeux de l'identité et de l'égalité au regard des sciences sociales*. Paris, La Découverte, pp. 190-193.
- SILVA, Paulo Renato. (jan. 2014), "Memória e História de Eva Perón". *Revista História*, São Paulo, 1 (170): 143-173.
- SOSA, Pamela. (julio-diciembre 2016), "Los orígenes de las concepciones políticas del kirchnerismo. La experiencia política del Ateneo Juan Domingo Perón en la provincia de Santa Cruz (1981-1987)". *Revista Temas y Debates*, 20 (32): 77-96.
- SOSA, Pamela. (2017), "Los orígenes del frente para la victoria en Argentina (1988-2003)". *América Latina Hoy*, 76: 115-137. <https://doi.org/10.14201/alh20176115137>.
- VALOBRA, Adriana. (2010), *Del hogar a las urnas: Recorridos de la ciudadanía política femenina. Argentina, 1946-1955*. Rosario, Prehistoria.
- VÁZQUEZ, Melina & VOMMARO, Pablo. (2012), "La fuerza de los jóvenes: aproximaciones a la militancia kirchnerista desde La Cámpora". In: PÉREZ, Germán & NATALUCCI, Ana. (orgs.). *Vamos las bandas. Organizaciones y militancia kirchnerista*. Buenos Aires, Trilce, pp. 149-174.
- WINFIELD, Betty. (1997), "The first lady, political power, and the media: Who elected her anyway?". In: NORRIS, Pippa (ed.). *Women, media, and politics*. New York, Oxford University Press, pp. 166-179.
- WORNAT, Olga. (2005), *Reina Cristina: vida pública y privada de la mujer más poderosa de la Argentina*. Barcelona, Editorial Planeta.

Resumo

Mulheres políticas: estratégias de legitimidade e recursos mobilizados por Cristina Kirchner

O campo político latino-americano é historicamente permeado por repertórios e práticas masculinas e notabilizado pela baixa representação feminina. Justamente por isso, parte-se do pressuposto de que há múltiplas estratégias engendradas por mulheres visando a sua entrada e a seu reconhecimento nas disputas de poder político. Aqui se toma o caso da ex-presidenta argentina Cristina Kirchner para evocar formas de legitimação de práticas destacadas como femininas, buscando enunciar prováveis processos de reconversão do gênero em recurso político. Do mesmo modo, sua trajetória permite entender as dinâmicas específicas do primeiro-damismo e do matrimônio político como estratégias para angariar e assegurar a legitimidade do voto. Intenciona-se gerar estudos acerca de uma tipologia de políticas (mulheres) tendo como foco suas práticas no e para o campo político.

Palavras-chave: Mulheres políticas; Cristina Kirchner; Estratégias e recursos de políticas; Violência simbólica; Elites políticas.

Abstract

Female Politicians: Legitimacy strategies and resources mobilized by Cristina Kirchner

The Latin American political field has historically been permeated by male repertoires and practices, and is notable for its low female representation. Precisely for this reason, it is assumed that there are multiple strategies devised by females to enter and be recognised in political power struggles. Here the case of former president Cristina Kirchner is used to evoke ways of legitimizing practices perceived as feminine, in an attempt to enunciate probable processes of reconverting gender into a political resource. Similarly, her trajectory allows us to understand the specific dynamics of first ladyism and political matrimony as strategies for gaining and securing the legitimacy of the vote. The intention is to generate studies on a typology of female politicians, focusing on their practices in and for the political field.

Keywords: Female politicians; Cristina Kirchner; Strategies and resources of women politicians; Symbolic violence; Political elites.

Texto recebido em 29/09/2023 e aprovado em 18/10/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.216541

JÉSSICA MAYARA DE MELO RIVETTI é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (Bolsista CNPq), com cotutela e período sanduíche Capes-Print no Departamento de Filosofia Social da Universidad de Granada (Espanha). Pesquisadora vinculada ao FiloLab – Philosophy Public Controversies, ao Grupo de Pesquisa em Sociologia da Educação, Cultura e Conhecimento (GPSECC) e à Cátedra de Filosofía Moral de la Discrí-

minación Corporal da Universidad de Granada. Possui experiência nas áreas de representação política, violência política de gênero, elites políticas latino-americanas, discriminação corporal, primeiro-damismo e capital erótico. E-mail: jessica.melo@unifesp.br.

ANA PAULA HEY é professora e pesquisadora no Departamento de Sociologia e no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Orienta nas linhas de pesquisa Cultura e poder simbólico e Estado, política e ações coletivas. Coordenou o Programa de Pós-graduação em Sociologia/USP, no período de 2019 a 2022. Tem pós-doutorado em Sociologia pelo King's College London (2015-16). Foi pesquisadora visitante no Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain (2001-2004) e no Centre Européen de Sociologie et de Science Politique (2023) ambos da EHESS. Foi professora visitante na EHESS, Paris, e na Middlesex University, Londres. É uma das coordenadoras do Grupo de Pesquisa em Sociologia da Educação, Cultura e Conhecimento (GPSECC) e do Núcleo de Sociologia da Cultura (USP). Atua na interface entre sociologia das elites, dos intelectuais e da educação, desenvolvendo pesquisas sobre elites, elites e Estado, campo do poder brasileiro e novos mercados simbólicos (educação superior, produção de conhecimento, institutos Think Tanks, fundações privadas, nova filantropia). Publicou, entre outros, *Esboço de uma sociologia do campo acadêmico* (2008), e co-organizou *Vocabulário Bourdieu* (2017). Pertence à Sociedade Brasileira de Sociologia e à Association Française de Sociologie. E-mail: anaphey@uol.com.br.



Transformações no *ethos* de elites econômicas

Abertura e denegação social na produção da convicção de elite¹

Miqueli Michetti*

<https://orcid.org/0000-0003-2236-5126>

Introdução

“O desinteresse é suspeito”, afirma Bourdieu em sua aula de 19 de janeiro de 1989 (Bourdieu, 2022, p. 210). Na ocasião, ele afirma que “as disposições éticas, em uma sociedade diferenciada, são sempre ao mesmo tempo substanciais e relacionais” (2022, p. 238), ou seja, são próprias a cada classe, mas se constroem por oposição a outras classes. A partir do entendimento de que os agentes são razoáveis, antes que racionais, sustenta que “a ação virtuosa é virtuosa por acréscimo” (*par surcroît*) (2022, p. 239), que ela traz um ganho a quem a pratica, ganho que só pode existir, contudo, se ela não buscar conscientemente ganho algum. O autor emprega termos como autoengano, autoilusão, ficção sincera, denegação e má-fé – na acepção sartriana de mentir para si mesmo – para analisar os ganhos simbólicos implicados na negação do interesse (Bourdieu, 1980; 1997). Esboçando o projeto de uma “sociologia trans-histórica das disposições éticas”, ele afirma que só é possível entender “o interesse em ser desinteressado” quando se compreende que não se deve buscar nem cinismo, nem virtude nas boas ações (Bourdieu, 2022, p. 246), mas (dis)posições e tomadas de posição de classe.

Estudos recentes têm demonstrado que, tal como outras classes (Lamont, 1992; Sayer, 2005), as elites buscam justificar-se moralmente (Sherman, 2017; Kantola e

* Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil.

1. Agradeço a Fernando Burgos e aos/às pareceristas da *Tempo Social* pelas leituras e sugestões a versões anteriores deste artigo.

Kusella, 2018). Nos últimos anos, temos acompanhado também o fenômeno global de “abertura social” de instituições de ensino de elite, bem como a transformação da diversidade em valor simbólico entre frações de elite. (Van Zanten, 2010, 2015; Khan, 2011, 2015; Allouch, 2022; Michetti, 2017; 2019, 2022; Ortiz, Michetti e Nicolau Netto, 2023). Annabelle Allouch (2022) analisa as iniciativas de abertura social a indivíduos de classes populares e a “economia moral da diversidade” que marca atualmente instituições como Science Po na França e Universidade de Oxford na Inglaterra. A autora percebe aí um esforço para se “acomodar moralmente o mérito” quando o ideal meritocrático, gramática historicamente empregada por tais instituições, passa a ser criticado como falacioso e injusto (Boltanski, 2009). Allouch *et al.* (2016) apontam ainda uma passagem do mérito à responsabilidade na justificação de posições de elite e relacionam distinção e responsabilidade ao estudar o senso moral dos estudantes daquelas instituições.

Em sentido convergente, Luc Boltanski (2009, p. 216) argumenta que a “classe dominante” seria constituída hoje pelos que se veem como “responsáveis” não apenas por sua própria vida, como coloca igualmente Shamus Khan (2011), mas também pela vida de um grande número de pessoas. Adam Howard (2013) também indica que atualmente os privilegiados negociam o próprio privilégio por meio de esforços em prol da justiça social.

Diante disso, este artigo analisa as iniciativas de fomento à circulação de estudantes, pesquisadores e profissionais brasileiros em instituições universitárias estadunidenses e europeias de prestígio, estabelecidas por organizações sem fins lucrativos ligadas a grandes famílias empresariais, buscando compreender os valores e premissas envolvidos em tais iniciativas, em especial nas que se dedicam à “abertura social”, isto é, ao recrutamento de agentes não oriundos de posições de elite.

Com isso, o texto almeja compreender as atualizações do *ethos* de elite em termos mundiais, no Brasil inclusive, o que concorre para preencher uma lacuna por aqui. Destaque-se que pesquisas anteriores sobre a percepção de elites brasileiras informavam que tais frações atribuíam exclusivamente ao Estado a resolução de problemas sociais (Reis, 2005), algo que se transforma recentemente, como é notável no engajamento de elites econômicas em reformas de escopo público e em suas iniciativas de “abertura social”, conforme demonstramos anteriormente (Michetti, 2019, 2020).

Para atingir tais objetivos, o recorte empírico é composto pela atuação de fundações privadas criadas e mantidas pelo empresário Jorge Paulo Lemann, primordialmente a Fundação Lemann (FL). Ela não é a única instituição envolvida no processo que analisamos, mas sua atuação é central e heurística para percebermos o lastro valorativo das iniciativas filantrópicas de elites econômicas.

Para analisar o fenômeno em tela, a metodologia empregada baseou-se centralmente em levantamento e análise documental de material produzido pelas organizações concernidas de 2002 até 2023. A partir dos respectivos *websites*, acessamos relatórios anuais das fundações e dos centros de pesquisa que financiam, bem como informações fornecidas pelas universidades “parceiras”. Ainda, levantamos as iniciativas a que se dedicam e depoimentos de participantes veiculados pelas organizações. Além disso, discursos e informações difundidos por outras mídias foram levados em consideração na construção do objeto, como entrevistas e matérias de jornal. Entre 2015 e 2017 realizamos ainda observações de campo em centros e eventos promovidos pela Fundação Lemann tanto nos Estados Unidos (Nova York e Califórnia) como no Brasil (São Paulo). Esse *corpus* foi trabalhado qualitativamente por meio de análise de conteúdo compreensiva e posicional, como uma “fenomenologia relacional” (Atkinson, 2016), que busca compreender as tomadas de posição simbólicas e morais a partir de posições sociais (Jarness, 2018).

Quanto ao percurso do artigo, após essa introdução, apontamos brevemente alguns marcos teóricos e conceituais sobre a relação entre elites, instituições, campo do poder e circulação internacional, para, na sequência, apresentarmos as iniciativas da Fundação Lemann no circuito acadêmico globalmente consagrado. A seção seguinte analisa e sistematiza as premissas e os valores que lastreiam tais iniciativas, e desemboca na conclusão acerca da denegação implicada na produção da convicção de elite sobre seu lugar no mundo.

Elites, instituições, campo do poder e abertura social

Em termos teóricos, partimos da relação entre a sociologia das elites e a análise de classes, tal como postulado por Savage (2015), Savage *et al.* (2015) e Korsnes *et al.* (2018). Com Bourdieu (1994), pensamos as classes como realidades de múltiplas variáveis que se definem relacionalmente no espaço social. Por serem definidas a partir da concentração diferencial de vários tipos de capitais, as diferentes regiões do espaço social delineiam distintas frações de classe a depender do volume e da estrutura de capitais (Atkinson, 2017) e, portanto, também quando falamos elites, devemos pensá-las no plural (Hey, 2017). Entretanto, embora os “dominantes” de cada campo disputem os princípios legítimos de dominação (Bourdieu, 2011), lembramos que o capital econômico é o que mais facilita o movimento entre campos (Savage e Williams, 2008). Além de concentrarem capitais relevantes, as elites detêm condições privilegiadas de agência (Boltanski, 2009), são múltiplas e estabelecem entre elas relações de cooperação e competição. A tais propriedades objetivas se soma a incorporação de posições dominantes sob a forma de classificações, disposições e

valores (Denord, Palme e Réau, 2020), processo que se dá através de experiências em instituições de elite, como famílias, escolas, clubes, redes (Khan, 2011). Outro aspecto importante dessa definição é que, por estarmos diante de classificações relacionais, é o próprio universo dos dominantes que define suas proximidades e distâncias, em suma, suas fronteiras (Pinçon e Pinçon-Charlot, 2007; Saint-Martin, 2008). Nessa direção, com Gérard e Wagner (2015, p. 7, tradução própria), empregamos o termo *elite* porque ele é “indissociável das formas de consagração e autoconsagração pelas quais as ‘élites’ se reconhecem e procuram ser reconhecidas como pertencentes a um grupo distinto na sociedade, permit[indo] questionar os fundamentos, que variam de acordo com os contextos históricos e sociais, da crença nesta superioridade”.

Acerca dessas formas de consagração, não é de hoje que a circulação por universidades europeias e estadunidenses constitui elemento do “campo do poder” no Brasil. (Loureiro, 1998; Almeida *et al.*, 2004; Canedo, Garcia e Tomizaki, 2013). Não se trata, contudo, de algo exclusivo ao Brasil (Popeau, 2004; Wagner, 2007; Niane e Wagner, 2008; Dezalay, 2013; Dezalay e Nay, 2015; Wagner e Reau, 2015; Gérard e Wagner, 2015). De acordo com Monique de Saint-Martin (2008, p. 52), “A socialização e a formação dos membros das futuras elites dependem estreitamente das instituições educativas [...] que favorecem a estruturação dos grupos, a constituição de redes e a aprendizagem de modos de gestão das relações e do exercício da autoridade”. Ela aponta também que “A frequência a instituições estrangeiras por períodos mais ou menos longos, seja no próprio país, seja, mais frequentemente, no exterior” é parte importante dessa socialização.

Também baseados em Bourdieu, Gerard e Wagner (2015) afirmam ainda que “as instituições de elite têm como função primeira operar uma separação entre os ‘eleitos’ e os homens comuns e, para que um saber possa pretender a consagrar uma elite, é preciso que, por definição, ele seja reservado a uma minoria e que seja, portanto, excludente”. Para eles, tal seletividade

[...] anda de mãos dadas com a manutenção de laços privilegiados entre os eleitos. A autosegregação (*entre-soi*) é uma característica recorrente das instituições de elite, que selecionam indivíduos com propriedades semelhantes e cultivam simbólica e praticamente vínculos entre membros e ex-membros. A consolidação das redes de elite e a aprendizagem da sua diferença constituem uma das dimensões centrais do trabalho da instituição.

Recentemente, contudo, tais instituições, criticadas como excludentes e injustas, têm buscado se reformar com políticas de abertura e diversidade (Warikoo e Allen, 2020; Sampaio, 2014; Bowl, 2018; Khan, 2015; Van Zanten, 2015, Khan, 2011, 2015; Allouch, 2022). Ao mesmo tempo, elites econômicas estabelecem iniciativas

filantrópicas de recrutamento de indivíduos de diferentes origens e trajetórias, com diferentes marcadores sociais, para circular por instituições de elite consagradas.

A Fundação Lemann e o fomento à circulação acadêmica internacional:
a eleição dos “talentos”

Um dos maiores empresários do país, Jorge Paulo Lemann é um dos sócios da AB InBev e do grupo 3G capital². Filho de imigrantes suíços, estudou na Escola Americana do Rio de Janeiro³ e se formou em Economia pela Universidade de Harvard no início dos anos 1960. Nos anos 1990, passou a atuar filantropicamente por meio de organizações sem fins lucrativos. Com os sócios Marcel Telles e Beto Sicupira, criou a Fundação Estudar em 1991 e, em iniciativa solo, inaugurou a Fundação Lemann em 2002⁴.

Dentro da constelação de organizações sem fins lucrativos fundadas por empresários sócios de Lemann, o Ismart (Instituto Social para Motivar, Apoiar e Reconhecer Talentos) foi criado em 1999 por Marcel Telles, com foco na educação básica. A organização “identifica jovens talentos de baixa renda, de doze a quinze anos de idade, e lhes concede bolsas em escolas particulares de excelência e o acesso a programas de desenvolvimento e orientação profissional, do ensino fundamental à universidade”⁵. A “missão” enunciada é “concretizar o pleno potencial profissional de jovens talentos acadêmicos de baixa renda através de programas calcados na valorização da excelência, da ética e da criatividade produtiva” e, entre os “valores” enunciados, temos: “As diferentes formas de talento se distribuem por todas as classes sociais; as boas oportunidades catalisam a promoção social; o talento só se concretiza por meio do esforço pessoal”⁶.

Embora também se baseiem na noção de “talento”, as organizações criadas por Lemann reforçam também a ideia de “formação de lideranças”. A Fundação Estudar busca qualificar profissionalmente os estudantes bolsistas de graduação e pós-graduação, principalmente de meios populares, para bons postos no mercado

2. De acordo com a *Forbes*, a fortuna combinada dos quatro sócios da AB InBev e 3G capital era de 200 bilhões de reais em 2023, sendo Lemann o maior acionário. Na época de realização da pesquisa, as Lojas Americanas, parte do grupo 3G, ainda não estavam em recuperação judicial nem enfrentavam uma CPI, o que ocorre no momento de escrita (Marchesini, 2023).

3. Ver “18 fatos curiosos sobre o bilionário Jorge Paulo Lemann”, 2019.

4. Marcel Telles funda também o Instituto Sonho Grande em 2017. Sicupira funda a Fundação Brava em 2002. Para uma análise dos condicionantes sociais da eclosão de organizações privadas sem fins lucrativos no Brasil a partir de finais dos anos 1980, consultar Michetti, 2016.

5. “Quem somos”, *Ismart, Instituto Social para Motivar, Apoiar e Reconhecer Talentos*.

6. *Idem*.

de trabalho. O Programa “Líderes Estudar”, até 2017 chamado de “Programa de Bolsas”⁷, “tem como objetivo despertar o potencial dos jovens mais promissores do Brasil” e “apoia o estudo nas melhores universidades no Brasil e no mundo”, prevendo ainda a “identificação com os valores da Estudar” e o “compromisso com deixar um legado para o país”⁸.

Já a Fundação Lemann tem uma atuação que – crescentemente – se pretende mais pública, isto é, formar “líderes” com “impacto social”, além de trabalhar junto a diferentes níveis de governo para a consecução de mudanças em escala nacional (Avelar e Ball, 2019; Tarlau e Moeller, 2020, Michetti, 2020). Estatui-se como “uma organização familiar e sem fins lucrativos que colabora com iniciativas para a educação pública em todo o Brasil e apoia pessoas comprometidas em resolver grandes desafios sociais do país”⁹. Tem por “missão” “atuar com iniciativas de grande impacto para ajudar a garantir uma aprendizagem de qualidade a todos os alunos e formar uma “rede de líderes” que resolvam os problemas sociais do país”¹⁰.

Divide sua atuação em duas frentes, cada uma com vários programas e iniciativas. Uma delas tem por objeto a “educação pública” e é de amplo escopo. Por pretender incidir em escala nacional, essa frente estabelece várias “parcerias” com o setor público em seus níveis federal, estadual e municipal. A outra consiste em “apoiar” o que é chamado de “lideranças”. Por meio de vários programas diferentes, apoia “lideranças com trajetórias e visões de mundo diversas, engajadas em temas como educação, saúde, gestão pública e empreendedorismo”, que têm “compromisso com a transformação social”¹¹. A ideia de recrutar e formar “redes” de “talentos” é central.

O programa mais antigo da Fundação é o “Programa de Talentos Lemann Fellowship”, criado em 2007 com a seguinte concepção:

Juntas e comprometidas, as pessoas podem mudar uma cidade, um estado, um país. O programa Lemann Fellowship é uma das nossas principais iniciativas para apoiar gente talentosa que quer desenvolver o Brasil e buscar soluções para os grandes desafios sociais que enfrentamos. [...] Em parceria com algumas das melhores universidades do mundo, o programa Fellowship ajuda a formar líderes para o Brasil. Com oportunidades de desenvolvimento e

7. Fundação Estudar, 2017. Há uma mudança de nomenclatura, de “bolsistas” para “líderes”.

8. Fundação Estudar, “Programa de Bolsas: Líderes Estudar”, http://lideres.estudar.org.br/?&_ga=2.220337240.1955133154.1559775127-508543045.1559775127#perguntas-frequentes, consultado em 17/06/2019.

9. Fundação Lemann, <https://fundacaolemann.org.br/perfil>, consultado em 06/06/2019.

10. “Fundação Lemann e MIT buscam projetos inovadores”, 2018.

11. “Lideranças para impacto social”, <https://fundacaolemann.org.br/liderancas-para-impacto-social>.

contatos com centenas de pessoas das redes Fundação Lemann, os Lemann Fellows podem se tornar líderes cada vez mais completos¹².

Ele dá “acesso a bolsas de pós-graduação em universidades de ponta no exterior”, “investindo na produção de conhecimento e evidências sobre e para o Brasil”, “especialmente em áreas cruciais para o desenvolvimento do país, como educação, saúde, economia, gestão e políticas públicas”¹³. Além de incentivar a inserção “em algumas das melhores universidades do mundo”, o programa garante ainda a “participação em uma rede de talentos que ajuda os bolsistas a potencializar suas ideias e ações” e o “apoio para impacto social por meio de atividades de desenvolvimento de liderança e desenvolvimento de carreira”¹⁴. Em troca, os “compromissos dos Lemann Fellows” devem consistir em “desempenho acadêmico exemplar”, “grande capacidade de realização”, “claro comprometimento em trabalhar em áreas de crucial importância para o desenvolvimento do país”¹⁵.

Outro programa, intitulado “Talentos da Educação”, foi criado em 2014 e “reúne professores, empreendedores, gestores públicos e membros do terceiro setor que colocam a mão na massa e fazem um trabalho relevante na área de educação”. Formada com “um monte de gente talentosa e comprometida com a qualidade do aprendizado”¹⁶, a rede de “pessoas inspiradoras” que já possuem “experiências” na área de educação tem por tarefa “pensar em novas ideias e soluções para a educação” e “oferece encontros de imersão, seminários, eventos, formação customizada e oportunidades de conexões para que os participantes possam aperfeiçoar suas habilidades de liderança e debater os desafios técnicos e políticos envolvidos em reformas educacionais”¹⁷.

Como ramificação do programa, a Fundação Lemann criou o chamado “Ponte de Talentos”, recentemente rebatizado “Programa Alcance”¹⁸, que

[...] em parceria com a EducationUSA e a Voxy, quer colaborar para ampliar a igualdade de oportunidades e ajudar cada vez mais gente a chegar aonde sonha. A proposta é promover

12. “Projetos Lemann-Fellowship”, <https://fundacaolemann.org.br/projetos/lemann-fellowship>, consultado em 16/06/2019.
13. “Você: Universidades”, <https://fundacaolemann.org.br/voce/universidades>, consultado em 16/06/2019.
14. “Projetos Lemann-Fellowship: Compromissos dos Lemann-Fellows” <https://fundacaolemann.org.br/projetos/lemann-fellowship#compromissos-dos-lemann-fellows>, consultado em 16/06/2019.
15. *Idem*.
16. Para mais detalhes sobre o perfil dos integrantes, consultar: “Talentos da Educação 2017: Conheça os 28 selecionados”, 2017.
17. “Projetos: Talentos da Educação”, Fundação Lemann.
18. “Lideranças sociais: Universidades parceiras”, Fundação Lemann.

equidade racial e econômica entre brasileiros que fazem cursos de pós-graduação em algumas das melhores universidades dos Estados Unidos. O Ponte de Talentos selecionará preferencialmente estudantes de baixa renda, negros e indígenas, apoiando sua qualificação no processo seletivo para pós-graduação em universidades renomadas dos Estados Unidos. O programa apoiará até vinte pessoas e selecionará, preferencialmente, pessoas de baixa renda, negras, pardas e indígenas¹⁹.

Montado em 2017, o “Talentos da Saúde” tem por objetivo “transformar a saúde pública”, é formado por um grupo de “médicos, enfermeiros, gestores e outros profissionais” para “pensar juntos nos principais desafios da saúde”²⁰. Em termos de foco de atuação, esse programa destoou das iniciativas anteriores da Fundação, que comumente privilegiam a área da educação, mas sua presença na área da saúde ganhou espaço com a pandemia de Covid-19.

Ainda na área de “lideranças”, em 2018 foi lançado, “em parceria com o Instituto Humanize”, o programa “Terceiro Setor Transforma”, que reuniu “pessoas e organizações do Terceiro Setor [que] colaboram para tornar o Brasil um país melhor”. O objetivo declarado é o de “conhecer, conectar e colaborar com a formação de lideranças com o apoio da THINK School of Creative Leadership”, escola baseada em Amsterdam que se apresenta como “especialista no desenvolvimento de lideranças para transformação em escala global”²¹.

Já o “Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Lideranças Públicas”, também lançado em 2017, proclama o intuito de “formar e apoiar lideranças que querem transformar o país atuando na política”, de “auxiliar na formação e aperfeiçoamento de lideranças públicas, contribuindo dessa forma para um novo campo político democrático no país”²². Busca

[...] atrair pessoas comprometidas em resolver desafios sociais, colaborando com os avanços que o Brasil precisa. Entretanto, muito além de novas lideranças, existe a necessidade de revigorar a gestão pública com os princípios de integridade, sustentabilidade e democracia – tudo isso somado à diversidade de ideias, trajetórias e pensamentos. Diversidade para lidar com desafios tão grandes quanto o Brasil²³.

19. “Projetos: Ponte de Talentos”, *Fundação Lemann*.

20. “Projetos: Talentos da Saúde”, *Fundação Lemann*.

21. “Projetos: Terceiro Setor Transforma”, *Fundação Lemann*; THINK School of Creative Leadership, <https://www.thnk.org/about-us/>, consultado em 18/06/2019.

22. “Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Lideranças Públicas” (2017), *Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – Raps*.

23. *Idem*.

A “diversidade” é dos principais valores estatuídos nessa frente de atuação, sobre a qual a Fundação Lemann informa que

O programa chega na 2ª edição com mais de mil interessados de todos os estados, representando a diversidade do Brasil. Recebemos inscritos filiados em 31 partidos diferentes – e inscritos que não são filiados também. 43% das inscrições foram de mulheres e 55% são negros, pardos e indígenas. São pessoas de todas as cores e regiões, com diferentes trajetórias e visões políticas²⁴.

O que unificaria gama tão diversificada de pessoas seria o objetivo comum a todas: “colaborar com os avanços que o país precisa a partir dos princípios de integridade, ética, sustentabilidade, democracia e diversidade”²⁵.

Na primeira edição do Programa, as lideranças políticas recrutadas participaram “de um calendário de atividades de formação com bolsas de apoio” e, entre as atividades destacadas, evoca-se o curso “Integridade e Valores no Governo”, oferecido pela Escola de Políticas Públicas de Oxford, cujo objetivo é “equipar futuros candidatos políticos com uma base de valores e de integridade que os apoiará nas campanhas políticas de que farão parte”²⁶. Mais recentemente, esse programa é subsumido ao programa “Líderes Públicos”.

Todos esses programas formam o que a FL chama de “rede de líderes”, parte de seu “ecossistema de impacto”. A rede é descrita como “um grupo de pessoas extraordinárias, que exercem liderança, com grande potencial de mudar o Brasil e que já estão agindo para transformá-lo em um país mais justo e avançado”. Os temas de interesse divulgados são “Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social, Educação, Gestão Pública, Infraestrutura, Justiça Social, Meio Ambiente/ Sustentabilidade e Saúde. Em 2023, eram 698 membros paritários em gênero, dos quais 475 brancos, 125 pardos, 75 pretos, 17 amarelos, 6 indígenas, de todas as regiões do país, 80% atuando no Brasil e 20% no exterior²⁷, nos setores indicados no Quadro 1.

24. *Idem*.

25. “Confira os aprovados no Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Lideranças Públicas”, 2018.

26. “Lideranças Raps participam de curso na Universidade de Oxford”, 2018.

27. Para acesso aos membros, consultar “Membros da Rede: Conheça as pessoas extraordinárias que fazem parte da Rede de Líderes”, *Fundação Lemann*.

FIGURA 1
Valores da rede de líderes, segundo a FL (2023)



Fonte: Site da Fundação Lemann.

QUADRO 1
Setores de atuação dos “líderes”

SETOR DE ATUAÇÃO	%
Academia e pesquisa	22
Terceiro Setor	18
Setor público executivo	17
Empreendedorismo social	13
Setor privado	12
Educadores em escolas	5%
Organismo multilateral/internacional	5%
Setor público legislativo	5%

Fonte: Fundação Lemann.

O propósito autoatribuído é o de “transformar o Brasil em um país mais justo e avançado ao garantir que pessoas de altíssimo potencial transformador e obstinadas em resolver os principais desafios do país liderem iniciativas de impacto social”²⁸. Já os valores enunciados estão na Figura 1.

28. Afirma ainda apoiar “um portfólio de mais de cinquenta organizações de impacto capazes de liderar e contribuir para as grandes transformações sociais do Brasil” (“Formação de lideranças: Rede de líderes”, Fundação Lemann).

Financiamentos em universidades consagradas e eventos da “rede Lemann”: a peregrinação e a congregação de “líderes”

Há algumas instituições centrais na atuação transnacional da FL, que pode ser dividida em duas modalidades: a) financiamento de estudantes, pesquisadores, profissionais e projetos específicos, no âmbito dos programas que apresentamos no item anterior. Ela destaca, contudo, que “O processo seletivo para admissão nas universidades é conduzido de forma independente do processo seletivo para a bolsa”²⁹. Isso se conecta ao valor da meritocracia endossado pela instituição, com o qual, entretanto, ela pretende construir uma elite mais diversa, porque meritocrática, pois, como muitas vezes enunciado pelo próprio Jorge Paulo Lemann, “talento existe em todo lugar”; b) financiamento de centros de pesquisa e programas permanentes. Os centros e programas permanentes financiados por ela estão no Quadro 2.

QUADRO 2
Centros de pesquisa financiados pela FL

PAÍS	UNIVERSIDADE	UNIDADE	CENTRO DE PESQUISA/PROGRAMA	ANO
EUA	Harvard University	David Rockefeller Center for Latin American Studies	Brazil Studies Program	1999
EUA	University of Illinois at Urbana-Champaign	College of Liberal Arts & Sciences	The Lemann Institute for Brazilian Studies	2009
EUA	Columbia University	Institute of Latin American Studies	Lemann Center for Brazilian Studies	2009
EUA	Stanford University	Graduate School of Education	Lemann Center for Educational Entrepreneurship and Innovation in Brazil	2012
Inglaterra	Oxford University	Blavatnik School of Government	The Lemann Foundation Programme at Oxford	2021

*Os financiamentos de Harvard e Oxford não são para um centro de pesquisa, mas a programas permanentes que levam o nome Lemann. A primeira doação que a pesquisa conseguiu apurar é de 1999. Lembre-se que Lemann é egresso de Harvard. **Disponível em <https://lemanncenter.stanford.edu/>. Acesso em 18/06/2019.

Fonte: elaboração própria com dados disponibilizados pelos centros.

Tais centros são destino de estudantes, pesquisadores e figuras públicas selecionadas pela Fundação Lemann, lugar de congregação da rede Lemann, o que ocorre especialmente em eventos financiados pela organização. O *Lemann Dialogue* é uma conferência anual de vários dias organizada desde 2014 pelas quatro universidades

29. “Projetos: Lemann-Fellowship”, *Fundação Lemann*.

estadunidenses com “endowments” da Fundação Lemann, para “construir conexões entre instituições acadêmicas e conectar líderes acadêmicos e especialistas em políticas públicas”³⁰. São ocasiões de congregação entre figuras do campo do poder brasileiro e de proximidade com os *fellows*. Conforme pudemos observar, a sensação partilhada é de que a agenda e o futuro do Brasil se desenham ali. Eis os lugares e os temas das edições realizadas até o momento de escrita deste artigo:

QUADRO 3
Edições do Lemann Dialogue

EVENTO E ANO	LOCAL	TEMA/TÍTULO
Lemann Dialogue 2014	Stanford University	Public Education in Brazil: Where is it headed? Can technological innovation, entrepreneurs, and policy research help it improve?
Lemann Dialogue 2015	Columbia University	Innovating in The Brazilian Public Sector.
Lemann Dialogue 2016	Harvard University	Beyond the Crisis.
Lemann Dialogue 2017	University of Illinois	Turning Points.
Lemann Dialogue 2018	Stanford University	Social Innovation and Brazil's Future.
Lemann Dialogue 2019	Columbia University	Bridging Scholarship and Action
Lemann Dialogue 2023	University of Illinois	Roads to Recovery

*Não houve edições em 2020, 2021 e 2022 em razão da pandemia de Covid-19. Em 2022, ocorreu um evento em maio em Stanford, na ocasião dos dez anos do centro Lemann naquela universidade. Embora o formato tenha se assemelhado, não foi batizado de Lemann Dialogue. Mais detalhes em “Lemann Center at Stanford (2012-2022): A decade of accomplishments and a vision for the next ten years”, 2022.

Fonte: Elaboração própria com dados fornecidos pelo Lemann Center da Stanford University.

Durante os dias de evento, ocorrem também encontros exclusivos entre os “fellows”, Jorge Paulo Lemann e convidados.

Já o *Road Show* é organizado desde 2014 e propõe “uma imersão com líderes brasileiros de diversos setores” cujo “objetivo é apoiar o desenvolvimento da carreira, expandindo e qualificando a rede profissional de alguns dos fellows no ano em que completam a formação”. O intuito é “reconectar os Lemann Fellows que estão concluindo os estudos no exterior com a realidade brasileira”, “os principais desafios nacionais” e com “lideranças de diversas áreas”³¹. Quanto à programação do evento, afirma-se que:

30. No original: to “*build connections between academic institutions, and connect leading academics and public policy experts*” (“Brazil”, *David Rockefeller Center for Latin American Studies, DRCLAS, Harvard University*).

31. “Road show 2019”, 23 abr. 2019; “Projetos: Lemann-Fellowship”; “Road show 2017: Um mergulho nos desafios do Brasil”, 31 mar. 2017

A agenda é sempre democrática e planejada para promover diálogos ricos, respeitando a pluralidade de visões e escutando diferentes vozes a fim de compreender o Brasil. [...] Em 2017, por exemplo, os Lemann Fellows tiveram a oportunidade de compartilhar ideias com a ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), a secretária executiva do MEC, Maria Helena Guimarães, e Pedro Abramovay, diretor para a América Latina da Open Society Foundations. [...] Em 2016, a agenda também foi bastante plural e promoveu conversas dos Lemann Fellows com o ex-prefeito da capital paulista Fernando Haddad e o ministro do STF Luís Roberto Barroso³².

Já a edição de 2019 do Road Show foi conciliada com a *Brazil Conference at Harvard and MIT*, evento promovido por “estudantes brasileiros da região de Boston” que “existe desde 2014 com a proposta de ajudar a construir um espaço plural em que podemos refletir sobre o futuro com transparência, diálogo e diversidade”, com o intuito de “discutir pautas relevantes para o país com intelectuais, autoridades políticas, especialistas de vários setores e, claro, mais estudantes”³³. Para dar uma ideia do teor do evento, entre os convidados estavam

os candidatos à presidência Ciro Gomes, Geraldo Alckmin, Guilherme Boulos e Henrique Meirelles. A conferência também recebe o general Hamilton Mourão (vice-presidente da República), Raquel Dodge (procuradora-geral da República), Dias Toffoli (presidente do STF), Flávio Dino (governador do Maranhão), Fernando Henrique Cardoso (ex-presidente do Brasil), Kátia Abreu (senadora do Tocantins), Tábata Amaral (deputada federal) e Helio Bolsonaro (deputado federal), Salman Khan (CEO da Khan Academy), Pelé (maior futebolista da história brasileira), Jout Jout (*youtuber*), Débora Garofalo (professora top 10 no Global Teacher Prize), Denis Mizne (diretor executivo da Fundação Lemann) e Jorge Paulo Lemann (presidente da Fundação Lemann) [...]³⁴.

Ressalte-se que esse evento não é exclusivo aos integrantes da rede formada pela Fundação Lemann, mas esta é uma das patrocinadoras da iniciativa, que conta com outros financiadores, alguns dos quais também ligados a outras atividades de Lemann, como a Fundação Estudar, Cervejaria Ambev e as Lojas Americanas³⁵.

Além disso, a FL é um dos financiadores do *Brazil at Silicon Valley*, “movimento liderado por estudantes de Stanford e Berkeley que visa a melhorar a competitividade

32. “Road show 2017: Um mergulho nos desafios do Brasil”, 31 mar. 2017.

33. “Road show 2019”, 23 abr. 2019.

34. “Brazil Conference: Debatendo o futuro do país”, 10 abr. 2019.

35. *Brazil Conference*, <https://www.brazilconference.org/sponsors>, consultado em 19/06/2019.

do Brasil por meio de inovação e tecnologia”³⁶. Ainda, apoia o *St. Gallen Symposium*, evento organizado na Suíça desde 1969, que “reúne líderes de hoje e de amanhã dos negócios, da política, da ciência e da sociedade civil, para promover a compreensão mútua e a ação conjunta nos nossos desafios e oportunidades mais prementes”³⁷.

O principal encontro da rede, contudo, é o *Encontro Anual de Líderes*, uma “imersão” de três dias que acontece no Brasil, nas férias de verão do hemisfério Norte. A proposta é a de “uma agenda que permite explorar temas relevantes para o Brasil e principalmente gerar espaços de conexão, em um ambiente informal”³⁸, que congrega bolsistas, ex-bolsistas e outras personalidades do campo do poder nacional. Tomemos, a título de exemplo, a edição de 2019, aberta pelo diretor-executivo da FL, Denis Mizne, com os seguintes dizeres: “Acreditamos na diversidade e nas diferentes visões de mundo. O Brasil é grande demais para uma ideologia única, precisamos de pluralidade”³⁹. Além da “rede de líderes”, teve convidados como Flávio Dino, à época governador do Maranhão pelo PC do B; Rodrigo Maia, então presidente da Câmara dos Deputados e do Partido Democratas; Salim Mattar, secretário de Desestatização e Desinvestimento do governo de Jair Bolsonaro; Marina Silva, *visiting Fellow* em Columbia à época; e Raquel Lyra, então prefeita de Caruaru, “rede de ensino parceira da FL”. Houve ainda um painel que aglutinou José Frederico Lyra, Lemann Fellow e integrante do Movimento Acredito, Renan Santos, do Movimento Brasil Livre, Paulo Gontijo, do Livres, e Caio Tendolini, da Bancada Ativista⁴⁰.

Observe-se que, sob financiamento da FL, tais eventos congregam agentes ou “líderes”, já que ocupam posições dominantes no campo do poder no Brasil, alguns dos quais “fellows” da Fundação, e agentes que são vistos como líderes em potencial ou em formação. Tal conjunção é fundamental para os objetivos das iniciativas que analisamos.

Premissas da ação e *ethos* dos agentes: “uma rede de pessoas extraordinárias”

As iniciativas de financiamento à circulação internacional funcionam como um programa de formação de um grupo de pessoas que, ao circular por tais ambientes,

36. “Quem somos e como chegamos até aqui”, *Brazil at Silicon Valley*.

37. No original: “brings together leaders of today and tomorrow from business, politics, science and civil society to foster mutual understanding and joint action on our most pressing challenges and chances”. (“Our mission”. *St. Gallen Symposium*, <https://symposium.org/vision-mission/>, consultado em 05/07/2022).

38. “Encontro anual de fellows e imersão de talentos”, 24 jul. 2017; “Encontro anual de líderes 2018”; Caputo, 2018.

39. Em Mizne, o discurso da diversidade é mais presente do que em Lemann. Essas diferenças de acento, assim como a hipótese da formação de “disposições de oblatos” em novas “lideranças”, não podem ser desenvolvidas no escopo deste artigo.

40. “Encontro anual de líderes 2019”, 16 ago. 2019.

se reconheça, por direito e mesmo por dever, como parte do campo do poder, em especial – embora não exclusivamente – no Brasil⁴¹. Como apontam Gérard e Wagner (2015) ao analisarem a educação das classes dominantes, “A manutenção do espírito de corpo (*esprit de corps*) passa por um trabalho específico de socialização através do qual a instituição inculca uma visão específica do mundo e do seu lugar neste mundo social: as instituições de elite são também lugares de sociogênese dos *habitus*, ou seja, fabricam um tipo particular de pessoa”. Para os autores, entre as “qualidades que definem as elites e que devem ser cultivadas nas instituições que as formam” estão a “segurança social (*assurance sociale*), a certeza do direito de ocupar uma posição privilegiada e a capacidade de reconhecer e valorizar os membros do seu grupo”. Logo, “a consolidação de redes de elite e a aprendizagem de sua diferença seriam uma das dimensões centrais do trabalho da instituição”. Como aponta Bourdieu (2016, p. 931), os ritos de instituição instituem no herdeiro instituído a propensão a investir na herança. O autor lança mão da expressão “*droit-devoir*” (direito-dever) (2016, p. 934) para falar de tais ritos como ritos de discriminação, que separam os instituídos do restante por meio de uma diferença social sancionada, e os incumbem de levar a sério as regras do jogo ao qual devem se dedicar.

A ideia de uma “rede de pessoas extraordinárias” fica nítida nos depoimentos dos “fellows”:

Nós somos um grupo de pessoas formadoras de opinião, somos pessoas que vamos estar muito bem posicionadas profissionalmente e a gente tem muita força política e social mesmo para mudar. Então a gente consegue, através das nossas redes de relacionamento, do nosso trabalho, mudar isso, juntamente com um país que tá precisando, que tá buscando uma mudança social mesmo... Eu vejo essa junção de forças propiciando essa mudança que a gente precisa. (E. P.)⁴².

A passagem pelas instituições de elite concorre para a formação do espírito de corpo de um grupo que se vê como uma rede de pessoas “talentosas”, “brilhantes”, “inspiradoras” e, também, “preparadas”, logo, como “líderes” “responsáveis” por “mudanças” que imaginam como desejáveis para o país.

Eu gosto de falar que não fui eu que encontrei o programa, acho que o programa que me encontrou e isso pra mim abriu muitas portas, me deu muitas oportunidades. O mais importante para mim é tá aqui. Tá aqui é o que? É fazer parte desse grupo. Eu me sinto assim, eu quando eu me torno melhor como pessoa é quando eu estou com essas pessoas ouvindo,

41. “Our mission”, *St. Gallen Symposium*.

42. Playlist “Eu sou um Lemann Fellow”, no Canal da Fundação Lemann no *YouTube*.

ouvindo perspectivas diferentes, porque ali eu tô vendo como eu posso melhorar como ser humano, como brasileira, como cidadã... A gente tem um grupo muito especial, muito brilhante, muito engajado, muito dinâmico de pessoas que tiveram acesso a uma coisa em comum, que é uma educação de excelência. (S. B.)⁴³.

Contudo, diferentemente do estudo de Gérard e Wagner, nossa pesquisa demonstra como se busca fomentar esse “sentimento” em múltiplas ocasiões de encontro que incluem agentes com diferentes trajetórias e posições sociais, não apenas originados de frações de elite. Como elementos de coesão, aparecem a certeza de uma formação de excelência e o fato de fazer parte da mesma rede.

As noções de rede e de “ecossistema” são recorrentes, e a FL se aproxima do Estado em sua atuação (Michetti, 2020)⁴⁴. Contudo, a premissa básica da FL é de que a mudança é necessária, urgente, realizável e tarefa de indivíduos extraordinários. A unidade a partir da qual se estrutura a agência da Fundação Lemann é a “pessoa”. O *slogan* da organização é “Por um Brasil que acredita nas pessoas. Por pessoas que acreditam no Brasil”⁴⁵. O termo é frequentemente enunciado no plural, como em “pessoas de talento”, “pessoas que querem ter impacto”, dar oportunidades para “pessoas”, mas a concepção de base é individual. As histórias de “pessoas inspiradoras”, com destaque para o próprio Lemann, são trajetórias de indivíduos considerados extraordinários.

Outra categoria frequente é “gente”, como em “O Brasil é a sua gente”, “gente faz a diferença quando acredita no Brasil”⁴⁶. O próprio Jorge Paulo Lemann afirma que “A minha esperança é que os princípios da Fundação, a meritocracia, o pragmatismo, o escolher gente boa, sejam adotados pelo País, pelo governo”⁴⁷. Diz ainda com frequência que “seu negócio é gente”⁴⁸ e que o diferencial de suas empresas é “atrair talentos” e “dar oportunidades” a “pessoas que sonham grande”.

A “pessoa” é depositária do “talento”, outra categoria central. Os programas se dedicam a “apoiar” talentos que são ou podem se tornar “líderes”, desde que tenham oportunidades para alcançar “impacto social”. O talento seria o pré-requisito para ser

43. *Idem*.

44. A análise da formação da rede e da aproximação com o Estado em termos de concentração, multiplicação e conversão de capitais, bem como da multiposicionalidade de elites na mobilização desses capitais como trunfo nas lutas pelo poder, é desenvolvida em outra frente, ainda inédita, da mesma pesquisa.

45. *Fundação Lemann*, <https://fundacaolemann.org.br/>, consultado em 01/09/2023.

46. “Hoje desperdiçamos gente no Brasil. Como mudar esse cenário?”, 8 abr. 2019.

47. “Lemann quer fazer um futuro presidente do Brasil”, 8 ago. 2016.

48. Para exemplos, consultar: “Jorge Paulo Lemann: ‘Nosso negócio não é cerveja, nem hambúrguer ou ketchup, é gente’”, *Endeavor Brasil*; e ainda “Podcast 500 – Jorge Paulo Lemann: ‘O Brasil precisa de melhor governança’”, 2018.

FIGURA 2

Foto aérea do “Encontro Anual de Líderes de 2019”



Fonte: Fundação Lemann.

uma liderança e seria ainda um unificador entre pessoas com diferentes trajetórias sociais. A noção de “oportunidade” é associada à “equidade”, juntas compõem o ideal de “igualdade de oportunidades”, sob o qual as diferenças justificáveis seriam apenas aquelas derivadas do mérito. Imagina-se que, se houver lugar para o “mérito”, pessoas que não são oriundas do que é entendido como elite no país possam vir a integrá-la. Uma das bandeiras do próprio Jorge Paulo Lemann é que “o Brasil precisa ser mais meritocrático”⁴⁹ e que “O Brasil desperdiça talento”. Há uma busca pelos melhores “talentos” de todas as classes, raças e etnias, e da escola pública, para os quais se “oportuniza” uma formação de “excelência”.

“Sonho Grande” também é um termo chave das instituições em análise. O “Programa de Bolsas Líderes Estudante”, da Fundação Estudar, é destinado a “jovens que acreditam que podem transformar o Brasil, que têm postura de execução, sonham grande, querem deixar legados e estão buscando conhecimento de ponta”⁵⁰. A FE afirma “Criar oportunidades para gente boa agir grande e transformar o Brasil”⁵¹. Sonho Grande é ainda o nome do instituto fundado por Marcel Telles em 2017. *Sonho grande: Como Jorge Paulo Lemann, Marcel Telles e Beto Sicupira revolucionaram o capitalismo brasileiro e conquistaram o mundo* é inclusive o título de um livro assinado por Cristiane Correa e lançado em 2013, que pretende trazer “um relato detalhado dos bastidores da trajetória desses empresários”. Sonhar grande é pressu-

49. “Para Jorge Paulo Lemann Brasil tem que ser muito mais meritocrático”, *Infomoney Negócios*.

50. Fundação Estudar, “Programa de Bolsas: Líderes Estudante”.

51. “A Fundação Estudar existe para formar lideranças inquietas e transformadoras”, *Fundação Estudar*.

posto para “agir grande”. Essa ideia baseia-se em um voluntarismo idealista que não considera que a relação com o que é possível [e sonhável] é uma relação de poder (Bourdieu, 1980, p. 108). Vista como sem condicionantes sociais, a envergadura do sonho aparece também como equalizador no universo pesquisado (Michetti, 2019).

O agente da mudança é a pessoa que sonha grande, que tem “compromisso com o Brasil”. O país também é central ao léxico de financiadores e financiados⁵². Sua circulação é transnacional, mas o objetivo declarado é “mudar o Brasil para melhor”. Alinhada com a transformação da diversidade em valor simbólico e sua mobilização como gestão da diferença e mesmo da desigualdade (Ortiz, 2015; Michetti, 2015; Nicolau Netto, 2017), a gramática da diversidade e da pluralidade também é recorrente. Percebidos comumente como coletivos, tais valores são, contudo, compostos com a concepção individual de fundo. O que une o grupo de pessoas é o fato de serem líderes e quererem a mudança. Tanto melhor se isso for encontrado em diferentes orientações políticas, posições de classe e marcadores sociais.

“Pessoa”, “gente”, “talento” e “líder” são entidades individuais e neutras, sem marcadores nem condicionantes sociais. Essa gramática tem por fundamento a crença de que o peso da origem pode ser superado por indivíduos excepcionais, desde que haja oportunidades – donde a recorrência do termo *equidade* –, ao mesmo tempo que alivia o peso da origem na história de sucesso dos que estavam socialmente fadados a ele, aumentando seu mérito. Ela equipara indivíduos, explica os sucessos, abole o passado, abre o destino, desde que se sonhe grande.

Logo, esse conjunto valorativo implica uma denegação do social. Tal denegação social faz parte da *illusio* (Bourdieu, 2016) do campo do “investimento social privado” e integra a sociodiceia do privilégio da fração de elite analisada neste artigo, isto é, compõe os discursos destinados a justificar a existência de um grupo dominante como dominante (Bourdieu, 2016, p. 1056). Trata-se de uma operação simbólica algo complexa, que parte do reconhecimento e mesmo de uma crítica das injustiças e inequidades do social – de outro modo não haveria a pulsão reformadora –, mas os pressupostos das iniciativas para fazer frente às injustiças ignoram o social. Com o mundo social denegado, é possível conceber outro mundo, com oportunidades para talentos independentemente de sua origem, no qual pontes conectem um arquipélago de líderes obstinados e responsáveis pela mudança social, em que o mérito se coadune com a diversidade via abertura social. Um mundo de justiça social criado a partir da responsabilidade social de quem concentra capital econômico.

52. Nos primeiros anos da Fundação Lemann, seus materiais de divulgação, relatórios e *website* envergavam as bandeiras brasileira e suíça lado a lado, o que deixa de ocorrer a partir de 2005.

Conclusão: denegação social e convicção de elite

As posições de elite gozam de uma relação privilegiada com a ação, possibilitada pelo montante e multiplicidade de capitais que concentram e por uma relação flexível com as regras (Boltanski, 2009). Tal possibilidade objetiva inscrita na posição se coaduna com as disposições e as representações que têm de si como sujeitos de ação; são “do-ers”, “makers”, como aparece no léxico das instituições de elite. Lembremos que Boltanski (2009) indica que uma das características das classes dominantes atuais é que elas se enxergam como responsáveis pela mudança. Também no Brasil, pesquisas anteriores apontavam que a elite brasileira se percebe como um polo ativo, por oposição ao “povo” ou aos pobres, aos quais atribui a passividade (Reis, 2005; Silva e Lopez, 2015).

Contudo, nossa pesquisa avança também em relação a esse ponto. Por um lado, as iniciativas que analisamos se dedicam a reafirmar a prerrogativa de que a ação social é “responsabilidade” de líderes, mantendo, assim, o elitismo como premissa. Por outro, ao invés de simplesmente delinear uma fronteira com relação aos pobres, elas partem da ideia de “talento”, que pode existir também entre pobres e demais perfis considerados “diversos”, e se incumbem da responsabilidade de facilitar o acesso desses talentos à ação, capacitando-os como “lideranças”. Nesse sentido, mérito e abertura social coadunam-se. As crenças no individualismo e no voluntarismo que marcam tais posições podem ser conciliadas com a ideia de responsabilidade coletiva. A aposta no indivíduo desemboca no universal. O senso de lugar da elite, ao menos desta que analisamos aqui, pode, assim, se combinar com o que Allouch (2022) chama de “economia moral da diversidade” e com a gramática da abertura social, um fenômeno global.

Ainda que, possivelmente por uma questão de geração – Lemann e sócios são “homens do século XX” –, da estrutura dos capitais – marcada pela centralidade do capital econômico – e do tipo de capital cultural – centrado na Economia –, nas iniciativas de Lemann o mérito apareça com mais centralidade do que nos estudos sobre elites mais jovens, tal negociação entre privilégio e responsabilidade social se alinha com o *ethos* de frações de elite que circulam globalmente querendo mudar o mundo.

Os trabalhos sobre elites costumam destacar como elas buscam consagrar-se entre os pares e também se legitimar entre aqueles que ela pretende dominar (Gerard e Wagner, 2015). Acrescentamos a isso que parte da tarefa das posições de elite é (re) produzir a crença na própria legitimidade também para si. Daí a importância, para os financiadores, das iniciativas de “abertura social” e do engajamento em resolver,

como uma espécie de metaliderança, os problemas do país; e, para os financiados – não necessariamente oriundos de posições dominantes – do acúmulo de legitimidade acadêmica, do “trabalho das instituições” ou “redes” de elite. Afinal, a sinceridade ou ao menos a “ficção sincera” é “uma das condições da eficácia simbólica” e do “poder da convicção” (Bourdieu, 2004, p. 56). E ela só é possível mediante a construção ou o reforço da crença no direito, e mesmo no dever, à posição.

Referências bibliográficas

- “18 FATOS CURIOSOS sobre o bilionário Jorge Paulo Lemann”. (maio 2019), *Forbes*, <https://forbes.uol.com.br/negocios/2019/05/18-fatos-curiosos-sobre-o-bilionario-jorge-paulo-lemann/#foto4>, consultado em 03/07/2019.
- ALMEIDA, Ana Maria *et al.* (2004), *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas/SP, Editora da Unicamp.
- ALLOUCH, Annabelle. (2022), *Les nouvelles portes de grandes écoles*. Paris, PUF.
- ALLOUCH, Annabelle; BROWN, Philip; THOLEN, Gerbrand & POWER, Sally. (2016), “L'éthique des élites scolaires. Du mérite à la responsabilité chez les étudiants de Sciences Po Paris et de l'Université d'Oxford”. *L'Année Sociologique*, 66 (1): 193-224.
- ATKINSON, Will. (2016), *Beyond Bourdieu. From genetic structuralism to relational phenomenology*. Polity, Cambridge.
- ATKINSON, Will. (2017), *Class in the New Millennium*. Londres e Nova York, Routledge.
- AVELAR, Marina & BALL, Stephen J. (2019), “Mapping new philanthropy and the heterarchical state: The mobilization for the national learning standards in Brazil”. *International Journal of Educational Development*, Elsevier, 64 (C): 65-73.
- BOLTANSKI, Luc. (2009), *De la critique. Précis de sociologie de l'emancipation*. Paris, Gallimard.
- BOURDIEU, Pierre. (2004), *A produção da crença. Contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo, Zouk.
- BOURDIEU, Pierre. (2011), “Champ du pouvoir et division du travail de domination. Texte manuscrit inédit ayant servi de support de cours au Collège de France, 1985-1986”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 190 (5): 126-139.
- BOURDIEU, Pierre. (2022). *L'intérêt au désintéressement. Cours au Collège de France (1987-1989)*. Paris, Seuil.
- BOURDIEU, Pierre. (1980), *Le sens pratique*. Paris, Seuil.
- BOURDIEU, Pierre. (1997), *Méditations pascaliennes*. Paris, Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (1994), *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris, Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (2016), *Sociologie générale, volume 2: Cours au Collège de France (1983-1986)*. Paris, Raisons d'Agir/Éditions du Seuil.
- BOWL, Marion. (2018), “Differentiation, distinction and equality – or diversity? The language

- of the marketised university: An England, New Zealand comparison". *Studies in Higher Education*, 43 (4): 671-688.
- "BRAZIL". *David Rockefeller Center for Latin American Studies (DRCLAS), Harvard University*. <https://brazil.drclas.harvard.edu/events/h/2016-2017/ld>, consultado em 18/06/2019.
- BRAZIL CONFERENCE, <https://www.brazilconference.org/sponsors>, consultado em 19/06/2019.
- "BRAZIL CONFERENCE: Debatendo o futuro do país". (10 abr. 2019), *Fundação Lemann*. <https://fundacaolemann.org.br/noticias/brazil-conference-debatendo-o-futuro-do-pais>, consultado em 19/06/2019.
- CANEDO, Letícia Bicalho; TOMIZAKI, Kimi & GARCIA JR., Afranio (orgs.). (2013), *Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização*. São Paulo, Hucitec.
- CAPUTO, Victor. (14 ago. 2018), "Por dentro do encontro anual de líderes da Fundação Lemann". *Época: Negócios*. Disponível em <https://epocanegocios.globo.com/Vida/noticia/2018/08/por-dentro-do-encontro-anual-de-lideres-da-fundacao-lemann.html>, consultado em 03/07/2019.
- "CONFIRA OS APROVADOS no Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Lideranças Públicas". (6 mar. 2018), *Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – Raps*. <https://www.raps.org.br/confira-os-aprovados-no-programa-de-apoio-ao-desenvolvimento-de-liderancas-publicas/>, consultado em 17/06/2019.
- DENORD, François; PALME, Mikael & RÉAU, Bertrand (eds.). (2020), *Researching elites and power. Theory, methods, analyses*. Cham, Springer.
- DEZALAY, Yves. (2013), "Capital cultural, capital económico y luchas hegemónicas: la reproducción internacional de las élites nacionales". *Revista Comunicación y Medios*, 27: 4-12.
- DEZALAY, Yves & NAY, Olivier. (2015), "Le marché des savoirs de réforme : circulations de l'expertise de gouvernement et reproduction des hiérarchies internationales". In: SIMÉANT, Johanna (dir.). *Guide de l'enquête globale en sciences sociales*. Paris, CNRS Éditions, pp. 173-196.
- "ENCONTRO ANUAL DE FELLOWS e Imersão de Talentos", 24 jul. 2017. *Fundação Lemann*. <https://fundacaolemann.org.br/noticias/encontro-anual-de-fellows-e-imersao-de-talentos>.
- "ENCONTRO ANUAL DE LÍDERES 2018". *Fundação Lemann*. <https://fundacaolemann.org.br/noticias/encontro-anual-de-lideres-2018>.
- "ENCONTRO ANUAL DE LÍDERES 2019". (16 ago. 2019), *Fundação Lemann*. <https://fundacaolemann.org.br/noticias/encontro-anual-de-lideres-2019>.
- "FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS: Rede de líderes", *Fundação Lemann*. <https://fundacaolemann.org.br/formacao-de-liderancas/rede-de-lideres>, consultado em 08/09/2023.
- FUNDAÇÃO ESTUDAR, https://www.estudar.org.br/?_ga=2.100614366.1380204070.1561982862-508543045.1559775127, consultado em 01/07/2019.
- FUNDAÇÃO ESTUDAR. "Programa de Bolsas Líderes Estudar", http://lideres.estudar.org.br/?&_ga=2.220337240.1955133154.1559775127-508543045.1559775127#perguntas-frequentes, consultado em 17/06/2019.

- FUNDAÇÃO ESTUDAR. (2017), *Relatório anual de 2017*, https://issuu.com/estudar/docs/fundacao_estudar_final_alta_single, consultado em 22/06/2019.
- FUNDAÇÃO LEMANN, <https://fundacaolemann.org.br>.
- “FUNDAÇÃO LEMANN E MIT buscam projetos inovadores”. (25 jan. 2018), *Fundação Lemann*, <https://fundacaolemann.org.br/releases/fundacao-lemann-e-mit-buscam-projetos-inovadores>, consultado em 27/06/2019.
- GÉRARD, Étienne & WAGNER, Anne-Catherine. (2015), “Introduction: Élites au Nord, élites au Sud: des savoirs en concurrence?”. *Cahiers de la Recherche sur l'Éducation et les Savoirs*, 14: 7-24.
- HEY, Ana Paula. (2017), “Elites, no plural”. *Tempo Social*, 29 (3): 1-8.
- “HOJE DESPERDIÇAMOS GENTE no Brasil. Como mudar esse cenário?”. (8 abr. 2019), *Fundação Lemann*. <https://fundacaolemann.org.br/noticias/hoje-desperdicamos-gente-no-brasil-como-mudar-esse-cenario>, consultado em 01/07/2019.
- HOWARD, Adam. (2013), “Negotiating privilege through social justice efforts”. In: MAXWELL, Claire Maxwell & AGGLETON, Peter (orgs.). *Privilege, agency and affect*. Londres, Palgrave Macmillan, pp. 185-201.
- ISMART, Instituto Social para Motivar, Apoiar e Reconhecer Talentos. “Quem somos”, <https://www.ismart.org.br/sobre/>, consultado em 01/07/2019.
- JARNESS, Vergard. (2018), “Viewpoints and points of view: Situating symbolic boundary drawing in social space”. *European Societies*, 20 (3): 503-524.
- “JORGE PAULO LEMANN: ‘Nosso negócio não é cerveja, nem hambúrguer ou ketchup, é gente’”. *Endeavor Brasil*. <https://endeavor.org.br/pessoas/jorge-paulo-lemann-nosso-negocio-nao-e-cerveja-nem-hamburguer-ou-ketchup-e-gente/>.
- KANTOLA, Anu & KUUSELA, Hanna. (2018), “Wealth elite moralities: Wealthy entrepreneurs’ moral boundaries”. *Sociology*, 53 (2): 368-384.
- KHAN, Shamus R. (2015), “Changes in elite education in the United States”. In: ZANTEN, Agnès Van; BALL, Stephen J. & DARCHY-KOECHLIN, Brigitte. *Elites, privilege and excellence. The national and global redefinition of educational advantage*. World Yearbook of Education 2015. Londres e Nova York, Routledge.
- KHAN, Shamus R. (2011), *Privilege. The making of an adolescent elite at St. Paul’s School*. Princeton e Oxford, Princeton University Press.
- KORSNES, Olav; HEILLBRON, Johan; HJELLBREKKE, Johs, BÜHLMANN, Felix & SAVAGE, Mike (eds.). (2018), *New directions in elite studies*. Nova York, Routledge.
- LAMONT, Michèle. (1992), *Money, morals, and manners: The culture of the French and the American upper-middle class*. Chicago, University of Chicago Press.
- “LEMANN CENTER AT STANFORD (2012-2022): A Decade of accomplishments and a vision for the next ten years”. (2022), *Lemann Center for Educational Entrepreneurship and Innovation in Brazil*. <https://lemanncenter.stanford.edu/events/lemann-center-stanford-2012-2022-decade-accomplishments-and-vision-next-ten-years>, consultado em 11/05/2023.

- “LEMANN QUER FAZER um futuro presidente do Brasil”. (8 ago. 2016), *IstoÉ Dinheiro*. <https://istoedinheiro.com.br/lemann-quer-fazer-um-futuro-presidente-do-brasil>, consultado em 22/06/2017.
- “LIDERANÇAS PARA IMPACTO SOCIAL”. *Fundação Leman*. <https://fundacaolemann.org.br/liderancas-para-impacto-social>.
- “LIDERANÇAS RAPS PARTICIPAM de curso na Universidade de Oxford”. (9 jan. 2018), *Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – Raps*. <https://www.raps.org.br/liderancas-raps-participam-de-curso-na-universidade-de-oxford/>, consultado em 09/06/2019.
- “LIDERANÇAS SOCIAIS: Universidades parceiras”. *Fundação Lemann*. <https://fundacaolemann.org.br/liderancas-sociais/universidades-parceiras>, consultado em 29/06/2022.
- LOUREIRO, Maria Rita. (1998), “L’internationalisation des milieux dirigeants au Brésil”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 121: 42-51.
- MARCHESINI, Lucas. (29 ago. 2023), “CPI da Americanas empaca diante de *habeas corpus* de ex-diretores”. *Folha de S.Paulo*. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/cpi-da-americanas-empaca-diante-de-habeas-corpus-de-ex-diretores.shtml>, consultado em 31/08/2023.
- “MEMBROS DA REDE: Conheça as pessoas extraordinárias que fazem parte da Rede de Líderes”. *Fundação Lemann*. <https://blog.lideres.fundacaolemann.org.br/membros/>, consultado em 08/09/2023.
- MICHETTI, Miqueli. (2019), “A vida como projeto: a pedagogia do *Homo economicus* e as iniciativas de fomento ao ‘espírito do capitalismo’ via educação pública”. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, 55 (3): 302-314.
- MICHETTI, Miqueli. (2022), “‘Bilíngues’, ‘bilíngues de verdade’ e *global citizens*: distinção e disposições de classe no mercado educacional”. *Tempo Social*, 34 (2): 47-68.
- MICHETTI, Miqueli. (2020), “Entre a legitimação e a crítica: As disputas acerca da Base Nacional Comum Curricular”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 35 (102): 1-19.
- MICHETTI, Miqueli. (2015), *Moda brasileira e mundialização*. São Paulo, Annablume/Fapesp.
- MICHETTI, Miqueli. (2017), “O discurso da diversidade no universo corporativo: ‘institutos’ empresariais de cultura e a conversão de capital econômico em poder político”. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, 7 (1): 119-146.
- NIANE, Boubacar & WAGNER, Anne-Catherine. (2008), *Nouvelles offres, nouvelles demandes de formation dans les pays en développement à l’ère de la globalisation*. Paris, FMSH, 2008.
- NICOLAU NETTO, Michel. (2017), “A diferença do discurso da diversidade”. *Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar*, 7 (1): 39-61.
- ORTIZ, Renato. (2015), *Universalismo e diversidade. Contradições da modernidade-mundo*. São Paulo, Boitempo.
- ORTIZ, Renato; MICHETTI, Miqueli & NICOLAU NETTO, Michel (2023). *Distinção e globalização*. Belo Horizonte, Fino Traço/Fapesp, 2023.

- “OUR MISSION”. *St. Gallen Symposium*. <https://symposium.org/vision-mission/>, consultado em 05/07/2022.
- “PARA JORGE PAULO LEMANN Brasil tem que ser muito mais meritocrático”. *Infomoney Negócios*. <https://www.infomoney.com.br/negocios/grandes-empresas/noticia/7545472/para-jorge-paulo-lemann-brasil-tem-ser-muito-mais-meritocratico>, consultado em 08/06/2019
- PINÇON, Michel & PINÇON-CHARLOT, Monique. (2007), *Sociologie de la bourgeoisie*. Paris, La Découverte.
- PLAYLIST “Eu sou um Lemann Fellow”. Canal da Fundação Lemann no *YouTube*, https://www.youtube.com/channel/UCwIjPMVrJs0kIt9g_i4Wo4g.
- “PODCAST 500 – Jorge Paulo Lemann: “O Brasil precisa de melhor governança”. (6 jul. 2018), *Podcast Rio Bravo*, <https://soundcloud.com/riobravoinvestimentos/podcast-500-jorge-paulo-lemann-o-brasil-precisa-de-melhor-governanca>, consultado em 15/06/2019.
- POPEAU, Franck. (2004), “Sur deux formes de capital international”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 151-152, pp. 127-130.
- “PROGRAMA DE APOIO ao Desenvolvimento de Lideranças Públicas”. (2017), *Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – Raps*. <https://www.raps.org.br/tag/programa-de-apoio-ao-desenvolvimento-de-liderancas-publicas/>, consultado em 17/06/2019.
- “PROJETOS: LEMANN-FELLOWSHIP”. *Fundação Lemann*. <https://fundacaolemann.org.br/projetos/lemann-fellowship>, consultado em 17/06/2019.
- “PROJETOS: PONTE DE TALENTOS”. *Fundação Lemann*. <https://fundacaolemann.org.br/projetos/ponte-de-talentos>, consultado em 14/07/2019.
- “PROJETOS: TALENTOS DA EDUCAÇÃO”. *Fundação Lemann*. <https://fundacaolemann.org.br/projetos/talentos-da-educacao>, consultado em 17/07/2019.
- “PROJETOS: TALENTOS DA SAÚDE”. *Fundação Lemann*. <https://fundacaolemann.org.br/projetos/talentos-da-saude>, consultado em 17/07/2019.
- “PROJETOS: TERCEIRO SETOR TRANSFORMA”. *Fundação Lemann*. <https://fundacaolemann.org.br/projetos/terceiro-setor-transforma>, consultado em 18/06/2019.
- “QUEM SOMOS”. *Ismart, Instituto Social para Motivar, Apoiar e Reconhecer Talentos*, <https://www.ismart.org.br/sobre/>, consultado em 01/07/2019.
- “QUEM SOMOS E COMO CHEGAMOS até aqui”. *Brazil at Silicon Valley*. <https://www.brazilatsiliconvalley.com/pt-BR/about-us>, consultado em 05/07/2022.
- REIS, Elisa. (2005), “Perceptions of poverty and inequality among Brazilian elites”. In: REIS, Elisa & MOORE, Mick (eds.). *Elite perceptions of poverty and inequality*. Londres, Zed Books, pp. 26-56.
- “ROAD SHOW 2019”. (23 abr. 2019), *Fundação Lemann*. <https://fundacaolemann.org.br/noticias/road-show-2019>, consultado em 19/06/2019.
- “ROAD SHOW 2017: Um mergulho nos desafios do Brasil”. (31 mar. 2017), *Fundação Lemann*. <https://fundacaolemann.org.br/noticias/road-show-2017-um-mergulho-nos-desafios-do-brasil>, consultado em 19/06/2019.

- SAINT-MARTIN, Monique de. (2008), “Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França”. *Tomo*, 13: 43-73.
- SAMPAIO, Helena. (2014), “Diversidade e diferenciação no ensino superior no Brasil: conceitos para discussão”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29 (84): 43-55.
- SAVAGE, Mike. (2015), “Introduction to elites: From the ‘problematic of the proletariat’ to a class analysis of ‘wealth elites’”. *The Sociological Review*, 63 (2): 223-239.
- SAVAGE, Mike, CUNNINGHAM, Niall & DEVINE, Fiona *et al.* (2015), *Social class in the 21st century*. Londres, Penguin.
- SAVAGE, Mike & WILLIAMS, Karel. (2008), “Elites: remembered in capitalism and forgotten by social sciences”. *The Sociological Review*, 56 (a): 2-24.
- SAYER, Andrew. (2005), *The moral significance of class*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SHERMAN, Rachel. (2017), *Uneasy street: The anxieties of affluence*. Princeton University Press.
- SILVA, Graziella Moraes & LÓPEZ, Matias. (2015), “‘Brazilian people’ in the eyes of elites: repertoire and symbolic boundaries of inequality”. *Sociologia & Antropologia*, 5 (1): 157-182.
- “TALENTOS DA EDUCAÇÃO 2017: Conheça os 28 selecionados”. (2017), *Fundação Lemann*. https://storage.googleapis.com/site_liderancas/Perfil%20-%20Talentos%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%202017.pdf, consultado em 17/06/2019/.
- TARLAU, Rebecca & MOELLER, Kathryn. (2020), “‘Philanthropizing’ consent: how a private foundation pushed through national learning standards in Brazil”. *Journal of Education Policy*, 35 (3): 337-366.
- THNK School of Creative Leadership, <https://www.thnk.org/about-us/>, consultado em 18/06/2019
- VAN ZANTEN, Agnès. (2015), “Educating Elites. The Changing dynamics and meanings of privilege and power”. In: ZANTEN, Agnès Van; BALL, Stephen J. & DARCHY-KOECHLIN, Brigitte (orgs.). *Elites, privilege and excellence. The national and global redefinition of educational advantage*. World Yearbook of Education 2015. Londres e Nova York, Routledge.
- VAN ZANTEN, Agnès. (2010), “L’ouverture sociale dans les Grandes écoles: diversification des élites ou renouveau des politiques publiques d’éducation?”. *Sociétés Contemporaines*, 79: 69-95.
- WAGNER, Anne-Catherine. (2007), *Les classes sociales dans la mondialisation*. Paris, La Découverte.
- WAGNER, Anne-Catherine & REAU, Bertrand. (2015), “Le capital international: un outil d’analyse de la reconfiguration des rapports de domination”. In: SIMÉANT, Johanna (dir.). *Guide de l’enquête globale en sciences sociales*, CNRS Éditions, Paris, pp. 33-46.
- WARIKOO, Natasha & ALLEN, Utaukwa. (2020), “A solution to multiple problems: The origins of affirmative action in higher education around the world”. *Studies in Higher Education*, 45 (12): 2398-2412.

Resumo

Transformações no ethos de elites econômicas: abertura e denegação social na produção da convicção de elite

O artigo busca compreender as atualizações dos valores e premissas da ação de elites econômicas engajadas com o que é enunciado como mudança social no Brasil a partir da análise da atuação transnacional e das iniciativas de “abertura social” da Fundação Lemann. Por meio de uma perspectiva compreensiva e posicional, a pesquisa documental (2002-2023) demonstra como valores historicamente característicos de frações dominantes, como o mérito e o individualismo, têm dado lugar a composições com valores como diversidade e responsabilidade, fenômeno que se declina globalmente. O estudo do lastro simbólico das posições de elite permite compreender a denegação social envolvida na produção da convicção de elite e das formas atuais de sua sociodicéia. Palavras-chave: Elites; Abertura social; Denegação social; Circulação internacional; Fundação Lemann.

Abstract

The transformations in the ethos of economic elites: openness and social denegation in the production of elite conviction

The article aims to comprehend the transformation of the values and premises of action of economic elites engaged with what is stated as social change in Brazil, based on the analysis of the Lemann Foundation’s transnational agency and “social opening” initiatives. Through a comprehensive and positional perspective, our documentary research (2002-2023) demonstrates how values historically characteristic of dominant fractions, such as merit and individualism, have given way to compositions with values such as diversity and responsibility, which is a global phenomenon. The study of the symbolic pillars of elite positions allows us to understand the social denegation involved in the production of elite conviction and the current forms of its sociodicéy. Keywords: Elites; Social openness; Social denegation; International circulation; Lemann Foundation.

Texto recebido em 13/09/2023 e aprovado em 26/10/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.215931.

MIQUELI MICHETTI é professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba – *Campus* João Pessoa. E-mail: miquelimichetti@gmail.com.



Brasil, China e Índia nas cadeias globais de valor da indústria farmacêutica

Helton Ricardo Ouriques*

<http://orcid.org/0000-0001-7518-3356>

Daniela Santos Nunes de Rodrigues*

<http://orcid.org/0000-0001-7879-017>

Introdução

A pandemia despertou um alerta na indústria farmacêutica nacional e mundial: a dependência de matéria-prima para produção de medicamentos. Essa fragilidade parece ser quase universal, suscitando o debate sobre a segurança nacional. O presente artigo tem como objetivo principal analisar a participação de China, Índia e Brasil nas cadeias globais de fármacos no contexto da pandemia global de Covid-19. O objeto desta pesquisa serão as políticas de Estado executadas de modo a desenvolver o setor de fármacos nos países analisados, bem como os impactos para a sua inserção internacional entre 1980 e 2022. O artigo pretende adotar o instrumental de análise das cadeias globais de valor. Nesse sentido, propomos as seguintes perguntas preliminares da pesquisa: como ocorre a inserção de China, Índia e Brasil nas cadeias globais de valor neste setor? Quais núcleos conseguiram ocupar? Com a resposta a essas perguntas será possível avaliar se a inserção internacional desses países se deu de forma subordinada ou com maior grau de autonomia e governança na cadeia de fármacos. Por fim, será realizada uma análise de como o desenvolvimento da indústria farmacêutica dos países selecionados impactou seu posicionamento em relação à indústria farmacêutica global, em especial em relação à produção de imunizantes no contexto da pandemia de Covid-19.

* Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

Cadeias Globais de Valor: a globalização e a geografia da produção

O conceito de cadeia global de valor (CGV) identifica a série de atividades desde a concepção de um produto ou serviço até a sua venda para o consumidor final, permitindo a análise dos atores ao longo da cadeia (Estados, empresas, trabalhadores), bem como a distribuição geográfica dos elos que a compõem. Cada atividade possui variados graus de complexidade tecnológica e, portanto, de valor agregado. O posicionamento de determinado país nessas cadeias tem estreita relação com a captura de etapas mais rentáveis em seu território, não necessariamente ligadas às atividades de produção em si mesmas, pois “acredita-se que a maior parte do valor seja criado em atividades *upstream* (inovação, pesquisa e desenvolvimento, *design*) e *downstream* (*marketing, branding, logística* etc.), enquanto apenas um valor limitado é criado nos estágios puros de fabricação/montagem” (Miroudot e Backer, 2012, p. 5).

Os avanços nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), oportunistamente inicialmente pela revolução na microeletrônica nos anos 1970, proporcionaram a crescente atomização da produção nas últimas décadas. Pode-se compreender esse processo, que ganhou força nos anos 1980, como uma forma de aumentar a eficiência da produção, otimizando a utilização de recursos. Os países centrais tendem a concentrar sob a sua jurisdição atividades ligadas ao setor de serviços, assim como os segmentos mais produtivos e de maior valor agregado dentro da manufatura, o que lhes proporciona maior acumulação de capital (Rabach e Kim, 1994). Existem dois tipos de cadeias de valor, as impulsionadas ou dirigidas por produtores e aquelas impulsionadas ou dirigidas pelos compradores. As dirigidas por produtores são as mais intensivas em P&D (pesquisa e desenvolvimento) e em tecnologia, e nelas geralmente as empresas líderes se concentram na parte *upstream* da cadeia e controlam o *design* dos produtos. A etapa de fabricação e montagem também é controlada por elas, porém distribuída em diferentes países. Esse é o caso da indústria farmacêutica (Miroudot e Backer, 2012).

Assim, por mais que haja uma distribuição das atividades exercidas em uma cadeia de valor por vários países, as empresas líderes influenciam a governança das cadeias devido ao seu papel dominante (Rabach e Kim, 1994). A governança “é o conjunto de práticas concretas e formas organizacionais através das quais uma divisão específica de trabalho entre empresas líderes e outros atores surge e é gerenciada” (Ponte, Gereffi e Raj-Reichert, 2019, p. 1). Trata-se das relações de poder e autoridade que determinam como ocorre a alocação de recursos (financeiros, materiais e humanos) na cadeia. Para analisar a participação dos países selecionados nas CGV de fármacos, daremos enfoque em sua trajetória de tentativa de ascensão nessas cadeias. Entenderemos aqui o termo *ascensão* como o conjunto de estratégias empreendidas por

esses Estados e suas respectivas empresas nacionais para manterem ou melhorarem a sua posição nas CGV, passando a ocupar nichos econômicos mais lucrativos, geralmente mais intensivos em capital e tecnologicamente sofisticados (Gereffi, Bamber e Fernandez-Stark, 2022).

Existem dois tipos de nichos centrais nas cadeias dirigidas por produtores: os sistêmicos e subsistêmicos. Os sistêmicos são os que compreendem atividades que exercem o papel de módulo ou paradigma para os subsistemas. Eles são intensivos em capital e tecnologia, logo as barreiras a novos entrantes são altas, possibilitando que as grandes empresas multinacionais se organizem de forma oligopolista (Rabach e Kim, 1994). Essa conexão é especialmente importante para a análise da ascensão indiana e chinesa nas CGV, como será mostrado na próxima seção.

As trajetórias de China, Índia e Brasil na indústria farmacêutica

China: o projeto de ascensão nas CGV de fármacos

A China possui a terceira maior indústria farmacêutica do mundo. Atualmente se tornou, em termos de volume de produção, o maior produtor e exportador de Ingredientes Farmacêuticos Ativos (IFA), como veremos na próxima seção, e o segundo maior produtor de medicamentos que não precisam de receita para serem vendidos, os chamados OCT. Apesar da importância na escala, a produção chinesa concentra-se nos estágios intermediários das cadeias de valor de fármacos (Liu, 2021). A indústria farmacêutica chinesa até recentemente esteve voltada ao atendimento das necessidades do mercado doméstico, com foco na etapa de fabricação de medicamentos, em especial genéricos. Contudo, na última década o país despontou como um importante ator na indústria farmacêutica global, passando por uma transição de um país focado na etapa de fabricação de fármacos para um centro estratégico de P&D. A produção centrada em genéricos está sendo redirecionada para a criação de fármacos mais inovadores (Daxue, 2022).

O governo está implementando uma série de políticas de incentivo à ascensão nas cadeias globais de valor da indústria farmacêutica. Estas políticas devem ser compreendidas no escopo da estratégia de *catching up* mais geral do país, que já está se aproximando da posição de liderança em atividades de alto teor tecnológico de países como os Estados Unidos em setores tais quais o de produtos eletrônicos, por exemplo (Algazy *et al.*, 2022). De acordo com projeções do Fundo Monetário Internacional, os impactos socioeconômicos da pandemia de Covid-19 serão piores do que os da crise de 2008. Sendo assim, a China está focando a sua estratégia de recuperação no apoio a indústrias-líderes, dentre as quais a farmacêutica (Honcha-

renko, 2020). A China é o segundo maior mercado farmacêutico do mundo, porém as empresas nacionais estão nos estágios iniciais de P&D de fármacos inovadores. As empresas chinesas têm apresentado um comportamento avesso aos riscos, algo que o governo está tentando mitigar através de uma série de incentivos visando ao aumento de atividades mais intensivas em tecnologia (Kong *et al.*, 2023), diante da insuficiência da capacidade de inovação geral das empresas do setor (Liu, 2021)¹.

No período compreendido entre a ascensão do Partido Comunista Chinês (1949) ao poder até a abertura econômica do final dos anos 1970, a indústria farmacêutica chinesa se desenvolveu sob a égide de grandes empresas estatais sujeitas a um planejamento centralizado, em consonância com o modelo econômico do país. Não havia uma legislação que viabilizasse a proteção à propriedade intelectual, possibilitando a prática disseminada de engenharia reversa. A produção se concentrava em medicamentos básicos, não envolvendo a produção de fármacos inovadores, o foco era atender as necessidades da própria população. A partir de 1978, com a abertura econômica, foram flexibilizadas as restrições ao investimento no setor, bem como à instalação de empresas estrangeiras na China. Ao tornar-se sujeita à regulação dos mecanismos de mercado, a indústria farmacêutica nacional passou por um processo de expansão e fragmentação. Entre as décadas de 1970 e 1990 o arcabouço legal de proteção à propriedade intelectual tornou-se mais alinhado aos padrões internacionais, limitando a estratégia de imitação dos produtos estrangeiros (Delgado, 2015).

Em 1984 foi aprovada a Lei de Patentes da República Popular da China, que incluiu os produtos farmacêuticos, assim como seus processos de fabricação na lista de objetos sujeitos ao patenteamento. Apesar disso, a China foi constantemente acusada de violar patentes (Zucoloto, 2013). Uma adequação mais robusta e rígida se deu apenas após 2002, quando a China aderiu ao Trips (Trade Related-Aspects of Intellectual Property Rights) após sua entrada na OMC em 2001 (Grace, 2004). Principalmente após 2015, intensificaram-se os esforços de adequação do seu sistema regulatório aos padrões internacionais. Apenas em 2017, tendo em vista a estratégia de ascensão na indústria farmacêutica global, o país aderiu ao Conselho Internacional de Harmonização de Requisitos Técnicos para Produtos Farmacêuticos de uso Humano (Algazy *et al.*, 2022).

No 13º Plano Quinquenal (2016-2020), a meta do setor farmacêutico era “seguir a inovação”, já no 14º (2021-2025) passou a ser tornar-se um líder na inovação. Em 2022, cerca de 95% dos fármacos aprovados pela Administração Nacional de Pro-

1. Em 2021, buscando manter a proeminência na produção de IFA, foi lançado o plano para promover o desenvolvimento de alta qualidade da indústria de IFA, conforme o Relatório sobre Investimento Estrangeiro do Ministério do Comércio da República Popular da China de 2022.

dutos Médicos ainda eram genéricos (Daxue, 2022). Para o período do 14º Plano Quinquenal, foram lançados complementarmente o Plano Nacional de Segurança e Alta Qualidade de Desenvolvimento de Medicamentos, o Plano para a Expansão plena e Fortalecimento da Indústria Farmacêutica (2021-2023) e a Circular sobre Medidas de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica. O conjunto de medidas busca aumentar o investimento em P&D no setor em cerca de 10% no período do plano, fortalecer as pequenas e médias empresas nacionais e aprofundar a cooperação internacional na área. Em 2021, o governo ampliou a lista de itens farmacêuticos do Catálogo das Indústrias que Incentivam o Investimento Estrangeiro, o catálogo visa a direcionar os investimentos das empresas de capital estrangeiro para setores de interesse do Estado chinês. Para aumentar a proteção das patentes e incentivar a inovação, foi lançado também o primeiro Sistema de Vinculação de Patentes, com um aumento dos incentivos para contestação de patentes de medicamentos genéricos. Espera-se, assim, incentivar as empresas farmacêuticas estrangeiras a acelerar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras. A Administração Nacional de Medicamentos também expediu em 2021 novos guias de princípios e requisitos técnicos para diversos tipos de fármacos, dentre eles os utilizados no tratamento da Covid-19, a fim de padronizar a produção e aumentar a qualidade do seu desenvolvimento². Em resumo, percebe-se que há uma trajetória clara de posicionamento da China na indústria de fármacos, considerada de interesse nacional, sendo foco, portanto, de várias políticas públicas ao longo das últimas décadas.

O desenvolvimento da indústria farmacêutica indiana: da dependência à farmácia do mundo

A Índia tornou-se um importante *player* nas CGV de fármacos nas últimas décadas: “nas cadeias de valor farmacêuticas Sul-Sul, a indústria indiana emergiu como ator principal na fabricação e fornecimento de medicamentos e vacinas para mercados de países de baixa, média e alta renda” (Rault-Chodankar e Kale, 2022 p. 323). Atualmente, a indústria farmacêutica indiana é a terceira maior do mundo em termos de volume de produção e a 14ª em termos de valor. Apesar do protagonismo na indústria farmacêutica mundial, o *gap* entre a posição em termos de volume e de valor indica que parte significativa da produção indiana se concentra em atividades intermediárias nas cadeias de valor de fármacos, ou seja, em nichos menos lucrativos.

O setor contribui positivamente para a balança comercial do país, que historicamente apresenta um déficit na balança de bens, tendo gerado um superávit de 17,68

2. Informações extraídas do Relatório sobre Investimento Estrangeiro, do Ministério do Comércio da República Popular da China de 2022.

bilhões de dólares no ano fiscal de 2020-2021 (Goi, 2021). Sua contribuição para o PIB indiano é de cerca de 1,72%, de acordo com os dados referentes a 2022. A Índia é o maior provedor de medicamentos genéricos do mundo, ocupando cerca de 20% do mercado mundial e participando em alguma etapa da produção global de 60% das vacinas (Ibaf, 2023). O país chega a prover aproximadamente 70% da demanda da OMS de vacinas contra difteria, tétano e coqueluche (DTP) e Bacillus-Guérin (BCG) e 90% das vacinas contra o sarampo (Invest India, 2023)³.

Esse desempenho é resultado do crescimento estável da área nos últimos quarenta anos. No imediato pós-independência (1947), a capacidade tecnológica de produção nacional de medicamentos era bastante limitada, contudo na década de 1980 o país logrou praticamente a autossuficiência, tornando-se um dos maiores exportadores do ramo (Kamiike, 2019). O sucesso do desenvolvimento da indústria farmacêutica indiana deveu-se a oportunidades conjunturais ligadas à terceirização de atividades dentro da cadeia de valor dos fármacos para Estados com salários mais baixos, mas também aos esforços do Estado indiano em promover o setor, incentivando a ocupação de nichos mais rentáveis e tecnologicamente complexos dentro dessas cadeias.

Até os anos 1980 a estratégia de desenvolvimento do Estado indiano foi inspirada nos modelos socialistas de economia planificada, autárquica e pela busca da autossuficiência em setores estratégicos intensivos em tecnologia. Na década de 1950, foram criados comitês para avaliarem a situação da indústria farmacêutica e darem recomendações para fortalecer a produção nacional⁴. O Comitê Ayyangar (1959) forneceu um relatório que embasou a Lei de Alteração de Patentes de 1970, marco crucial para o desenvolvimento da indústria farmacêutica indiana. A lei estabeleceu o patenteamento de processos ao invés do patenteamento de produtos, com o objetivo de aumentar a concorrência no setor, diminuindo os preços dos medicamentos (Candran e Brahmachari, 2018). Até então as empresas estrangeiras controlavam por volta de 90% do mercado indiano na área (Hoque e Das, 2021). Assim, elas detinham o monopólio dos preços dos fármacos, mantendo o preço dos medicamentos essenciais altos (Candran e Brahmachari, 2018), o que inviabilizava o seu acesso pelas camadas mais pobres. Contudo, ao liberar o patenteamento de processos, o governo indiano permitiu que as empresas domésticas fabricassem versões

3. O *Invest India* faz parte da Agência de Promoção e Facilitação do Investimento Nacional do governo indiano.

4. O Comitê de Justiça Tek Chand (1949) foi criado para revisar a lei de patentes vigente e combater o uso indevido ou abusivo dos monopólios. O Inquérito farmacêutico (1954) identificou que as atividades das empresas estrangeiras instaladas no país se concentravam no simples processamento final de produtos farmacêuticos importados a granel. Diante disso, foi recomendada a exigência de que essas empresas melhorassem a qualidade dos medicamentos processados e instalassem unidades fabris no país, mesmo que para produtos químicos básicos, assim como expandissem a escala dessas unidades.

genéricas de medicamentos patenteados e as vendessem nos mercados doméstico e internacional a preços inferiores aos das multinacionais. (Hoque e Das 2021, p. 438).

Isso incentivou o desenvolvimento de P&D na indústria farmacêutica indiana, ao encorajar o desenvolvimento de processos alternativos de produção de medicamentos patenteados em outros Estados e o uso da engenharia reversa (Kamiike, 2019)⁵. No início dos anos 1980, a Índia iniciou um processo de liberalização econômica que se aprofundou na década seguinte. Gradualmente optou-se por reorientar a estratégia de produção em curso para aproximá-la da estratégia de industrialização voltada para as exportações, feita pelos países do Leste Asiático, que estavam apresentando índices de crescimento econômico superiores aos indianos. O processo de liberalização econômica da Índia foi, no entanto, muito gradual, mais até do que o chinês, contrastando com a experiência dos Estados latino-americanos no período, como o Brasil. Ahluwalia (2002) afirma que o gradualismo esteve no cerne do sucesso das reformas indianas, em contraposição às verdadeiras terapias de choque que foram aplicadas na América Latina. Para o autor, essa condução diferenciada foi possível porque a Índia não estava passando por um colapso econômico ou uma crise prolongada quando iniciou esse processo⁶. Assim, não havia um anseio generalizado pela adoção de mudanças rápidas e radicais. O Estado indiano não aderiu à onda de privatizações e de fechamento de empresas públicas. Em contrapartida, optou por um paulatino desinvestimento do governo nas empresas do setor público, mas preservando ainda 51% do investimento sob a égide estatal, assim como o controle da gestão. Isso permitiu a provisão de recursos não inflacionários ao orçamento governamental, sem aumentar o déficit fiscal.

Apesar da extinção de alguns monopólios públicos, o Estado manteve a sua participação nos principais setores produtivos, garantindo sua predominância nos setores considerados estratégicos, como petróleo e gás, mineração, energia elétrica e o setor bancário. Por volta de 70% do controle acionário tanto do setor financeiro como bancário mantiveram-se sob o manto dos bancos comerciais, que tinham controle acionário do governo (Kapila, 2008). Essa reorientação teve um efeito

5. A lei de Regulamentação Cambial de 1973 restringiu a participação de capital estrangeiro nas empresas nacionais ao teto de 40% da composição acionária. Contudo, esse limite era de 74% para empresas que utilizassem tecnologia de ponta (Candran & Brahmachari, 2018). O Estado indiano buscou, assim, induzir o progresso tecnológico e a ascensão na cadeia de valor de fármacos via controle do acesso à oportunidade de produzir no país. Então, mesmo durante o período de relativo insulamento da economia indiana (1947-1980), adotou-se uma estratégia de seletividade na abertura ao capital estrangeiro em consonância com os objetivos maiores de desenvolvimento econômico.

6. Na década de 1990 a Índia chegou a passar por uma crise na balança de pagamentos. Sem embargo, não era uma crise prolongada. Ela irrompeu na década anterior, quando a economia indiana apresentava um crescimento estável que girava em torno de 5% (Ahluwalia, 2002).

positivo para a indústria farmacêutica nacional, que se fortaleceu com a alteração na Lei de Patentes de 1970 e o consequente afrouxamento da rigidez em relação à propriedade intelectual, até a necessidade de adequação ao acordo Trips imposto pela OMC, em 2005.

A indústria farmacêutica tornou-se uma das mais importantes indústrias intensivas em pesquisa da Índia. Para conformar-se às novas regras da OMC, o país teve que reconhecer as patentes de produtos e não de processos, pondo fim à estratégia de cópia de medicamentos patenteados em outros países (Hoque e Das, 2021). Essa mudança causou temor inicialmente. No entanto, verificou-se que grandes empresas indianas do setor ascenderam para atividades mais rentáveis da cadeia de valor, ocupando os nichos ligados à P&D (*upstream*) ao invés da mera fabricação de medicamentos (Rault-Chodankar e Kale, 2022). As empresas estrangeiras não restauraram a sua situação monopolista pré-1970 no mercado indiano, porque, devido à maturação da capacidade de produção nacional, as empresas indianas estavam mais preparadas para lidar com o impacto do Trips (Chandran e Brahmachari, 2018).

De acordo com esses autores, a decisão de adiar a implementação do acordo Trips preparou as empresas nacionais para evoluírem tecnologicamente, organizando-se para a competição com rivais estrangeiros. Além disso, “percebendo a importância de investir em P&D, as empresas indianas deixaram de ser fabricantes de genéricos para desenvolver produtos patenteáveis” (*Idem*, pp. 190-191). Assim, as empresas indianas identificaram a necessidade de expansão de suas bases tecnológicas para o alinhamento com o cenário internacional de P&D no setor. Em suma, “a indústria farmacêutica indiana seguiu uma trajetória que começou com a imitação duplicada seguida pela imitação criativa, eventualmente progredindo na cadeia de valor da P&D farmacêutica” (Cohen, 2021, p. 237).

A adesão ao Trips levou a um aumento dos gastos da indústria farmacêutica com P&D, e as grandes empresas do setor⁷ também reorientaram esses investimentos, focando em inovação de produtos. O novo foco dessas empresas são Novos Sistemas de Administração de Medicamentos, pesquisa para o desenvolvimento de novos medicamentos e P&D para produtos biofarmacêuticos. Assim, “em termos de investimentos em P&D, os produtos farmacêuticos emergiram como a indústria mais inovadora da Índia” (Cohen, 2021, p. 237).

A despeito de se constatar esse movimento de ascensão de parte das empresas para atividades mais intensivas em tecnologia, grande parte das empresas indianas

7. As dez empresas indianas que mais investem em P&D e suas respectivas posições nesse quesito no *ranking* mundial são: Sun Pharma (408), Dr. Reddy's Lab. (458), Lupin (495), Glenmark (640), Cipla (852), Cadila Healthcare (1014), Aurobindo Pharm (1182), Biocon (1550), Alembic (1592), Torrent (1681) (dados referentes ao ano de 2018) (Cohen, 2021).

não consegue arcar com os custos de colocação de seus produtos no mercado mundial sob a sua marca (Kamiike, 2019). O *marketing* e o *branding* integram o nicho central da parte *downstream* das CGV de fármacos e possuem custos elevados, erigindo barreiras para a entrada de novos competidores (Rabach e Kim, 1994). Isso faz com que muitas dessas empresas indianas desenvolvam novas moléculas, porém licenciem seus produtos para as grandes empresas farmacêuticas dos países centrais (Kamiike, 2019). Portanto, também no caso indiano, percebe-se um movimento tanto do Estado quanto das empresas em melhorar o posicionamento na indústria de fármacos, através dos investimentos crescentes em P&D.

Brasil: da autossuficiência à dependência

Torres e Hasenclever (2017), ao discutirem a trajetória de capacitação tecnológica do Brasil na indústria farmacêutica entre 1900 e 1990, dividem essa história em dois períodos: o primeiro, do início do século XX até o final da Segunda Guerra Mundial; o segundo, dos anos 1950 até a abertura econômica dos anos 1990. Para os autores, “o primeiro período marca uma fase de crescimento dos laboratórios farmacêuticos nacionais, enquanto o segundo marca a fase de declínio e domínio das ETNs [empresas transnacionais] no mercado doméstico” (p. 385). Isso é importante ser frisado porque, nos dias atuais, há a presença majoritária de empresas farmacêuticas estrangeiras em nosso país.

O Brasil figura como o sétimo maior mercado farmacêutico do mundo e o primeiro da América Latina (Agência Senado, 2021). A indústria farmacêutica brasileira já foi bastante robusta, e na década de 1980 o país produzia cerca de 55% dos insumos farmacêuticos necessários à produção nacional. Hoje esse número se reduziu para 5% (Chaves, Moraes e Osorio-de-Castro, 2021). Atualmente, cerca de 90% dos medicamentos acabados e dos princípios ativos utilizados para a fabricação de genéricos são importados da China e da Índia (Abifina, 2022). No caso de antibióticos, a dependência de importação de IFA e demais insumos é de 100%, uma vez que a indústria nacional não possui escala de produção suficiente para competir com os produtos chineses (Abiquifi, 2023). A decadência da capacidade de produção brasileira, assim como a ascensão da China e da Índia devem ser compreendidas dentro do quadro mais geral da posição desses países nas CGV. O Brasil tem apresentado uma debilidade estrutural em posicionar-se de forma mais dinâmica nas CGV.

O crescimento anual da indústria farmacêutica brasileira na década de 1980 chegou aos 8%, e o país atingiu quase a autossuficiência (Agência Senado, 2021). Contudo, a liberalização da década 1990 não teve o mesmo efeito que o observado na indústria farmacêutica indiana, que ascendeu para as atividades de maior valor

agregado nas CGV de fármacos. Pelo contrário, ocorreu uma especialização nas etapas de menor valor agregado. Além de não conseguir produzir nem ao menos os próprios insumos, gerando um estrangulamento na parte inicial da cadeia de suprimentos que condiciona a produção local, o país passou a concentrar suas atividades na etapa de mera fabricação de medicamentos de baixo valor agregado, utilizando-se ainda de insumos importados. Portanto, no geral o Brasil apresentou no período estudado uma involução da sua posição nas CGV de fármacos. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos, estima-se que seja necessário um investimento de US\$ 1 bilhão para ampliar a produção de IFA de 5% para 20% na próxima década.

A dependência brasileira revelou-se muito maior do que a indiana da importação de insumos chineses. Nota-se que as empresas indianas que conseguiram investir na ascensão para atividades de P&D foram as grandes empresas do setor. O Brasil, diferentemente da Índia e da China, que, após os anos 1980, começaram a ascender economicamente aprofundando seus respectivos processos de industrialização e avanços nas CGV de indústrias estratégicas intensivas em tecnologia – tais como de eletrônicos, espacial, tecnologia da informação e farmacêutica –, passou pela crise da dívida, que debilitou a capacidade do Estado de investir em uma estratégia de ascensão nas CGV. Além disso, as empresas brasileiras não foram capazes de competir com as estrangeiras com o aprofundamento do processo de liberalização: “no Brasil, a abertura econômica levou o país a se inserir nestas cadeias de forma muito mais dependente, no que diz respeito ao setor farmacêutico, sobretudo com maior dependência de IFAs produzidos na China” (Miranda, Hasenclever e Paranhos, 2022, p. 15).

Entre 1945 e 1996, o Brasil não reconhecia patentes para produtos farmacêuticos, apesar de até 1971 reconhecer a propriedade intelectual sobre processos farmacêuticos. Isso se dava porque os fármacos eram tidos como um bem público. Tal qual China e Índia, o Brasil buscava assim fomentar a transferência de conhecimento dos medicamentos patenteados estrangeiros para as empresas nacionais. Tratava-se concomitantemente de uma estratégia de proteção da saúde pública e de política industrial. Contudo, a pressão dos Estados Unidos para que este adequasse sua legislação em relação às patentes foi bastante expressiva. A potência passou a sobretaxar a importação dos produtos brasileiros, antes mesmo do advento do Acordo Trips. A pressão norte-americana prejudicou setores como o de suco de laranja e calçados, que, embora de baixo teor tecnológico, são alguns dos poucos produtos brasileiros com inserção consolidada no mercado norte-americano (Castro, 2018). Segundo esse autor, “a nova Lei de Propriedade Industrial (LPI), em 1996, passou a proteger produtos e processos farmacêuticos e refletiu as pressões econômicas e políticas dos

Estados Unidos para que o Brasil cumprisse as obrigações de Trips *antes* de 2005” (Castro, 2018 p. 161, grifos nossos).

Assim, com a promulgação da Lei 9.279/1996, ou Lei de Propriedade Industrial, o Brasil adequou precocemente a sua legislação de propriedade intelectual, abrangendo a indústria farmacêutica, o que foi reconhecido pelas grandes multinacionais do setor como um avanço e exemplo aos demais países em desenvolvimento que resistiam em alterar suas legislações permissivas que incentivavam os processos de engenharia reversa e imitação (Castro, 2018). Salienta-se que, apenas um ano depois do Trips, o Brasil promoveu a adequação do seu quadro legal, diferentemente dos casos da Índia e da China.

A partir da década de 1990, a expansão da indústria farmacêutica brasileira foi alavancada pela produção de medicamentos genéricos e biossimilares. Em 1998 o país, através da portaria n. 3.916 do Ministério da Saúde e da Política de Medicamentos Genéricos de 1999, continuou o processo de padronização regulatória para o setor. No mesmo ano foi criada a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Até 2001 prosseguiu-se o avanço na regulamentação do setor de genéricos, cuja produção se tornou mais robusta (Novais, Quintão e Cagnin, 2016).

A expansão do segmento de genéricos acabou dando um fôlego às empresas nacionais do setor farmacêutico, que detêm mais de 75% do mercado de genéricos (Cohen, 2021). O governo brasileiro elencou o setor de fármacos e medicamentos como estratégico e o da biotecnologia como uma das atividades portadoras de futuro na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (Pitce) de 2004, prevendo incentivos fiscais para estimulá-los (Magalhães, 2009). A partir de 2011 houve a instituição das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo, parcerias público-privadas para a produção de fármacos considerados estratégicos para o Ministério da Saúde. O governo, através dessas iniciativas, induz a transferência de tecnologia para o setor público, em troca de garantir a demanda pelo produto produzido durante o período da parceria⁸ (Novais, Quintão e Cagnin, 2016). Não obstante, como visto, o país é altamente dependente da importação de insumos estrangeiros, notadamente de IFA, para conseguir manter a produção nacional, que ainda se concentra majoritariamente em produtos que relativamente possuem baixo valor agregado, caso dos genéricos. Diante dessa situação, em 2019 foi formulado um projeto de lei para que os medicamentos contendo IFA fossem enquadrados como prioritários, agilizando o seu processo de aprovação. Contudo, o projeto ainda está tramitando

8. “Em 2015, a Eurofarma lançou o primeiro medicamento biossimilar para tratamento de câncer na América Latina, fruto de uma parceria com a Fiocruz no âmbito das PDP’s” (Novais, Quintão & Cagnin, 2016, p. 2).

no legislativo, aguardando para ser pautado em plenário, indicando morosidade na atuação do Estado para reverter a situação de especialização regressiva da indústria farmacêutica local.

O estrangulamento da produção nacional em vista da importação de insumos acentuou-se com a pandemia, com o atraso na produção de vacinas devido à demora na entrega de IFA pela China em meio a contendas diplomáticas entre os dois países durante o governo do presidente Jair Bolsonaro. Isso revelou a exposição do país não só em relação à participação nas CGV, mas também quanto à manutenção da política de imunização da população em meio a uma crise sanitária.

Tanto as empresas nacionais quanto as multinacionais instaladas no país apresentam baixos índices de investimento em P&D. E, assim como em outras áreas, boa parte da inovação da indústria farmacêutica brasileira se dá no âmbito de Institutos Públicos de Pesquisa, como o Instituto Butantan e a Fiocruz (Vieira e Santos, 2020). Tanto Brasil, como China e Índia, devido às suas grandes populações, atraem grandes empresas multinacionais para a sua jurisdição. Essas empresas tipicamente se instalam nesses países para, além de aproveitarem as vantagens de custo locais, adquirirem acesso aos vastos mercados internos de forma mais célere. Elas o fazem geralmente adquirindo um produto de sucesso, ou uma empresa consolidada no mercado local que viabilize uma entrada rápida no mercado (Cohen, 2021).

Durante a pandemia, ficou patente a dependência das instituições públicas no desenvolvimento de produtos inovadores intensivos em P&D. O Instituto Butantan e a Fiocruz estabeleceram parcerias internacionais para a produção de vacinas contra Covid-19 e conseguiram se posicionar entre os quinze principais produtores de vacinas para membros da Organização Mundial da Saúde, de acordo com dados de 2021 (WHO, 2022). Porém, essas instituições não possuem o dinamismo necessário para competirem com as grandes multinacionais do setor (Vieira e Santos, 2020). Apesar do potencial, uma fragilidade persistente no Brasil é a falta de coordenação e sinergia entre o setor privado e as instituições públicas como os centros de pesquisa das universidades, sendo necessária maior presença de incentivos e subsídios do Estado nas atividades de pesquisa que envolvem maior incerteza quanto à viabilidade econômica e que, portanto, inibem a iniciativa das empresas privadas (Sindusfarma, 2023).

Difícilmente o Estado brasileiro teria a coordenação, coesão política e centralização na alocação de recursos que a China tem, devido às particularidades do seu sistema político. Entretanto, ao analisar o desenvolvimento da indústria farmacêutica indiana, fica evidente o papel importante da integração entre o setor privado e políticas públicas de fomento. Franculino e Gomes (2015) apontam que as empresas indianas aproveitaram o regime de patentes mais permissivo, que concedia patentes aos processos e não aos produtos, para desenvolverem novos métodos de produção. Em contraste,

as empresas brasileiras, ao invés de investirem em engenharia reversa, adotaram uma estratégia de imitar as empresas multinacionais instaladas no país, concentrando a sua produção nas partes finais da cadeia, ainda que o Brasil também tivesse até meados dos anos 1990 uma legislação flexível no tocante à propriedade intelectual.

Torres e Hacenclever (2017), ao discutirem a evolução institucional das indústrias farmacêuticas indiana e brasileira, concluíram que, apesar da aplicação de instrumentos de política industrial similares nos dois países, a Índia adotou uma postura mais agressiva no desenvolvimento de capacidades nacionais, optando por uma estratégia mais nacionalista de absorção tecnológica. O Brasil, por sua vez, apostou na atração de empresas multinacionais estrangeiras, considerando que a produção local de farmoquímicos e medicamentos viria acompanhada pela transferência de tecnologia, o que não se concretizou. Esse modelo capacitou as empresas brasileiras apenas para assumirem um papel de seguidoras, sendo no geral caracterizadas pelos baixos investimentos em P&D, o que as impossibilita de competirem com as empresas estrangeiras nos elos mais inovadores das cadeias da indústria farmacêutica. As empresas brasileiras acabaram ocupando majoritariamente o nicho de mercado de produtos similares e genéricos, que, embora seja um segmento importante, conforme explanado, possui baixa complexidade tecnológica e, portanto, baixo valor agregado.

Em resumo, e diferentemente da China e da Índia, o Brasil não optou por uma estratégia de manutenção e fortalecimento de uma indústria farmacêutica nacional, tendo como corolário a baixa inserção do país em P&D, porque, em linhas gerais, o mercado farmacêutico acabou sendo dominado pelas empresas estrangeiras.

A posição na cadeia global de valor da indústria farmacêutica: um breve balanço

O objetivo desta seção é entender como o desenvolvimento da indústria farmacêutica dos países selecionados, explanado nas seções anteriores, impactou seu posicionamento nas cadeias globais de valor de fármacos no contexto da pandemia de Covid-19. A China, a Índia e, em menor medida, o Brasil, com suas diferentes trajetórias de ascensão nas CGV's de fármacos, conquistaram uma posição de proeminência no setor. Os três fazem parte do conjunto de treze países⁹ que concentram a produção de vacinas contra o coronavírus e que abrigam cerca de 91% das matrizes e subsidiárias das empresas produtoras. Esse grupo de Estados é concomitantemente a maior fonte e destino de ingredientes-chave¹⁰ para a produção, revelando uma grande

9. Os demais são: Argentina, Austrália, Canadá, União Europeia, Japão, Coreia do Sul, Rússia, Reino Unido, Estados Unidos e Suíça.

10. Para uma melhor compreensão da metodologia usada para a identificação dos ingredientes-chave e a coleta de dados sobre as empresas, ver Evenett *et al.* (2021).

interdependência entre esses atores (Evenett *et al.*, 2021). Segundo esses autores, há uma distribuição desigual e altamente concentrada tanto dos fabricantes de vacinas quanto dos ingredientes necessários à sua produção. Observa-se uma alta concentração desses atores nos Estados Unidos e Europa, seguidos por China e Índia: “Mais de 70% das empresas das 444 identificadas [...] como produtoras de ingredientes [...] estão localizadas na União Europeia (156 empresas), nos EUA (70 empresas), China (49 empresas) e Índia (43 empresas)” (Evenett *et al.*, 2021, p.15).

China e Índia são os maiores produtores de Ingredientes Farmacêuticos Ativos (IFA), juntamente com a União Europeia e os Estados Unidos (Kumar *et al.*, 2022). O IFA é uma parte muito importante da cadeia de valor de qualquer fármaco, pois é a substância que possibilita que este seja capaz de produzir o efeito desejado (Lisboa, 2021). Interrupções no fornecimento de IFA impedem a produção dos produtos acabados (Graham, 2021).

Em termos de volume produzido dos IFA, a China foi responsável por 44% da produção em 2021, e a Índia por 20% (Cherian *et al.*, 2021). Essa proeminência chinesa causou temor em diversos países durante a pandemia, notadamente nos Estados Unidos, potência que sedia grande parte das multinacionais farmacêuticas que ocupam os nichos mais rentáveis da CGV farmacêutica. Em 2021, o presidente Biden elencou os produtos farmacêuticos como de importância crítica, assim como os semicondutores, minerais essenciais e baterias. A inquietação americana é justamente a importação de IFA da China, não de produtos farmacêuticos acabados, que também tem aumentado nos últimos anos. Isso se dá porque mesmo com a diversificação do abastecimento de IFA por outros países, como a Índia, persiste uma dependência indireta, uma vez que esta também depende, em certa medida, do abastecimento pela China (Graham, 2023).

Cerca de 32% da demanda indiana é suprida pelo vizinho asiático. A dependência indiana de IFA e outros ingredientes intermediários da China é especialmente alta para vários medicamentos genéricos e de baixo valor, porém amplamente utilizados pela população da Índia. O governo indiano identifica essa dependência como uma ameaça à segurança nacional. A situação levou o Conselho Indiano de Pesquisa Médica a elaborar um relatório analisando a situação, com o objetivo de identificar a melhor estratégia para atingir a autossuficiência, diminuindo a dependência da China. Além da iniciativa, foram instaurados vários comitês com objetivos semelhantes, tais como: a Força-Tarefa do Ministério da Saúde e Bem-Estar Familiar e a Força-Tarefa do Ministério do Comércio e da Indústria. A primeira visa a criar uma estratégia de longo prazo para fortalecer o setor de fármacos, e a segunda a propor uma política de promoção da inovação e exportação de medicamentos. Em conjunto com a Associação de Fabricantes de Medicamentos e o Grupo de Consultoria Bos-

ton, a Confederação da Indústria indiana elaborou um documento com sugestões de fortalecimento do setor, com o foco na redução da dependência das importações chinesas (Cherian *et al.*, 2021).

O Brasil, que teve a sua produção de IFA reduzida após a abertura comercial dos anos 1990, é atualmente muito dependente da importação do componente; sua maior fornecedora é a China (32%), seguida da União Europeia (30%), no caso dos produtos de maior valor agregado (Gadelha, 2021). Conforme explanado na seção anterior, o Brasil, apesar de reconhecer a fragilidade da dependência na importação de IFA, não reagiu de forma tão célere e incisiva como a Índia, uma vez que o projeto de lei que visava a fortalecer a indústria de IFA nacional, com a aceleração da aprovação de medicamentos contendo IFA brasileiro e o enquadramento desses fármacos como prioritários, segue tramitando no legislativo. Durante a pandemia, o atraso no envio de insumos chineses impactou a produção de vacinas contra a Covid-19 no país, atrasando o cronograma de imunização da população.

A fragilidade da posição brasileira se reflete no perfil de suas exportações de fármacos, que “são, em grande medida, resultado da atuação de empresas multinacionais que utilizam o país como plataforma exportadora” (Franculino e Gomes, 2015, p. 14). Inclusive, das 23 empresas farmacêuticas indianas presentes na América Latina, 14 estão localizadas no Brasil, mostrando que o país é um destino importante de terceirização até mesmo para outros países emergentes (Cohen, 2021). Isso se revela também no padrão de comércio exterior de ambos os países. As exportações de fármacos do Brasil se destinam em maior medida para países da América Latina, proporcionando-lhe superávits nas trocas com os integrantes do Mercosul, porém déficits com os países europeus e os Estados Unidos, com os quais se integra nas cadeias globais de valor via importações de medicamentos mais complexos. A Índia, conforme exposto na seção anterior, inicialmente exportava majoritariamente para países em desenvolvimento, mas a partir dos esforços do governo e do setor privado para atender os padrões internacionais de produção, investimentos de P&D e atualizações dos marcos regulatórios, tem conseguido penetrar os mercados mais sofisticados dos países centrais. A Índia usou seu acúmulo de competências tecnológicas no segmento de genéricos para aproveitar as janelas de oportunidade que se apresentaram para o desenvolvimento de atividades intensivas em P&D. A situação periférica do Brasil, portanto, evidencia-se não só por sua posição na parte final das cadeias globais de valor, mas também pelo déficit comercial crescente no comércio de medicamentos. Ainda que apresente superávits em relação aos países do Mercosul e, em alguns anos, até mesmo com o México – entre 2009 e 2019 –, esse superávit tem diminuído progressivamente (Miranda, Hasenclever e Paranhos, 2022).

Entre as trinta maiores empresas farmacêuticas brasileiras, apenas dez são nacionais, e todas são produtoras de genéricos (Cohen, 2021). Além disso, “ao contrário de suas contrapartes chinesas e indianas, as maiores empresas farmacêuticas brasileiras não estão classificadas internacionalmente” (Cohen, 2021, p. 240). No *ranking* de 2019 das maiores empresas farmacêuticas do mundo em bilhões de dólares, há uma predominância de empresas americanas, japonesas e europeias, contando também com uma de Israel. Quatro empresas chinesas estão na lista: nas posições 15 (Sino-pharm Group), 23 (China Res. Pharma Group), 28 (Jiangsu Hengrui Medicine) e 34 (Guangzhou Baiyunshan). Uma empresa indiana entrou no *ranking* na posição 35 (Sun Pharma Industries), e nenhuma brasileira. Isso evidencia que as políticas de incentivo às empresas nacionais chinesas têm sido eficazes e que, apesar dos avanços da Índia, aquele país ainda tem um longo caminho a trilhar para conseguir uma posição de proeminência nos elos mais rentáveis das cadeias de fármacos.

As relações econômico-produtivas e, por conseguinte, a construção e a organização das CGV não se dão em um vazio político. As estratégias de ascensão estão para além do escopo da competição interempresas, tendo implicações políticas no âmbito do Sistema Internacional. Esse caráter político-securitário das CGV exacerbou-se durante a pandemia, suscitando debates acerca da internalização da cadeia de valor de produtos considerados estratégicos e gerando o fenômeno do “Nacionalismo das Vacinas” ou a “Diplomacia das Vacinas”, com a instrumentalização política da produção dos imunizantes, de sua comercialização e doação. Na atuação chinesa, percebe-se uma clara utilização das vacinas contra a Covid-19 para fortalecer sua plataforma de projeção econômica e geopolítica da *Belt and Road Initiative* (BRI): “Do total dos 98 países nos quais Pequim desembarcou com 405 milhões de doses, 85 são membros da BRI, uma proporção equivalente a 90% do total” (Malacalza e Fagaburu, 2022, p. 12).

De forma semelhante, a Índia, que busca ter protagonismo regional, lutando para não ser ofuscada pelo peso da China, utilizou a sua posição de proeminência na indústria farmacêutica e na produção de vacinas para fortalecer as relações com os países da região, muitos dos quais fazem parte da BRI. A ajuda humanitária e o fornecimento de vacinas foram instrumentalizados no escopo da *Neighbourhood First Policy*. Logo após iniciar a vacinação da própria população, a maior do mundo, a Índia enviou milhões de doses para os países da Associação do Sul da Ásia para Cooperação Regional. Parte da produção inicial da Covishield¹¹ e da Covaxin foi destinada para os vizinhos imediatos¹². Devido à importância política e como forma de conter a influência da China na região, um quarto do suprimento total

11. Produzida pelo Serum Institute of India em parceria com a AstraZeneca e a Oxford University.

12. Afeganistão, Butão, Bangladesh, Nepal, Maldivas, Sri Lanka e Myanmar.

de vacinas produzidas na Índia foi destinado a países do Sul da Ásia, sendo que desse total 29,44% foram para vizinhos imediatos (Singh *et al.*, 2022). Houve uma preferência, também, para o envio de vacinas para países que reconhecem Taiwan ou que não estavam recebendo as vacinas chinesas (Malacalza e Fababuru, 2022). Em relação à América Latina, a Índia adotou uma política ativa de doações para a região, fortalecendo a diplomacia econômica indiana, “cujo objetivo consiste em alavancar a exportação de vacinas e contribuir para o acesso de laboratórios indianos ao mercado farmacêutico” (Malacalza e Fagaburu, 2022, p. 29).

No caso do Brasil, a penetração dos produtos farmacêuticos indianos – altamente competitivos pelo avanço tecnológico e produção em um país com mão de obra relativamente mais barata – pode afetar negativamente as prospecções de ascensão na CGV não só de vacinas contra a Covid-19, mas de fármacos em geral.

É importante ressaltar que a pandemia de Covid-19 não alterou a composição de países que figuram entre os maiores produtores de vacinas do mundo (China, Índia, Estados Unidos e União Europeia) (Veugelers, Poitiers e Guetta-Jeanrenaud, 2021), apesar da entrada de novos fabricantes no mercado. Parte da entrada de novos atores e da expansão da produção se dá por causa dos investimentos em novas vacinas por parte de grandes países como Brasil, China, Índia e Rússia, que estão expandindo a produção para o mercado externo. A capacidade de fabricação de vacinas se expandiu tanto na Índia como na China nesse período, e ambos os países juntos sediam 31% dos fabricantes mundiais de imunizantes (WHO, 2023). Destacou-se o maior protagonismo da China na produção de vacinas para países de renda baixa. No período pré-pandemia, a China não tinha uma produção de vacinas voltada à exportação, porém se tornou a maior exportadora do imunizante para países de renda baixa, principalmente do Sudeste Asiático, América do Sul e Norte da África. Os Estados Unidos e a Índia priorizaram, inicialmente, a produção para suprir a demanda interna. A Rússia ganhou destaque com o aumento das exportações da Sputnik V, mas em termos de volume a quantidade ainda não é tão expressiva (Veugelers, Poitiers e Guetta-Jeanrenaud, 2021).

Os Estados Unidos e a União Europeia continuaram majoritariamente a suprir os mercados dos países de alta renda, apesar de inicialmente os Estados Unidos focarem na sua demanda interna. A novidade do mercado de vacinas pós-pandemia é a maior participação da China e, em menor medida, da Rússia no fornecimento de imunizantes para os países de baixa renda, nicho anteriormente dominado pela Índia (Veugelers, Poitiers e Guetta-Jeanrenaud, 2021). Ainda há incertezas a respeito de a China ter condições de conquistar espaço no mercado das demais vacinas, diminuindo a participação das empresas indianas. O governo chinês tem dado grande importância à área da biotecnologia, especialmente a atividades de alta tecnologia,

como a indústria farmacêutica. A China tem adequado sua estrutura regulatória aos padrões globais e implementado mudanças políticas para reduzir o custo do desenvolvimento doméstico de medicamentos, o que tem aumentado a competitividade das empresas nacionais (Graham, 2023).

O 14º Plano Quinquenal chinês (2021-2025) tem como meta para a indústria farmacêutica crescer em média 10% ao ano nesse período. Nove departamentos governamentais lançaram, complementarmente, o 14º Plano Quinquenal para o Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica, que detalha mais metas, dentre as quais a atualização dos processos produtivos da área, a promoção da inovação e dar um passo adiante, cultivando marcas de renome mundial (Zhong, 2022). Como vimos, por mais que países como a Índia tenham avançado nas CGV's de fármacos para o desenvolvimento de atividades intensivas em P&D, sem marcas fortes e consolidadas, as multinacionais dos países centrais ainda conseguem exercer um papel proeminente na governança dessas cadeias, bem como reter grande parte de seu valor. Caso a estratégia chinesa seja bem-sucedida, esta dará um passo além do que as empresas indianas, no geral, conseguiram. Apesar das altas barreiras de entrada nesse nicho, a China cada vez mais possui empresas de grande porte capazes de realizar o aporte de capital e investimento em tecnologia e P&D necessário para dominar os nichos centrais da parte *downstream* dessas cadeias, conforme visto na seção anterior, com o país já tendo quatro de suas empresas farmacêuticas entre as 35 maiores do mundo, sendo o único país asiático além do Japão com tamanha participação. Isso indica que as políticas de incentivo ao setor empreendidas recentemente pelo governo chinês parecem estar sendo efetivas.

Por fim, cabe uma nota sobre a participação dos três países nas exportações da indústria farmacêutica global. De acordo com as estatísticas disponíveis no *Wits – World Integrated Trade Solution*, do Banco Mundial, com dados sintetizados para o período 1995-2021 sobre o valor da exportação de produtos farmacêuticos e de vacinas (Tabelas 1 e 2), pode-se perceber que as políticas indianas e chinesas parecem estar surtindo efeito, tendo em vista o crescimento significativo do valor exportado por esses dois países. No caso da China, a exportação de produtos farmacêuticos passou de US\$ 620 milhões em 1995 para US\$ 13,169 bilhões em 2020. No caso da Índia, a exportação de produtos farmacêuticos passou de US\$ 650 milhões em 1995 para US\$ 18,420 bilhões em 2020. Ambos aumentaram suas participações no total exportado mundial, passando de 1,09% em 1995 para 2,08% em 2020, no caso da China; e de 1,07% em 1995 para 2,93% em 2020, no caso da Índia. O Brasil, por sua vez, até teve sua participação reduzida no total mundial (de 0,2% em 1995, para 0,14% em 2020), embora suas exportações totais tenham passado de US\$ 111 milhões para US\$ 1,080 bilhões entre 1995 e 2020.

TABELA 1
Exportação de Produtos Farmacêuticos de Países Selecionados
(em US\$ Bilhões e em % do total mundial)

PAÍIS	1995	2000	2005	2010	2015	2020	2021
Países de Alta Renda	49.401 (86,88%)	84.278 (94%)	231.646 (94,09%)	351.499 (92,08%)	394.715 (92,08%)	566.255 (89,74%)	676.216 (87,76%)
Alemanha	8.513 (14,97%)	11.665 (13%)	36.289 (14,87%)	63.236 (9,96%)	74.715 (16,94%)	98.616 (15,57%)	118.596 (8,58%)
Estados Unidos	4.637 (8,15%)	10.349 (11,53%)	21.018 (8,62%)	38.105 (9,98%)	44.562 (10,10%)	98.616 (15,57%)	118.596 (15,39%)
Brasil	0.111 (0,2%)	0.218 (0,24%)	0.474 (0,19%)	1.270 (0,33%)	1.320 (0,30%)	1.080 (0,17%)	1.102 (0,14%)
China	0.620 (1,09%)	0.669 (0,75%)	1.364 (0,56%)	4.461 (1,17%)	6.918 (1,57%)	13.169 (2,08%)	38.500 (5,00%)
Índia	0.605 (1,07%)	0.885 (0,99%)	2.343 (0,96%)	6.093 (1,60%)	12.455 (2,83%)	18.420 (2,91%)	19.452 (2,52%)

Notas: (1) Valor na primeira linha em US\$ bilhões; (2) Percentual entre parêntesis, na segunda linha: participação do país nas exportações mundiais; (3) Países de Alta Renda: países da OCDE e não OCDE.

Fonte: World Integrated Trade Solution. World Bank, 2023. Elaboração dos autores.

TABELA 2
Exportação de Vacinas de Países Selecionados (em US\$ bilhões e em % do total mundial)

PAÍIS	1995	2000	2005	2010	2015	2020	2021
Países de Alta Renda	0.817 (56,95%)	2.258 (96,52%)	5.041 (96,98%)	18.793 (97,42%)	21.358 (95,3%)	28.603 (92,79%)	91.345 (82,65%)
Alemanha	0.04693 (3,24%)	0.07682 (3,28%)	0.22365 (4,3%)	0.95925 (4,97%)	0.55217 (2,46%)	0.56347 (1,86%)	11.868 (10,74%)
Estados Unidos	0.12974 (8,96%)	0.24056 (10,28%)	0.60518 (11,64%)	2.823 (14,64%)	2.910 (12,99%)	1.530 (5,06%)	14.347 (12,98%)
Brasil	0.00025 (0,02%)	0.00014 (0,01%)	0.0149 (0,29%)	0.023 (0,14%)	0.0154 (0,07%)	0.013 (0,04%)	0.0077 (0,01%)
China	0.000109 (0,08%)	0.00143 (0,06%)	0.00338 (0,07%)	0.02617 (0,14%)	0.04715 (0,21%)	0.281 (0,93%)	15.657 (14,17%)
Índia	0.00689 (0,48%)	0.04095 (1,75%)	0.06488 (1,25%)	0.15327 (0,79%)	0.63255 (2,82%)	0.74493 (2,46%)	1.107 (1,00%)

Notas: (1) Valor na primeira linha em US\$ bilhões; (2) Percentual entre parêntesis, na segunda linha: participação do país nas exportações mundiais de vacinas; (3) Países de Alta Renda: países da OCDE e não OCDE.

Fonte: World Integrated Trade Solution. World Bank, 2023. Elaboração dos autores.

No que diz respeito ao valor das exportações em vacinas, nota-se um resultado importante em termos de valor exportado para o caso da Índia. Esse país exportou um total de US\$ 6,89 milhões em 1995; passando para US\$ 744 milhões em 2020, com sua participação no total mundial, em termos percentuais, passando de 0,48% em 1995 para 2,46% em 2020¹³. No caso da China, o valor exportado em vacinas passou de pouco mais de US\$ 1 milhão em 1995 para US\$ 281 milhões em 2020¹⁴, e sua participação percentual do valor exportado em vacinas passou de 1,09% em 1995 para 2,08% em 2020. O Brasil, por sua vez, manteve inalterada sua trajetória em termos de participação na exportação de vacinas (0,04% das exportações mundiais em 2020). Esses dados de valores exportados mostram que China e Índia, nos dois indicadores de exportação da indústria farmacêutica aqui apresentados (produtos farmacêuticos e vacinas) melhoraram suas respectivas posições no período, em contraste com o Brasil,

Considerações finais

O período analisado neste artigo (1980-2022) revela que os países selecionados se inseriram de forma subordinada nas CGV da indústria farmacêutica. Contudo, ao examinarmos o desenvolvimento da indústria farmacêutica dos três países, percebemos que China e Índia ascenderam para posições mais vantajosas nas CGV de fármacos, mantendo uma estratégia mais autônoma em relação aos interesses das multinacionais estrangeiras, ao passo que o Brasil regrediu para a especialização em atividades menos lucrativas e menos intensivas em tecnologia. A transição da China para um centro de P&D está ocorrendo apenas nos últimos anos, devido a uma política abrangente do Estado chinês de *catching-up* em relação aos países-líderes. Na Índia, verifica-se um maior protagonismo das grandes empresas do setor nessa

13. Esse resultado da Índia, em termos de participação no valor exportado mundial, deve ser visto com ponderação, pois esse país entre 2017 e 2019 foi o segundo maior exportador de vacinas em volume exportado, com 24,65% do total mundial, ficando apenas atrás dos Estados Unidos (Veugelers, Poitiers & Guetta-Jeanrenaud, 2021). Essa discrepância entre participação no volume exportado e no valor das exportações é explicada, por esses autores, pelo fato de a Índia exportar vacinas principalmente para países de baixa renda.

14. O valor das exportações de vacina da China para 2021 é muito expressivo, US\$ 15,657 bilhões, o que fez esse país ter uma participação percentual (14,17%) destoante de sua trajetória nesse tipo de exportações. Deduzimos que esse resultado é determinado pelo papel que esse país teve na produção e exportação das vacinas contra a Covid-19. O mesmo pode ser dito dos valores da Alemanha e dos Estados Unidos para esse ano, como mostra a última coluna da Tabela 2, tendo em vista a importância das corporações desses países na produção de vacinas contra a Covid-19. Inferência similar pode ser feita a respeito da última coluna da Tabela 1, para a China, que aumentou em muito sua exportação de produtos farmacêuticos em 2021, provavelmente determinada pela exportação de produtos da indústria farmacêutica ligados à pandemia de Covid-19.

transição durante o processo de liberalização econômica. Apesar disso, em ambos os casos as políticas de incentivo e a proteção à indústria farmacêutica em sua fase inicial foram essenciais para o seu sucesso. Além disso destaca-se a importância da adequação da legislação interna, referente aos processos de produção e proteção da propriedade intelectual, como elemento crucial para a colocação dos produtos desses países nos mercados dos países desenvolvidos.

Ainda assim, a despeito dos avanços de China e Índia, suas empresas nacionais não estão inseridas por enquanto em uma posição de governança nas CGV de fármacos. Essa posição ainda é das multinacionais sediadas nos países centrais. A situação da Índia é emblemática, uma vez que, mesmo acumulando capacidades de P&D relevantes, as empresas indianas acabam licenciando seus fármacos inovadores por não conseguirem arcar com os custos de inseri-los no mercado altamente oligopolizado da indústria farmacêutica global. Ambos os países conseguiram ocupar inicialmente de forma geral os nódulos de fabricação, tornando-se os maiores fornecedores de IFA do mundo, ascendendo para as atividades de inovação e P&D localizadas na parte *upstream* da cadeia, não conseguindo, porém ocupar uma posição de proeminência nos nódulos de *branding e marketing*. Ciente dessa barreira, é importante a iniciativa da China de incluir em seu mais recente Plano Quinquenal a meta de criar marcas de renome no setor, o que permitiria continuar seu processo de ascensão, assumindo uma posição de governança nas CGV de medicamentos.

O Brasil, na contramão das experiências desses dois outros países, manteve a maior parte de suas atividades concentrada na etapa de fabricação de medicamentos a partir de insumos importados, agregando pouco valor à produção nacional. A abertura comercial teve um impacto negativo para a indústria farmacêutica brasileira, que não conseguiu competir com os produtos dos países desenvolvidos, nem com os chineses e indianos. As empresas estrangeiras instaladas no país capturam a maior parte do valor agregado do setor. Verifica-se que, mesmo com importantes centros de pesquisa, a morosidade do Estado em reverter esse processo de involução na sua posição nas CGV de fármacos ou de grandes empresas que o façam impede a recuperação do país à sua posição de quase autossuficiência atingida nos anos 1980. A adequação precoce ao Trips em vista da pressão estadunidense, apesar de aclamada pela indústria farmacêutica internacional, parece ter sido um ponto de inflexão na trajetória de desenvolvimento do setor no Brasil, que se limitou a copiar medicamentos estrangeiros, tal qual a Índia e a China fizeram até o início dos anos 2000¹⁵.

15. Parece que a engenharia reversa acabou se configurando uma vantagem competitiva principalmente para a Índia, pois esse país, ao adequar sua legislação ao Trips, já tinha conseguido previamente fortalecer as empresas nacionais, para que estas realizassem a ascensão a atividades mais complexas e rentáveis.

A pandemia evidenciou a fragilidade brasileira e ao mesmo tempo possibilitou um maior protagonismo da China na indústria farmacêutica global, em especial na produção de vacinas, ameaçando a posição privilegiada da Índia nesse mercado voltado aos países em desenvolvimento. A instrumentalização política do acesso aos imunizantes trouxe à tona aspectos como o de segurança nacional e geopolítica envolvidos nessa cadeia produtiva, suscitando debates acerca da importância da internalização de partes estratégicas dessas CGV. Apesar de figurar como um dos poucos países produtores de vacinas contra a Covid-19, a dependência da importação de insumos chineses chegou a prejudicar o cronograma de imunização do Brasil, que perdeu a oportunidade de assumir a vanguarda no fornecimento de vacinas para a sua região, como a Índia o fez, a fim de contrabalancear a influência política da China em seu entorno. O desenvolvimento da indústria farmacêutica chinesa e indiana permitiu que, no cenário pandêmico, ambos os países atuassem não só como fornecedores de imunizantes, aumentando a apropriação de excedente ao longo da cadeia e desenvolvendo parcerias com as empresas do centro a fim de aumentar seu acúmulo tecnológico, mas também assumissem um importante papel na esfera da política internacional com as doações de imunizantes.

Referências bibliográficas

- ABIFINA. (abr. 2022), “Química fina: crescimento depende de políticas e investimentos de longo prazo”. *Facto*, 68 (15): 45-50. ISSN 2623-1177. Disponível em: <https://abifina.org.br/facto/68/destaque/quimica-fina-crescimento-depnde-de-politicas-e-investimentos-de-longo-prazo/>, consultado em 15/07/2023.
- ABIQUIFI. (2023), “O custo do atraso: Brasil produz apenas 5% dos insumos de medicamentos”. *Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos*. Disponível em: <https://abiquifi.org.br/o-custo-do-atraso-brasil-produz-apenas-5-dos-insumos-de-medicamentos/>, consultado em 15/07/2023.
- AGÊNCIA SENADO. (6 maio 2021), “Aprovado incentivo à indústria farmacêutica nacional; texto vai à Câmara”. *Senado Notícias*. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/06/aprovado-incentivo-a-industria-farmaceutica-nacional-texto-vai-a-camara>, consultado em 20/07/2023.
- AHLUWALIA, Montek S. (2002), “Economic reforms in India since 1991: Has gradualism worked?”. *Journal of Economic Perspectives*, 16 (3): 67-88.
- ALGAZY, Jeffrey; DEU, Franck Le; LI, Sydney; ZHANG, Fangning & ZHOU, Josie. (15 ago. 2022), “Vision 2028: How China could impact the global biopharma industry”. *Life Sciences Practice*. <https://www.mckinsey.com/industries/life-sciences/our-insights/vision-2028-how-china-could-impact-the-global-biopharma-industry>.

- BRASIL. (2021), “PL 4209/2019”. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2282748>, consultado em 23/08/2023.
- CASTRO, Elza Moreira Marcelino de. (2018), *O acordo Trips e a saúde pública: implicações e perspectivas*. Brasília, Funag. 540 p.
- CHANDRAN, Nisha & BRAHMACHARI, Samir. (25 mar. 2018), “Policy as a driver of economic growth: historical evidence from the indian pharmaceutical industry”. *Current Science*, 114 (6): 1181-1193.
- CHAVES, Gabriela Costa; MORAES, Elaine Lazzaroni & OSORIO-DE-CASTRO, Claudia Garcia Serpa. (2021), “Estratégias de produção e aquisição de produtos farmacêuticos em contexto de dependência”. *Cadernos de Saúde Pública*, 37 (3): 5-8. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00036821>.
- CHERIAN, Jerin Jose; RAHI, Manju; SINGH, Shubhra; REDDY, Sanapareddy Eswara & COHEN, Fernanda. (25 mar. 2021), “Emerging pharmaceutical companies from China, India, and Brazil”. *Innovation from emerging markets*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 222-255. <http://dx.doi.org/10.1017/9781108764407.012>.
- DAXUE. (2022), “China’s pharmaceutical industry will be the world’s largest in less than 10 years”. *Daxueconsulting*. Disponível em: <https://daxueconsulting.com/pharmaceutical-industry-china/>, consultado em 05/08/2023.
- DELGADO, Ignacio Godinho. (2015), “Política industrial para os setores farmacêutico, autoautomotivo e têxtil na China, Índia e Brasil”. *Ipea. Textos para Discussão 2087*. Brasília. ISSN 1415-4765.
- EVENETT, Simon J.; HOEKMAN, Bernard; ROCHA, Nadia & RUTA, Michele. (2021), “The Covid-19 Vaccine Production Club: Will value chains temper nationalism?”. World Bank Group – Macroeconomics, Trade and Investment Global Practice. *Policy Research Working Paper 9565*.
- FRANCULINO, Kleber A. S. & GOMES, Rogério. (2015), “Políticas públicas e competitividade na indústria farmacêutica: os casos do Brasil e da Índia”. In: Altec 2015. *XVI Congresso Latino-Iberoamericano de Gestão da Tecnologia*, Porto Alegre, 19 a 22 de outubro de 2015, *Anais do Evento*.
- GADELHA, Carlos Grabois. “Indústria de fármacos no contexto do complexo econômico-industrial da saúde 4.0”. (abr. 2021), *Facto*, Rio de Janeiro, 15 (65): 6-7. Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades. ISSN 2623-1177.
- GEREFFI, Gary; BAMBER, Penny & FERNANDEZ-STARK, Karina. (2022), “China’s evolving role in global value chains: upgrading strategies in an era of disruptions and resilience”. In: GEREFFI, Gary; BAMBER, Penny & FERNANDEZ-STARK, Karina (eds.). *China’s New Development Strategies: upgrading from above and from below in global value chains*. Singapore, Palgrave Macmillan, pp. 1-25.
- GOI, Government of India, Department of Pharmaceuticals Ministry of Chemicals & Fertilizers. (2021), *Annual Report 2020-2021*.
- GRACE, Cheri. (2004), “The effect of changing intellectual property on pharmaceutical industry

- prospects in India and China: considerations for access to medicines”. *DFID Health Systems Resource Centre – Issues paper – Access to medicines*.
- GRAHAM, Niels. (2023), “The US is relying more on China for pharmaceuticals – and vice versa”. *Atlantic Council – Geoeconomics Center*. Disponível em <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/econographics/the-us-is-relying-more-on-china-for-pharmaceuticals-and-vice-versa/>, consultado em 15/05/2023.
- HONCHARENKO, Daria. (31 jul. 2020), “Pharmaceutical industry development: key policy instruments in China”. *Eureka: Social and Humanities*, 4: 3-9. Ou *Scientific Route*. <http://dx.doi.org/10.21303/2504-5571.2020.001369>.
- HOQUE, Ariful & DAS, Subhrabaran. (27 out. 2021), “Trends in productivity growth of Indian pharmaceutical industry: a growth accounting analysis”. *Journal of Pharmaceutical Research International*, 33 (47A): 437-446.
- IBEF, India Brand Equity Foundation. (2023), “India is among the top 10 pharmaceutical exporting countries with its share of the global market on the rise compared to the previous 5 years. An initiative of Ministry of Commerce and Industry – Government of India”. *India Brand Equity Foundation*. Disponível em: <https://www.ibef.org/industry/pharmaceutical-india>, consultado em 01/05/2023.
- INVEST INDIA. (2023), “Snapshot Formulating success: The Indian pharmaceutical industry”. Disponível em <https://www.investindia.gov.in/sector/pharmaceuticals>, consultado em 03/05/2023.
- KAMIKE, Atsuko. (5 dez. 2019), “The Trips agreement and the pharmaceutical industry in India”. *Journal of Interdisciplinary Economics*, 32 (1): 95-113. Sage Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0260107919875573>.
- KAPILA, Uma. (2008), *India's economic development since 1947*. 3. ed. Nova Delhi, Academic Foundation.
- KONG, Linghui; LI, Qiu; KAITIN, Kenneth I. & SHAO, Liming. (2023), “Innovation in the Chinese pharmaceutical industry”. *Nature Reviews Drug Discovery*, 22 (1): 12-13. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1038/d41573-022-00167-2>.
- KUMAR, Vinod; BANSAL, Vasudha; MADHAVAN, Aravind; KUMAR, Manoj; SINDHU, Raveendran; AWASTHI, Mukesh Kumar; BINOD, Parameswaran & SARAN, Saurabh. (fev. 2022), “Active pharmaceutical ingredient (API) chemicals: a critical review of current biotechnological approaches”. *Bioengineered*, 13 (2): 4309-4327. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/21655979.2022.2031412>.
- LISBOA, Vinícius. (2021), “Agência Brasil explica o que é o IFA”. *Agência Brasil*. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-02/agencia-brasil-explica-o-que-e-o-ifa>, consultado em 11/05/2023.
- LIU, Haolang. (2021), “The impact of the coronavirus on Chinese pharmaceutical industry”. *Advances in Economics, Business and Management Research*, 66: 51-56. Atlantis Press B. V.

- MAGALHÃES, Luis Carlos Garcia de. (2009), “Controvérsia – A política industrial brasileira e suas vulnerabilidades: Que política industrial o Brasil precisa?”. *Ipea*. Disponível em https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2272:catid=28&Itemid=23, consultado em 03/09/2023.
- MALACALZA, Bernabé & FAGABURU, Debora. (2022), “¿Empatía o cálculo? Un análisis crítico de la geopolítica de las vacunas en América Latina”. *Foro Internacional*, LXII, (1), cuad. 247: 5-45.
- MIRANDA, Caroline; HASENCLEVER, Lia & PARANHOS, Julia. (2022), “Cadeias globais de valor e integração regional na América Latina e Caribe: o caso da indústria farmacêutica pela perspectiva brasileira”. *VI Enei – Encontro Nacional de Economia Industrial*, 30 maio a 3 jun. 2022, *Anais do Evento*, 17 p.
- MIROUDOT, Sébastien & BACKER, Koen de. (2012), *Mapping global value chains*. Paris, Organization for Economic Co-Operation and Development. 45 p. Policy Dialogue on Aid for Trade – OECD, Trade and Agriculture Committee, Trade Committee.
- NOVAIS, Luis Fernando; QUINTÃO, Marcelo & CAGNIN, Rafael. (2016), “A indústria farmacêutica no Brasil: evolução recente e desafios futuros”. *Carta Iedi 766* – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. Disponível em https://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_766.html, consultado em 03/09/2023.
- PONTE, Stefano; GEREFFI, Gary & RAJ-REICHERT, Gale. (2019), “Introduction to the handbook on global value chains”. In: PONTE, Stefano; GEREFFI, Gary & RAJ-REICHERT, Gale (eds.). *Handbook on global value chains*. Cheltenham, Edward Elgar Publishing, pp. 1-28.
- RABACH, Eileen & KIM, Eun Mee. (1994), “Where is the chain in commodity chains?: the service sector nexus”. In: GEREFFI, Gary & KORZENIEWICZ, Miguel (eds.). *Commodity chains and global capitalism*. United States of America, Praeger Publishers, pp. 123-141.
- RAULT-CHODANKAR, Yves-Marie & KALE, Dinar. (23 maio 2022), “Manufacturers without factories and economic development in the Global South: India’s pharmaceutical firms”. *Journal of Economic Geography*, 23 (2): 319-341. <https://doi.org/10.1093/jeg/lbac013>.
- SINDUSFARMA. (2023), *Profile of the pharmaceutical 2023 industry and relevant sector aspects*. São Paulo, Sindusfarma, 8 p.
- SINGH, Bawa; SINGH, Sandeep; SINGH, Balinder & CHATTU, Vijay Kumar. (17 fev. 2022), “India’s neighbourhood vaccine diplomacy during Covid-19 pandemic: humanitarian and geopolitical perspectives”. *Journal of Asian and African Studies*, 58 (6): 1021-1037. Sage Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/00219096221079310>.
- TORRES, Ricardo L. & HASENCLEVER, Lia. (2017), “A evolução institucional das indústrias farmacêuticas indiana e brasileira revisitada”. In: *História Econômica & História de Empresas*, 20 (2): 375-406.
- VEUGELERS, Reinhilde; POITIERS, Niclas & GUETTA-JEANRENAUD, Lionel. (2021), “A world divided: global vaccine trade and production”. *Bruegel*. Disponível em <https://www.bruegel.org/publications/2021/09/a-world-divided-global-vaccine-trade-and-production/>.

bruegel.org/blog-post/world-divided-global-vaccine-trade-and-production, consultado em 08/05/2023.

VIEIRA, Fabiola Sulpino & SANTOS, Maria Angelica Borges dos. (2020), *O setor farmacêutico no Brasil sob as lentes da conta-satélite saúde*. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília; Rio de Janeiro, Ipea, 1990-ISSN 1415-4765.

WHO. (2022), *Global vaccine market report 2022: a shared understanding for equitable access to vaccines*. World Health Organization.

WHO. (2023), *Global vaccine market report*. Geneva, Market Information for Access to Vaccines. World Health Organization.

World Integrated Trade Solution (Wits). (2023), *World Bank*. Disponível em www.wits.worldbank.org, consultado em 08/11/2023

ZHONG, Jianli. (17 fev. 2022), "Transforming the pharma industry". *Science and Technology Daily*. Beijing, pp. 2-2.

ZUCOLOTO, Graziela Ferrero. (2013), *Patenteamento em biotecnologias: a experiência chinesa*. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília; Rio de Janeiro, Ipea, 1990- ISSN 1415-4765.

Resumo

Brasil, China e Índia nas cadeias globais de valor da indústria farmacêutica

O presente artigo tem como objetivo principal analisar a evolução da participação de China, Índia e Brasil nas cadeias globais de fármacos e como o desenvolvimento de suas respectivas indústrias farmacêuticas impactou seu posicionamento durante a pandemia de Covid-19. O objeto desta pesquisa serão as políticas de Estado executadas de modo a desenvolver o setor de fármacos nos países analisados, bem como os impactos para a sua inserção internacional entre 1980 e 2022. O artigo adota o instrumental de análise das cadeias globais de valor, que explicita a divisão dos processos produtivos através de diferentes Estados e a concentração da produção de ativos intangíveis de alto valor agregado (como tecnologia e propriedade intelectual) em nódulos (países) importantes de determinada cadeia. Neste sentido, propomos como perguntas de pesquisa: como ocorre a inserção de China, Índia e Brasil nas cadeias globais de valor neste setor? Quais os nódulos que conseguiram ocupar? A resposta destas perguntas possibilita-nos avaliar se a inserção internacional desses países se deu de forma subordinada ou com maior grau de autonomia e governança nas cadeias de fármacos. Por fim, será realizada uma análise de como o desenvolvimento da indústria farmacêutica dos países selecionados impactou seu posicionamento em relação à indústria farmacêutica global.

Palavras-chave: Cadeias Globais de Valor; Indústria Farmacêutica; Brasil; China; Índia.

Abstract

Brazil, China and India in the global value chains of pharmaceutical industry

The main purpose of this article is to investigate the evolution of China, Brazil and India participation in the pharmaceutical global value chains and how the development of their respective pharmaceutical industries impacted their positioning during the Covid-19 pandemic. The object of this research will be the State policies implemented in order to develop the pharmaceutical sector in the countries analyzed, as well as the impacts on its international insertion between 1980 and 2022. The article adopts the analytical framework of global value chains, which explains the division of production processes across different States and the concentration of production of intangible assets with high added value (such as technology and intellectual property) in important nodes (countries) of a given chain. In this sense, we propose the following research questions: how does the insertion of China, India and Brazil occur in global value chains in this sector? Which nodes did they manage to occupy? Answering these questions allows us to assess whether the international insertion of these countries took place in a subordinate manner or with a greater degree of autonomy and governance in the pharmaceutical chains. Finally, an analysis will be carried out of how the development of the pharmaceutical industry in the selected countries impacted their position in relation to the global pharmaceutical industry

Keywords: Global Value Chains; Pharmaceutical Industry; Brazil; China; India.

Texto recebido em 28/09/2023 e aprovado em 05/11/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.216453.

HELTON RICARDO OURIQUES é professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), vinculado ao PPGRI – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Membro do GPEPSM/UFSC (Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo). E-mail: helton.ricardo@ufsc.br.

DANIELA SANTOS NUNES DE RODRIGUES é mestra em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI/UFSC). Membro do GPEPSM/UFSC (Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo). E-mail: jolie.sharp@hotmail.com.



Confluência dos astros

As condicionantes para a fundação da Associação Francesa de Sociologia

Eduardo Dimitrov*

<https://orcid.org/0000-0003-3139-1246>

Introdução

Este artigo faz parte de uma pesquisa mais ampla que busca comparar a institucionalização da sociologia no contexto francês e brasileiro¹. Para refletir sobre a história da sociologia a partir de uma perspectiva transnacional, segundo Gisèle Sapiro, seria necessário observar quatro processos distintos, porém relacionados: a institucionalização acadêmica, a profissionalização, a autonomização de um campo científico e a ascensão do mercado editorial (Sapiro, 2018, p. 351).

Buscarei reconstruir aqui, no entanto, sobretudo para o caso francês, a profissionalização da sociologia a partir da história das associações. Nesse sentido, o caráter transnacional da pesquisa coletiva, ainda em andamento, está em segundo plano e o que será apresentado é um estudo do caso francês. Olhar para o momento de fundação e para a história da Associação Francesa de Sociologia (AFS) nos ajuda a compreender como a sociologia pode assumir formas específicas de vida institucional e profissional.

* Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil.

1. O projeto “Globalização das sociologias francesa e brasileira: agentes, instituições, temáticas”, aprovado no edital Capes/Cofecub-2019, é coordenado pelos professores Carlos Benedito Martins (UnB) e Frédéric Lebaron (ENS/Paris-Saclay). Devo agradecer especialmente a Lucas Pereira Page, Mélanie Sargeac e Lidiane Rodrigues, integrantes da equipe e que contribuíram muito com a leitura e comentários à primeira versão deste texto.

O artigo está subdividido em três movimentos. O primeiro trata de uma reconstrução histórica das duas principais associações que antecederam a AFS, o Instituto Francês de Sociologia (IFS) e a Sociedade Francesa de Sociologia (SFS). Num segundo momento, o contexto imediato da criação da Associação Francesa de Sociologia na virada dos anos 1990 aos 2000 será reconstruído a partir do mal-estar entre jornalismo e academia presente tanto nas análises de Pierre Bourdieu quanto no caso emblemático da astróloga Elizabeth Hanselmann-Teissier, que defendeu uma tese controversa em sociologia. O *Affaire Teissier* pode ser tomado como um exemplo da tensão e do desprestígio da disciplina percebidos pelos sociólogos e um catalisador para a fundação da AFS. A terceira seção do texto é dedicada a compreender as diferentes motivações internas ao campo sociológico francês e as dinâmicas que se estabelecem na AFS após sua fundação. Acompanharemos as composições de suas diretorias e as mudanças de alguns dos atributos daqueles que as integraram.

Instituto Francês de Sociologia e Sociedade Francesa de Sociologia: precursores da Associação Francesa de Sociologia

Em cada contexto nacional, sociólogos encontraram maneiras específicas para institucionalizar a sociologia. Segundo Sapiro, na França a sociologia se organizava entre escolas concorrentes e heterogêneas em seu recrutamento e em sua formação social, o que teria retardado a fundação de uma associação profissional (Sapiro, 2018, p. 353).

Conforme observa Heilbron (1983, p. 9), a sociologia francesa no entreguerras não apresentava nem os traços de um projeto, como foi na primeira série de *L'Année Sociologique*, nem os traços de uma disciplina plenamente estabelecida, dotada de uma certa autonomia com relação às demais e ao campo intelectual. A sociologia era uma disciplina dominada e institucionalmente marcada por uma estagnação dos postos e do número de teses defendidas, apesar de ser intelectualmente prestigiosa e beneficiária de uma onipresença difusa. Ela era trabalhada em diversos cursos, mas sempre de forma tangencial. Estava em toda parte e, do ponto de vista institucional, em lugar algum.

A Primeira Guerra Mundial interrompeu a publicação da revista *L'Année Sociologique* e atingiu seriamente muitos dos integrantes do grupo durkheimiano. Mesmo com o fim do conflito, eles não tinham condições materiais e humanas de reativar a revista. Foi por meio da oferta de uma subvenção para publicações feita pela Confederação das Sociedades Científicas que o grupo, em 1924, se reorganiza, cria o Instituto Francês de Sociologia e retoma as atividades da revista. Portanto, com a finalidade de captar subvenções e financiamentos complementares para voltar a publicar a revista *L'Année Sociologique*, o IFS foi fundado. Entre 1924 e 1962 – após

o nascimento da sociologia universitária, mas antes da expansão da disciplina com o estabelecimento de uma licença autônoma em 1958 –, o Instituto Francês de Sociologia, formado basicamente por durkheimianos, foi a principal associação de sociólogos atuante na França. No entanto, como aponta Heilbron (2015, p. 96), sua composição era heterogênea (entre seus integrantes havia psicólogos, historiadores, linguistas, etnólogos, cientistas políticos), refletindo o prestígio, mas também a dependência da sociologia pelo reconhecimento das disciplinas vizinhas. Desse modo, o IFS não se tornou a organização de uma “comunidade” científica ou de um agrupamento profissional com porta-vozes que poderiam reivindicar os direitos da disciplina. Ao longo dos anos 1950, o IFS deixa de ser uma instituição universitária fechada, sem conseguir transformar-se em uma associação profissional (Heilbron, 1983, p. 13, tradução nossa).

Em nota não assinada publicada na *Revue Française de Sociologie*, a mais prestigiosa revista de sociologia da França, em 1963, a nova Sociedade Francesa de Sociologia apresenta-se da seguinte maneira:

Herdeiro de uma longa e brilhante tradição, o Instituto Francês de Sociologia quis expandir-se em uma Sociedade Francesa de Sociologia que se beneficia do apoio da Associação Internacional dos Sociólogos de Língua Francesa.

Essa Sociedade, fundada em julho passado, propõe-se a favorecer o progresso da sociologia desenvolvendo pesquisas, difundindo seus resultados, multiplicando as relações entre sociólogos e disciplinas vizinhas, examinando os problemas teóricos e práticos que se colocam ao progresso da sociologia, em particular a constituição de uma verdadeira “profissão” de sociólogo. Em outras palavras, ela será o correspondente francês na Associação Internacional de Sociologia e na Unesco. (“La Société française de Sociologie”, 1963).

Apesar de a nota indicar certa cordialidade entre a SFS e a Associação Internacional dos Sociólogos de Língua Francesa, fundada em 1958 na Bélgica por Henri Janne e encabeçada na França por Georges Gurvitch, alguns entrevistados² relataram que a coexistência das duas associações expressava a disputa entre Georges Gurvitch e Raymond Aron.

Como mostra Gisele Sapiro (2018, p. 353), as sociedades eruditas foram o modelo de agremiação intelectual mais difundido até a Segunda Guerra Mundial e, após o término do conflito, caminharam para se tornarem associações. Tiveram

2. Para este artigo, foram feitas entrevistas com sociólogos/as que participaram da fundação da AFS e/ou estiveram envolvidos em suas atividades. Agradeço a Alain Quemin, Bruno Péquignot, Cédric Lomba, Dominique Desjeux, Gisele Sapiro, Louis Pinto, Philippe Cibois, Stéphane Dufoix, Frédéric Lebaron. A responsabilidade pelas afirmações no artigo, no entanto, é apenas minha.

como referência o modelo organizacional das associações internacionais incentivadas pela Unesco. As associações nacionais foram criadas mantendo certo isomorfismo institucional, prezando por um recrutamento mais amplo de associados e uma atuação que coadunava interesses acadêmicos (promoção de congressos, publicações de pesquisas etc.) com representação e regulamentação profissional (comitês de ética, representação profissional junto a governos etc.). A Associação Internacional dos Sociólogos de Língua Francesa foi organizada já no modelo da Unesco e da ISA, ou seja, agrupando os pesquisadores por redes temáticas, o que a fez crescer e estabilizar-se rapidamente.

Ainda que a SFS tenha tido, em sua origem, o projeto de ser uma organização profissional, conforme mostra Dufoix (2023), ou tenha experienciado momentos dinâmicos de debates sobre a formação de sociólogos e as maneiras de a sociologia contribuir para o desenvolvimento industrial, a partir da década de 1970, segundo Heilbron (2015, p. 178), ela já teria diminuído muito suas atividades. Alguns entrevistados lembram da SFS como uma organização elitista e dominada por normatistas. Não há muitos dados disponíveis sobre a SFS; no entanto, dentre seus treze presidentes (de 1962 até 2001), ao menos seis seriam egressos da École Normale Supérieure e um da École des Hautes Études Commerciales de Paris. O recrutamento praticado por ela era baseado no “apadrinhamento”, ou seja, dois membros deveriam convidar e propor a filiação de um novo membro. Esse modelo não só a tornou um agrupamento restrito, como dificultou a renovação de seus integrantes. No fim dos anos 1990, ela era composta por poucas dezenas de professores, em sua maioria se dirigindo para a aposentadoria.

É apenas no segundo semestre de 2001 que a Sociedade Francesa de Sociologia abre os debates para sua transformação em Associação Francesa de Sociologia, o que se formaliza em 2002.

Condições jornalísticas e astrológicas na fundação da AFS: *Affaire Teissier*

A transformação do campo intelectual francês durante as décadas de 1980 e 1990, segundo Heilbron,

[...] esteve relacionada às mudanças políticas após 1968, à recessão econômica do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 e à subsequente ascensão do neoliberalismo. Com o crescimento contínuo de leitores, a mídia popular passou a desempenhar um papel cada vez mais ativo no debate intelectual. O jornal diário *Libération* (1973), o programa de televisão *Apostrophes* (1975-90) e semanários como o *Nouvel Observateur* e o *L'Express* continuamente selecionavam livros, retratavam e classificavam seus autores e comentavam suas interpreta-

ções. A diluição da distinção entre pesquisadores acadêmicos, jornalistas e personalidades da televisão tornou-se um grande problema com o aparecimento dos “novos filósofos” na segunda metade da década de 1970. (Heilbron, 2015, p. 159).

Desse modo, as análises de Pierre Bourdieu e seu grupo de pesquisadores sobre os especialistas da imprensa e da televisão podem ser tomadas como uma aplicação da teoria dos campos a um objeto específico, ou ainda como uma espécie de indicador do mal-estar causado por uma possível ameaça dos profissionais midiáticos à autonomia do campo sociológico francês. Segundo Bourdieu, tais “intelectuais-jornalistas” adentravam no campo da sociologia sem, por um lado, jogar o jogo propriamente acadêmico e, por outro, forçavam a academia a lidar com regras exógenas ao campo intelectual, tais como a difusão, a visibilidade e a audiência (Bourdieu, 1997, p. 111). Foi em março de 1994 que a *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* publicou em seu volume 101-102 o dossiê “*l’emprise du journalisme*”, e foi em 1996 que Bourdieu publicou seu livro *Sobre a televisão*.

O *Affaire Teissier*, ao mesmo tempo, exemplifica esse duplo vínculo de uma personalidade midiática, que tensiona as regras acadêmicas e expõe as fragilidades das associações de sociólogos então existentes em 2001.

Tendo trabalhado até a década de 1970 como modelo da Coco Chanel e atriz, Elizabeth Hanselmann-Teissier é uma astróloga muito conhecida na França por ter criado a primeira emissão televisiva cotidiana de horóscopo. Como ela mesma conta em diversas entrevistas, teria sido Federico Fellini a aconselhar-lhe estudar astrologia. Após tornar-se uma autoridade no assunto, com suas colunas na imprensa e aparições na televisão, passou a ser conselheira astral, dentre outras celebridades, do presidente francês em exercício François Mitterrand.

Sua estreia na televisão, em 1975, foi acompanhada de uma forte reação de L’Union Rationaliste³, que terminou por deslocar do horário nobre para depois do último jornal da noite a emissão na grade de programação. Em janeiro de 1976, ela publicou o livro *Ne brulez pas la sorcière: réponse à 25 questions clés sur l’astrologie* [Não queime a bruxa: resposta a 25 questões-chave sobre astrologia], cuja capa joga com o erotismo, e cujo prefácio, do filósofo socialista Raymond Abellio, com certo intelectualismo.

Em 7 de abril de 2001, essa celebridade midiática defendeu uma tese em sociologia na Universidade Paris-v, intitulada *Situation épistémologique de l’astrologie à travers*

3. Fundada em 1930, a União Racionalista é uma associação francesa que tem por objetivo divulgar ao grande público o espírito e os métodos científicos a partir de quatro eixos: promover abordagens racionais; reconstruir a relação entre ciência e sociedade; promover uma cultura humanista; e desenvolver a laicidade. Para mais detalhes, ver: Union Rationaliste, 2022.

L'ambivalence fascination-rejet dans les sociétés postmodernes [Situação epistemológica da astrologia através da ambivalência fascinação-rejeição nas sociedades pós-modernas], orientada por Michel Maffesoli. A polêmica estava estabelecida desde a véspera do ritual de defesa, quando Jean Audouze, astrofísico e pesquisador do CNRS, diretor do Palais de la Découverte, solicitou ao reitor da Paris-v que suspendesse a defesa.

A Association Française pour l'Information Scientifique⁴, presidida pelo astrofísico Jean-Claude Pecker, membro da Académie des Sciences e professor no Collège de France, publicou, também na véspera da defesa, um alerta: “faz anos que Elizabeth Teissier clama pela criação de uma cadeira em astrologia na Sorbonne e ela acredita que seu diploma servirá para reforçar essa causa” (Pecker *apud* Morin, 2001).

Charlotte Rotman, jornalista do Liberation, descreveu os primeiros momentos do ritual de defesa da seguinte maneira:

Público inusual para uma defesa de tese: uma idade média avançada, senhoras cheias de joias, maquiagem e admiração por Elizabeth, flanqueadas por maridos sonolentos. Na frente da candidata, um júri de quatro universitários. Atrás, alguns cientistas vieram constatar a amplitude do desgaste. Sob a esfinge de Descartes, Elizabeth Teissier começa a leitura de sua introdução, vinte minutos de um fluxo contínuo, onde a sociologia cai com força. “Alegría heurística”, “base kantiana”, “holismo”, “doxa” se acotovelam. A partir daí, parece que a especialista em astros fez esforços para se desvencilhar de sua paixão e abordar a astrologia como um fato social qualquer. Seu trabalho trata, assim, do “mal-entendido” que a astrologia veicula, entre a “atração multiforme” e a rejeição já que “esta arte” foi “relegada à categoria de bárbara e pária”. A ex-modelo quis, portanto, “buscar as causas desse abismo”. Em seguida, ela termina sua intervenção no tempo previsto, com uma citação de Shakespeare. Na sala, o público aplaudiu entusiasmado. “Não estamos no teatro!” chama à ordem o presidente do júri, Serge Moscovici. (Rotman, 2001, tradução nossa).

A descrição da comemoração após a aprovação da tese pelo júri também é reveladora das tensões envolvidas no caso:

Nos encontros de doutorandos, com salgadinhos ordinários e amendoins, Elizabeth Teissier renovou o gênero com *petits fours*, *champagne* e mordomo. Fala-se de astros, zodíacos, céu. Nenhum doutorando pode se vangloriar de seu título antes que sua obra tenha encontrado seu lugar na biblioteca, mas, sem dúvida avisada pelos planetas, Elizabeth Teissier tinha

4. A Association Française pour l'Information Scientifique foi criada em 1968 com o objetivo de promover a ciência e de defender sua integridade contra aqueles que, com fins econômicos ou ideológicos, deformam seus resultados ou a utilizam para acobertar práticas charlatanescas (Afis, 2023).

antecipado a obtenção de seu diploma e convidou, com convite em papel, seus amigos para festejarem seu “doutorado em sociologia novo em folha”. Ao partir, antes de entrar em seu carro com placa da Suíça, a especialista em horóscopos posa na corte da Sorbonne para uma fileira de fotógrafos. E, levantando seus óculos escuros Chanel, proclama com orgulho: “Tivemos que esperar 350 anos para o retorno da astrologia à Sorbonne. É lindo”. (Rotman, 2001, tradução nossa)⁵.

Não por menos o caso gerou enorme movimentação dos sociólogos franceses. Tratava-se de uma celebridade midiática, com sua legitimidade construída por meio das carreiras de modelo, atriz e astróloga, portadora de um *habitus* completamente estranho ao acadêmico, que usava a aprovação de uma tese em sociologia para defender a cientificidade da leitura dos astros. Maffesoli, o orientador, também tinha vínculos fora do mundo universitário. Suas conexões com o mundo político garantiam-lhe postos de poder e reconhecimento na administração acadêmica, ao mesmo tempo que era acusado pelos seus pares sociólogos de praticar uma sociologia especulativa e midiática, traduzida em entrevistas para televisão e livros com tiragens em massa, ao invés de artigos em revistas científicas com revisão por pares⁶.

Muito se publicou, na imprensa e no meio acadêmico sobre o caso Teissier. Sociólogos de renome se posicionaram publicamente sobre o caso. Alan Touraine tentou matizar a situação, dizendo que, na leitura da tese, não encontrou a defesa da astrologia como sendo científica; ao mesmo tempo, lamentou “que ela seja tão limitada em suas análises, que são apenas memórias” (Touraine, 2001). Bernard Lahire publicou um artigo provando que a tese é uma farsa (Lahire, 2002). Yves Gingras e Lionel Vécrin, analisando o prêmio Ig-nobel, em tom jocoso reclamaram a ausência de Elizabeth Hanselmann-Teissier na premiação por conta de um suposto bias anglófono do júri (Gingras e Vécrin, 2002). Não cabe aqui recuperar todas as vozes que tomaram partido⁷. Basta, para os propósitos deste artigo, reconhecer o escândalo acadêmico e midiático em que a sociologia foi lançada e perseguir a

5. Optei por reproduzir o relato feito por uma jornalista e publicado em um jornal de grande circulação. Mas há outros relatos do evento, feitos por cientistas. Um exemplo é aquele feito por Jean-Paul Krivine, engenheiro da informação e então redator chefe da revista *Science et Pseudo-sciences* (Krivine, 2001a).
6. Em 2003, Maffesoli foi nomeado ao Conselho de Administração do CNRS, causando forte reação. A AFS lançou nota de repúdio lembrando o caso Teissier. Em 2008 foi nomeado ao Instituto Universitário da França, também com reações do campo. Em 2009 Maffesoli se envolveu em outra querela quando, integrante da seção 19 do CNU, teve sua autopromoção garantida. Em 2015, Manuel Quinon e Arnaud Saint-Martin tiveram um artigo falso aprovado pela revista *Sociétés*, dirigida por Maffesoli. O objetivo dos sociólogos era provar a falta de cientificidade da revista (Floc’h, 2015).
7. Já no período de revisão deste artigo, a revista *Socio-Logos* publicou um dossiê comemorativo dos vinte anos da AFS. Nele, o artigo da Patricia Vannier “Retour sur les quelques mois qui ont précédé la création de l’Association Française de Sociologie” recuperou outros detalhes do caso Teissier (Vannier, 2023).

movimentação institucional posta em marcha para tentar minimizar os prejuízos simbólicos causados ao prestígio da disciplina.

Na ocasião, duas associações de sociólogos estavam atuantes: a já tratada nas páginas anteriores Sociedade Francesa de Sociologia e a Association des Sociologues Enseignants du Supérieur (Ases). Fundada em janeiro de 1989, pela iniciativa dos sociólogos do trabalho Catherine Paradeise⁸ e Pierre Tripier⁹, essa associação ainda hoje está atuante e tem como objetivo assegurar a defesa e a promoção da sociologia no ensino superior, bem como defender os direitos profissionais de seus membros (Ases, 1989). Nenhuma dessas duas associações de sociólogos, no entanto, era de fato representativa, no sentido de possuir filiados. Talvez por esse motivo a Ases parece não ter tido tanta autonomia e legitimidade de ação no *Affaire Teissier* e preferiu interpelar a Association Française pour l'Information Scientifique e contar com o apoio da União Racionalista.

Recuperando artigos e manifestações na imprensa em torno do *Affaire Teissier*, bem como entrevistas com alguns sociólogos que vivenciaram o caso, parece que no início de 2001 os sociólogos franceses não contavam com uma associação fortemente estruturada. Como foi visto, as primeiras reações contaram com apoio de astrofísicos e de instituições científicas mais abrangentes do que as formadas exclusivamente por sociólogos e que não tinham um número representativo de sociólogos como filiados.

Logo nos dias subsequentes à defesa de tese, a Ases encabeçou uma petição ao presidente da Universidade de Paris-V, solicitando o cancelamento da outorga do título de doutora em sociologia de Elizabeth Hanselmann-Teissier. Essa petição foi endossada por Jean-Paul Krivine, presidente da Association Française pour l'Information Scientifique, que, em 24 de abril de 2001, responde a um *e-mail* da Ases nos seguintes termos:

É verdade que a responsabilidade é mais do júri do que da astróloga.

Nós tomamos a decisão de fazer uma avaliação do texto da tese por pessoas competentes, sob a responsabilidade de Jean Audouze (diretor do Palais de la Découverte), Jean-Claude Pecker (de l'Institut), Jacques Bouveresse (filósofo e professor no Collège de France), Christian Baudelot. Outros se associaram. Nós iremos proceder a um trabalho sério e rigoroso que publicaremos. Os sociólogos têm em primeiro lugar suas avaliações a trazer, mas igualmente analisaram o texto os astrônomos, os historiadores, e os especialistas em pseudociência.

Para além dessa "tese", há, bem entendido, as pretensões de Elizabeth Teissier de introduzir o ensino da astrologia na universidade. Esse é um outro aspecto da contestação. Muitos prêmios

8. Nascida em 1946, defendeu sua tese de doutorado sob orientação de Raymond Boudon em 1985.

9. Nascido em 1934, defendeu sua tese de doutorado sob orientação de Alain Touraine em 1984.

Nobel solicitados por Jean-Claude Pecker acabaram de endereçar uma carta a Jack Lang. Nós prestaremos conta também desses protestos.

Vocês podem transmitir essas informações para colegas que possam estar interessados. De nossa parte, pretendemos mencionar em nossa (modesta) revista o texto de sua petição. (Krivine, 2001b; tradução nossa).

Essa citação é reveladora. Primeiro, Krivine faz questão de colocar a responsabilidade do imbróglio sobre os ombros dos sociólogos membros da banca de defesa. Em seguida, diz que elegerá uma espécie de comitê para coordenar a reavaliação da tese. Nesse comitê inicial, havia apenas um sociólogo, Christian Baudelot, outros dois eram astrofísicos (Jean Audouze e Jean-Claude Pecker), e um filósofo, Jacques Bouveresse. A inépcia de uma banca de sociólogos estava submetendo a sociologia à avaliação heterônoma das ciências duras e da prestigiosa rival, a filosofia.

Mostra ainda que o *Affaire Teissier* mobilizou de tal maneira a comunidade científica, que teria sido endereçada uma carta de protesto ao ministro da Educação, Jack Lang, assinada por ganhadores do prêmio Nobel. Krivine ainda põe à disposição da Ases a revista da Afis, evidenciando, portanto, que os sociólogos não dispunham de uma publicação prestigiosa e representativa da profissão, que pudesse fazer frente ao desgaste simbólico. O resultado dos trabalhos de reavaliação da tese foi publicado numa espécie de dossiê no *site* da revista e datado de 6 de agosto de 2001 (Krivine, 2001a). Participaram dele os sociólogos Bernard Lahire, Philippe Cibois e Dominique Desjeux; os astrofísicos Jean Audouze e Jean-Claude Pecker; o físico Henri Broch; o historiador das ciências Denis Savoie; o filósofo Jacques Bouveresse; e o redator da revista *Science et Pseudo-sciences*, Jean-Paul Krivine.

A Ases promoveu também um abaixo-assinado, com quase quatrocentas assinaturas, dirigido ao presidente da Paris-v, solicitando o cancelamento da defesa. Em função desse alto grau de mobilização, no dia 12 de maio de 2001, praticamente um mês após a defesa de tese de Elizabeth Hanselmann-Teissier, a Ases organizou um evento na Sorbonne, uma espécie de contradefesa de tese, com o tema “A tese de sociologia, questões epistemológicas e usos após o *Affaire Teissier*”. Nele algumas posições defendidas são interessantes para pensar os temas em debate no contexto em que a Association Française de Sociologie foi imaginada no segundo semestre de 2001 e fundada no início de 2002.

Segundo o relato de Hervé Morin, publicado no dia 15 de maio de 2001 no *Le Monde*, Maryse Tripier (Paris VII) afirmou que a disciplina já teria sofrido desgastes o suficiente, que seria preciso discutir normas acadêmicas e o que faz com “que nos reconheçamos uns aos outros como sociólogos”. Alain Quemain (Marne-la-Vallée), por sua vez, teria denunciado a composição das bancas de tese, frequentemente

constituídas por amigos, bem como os poucos transparentes procedimentos para recrutamento de novos professores universitários, repletos de “pequenos compromissos e lassidão”, que, “como o adultério entre os burgueses do XIX, seriam aceitáveis desde que não se tornassem de conhecimento público”. O artigo de Morin termina com Philippe Cibois, secretário-geral da Ases, afirmando que o *Affaire Teissier* teria tido um lado positivo para a disciplina, pois permitira o debate para se definirem normas objetivas para a definição de um trabalho sociológico.

Esse caso de repercussão midiática obrigou os sociólogos a, de certa maneira, reconhecerem suas fragilidades institucionais. Claude Dubar (presidente da SFS), Daniel Filâtre (presidente da Ases) e Jean-Yves Trépos (presidente da seção Sociologie-Démographie do Conselho Nacional das Universidades-CNU) assinaram um comunicado com esse tom de reconhecimento e tentativa de pensar ações futuras. Esse comunicado foi reproduzido no número de outubro/dezembro de 2001 da *Revista Francesa de Sociologia* sob o título “Tirar os ensinamentos do *Affaire Teissier*”:

[...] A defesa de tese de Madame Hanselmann-Teissier e seu resultado, o diploma de doutora em sociologia, implicam uma “entrada da astrologia na universidade”? Evidentemente que não. É aqui que a midiática, cujas causas serão, talvez, elucidadas por aqueles que, como historiadores, se debruçarem sobre esse “affaire”, desempenhou seu papel. Sem ela, não haveria “affaire”. Aquilo que o orientador da tese, M. Maffesoli, chamou de “deslizes” e que, da parte da Madame Teissier, consiste em reabilitar a astrologia como modo de conhecimento legítimo, não seria suficiente para fazer disso um “affaire”. A imprensa se aproveitou desses deslizes por diferentes razões, que não se podem reduzir rapidamente pela vontade de debochar da Universidade e da sociologia. Uma parte dos jornalistas presentes nunca tinha assistido a uma defesa de tese e pensaram legitimamente que se tratava de uma farsa. Uma outra parte estava perplexa de escutar fragmentos de defesa da astrologia. Uma última justamente se perguntava: o que significa o fato de conceder um doutorado a uma candidata que desenvolve uma tal defesa? (Dubar *et al.*, 2001, p. 750; tradução nossa).

É revelador o incômodo causado pelo uso midiático do caso para detratar a sociologia. A falsa ameaça do retorno da Astrologia à Sorbonne, com forte apelo midiático, os obrigou a responderem e a se posicionarem sobre o óbvio. O *Affaire* deixava exposta a vulnerabilidade simbólica da sociologia. Quem está autorizado a dizer o que é sociologia, se os próprios sociólogos permitiram a outorga de grau de doutora em sociologia para uma candidata que apresentou uma tese com tantos problemas? A fragilidade da sociologia face ao avanço dos profissionais de mídia, já subentendida nas análises de Bourdieu, mostrava-se agora de forma mais direta, por meio de uma astróloga midiática que reivindicava o retorno da astrologia à

Sorbonne. E como mostram Elias e Scotson (2000, p. 25), “para preservar o que julgavam ter alto valor, eles [os estabelecidos] cerravam fileiras contra os recém-chegados, com isso protegendo sua identidade grupal e afirmando sua superioridade”. Não por menos, os sociólogos viram-se obrigados a atacar os jornalistas, deslegitimando as observações e avaliações feitas por serem agentes exógenos ao campo sociológico e, portanto, supostamente incapazes de compreender o ritual de defesa de tese.

Os autores concluem seu comunicado indicando os caminhos que os sociólogos deveriam trilhar. Para fins deste artigo, vale destacar dois pontos do comunicado: a preocupação com a relação entre sociologia e mídia, como já foi visto, e o reconhecimento da necessidade de se criarem instâncias de debate sobre a deontologia da disciplina.

A sociologia, na França, está em uma encruzilhada. Ou bem aqueles que se reconhecem como sociólogos, formados pela pesquisa (ou melhor formando-se continuamente por ela), saberão dotar-se, graças a sua ação coletiva em suas associações, de uma postura profissional e sobretudo de um código deontológico (mesmo que sua execução coloque problemas espinhosos) que terminarão por marginalizar totalmente as práticas que se opõem a eles. Ou então a sociologia continuará esse conjunto fluido e indefinido no qual convivem o pior e o melhor. Talvez tenha chegado o momento de elaborar coletivamente (por exemplo, multiplicando as reuniões regionais) esse código de deontologia que permitirá melhor definir o que os sociólogos esperam de uma formação pela pesquisa, o que eles desejam reconhecer sobre o nome de “laboratório” e qual tipo de competências eles desejam ver sancionadas pelas teses de sociologia. Se fosse esse o caso, o “affaire Teissier” teria sido muito útil. (Dubar *et al.*, 2001, p. 751; tradução nossa).

Nesse último parágrafo do comunicado assinado pelos presidentes de duas importantes associações de sociólogos (Ases e SFS) e por uma das mais importantes instâncias governamentais, que arbitra o ingresso e a progressão nas carreiras de docentes e pesquisadores em sociologia e demografia – seção 19 do Conselho Nacional Universitário (CNU) –, estão explícitas duas inquietações da Associação Francesa de Sociologia que seria fundada poucos meses depois: práticas profissionais autônomas de reconhecimento mútuo (congressos e publicações) e debate a respeito dos limites da própria disciplina.

No segundo semestre de 2001, Claude Dubar, o então presidente da SFS, teve uma demanda por subvenção recusada pelo CNRS. Certamente esse foi um dos fatores que levaram a SFS a iniciar os debates para modernizar sua forma de organização, ou seja, para adequar-se ao modelo da ISA.

Com o apoio da Association Internationale des Sociologues de Langue Française (AISLF) e da Association des Sociologues Enseignants du Supérieur (Ases), Dubar fez a convocação de uma reunião para o dia 26 de outubro, a fim de discutir uma “renovação da organização da profissão de sociólogo na França”. Dizia ele ainda na convocatória:

Ela terá como objetivo alimentar uma reflexão coletiva sobre o futuro das Associações existentes, sobre suas respectivas funções, sobre suas histórias passadas, bem como sobre a possibilidade de coordenação entre elas. [...] Ela será muito útil para preparar uma Assembleia extraordinária da Sociedade Francesa que poderá ocorrer em dezembro de 2001. Ela poderá constituir um primeiro marco na elaboração de um código deontológico da profissão de sociólogo, proposto pela declaração em comum: “Tirar os ensinamentos do *Affaire Teissier*”. (Dubar *apud* Cibois, 2001, tradução nossa).

Essa citação condensa muitos aspectos relevantes para a compreensão da fundação da AFS. Primeiro, fica evidente a necessidade de se renovar e profissionalizar a Sociedade Francesa de Sociologia, que tinha acabado de perder uma subvenção do CNRS; segundo, havia ao menos duas outras associações atuantes no campo da sociologia, e era preciso deixar clara a divisão de trabalho entre elas; terceiro, a intenção de se dar uma resposta institucional ao mal-estar causado pelo *Affaire Teissier*.

Se existiram, portanto, elementos mais históricos que levaram os sociólogos franceses a perceberem a necessidade de transformar a SFS, com poucos membros e poucas atividades no final dos anos 1990, em uma associação atuante, houve também fatores contextuais que, se não determinaram, ao menos catalisaram o processo de criação da AFS, que foi idealmente criada nessa reunião de dezembro de 2001, anunciada por Dubar e formalizada logo no início de 2002.

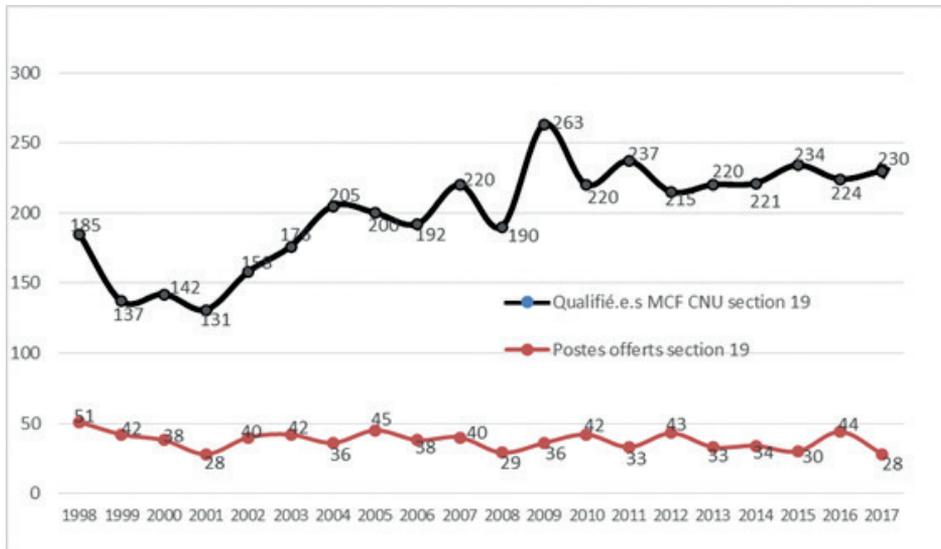
AFS pondo-se em marcha: motivações internas ao campo

O *Affaire Teissier*, que ocorreu no mesmo ano de 2001 em que se iniciaram os debates para a fundação da AFS, não deve ser considerado como a causa determinante para a criação da nova associação, mas como um caso que condensou temas e questões já tensionados no campo sociológico francês: a definição da especificidade da sociologia; o desprestígio da disciplina frente a outras disciplinas e às agências de fomento; os ataques sofridos na mídia etc.

O número de concursos para *maître de conférences*, posto efetivo inicial na carreira docente, caiu de 51 em 1998 para 42 em 1999, 38 em 2000 e 28 em 2001. Os sociólogos estabelecidos viam seus ex-orientandos não conseguirem adentrar na

GRÁFICO 1

Efetivo de qualificados para concorrerem ao posto de maître de conférences e o número de concursos na seção 19 do CNU (



Fonte: Artemisa Flores Espínola (2018).

carreira universitária. Os jovens doutores, por sua vez, viam a concorrência por um posto efetivo cada ano mais acirrada e ou perdiam os vínculos institucionais ou os mantinham precariamente. Como mostra Espínola (2018), essa situação agravou-se nas primeiras décadas do século XXI¹⁰.

Causou também constrangimentos e reações dos sociólogos o fato de, em 1999, o primeiro-ministro Lionel Jospin e a ministra da justiça Élisabeth Guigou, ambos do partido socialista, darem declarações criticando as explicações sociológicas para os levantes da juventude nas periferias de Paris como se fossem “desculpas sociológicas” (Lahire, 2016; Mauger, 2016). O caráter científico da sociologia era constantemente questionado.

É nesse sentido que a polêmica em torno de Teissier pode ser lida como mais um momento de desprestígio da sociologia. Boa parte dos envolvidos na fundação da AFS estiveram engajados nas discussões sobre os desgastes que a defesa da astróloga causava à disciplina, já tendo vivido essas e outras situações. Parte significativa dos sociólogos citados nos documentos a respeito do caso Teissier estiveram envolvidos na nova associação.

10. A redução de postos fixos e o aumento de “não titulares” no sistema de ensino superior francês não se limitam à sociologia, e dizem respeito a um processo mais amplo de precarização do ensino e da pesquisa na França. Para mais detalhes ver, entre outros, Collectif pour l'étude des conditions de travail dans la recherche et l'enseignement supérieur, 2011.

TABELA 1
Envolvidos No caso Teissier e na AFS

Nome	Atuação antes da AFS ou durante o Caso Teissier	Atuação na AFS
Alain Quemin	Participação no evento promovido pela Ases na Sorbonne. Assinou a petição para a suspensão do título.	Atuante na RT – Sociologia da Arte.
Alain Touraine	Posicionou-se sobre o caso Teissier.	Fez a conferência de abertura “Le sociologue sans société” do primeiro congresso em 2004.
Bernard Lahire	Comitê de avaliação da tese. Assinou a petição para a suspensão do título.	Apresentador na mesa-redonda “A société est-elle soluble dans l’individu?” do primeiro congresso em 2002.
Christian Baudelot	Comitê de avaliação da tese. Assinou a petição para a suspensão do título.	Sem informações.
Claude Dubar	Presidente da SFS, assinou nota conjunta, Ases, CNU. Integrante do Conselho Administrativo da Ases;	Apresentador na mesa-redonda “A société est-elle soluble dans l’individu?” do primeiro congresso em 2002.
Daniel Filâtre	Presidente da Ases, assinou nota conjunta SFS, CNU. Assinou a petição para a suspensão do título.	Sem informações.
Dominique Desjeux	Comitê de avaliação da tese. Assinou a petição para a suspensão do título.	Integrante do Comitê executivo entre 2002 e 2004. Responsável pela RT 11 Sociologie de la consommation; moderador da mesa-redonda “A société est-elle soluble dans l’individu?” do primeiro congresso em 2002.
Jean-Yves Trépos	Presidente do CNU, assinou nota conjunta SFS, Ases. Integrante do Conselho Administrativo da Ases. Assinou a petição para a suspensão do título.	Apresentou trabalho na RTF 20 Expérimentation de Nouveaux Outils de Collecte de Données.
Maryse Tripier	Participação no evento promovido pela Ases na Sorbonne. Assinou a petição para a suspensão do título.	Responsável pela RTF 2 Migrations et relations interethniques.
Philippe Cibois	Comitê de avaliação da tese; secretário-geral da Ases. Participação no evento promovido pela Ases na Sorbonne. Assinou a petição para a suspensão do título.	Integrante do Comitê executivo entre 2002 e 2011; presidente da AFS entre 2009 e 2011. Apresentou um trabalho na RTF 20 Comparaisons de Méthodes et de Modèles.
Pierre Tripier	Fundador da Ases. Assinou a petição para a suspensão do título.	Responsável pela RTF 30 Sociologie de la gestion.

Se considerarmos ainda aqueles que subscreveram a petição solicitando o cancelamento do título de doutorado de Elizabeth Teissier, percebemos que a presença de signatários é de 40% na primeira composição dos comitês executivos da AFS e se mantém entre 33% e 18% até 2015, ou seja, catorze anos após o escândalo¹¹.

TABELA 2
Integrantes de CE que assinaram a petição contra o título de doutorado de Elizabeth Teissier

COMITÉ EXECUTIVO	NÚMERO DE SIGNATÁRIOS	%	TOTAL DE INTEGRANTES DO CE
2002-2004	8	40%	20
2004-2006	5	33%	15
2006-2009	7	25%	28
2009-2011	5	23%	22
2011-2013	5	23%	22
2013-2015	4	18%	22
2015-2017	2	9%	22
2017-2019	2	9%	22
2019-2021	0	0%	21
2021-2023	0	0%	22

A Associação Francesa de Sociologia se declara herdeira da Sociedade Francesa de Sociologia. No entanto, não se pode negar o seu parentesco também com a Ases. De certa maneira, a AFS seria também um desdobramento mais acadêmico daquela associação de caráter sindical que esteve à frente do *Affaire Teissier*. Não apenas pelas conexões entre os nomes que circulam entre as direções das duas associações, mas, sobretudo, o poder de mobilização da Ases foi fundamental para a criação da AFS.

Como já foi dito, diferentemente da antiga SFS, a AFS pretende-se uma associação aberta a todos sociólogos independentemente de seu *status* ou local de exercício profissional. Segundo o *site* da AFS, ela conta hoje com 1555 membros, organizados em cinquenta Redes Temáticas (RTs). Cada rede temática possui uma coordenação própria composta por dois ou três pesquisadores e por uma ou duas dezenas de membros.

11. A AFS conta com um “comité exécutif” que pode variar de 16 a 22 membros com mandatos de quatro anos. A cada dois anos, metade do “comité exécutif” é renovado por eleições nas assembleias que ocorrem durante os congressos da AFS.

Se, como vimos, essa organização corresponde a uma isomorfia organizacional promovida pela Unesco e ISA, por outro lado ela também foi vista como uma forma de se criarem possibilidades de inserções institucionais alternativas às “escolas” em torno de “grandes nomes”. Bourdieu (1930-2002), Boudon (1934-2013), Crozier (1922-2013), Touraine (1925), Balandier (1920-2016) organizavam a sociologia francesa até então, porém suas figuras não davam mais conta de absorver o grande número de jovens pesquisadores que não se reconheciam propriamente como seguidores de tal ou qual linha teórica. Alguns envolvidos na fundação da AFS consideravam as RTs uma maneira de criar diálogos entre pesquisadores e estudantes para além das divisões ao redor dos “grandes nomes”. De certa maneira, as correntes teóricas passavam a estar sob uma mesma associação, o que fortaleceria institucionalmente a sociologia.

Se a SFS era tida como uma associação elitista, a AFS se quis democrática. Mesmo sem uma análise quantitativa das filiações dos integrantes da AFS e sobretudo das RTs para confirmar essa suposta inclinação, pelo simples fato de ser uma associação com mais de 1500 filiados, já indica que não é ocupada majoritariamente por “normalianos”.

De todo modo, ao menos essa esperança de se criar uma associação não controlada por “normalianos” ou pelas “escolas teóricas” foi um elemento importante para o engajamento de alguns dos primeiros membros da AFS na sua fundação, o que fica visível quando se analisam os nomes dos primeiros comitês executivos e se constata a presença majoritária de não normalianos nos principais postos.

Mesmo com uma diversidade de trajetórias, o primeiro *comité exécutif*, atuante entre 2002 e 2004, foi o que congregou o maior número de pesquisadores estabilizados na carreira. No entanto, ao longo dos anos, a tendência foi recrutar nomes cada vez mais jovens.

Attaché temporaire d'enseignement et de recherche, Ater, como o nome diz, é um cargo temporário de ensino e pesquisa. *Chargée de cours* e *chercheur contractuel*, assim como o pós-doc, também não garantem estabilidade. É comum, no contexto francês, aplicar a esses *status* a categoria de “não titulares”, por não terem um posto fixo.

Podemos considerar os *status* de *maître assistant* e *ingénieur de recherche* como os postos com estabilidade, porém na base da carreira. Os de *maître de conférences* podem representar um profissional em início de carreira, mas também muitos pesquisadores de relevo se mantiveram nesse *status*. Já os postos de *professeur*, *chargé de recherche au CNRS* e *directeur de recherche au CNRS* são os de maior prestígio.

Nesses casos, se, em 2002, temos 50% dos integrantes do *comité exécutif* nos extratos de maior prestígio e 25% como *maître de conférences*, em 2021 eles passam a ser 14% e 41%, respectivamente; os “não titulares” eram 15% em 2002, passam para 37% em 2021.

Quando restringimos o olhar para os sete integrantes do *Bureau du Comité exécutif*, o rejuvenescimento da direção da AFS torna-se mais evidente.

TABELA 3
Comparativo de status profissional dos integrantes do comité exécutif nas gestões 2002-2004 e 2021-2023

Status profissional	Gestão 2002-2004		Gestão 2021-2023	
	N.	%	N.	%
Doutorando(a)			5	23
Ater	1	5	1	5
Pós-doc			2	9
Chercheur contractuel	1	5		
Chargée de cours	1	5		
Ingénieure d'études			1	5
Ingénieur de recherche	1	5		
Professeur agrégé			1	5
Maître assistant	1	5		
Maître de Conférences	5	25	9	41
Professeur	4	20	2	9
Chargé de recherche au CNRS	1	5		
Directeur de recherche au CNRS	5	25	1	5
Total geral	20	100	22	100

Dados compilados a partir dos anais do Primeiro Congresso da Associação Francesa de Sociologia (AFS, 2004) e do *site* da AFS. Apesar da recente eleição do novo CE em julho de 2023 no congresso da AFS em Lyon, ainda não foi divulgada a composição do novo *Bureau du Comité exécutif*.

TABELA 4
Status profissional dos integrantes do Bureau du Comité exécutif em 2004 e 2021

Status profissional	2002-2004		2021-2023	
	N.	%	N.	%
Doutorando			1	14
Professeur agrégé			1	14
Maître de conférences	2	29	4	57
Professeur	3	43	0	
Chargé de recherche au CNRS	1	14	0	
Directeur de recherche au CNRS	1	14	1	14
Total geral	7	100	7	100

Dados compilados a partir dos anais do Primeiro Congresso da Associação Francesa de Sociologia (AFS, 2004) e do *site* da AFS. Apesar da recente eleição do novo CE em julho de 2023 no congresso da AFS em Lyon, ainda não foi divulgada a composição do novo *Bureau du Comité exécutif*.

Nesses praticamente vinte anos de fundação, parece ter havido uma antecipação do engajamento de doutorandos e não titulares na gestão de uma entidade representativa, ao mesmo tempo que um esvaziamento de sociólogos no topo da carreira.

TABELA 5
Tempo de defesa dos integrantes dos Comitês executifs em anos e em porcentagem

	2002- 2004	2004- 2006	2006- 2009	2009- 2011	2011- 2013	2013- 2015	2015- 2017	2017- 2019	2021- 2023	2023- 2025
não defendeu	0	0	7	9	14	5	5	10	18	14
menos de 2 anos	5	13	0	0	0	18	0	10	9	5
2 a 4 anos	15	13	7	14	27	14	36	19	23	14
5 a 9 anos	5	7	18	0	0	23	5	19	5	24
7 a 9 anos	10	13	7	14	9	5	27	14	18	10
10 a 14 anos	0	13	25	14	14	5	0	10	9	19
15 a 19 anos	25	13	11	14	14	18	18	10	0	5
mais de 20 anos	40	27	25	36	23	14	9	10	18	10
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: dados compilados a partir dos sites <http://www.sudoc.abes.fr/> e <https://www.theses.fr/>. Calculou-se o tempo de defesa referente ao primeiro ano de gestão do CE.

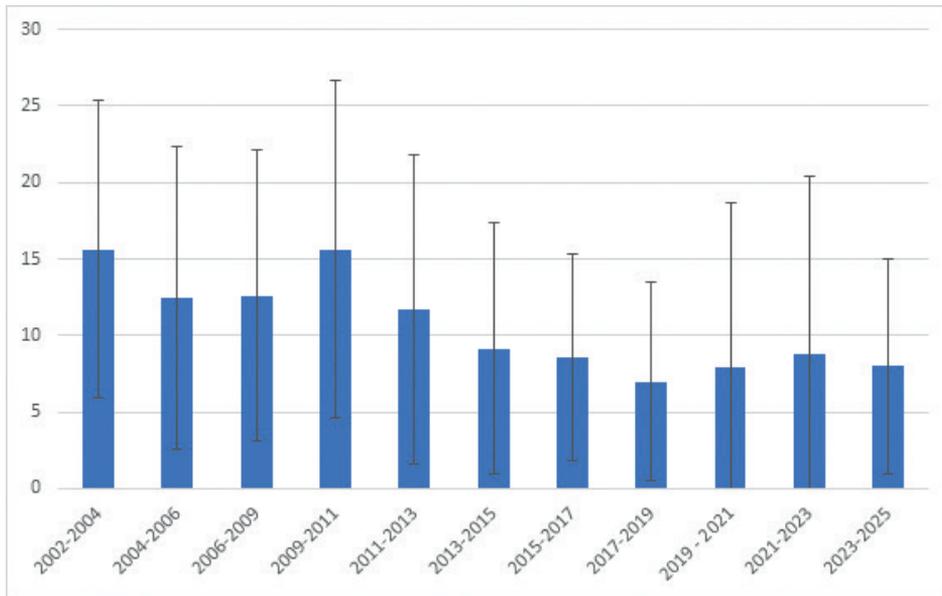
TABELA 6
Média e desvio padrão do tempo de defesa de tese dos integrantes do CE

COMITÊ EXECUTIVO	MÉDIA DE TEMPO DE DEFESA	DESVIO PADRÃO DE TEMPO DE DEFESA
2002-2004	15,6	9,7
2004-2006	12,5	9,9
2006-2009	12,6	9,5
2009-2011	15,6	11,0
2011-2013	11,7	10,1
2013-2015	9,1	8,2
2015-2017	8,6	6,7
2017-2019	7,0	6,5
2019 - 2021	8,0	10,7
2021-2023	8,7	11,6
2023-2025	8,0	7,0

Fonte: dados compilados a partir dos sites <http://www.sudoc.abes.fr/> e <https://www.theses.fr/>. Calculou-se o tempo de defesa referente ao primeiro ano de gestão do CE.

GRÁFICO 2

Média e desvio padrão do tempo de defesa de tese dos integrantes do CE



Fonte: dados compilados a partir dos sites <http://www.sudoc.abes.fr/> e <https://www.theses.fr/>. Calculou-se o tempo de defesa referente ao primeiro ano de gestão do CE.

O acompanhamento do tempo de defesa de tese de doutorado confirma um movimento de rejuvenescimento dos membros do CE. Em 2002, 65% do CE tinha defendido sua tese fazia mais de quinze anos; em 2023, apenas 15%. Se em 2002 não havia integrantes do CE sem o doutorado defendido, em 2021 eles representavam 18% e, em 2023, 14%. Ao longo desses vinte anos de atuação, o *comité exécutif* da AFS deixou de ser composto majoritariamente por sociólogos estabilizados em seus postos para ser ocupado por jovens em início de carreira. Cinquenta e cinco por cento dos integrantes da gestão 2021-2023 e 33% para a gestão que se inicia em 2023 não defenderam seus doutorados ou o fizeram há menos de cinco anos.

Há quem afirme que criar um ambiente democrático, de troca intelectual e de inserção institucional para jovens pesquisadores sempre esteve nos objetivos da associação. Outros, porém, atribuem o fato de os jovens terem se engajado na AFS à ampliação da concorrência por melhores currículos e por uma vinculação institucional nos períodos de precariedade.

Conclusão

Em início dos anos 2000, a sociologia francesa estava em um momento de desprestígio midiático e acadêmico. Era atacada por sua inserção em debates públicos, como se isso

fosse indicador de não cientificidade. A divisão da sociologia em torno de grandes nomes, forma estruturante do campo entre os anos 1960 e 1980, já não fazia mais tanto sentido nos anos 2000 e era avaliada pelas outras áreas acadêmicas, inclusive por órgãos como o CNRS, como expressão de uma fragilidade epistemológica e falta de *esprit de corps*. A soma desses desprestígios traria consequências ao financiamento da sociologia, como o já citado exemplo da recusa de subvenção em 2001 sofrida pela SFS e a redução de oferta de novos postos de *maître de conférences*¹².

É nesse contexto que se cria a AFS. A maior abertura possibilitada por um recrutamento livre de apadrinhamento e sua organização em RTs, no modelo da ISA, fizeram com que se percebessem um rápido crescimento e a manutenção de um número de filiados significativamente maior do que as associações anteriores. Muitos entrevistados levantaram a preocupação com seus doutorandos e recém-doutores que, antes da AFS, não encontravam espaços para debaterem suas pesquisas fora de seus pequenos círculos de sociabilidade. A AFS pretendia, como de fato parece ter conseguido, criar as condições para que pesquisadores de um mesmo tema se reunissem independentemente de suas filiações teóricas e institucionais mais imediatas. Para usar expressões recorrentes nas entrevistas, a AFS procurava “arejar” e “abrir” a disciplina; mudar as bases do jogo pelo prestígio acadêmico; tensionar a força gravitacional dos “grandes nomes” para as RTs de uma associação, como dizem os entrevistados, “mais profissional”.

A democratização da AFS está expressa na abertura institucional conferida às diversas RTs e aos jovens pesquisadores que, sobretudo nos anos recentes, têm estado presentes no *comité exécutif*. Esses doutorandos e recém-doutores, por sua vez, veem na AFS uma dupla função: uma associação política para defender os interesses dos sociólogos, sobretudo os “não titulares”, e uma forma de inserção institucional e acadêmica que lhes permita ampliar seu capital social e incrementar seus currículos em um mercado de postos fixos extremamente competitivo.

Essa presença maciça de doutorandos e “não titulares”, por outro lado, criou outros constrangimentos com sociólogos “titulares”. Há relatos tanto de RTs que deliberadamente priorizam pesquisadores “não titulares”, quanto RTs que, ao avaliarem as submissões sob anonimato, deixam de fora pesquisadores “titulares”. Em ambos os casos, pesquisadores “titulares” passam a concorrer com “não titulares”, o que impulsiona os mais estáveis a deixarem de ver a AFS e seu congresso como instâncias de prestígio.

12. Em seu discurso na abertura do congresso realizado em julho de 2023, em Lyon, o então presidente da AFS, Cédric Lombas, listou os recentes e recorrentes ataques de que a sociologia francesa tem sido alvo: redução de postos, sua má utilização para justificar violências de Estado, ao mesmo tempo que é acusada de imparcial e de “islamoesquerdismo”. Diagnóstico não muito distinto daquele dos anos 1990 e 2000.

O tensionamento entre a democratização de acesso à AFS e o prestígio que ela confere aos jovens doutores parece estar sendo armado atualmente. Como ficará o prestígio da AFS se os grandes nomes da sociologia francesa não a prestigiarem? A AFS corre o risco de tornar-se uma associação desprestigiada pelos sociólogos prestigiados e disputada por aqueles em busca de prestígio?

Referências Bibliográficas

- AFIS. (2023), “Qu’est-ce que l’Afis?”. *Afis Science: Association Française pour L’Information Scientifique*. <https://www.afis.org/qu-est-ce-que-l-afis>.
- AFS, A. F. (2004), “De sociologie”. *Premier Congrès de L’Association Française de Sociologie: Dynamiques de Transformation de la Société Française Contemporaine*. Paris, AFS Editions.
- ASES, A. (1989), “De sociologues enseignants du supérieur”. *Statuts de L’Ases*. Ases. Disponível em <http://www.sociologuesdusuperieur.org/article/statuts-de-lases>.
- BOURDIEU, P. (1997), *Sobre a televisão: Seguido de A influência do jornalismo e Os jogos olímpicos*. Rio de Janeiro, Zahar.
- CIBOIS, P. (2001), *Site personnel de Philippe Cibois*. <https://cibois.pagesperso-orange.fr/archivesafs.html>.
- COLLECTIF POUR L’ETUDE DES CONDITIONS DE TRAVAIL DANS LA RECHERCHE ET L’ENSEIGNEMENT SUPERIEUR (France) (org.). (2011), *Recherche précarisée, recherche atomisée: Production et transmission des savoirs à l’heure de la précarisation*. Paris, Raisons D’agir.
- DUBAR, C.; FILÂTRE, D. & TRÉPOS, J.-Y. (2001), “Tirer les enseignements de l’affaire Teissier”. *Revue Française de Sociologie*, 42 (4): 749-751.
- DUFOIX, S. (2023), “Une Association Professionnelle de Sociologie en France: 20 Bougies ou 150?”. *Socio-Logos. Revue de L’Association Française de Sociologie*, 19, artigo 19. Disponível em <https://doi.org/10.4000/socio-logos.6275>.
- ELIAS, N. & SCOTSON, J. L. (2000), *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro, Zahar.
- ESPÍNOLA, A. F. (2018), “Déchiffrer les inégalités dans le recrutement par concours des enseignant.e.s-chercheur.e.s (MCF) en sociologie en France”. *Socio-Logos. Revue de L’Association Française de Sociologie*, 13, Artigo 13. Disponível em <https://doi.org/10.4000/Socio-Logos.3196>.
- FLOC’H, B. (18 mar. 2015), “Victime d’un canular, Michel Maffesoli denonce un ‘reglement de comptes’ entre sociologues”. *Le Monde.Fr*. Disponível em https://www.lemonde.fr/societe/article/2015/03/18/victime-d-un-canular-michel-maffesoli-denonce-un-reglement-de-comptes-entre-sociologues_4595882_3224.html.
- GINGRAS, Y. & VÉCRIN, L. (2002), “Les prix Ig-Nobel”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 141 (1), 66-71. Disponível em <https://doi.org/10.3406/arss.2002.2820>.

- HEILBRON, J. (1983), "Note sur L'Institut Français de Sociologie". *Etudes Durkheimiennes*, 9-14.
- HEILBRON, J. (2015), *French sociology*. Ithaca, New York, Cornell University Press.
- KRIVINE, J.-P. (2001a, Abril 9), "Soutenance de la these d'Elizabeth Teissier". *Afis Science: Association Française pour l'Information Scientifique*. Disponível em <https://www.afis.org/soutenance-de-la-these-d-elizabeth-teissier>.
- KRIVINE, J.-P. (2001b, Abril 25), "J'ai pris connaissance par l'intermédiaire de Dominique Desjeux de la pétition de l'Ases". Disponível em <https://cibois.pagesperso-orange.fr/contrib.htm#krivine>.
- LA SOCIÉTÉ FRANÇAISE DE SOCIOLOGIE. (1963), *Revue Française de Sociologie*, 4 (1): 63-64.
- LAHIRE, B. (2002), "Comment devenir docteur en sociologie sans posséder le métier de sociologue?". *Revue Européenne des Sciences Sociales. European Journal of Social Sciences*, Artigo XL (122). Disponível em <https://doi.org/10.4000/ress.629>.
- LAHIRE, B. (2016), *Pour la sociologie: Et pour en finir avec une prétendue "culture de l'excuse"*. Paris, La Découverte.
- MAUGER, G. (2016), "Incitation a la betise. Sur 'L'excuse sociologique'". *Savoir/Agir*, 35 (1): 133-144. Disponível em <https://doi.org/10.3917/sava.035.0133>.
- MORIN, H. (10 abr. 2001), "Elizabeth Teissier, docteur en sociologie, ascendant astrologie". *Le Monde*, 1.
- ROTMAN, C. (9 abr. 2001), "Elizabeth Teissier docteur des astres". *Libération*. Disponível em https://www.liberation.fr/societe/2001/04/09/elizabeth-teissier-docteur-des-astres_360739/.
- SAPIRO, G. (2018), "Entre o nacional e o internacional: O surgimento histórico da sociologia como campo". *Sociedade e Estado*, 33: 349-372. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-699220183302003>.
- TOURAINÉ, A. (22 maio 2001), "De quoi Elizabeth Teissier est-elle coupable?". *Le Monde*. Disponível em https://www.lemonde.fr/archives/article/2001/05/22/de-quoi-elizabeth-teissier-est-elle-coupable_4174733_1819218.html.
- UNION RATIONALISTE. (2022), *Home*. Union Rationaliste, <https://union-rationaliste.org/>.
- VANNIER, P. (2023), "Retour sur les quelques mois qui ont précédé la création de l'Association Française de Sociologie". *Socio-Logos. Revue de l'Association Française de Sociologie*, artigo 19. Disponível em <https://doi.org/10.4000/socio-logos.6320>.

Resumo

Confluência dos astros: as condicionantes para a fundação da Associação Francesa de Sociologia

O artigo busca compreender as condicionantes para a criação da Associação Francesa de Sociologia (AFS) em 2002. Em um primeiro momento faz-se uma reconstituição histórica das agremiações sociológicas francesas anteriores à AFS. Em seguida, analisa-se o contexto que antecedeu a criação da AFS, observando o desprestígio da sociologia e sua fragilidade institucional a partir de um caso exemplar: a polêmica causada pela defesa de tese da astróloga Elizabeth Teissier. Por fim, analisam-se as diversas motivações dos envolvidos com a criação da AFS e algumas mudanças ocorridas ao longo dos seus vinte anos até tornar-se uma associação com forte presença de jovens pesquisadores.

Palavras-chave: Sociologia dos intelectuais; História da sociologia; Sociologia Francesa.

Abstract

Zodiacs confluence: the social conditions for the French Sociological Association foundation

The article seeks to understand the social conditions for the creation of the French Sociological Association (AFS) in 2002. At first, a historical reconstitution of French sociological associations prior to the AFS is made. Then, the context that preceded the creation of the AFS is analyzed, observing the discredit of sociology and its institutional fragility based on an exemplary case: the controversy caused by the defense of the thesis of astrologer Elizabeth Teissier. Finally, we analyze the various motivations of those involved in the creation of AFS and some changes that occurred over its twenty years until it became an association with a strong presence of young researchers.

Keywords: Sociology of intellectuals; History of sociology; French sociology.

Texto recebido em 24/03/2023 e aprovado em 07/08/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.209826.

EDUARDO DIMITROV é professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. E-mail: eduardodimitrov@unb.br.



Juventude, educação e trabalho no Brasil (2012-2022)

Vitor Matheus Oliveira de Menezes*

<https://orcid.org/0000-0002-3076-0815>

Raquel Souza dos Santos*

<https://orcid.org/0000-0001-9588-6729>

Introdução

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, algumas experiências são normativamente esperadas para os jovens, tais como a continuidade dos estudos e a inserção gradual no mercado de trabalho (Madeira, 1986). Contudo, as trajetórias juvenis são heterogêneas, sobretudo em países como o Brasil, marcados por alta desigualdade socioeconômica e sistemas incipientes de proteção social (Cardoso, 2013; Lavinias, 2021).

Em uma perspectiva histórica, as práticas e as expectativas juvenis mudam ao longo do tempo, devido às transformações culturais, demográficas e na organização dos sistemas produtivos. Dubar (2001) afirma, por exemplo, que a inserção profissional dos jovens é um problema “moderno”. Nos países capitalistas centrais, seu surgimento remonta à separação entre a escola e o trabalho, iniciada no século XIX, e à desestruturação dos mercados de trabalho após a crise do modelo fordista, quando a inserção ocupacional dos jovens se tornou um problema público na segunda metade do século XX. Já no Brasil, as mudanças estruturais que definem a condição juvenil assumiram outras feições. Um dos motivos foi a seletividade da ampliação do ensino público, que ganhou força apenas após a abertura democrática. O problema da relação entre a escola e o trabalho acompanhou a modernização da economia

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

brasileira (Tommasi e Corrochano, 2020), materializada na divisão entre o ensino propedêutico e o ensino técnico na atribuição de posições sociais entre os grupos juvenis (Menezes, 2023).

Por sua vez, uma temporalidade circunscrita traduz as transformações cíclicas e conjunturais dos mercados de trabalho, bem como os períodos de expansão e contração dos sistemas educacionais. Ademais, particularmente entre os jovens das camadas populares, as trajetórias ocupacionais e escolares são irregulares e intercambiáveis (Dayrrel, 2007; Guimarães, Brito e Comin, 2020). Esse fenômeno, somado aos menores níveis médios de experiência e qualificação profissional, torna-os vulneráveis ao desemprego e à informalidade durante crises econômicas (Mont'Alvao e Ribeiro, 2020). As mudanças nos sistemas de ensino também costumam afetar as coortes jovens (Sposito e Souza, 2014), o que institui chances típicas de mobilidade social e realização escolar para cada geração.

Considerando essas duas temporalidades que definem a condição juvenil, analisamos os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) no decênio 2012-2022, para investigar as oportunidades educacionais e de acesso ao trabalho entre os jovens. Os dados relativos à escolarização são priorizados para a população de quinze a dezessete anos, devido ao papel da formação básica na inserção desses jovens em um sistema de direitos e deveres. Já para o grupo com 18 a 24 anos, examinamos as possíveis articulações entre educação e trabalho¹.

A década de 2010 teve início após um período marcado por crescimento econômico e avanço das políticas sociais não contributivas. Todavia, o período 2012-2022 provocou uma ruptura nesse ciclo positivo, em decorrência dos efeitos combinados da crise econômica de 2014-2016; da descoordenação federativa e da elevação das desigualdades, que sucederam a evolução incremental das políticas públicas, iniciada no pós-democratização (Abrucio, 2022); e da pandemia de Covid-19 entre 2020 e 2022, cujos efeitos negativos foram sentidos nos níveis de ocupação e nas estatísticas educacionais (Corseuil, Franca e Poloponsky, 2020; Bof e Moraes, 2023). A análise de indicadores de educação e trabalho, nesse período adverso, nos permite dialogar com os estudos sobre as transformações da condição juvenil, quer pensando na experiência de moças e rapazes no último decênio, quer pensando nas tendências que sinalizam novas possibilidades de experimentação da juventude.

A sequência do artigo se divide em três tópicos. O primeiro analisa o engajamento e a realização educacional dos jovens com quinze a dezessete anos, com foco no

1. O Estatuto da Juventude de 2013 (Lei nº 12.852) classifica como jovens os indivíduos com idade entre 15 e 29 anos. O grupo com 25 a 29 anos é relevante para compreendermos a condição juvenil, mas não será objeto de apreciação neste trabalho.

período 2012-2022. Complementando a abordagem descritiva, implementamos um modelo de regressão logística para identificar o efeito de variáveis sociodemográficas e de origem social nas chances de matrícula no ensino médio, bem como as mudanças desse efeito ao longo do decênio. Já o segundo tópico discute como se articulam as experiências educacionais e de trabalho entre os jovens com 18 a 24 anos. Finalmente, o terceiro tópico sumariza as evidências mais importantes do artigo, identificando as tendências contextuais e de longo prazo que definem a condição juvenil.

A estratificação do acesso à educação básica no Brasil

A Figura 1 apresenta, por idade simples, quatro tipos de engajamento e realização educacional: os jovens matriculados no ensino fundamental; aqueles matriculados no ensino médio; os que estão fora da escola e não completaram o ensino médio; e os jovens que também não estão incluídos no sistema educacional, mas alcançaram o diploma de ensino médio. Os dados são apresentados separadamente para os anos de 2012 e 2022.

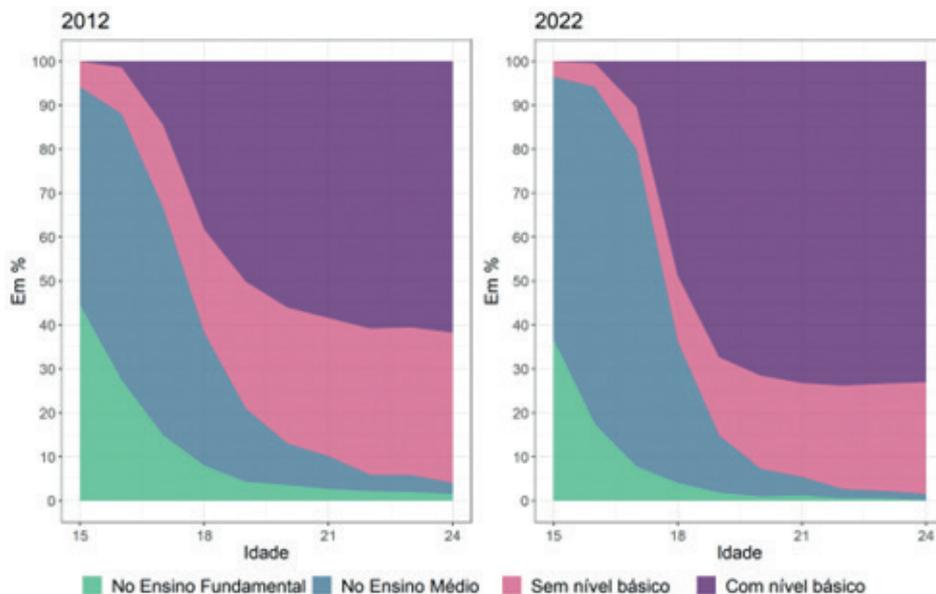
Em linhas gerais, o acesso à educação básica evoluiu positivamente no período. A frequência no ensino médio aumentou entre os jovens com quinze a dezessete anos, mudança que foi balanceada pelo recuo da proporção de jovens matriculados no ensino fundamental e fora do sistema escolar sem a formação básica. O aumento do número de matriculados no ensino médio é visível entre os jovens com dezesseis anos (evolução de 16,1 p.p.) e dezessete anos (20,4 p.p.).

Os dados acenam para a continuidade de dois fenômenos, observados desde a primeira década do século XXI. De um lado, o recuo da proporção de adolescentes fora da escola, e de outro, a tendência de inclusão de indivíduos com quinze a dezessete anos no ensino médio, com redução da distorção idade-série (Sposito e Souza, 2014; Ribeiro, Ceneviva e Brito, 2015; Brito, 2017). Em suma, as coortes jovens passaram a experimentar melhores condições de permanência na escola e de frequência escolar na idade adequada. Também como resultado dessas tendências, para a faixa etária com 18 a 24 anos, a proporção de indivíduos com formação básica aumentou no decênio 2012-2022, especialmente entre os jovens com dezenove anos (acréscimo de 17,2 p.p.).

A melhoria das chances de acesso, permanência e conclusão de moças e rapazes foi fruto de um conjunto heterogêneo de políticas educacionais, adotadas desde a metade da década de 1990, que buscaram mitigar as barreiras de acesso e progressão escolar. Já no longo prazo, mudanças sociais mais profundas alteraram as relações intergeracionais e associaram a primeira etapa da juventude ao compromisso com a escolarização básica (Cabanés, 2007; Souza, 2018).

FIGURA 1

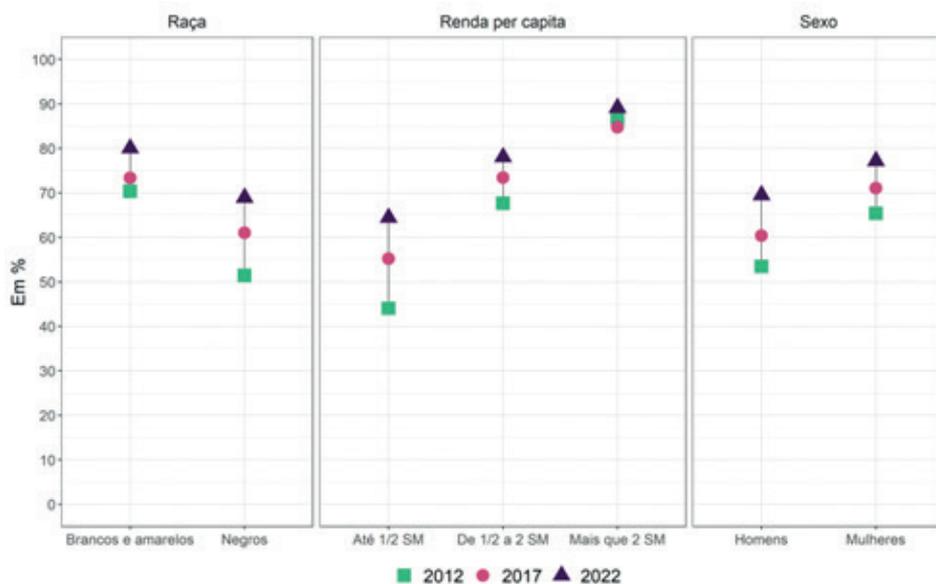
Engajamento e realização educacional de jovens (2012-2022) (título)



Fonte: PNAD-C (2012-2022). Elaboração própria.

FIGURA 2

Matrícula no ensino médio entre os jovens com 15 a 17 anos (2012-2022)



SM se refere ao salário mínimo.

Fonte: PNAD-C (2012-2022). Elaboração própria.

A inclusão escolar de grupos socialmente vulneráveis tem sido atribuída à expansão das matrículas e à criação de vagas noturnas (Costa e Oliveira, 2014), bem como aos ganhos de bem-estar via políticas socioassistenciais. Porém, não podemos ignorar que, em 2022, 6,2% dos jovens com quinze a dezenove anos não estavam matriculados na escola e não haviam concluído a formação básica. Esses jovens estão excluídos de um meio essencial para o acesso a direitos e são invisíveis nas estatísticas educacionais, disponíveis no Censo Escolar e em testes padronizados de avaliação da aprendizagem.

A persistência das desigualdades educacionais é mais evidente quando calculamos a taxa líquida de matrícula no ensino médio² para os estudantes de quinze a dezesseis anos. Se a maior parte dos jovens dessa faixa etária está na escola, a progressão educacional desse grupo ainda é marcada por assimetrias. A Figura 2 apresenta um panorama sobre o assunto.

Os dados revelam desigualdades importantes entre homens e mulheres, os primeiros finalizando a série histórica com 69,5% de taxa líquida de matrícula, inferior ao indicador feminino de 77,2%. As diferenças são ainda mais expressivas entre grupos raciais e de renda domiciliar *per capita*, com os jovens negros e pobres apresentando taxas líquidas de matrícula no ensino médio bem inferiores à meta de 85% instituída pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para o período 2014-2024.

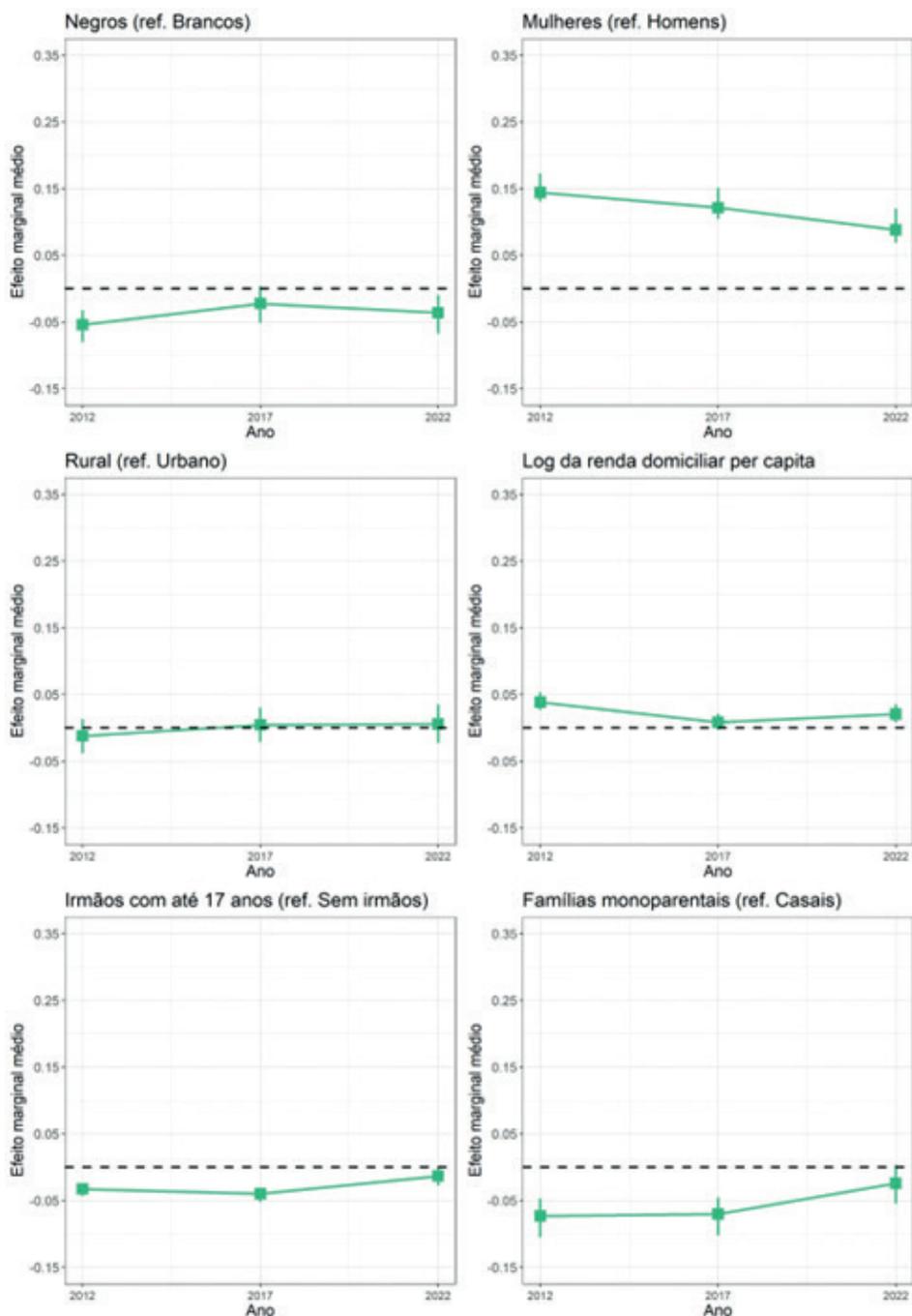
Entre os jovens negros, a taxa líquida de matrícula no ensino médio cresceu na passagem de 2012 para 2017, enquanto permaneceu estável entre os jovens brancos e amarelos. O saldo foi a redução da distância entre os grupos raciais no tocante ao acesso à educação básica na idade adequada. Entre 2017 e 2022, o indicador aumentou nos dois grupos raciais, alcançando 80% entre os jovens brancos e amarelos, e 68,9% entre os jovens negros. Como resultado, no período compreendido pela Figura 2, a razão da taxa líquida de matrícula caiu de 1,37 para 1,16 entre os grupos raciais. O indicador por grupos de renda domiciliar *per capita* se comportou de maneira parecida. A taxa líquida de matrícula no ensino médio permaneceu estagnada entre os jovens dos domicílios com maior renda *per capita*, crescendo de maneira significativa entre os jovens pobres. Isso fez com que a razão do indicador tenha caído de 1,97 para 1,38 no decênio.

A despeito de desigualdades ainda marcantes, a Figura 2 atesta um processo contínuo de expansão do acesso ao ensino médio e queda da defasagem idade-série, com efeitos positivos sobre os grupos nas piores posições da estratificação educacional. Mas complexificando o quadro, as variáveis sociodemográficas exercem efeitos que, muitas vezes, se sobrepõem nas trajetórias juvenis. Para compreender as mudanças

2. Proporção de indivíduos matriculados no ensino médio ou que concluíram a educação básica.

FIGURA 3

Efeitos marginais médios de variáveis selecionadas no engajamento no ensino médio, para os jovens com 15 a 17 anos (2012-2022)



Nota: Intervalos de confiança calculados para significância de 95%.

Fonte: PNAD-C (2012-2022). Elaboração própria.

e permanências das desigualdades educacionais, implementamos um modelo de regressão logística para calcular a probabilidade de um jovem com idade entre quinze e dezessete anos estar matriculado ou ter finalizado o ensino médio.

Em diálogo com os estudos sociológicos dedicados às desigualdades educacionais (Silva e Hasenbalg, 2000; Ribeiro, 2011; Marteleto, Carvalhaes e Hubert, 2012; Brito, 2017), incluímos, como variáveis explicativas, a raça, o sexo, local de residência (urbano ou rural), o logaritmo natural da renda domiciliar *per capita*, a composição doméstica, o número de irmãos com até dezessete anos no domicílio e a escolaridade da mãe. Os resultados são controlados por Unidades da Federação e idade do jovem³. Além disso, os cálculos reconhecem o plano amostral complexo da PNAD-C e se baseiam em um modelo incondicional de transição, que inclui tanto os indivíduos que concluíram o ensino fundamental, como aqueles que não concluíram essa etapa, estando em atraso escolar ou fora da escola⁴.

O Anexo 1 informa os coeficientes do modelo, enquanto a Figura 3 apresenta os efeitos marginais médios das variáveis explicativas em cada ano da PNAD-C. O efeito marginal médio informa a diferença média na probabilidade da variável dependente, em pontos percentuais, quando se altera cada variável explicativa em todas as unidades da amostra e se mantêm os outros indicadores constantes.

Mesmo controlando por variáveis relativas à origem social, local de moradia e condições socioeconômicas, os jovens negros possuem menos chances de ingressar e permanecer no ensino médio na idade adequada. Essa evidência atualiza os achados de Brito (2014) acerca das estatísticas educacionais no íterim 1970-2010. O estudo identificou uma queda de desigualdades raciais na frequência escolar no ensino fundamental, mas um caráter persistente no que concerne ao ensino médio, o que leva o referido autor a caracterizar esse nível de ensino como um gargalo nas trajetórias de moças e rapazes negros.

Em 2012, o fato de ser negro exercia um efeito negativo e significativo nas chances de matrícula no ensino médio, o que deixou de ocorrer em 2017. Essa tendência está alinhada aos achados descritivos. O que surpreende, contudo, é que as desigualdades raciais voltaram a crescer em 2022. No último ano de replicação do modelo, independentemente das diferenças de origem social, renda e local do domicílio, a

3. O uso da idade como variável de controle é um procedimento usual em pesquisas sobre transições educacionais (Marteleto, Carvalhaes e Hubert, 2012; Brito, 2017), visto que a probabilidade de matrícula é heterogênea no interior de cada faixa etária.

4. Um modelo incondicional considera uma coorte completa, sem filtros prévios de progressão escolar. Isso faz com que os modelos incondicionais identifiquem desigualdades mais elevadas do que os modelos condicionais (Marteleto, Carvalhal e Hubert, 2012), que incluiriam apenas os jovens que finalizaram o ensino fundamental.

probabilidade de um jovem negro estar no ensino médio na idade adequada era 3,6 p.p. inferior à experimentada por um jovem branco. Embora esse efeito seja menor do que o registrado em 2012 (-5,4 p.p.), o fenômeno indica um retrocesso no final da série histórica, com prejuízo às oportunidades educacionais dos jovens negros. As diferenças entre os anos são estatisticamente significativas para um p -valor $< 0,1$ ⁵.

Já a diferença entre homens e mulheres caiu continuamente na série, com mudanças estatisticamente significativas para um p -valor $< 0,05$. Ao final do período, as chances de matrícula no ensino médio permaneceram mais elevadas entre as mulheres com quinze a dezessete anos do que entre os homens (8,8 p.p.). Vale lembrar que o século XX marcou a reversão do hiato de gênero no ensino médio, em benefício da população feminina (Beltrão e Alves, 2009). No período compreendido pela Figura 2, as taxas líquidas de matrícula continuaram mais altas entre as meninas com quinze a dezessete anos, mas os jovens do sexo masculino experimentaram um avanço importante no último decênio, encurtando a distância em comparação às jovens do sexo feminino.

Em nenhum ano de replicação do modelo, o fato de residir na zona rural modificou a probabilidade de matrícula no ensino médio. Se o engajamento escolar é desigual entre os jovens das zonas urbana e rural (Simielli e Moraes, 2022), ao controlarmos os resultados por outras variáveis, o local do domicílio não apresentou efeitos estatisticamente significativos. Decerto, a inclusão da renda domiciliar e das Unidades da Federação (cujas desigualdades territoriais são marcantes, no tocante à composição rural/urbano) cumprem um papel importante na mitigação do efeito do local da moradia na probabilidade de matrícula no ensino médio. Por outro lado, surpreende que o logaritmo natural da renda domiciliar *per capita*, com efeito positivo em 2012, tenha perdido relevância em 2017 e voltado a ser estatisticamente significativo em 2022⁶. Os resultados indicam um possível movimento pendular no decênio, o que representaria, confirmada essa tendência, a piora da posição relativa dos jovens pobres na estratificação educacional.

Acerca da composição doméstica, a pesquisa de Ribeiro (2011) sublinhou o efeito negativo da monoparentalidade e do número de irmãos nas chances de transição educacional. Essa tendência havia sido observada nos últimos anos da formação básica, dado o modo como os recursos são divididos nos domicílios pobres. Em um cenário de recursos escassos e políticas insuficientes de socialização das atividades

5. O mesmo modelo foi implementado em observações mutuamente excludentes. Logo, o teste z de significância inclui, no numerador, a diferença entre os efeitos marginais médios; e no denominador, a raiz quadrada da soma dos erros-padrão elevados à segunda potência (Mize, Doan e Long, 2019).

6. A diferença entre 2012 e 2017 é estatisticamente significativa para um p -valor $< 0,01$, assim como a diferença entre 2012 e 2022.

de cuidado, a presença de crianças e adolescentes pode deteriorar a capacidade das famílias de garantirem a progressão escolar. No nosso modelo, ter irmãos com até dezessete anos reduz as chances de um jovem frequentar o ensino médio na idade adequada, ainda que esse efeito tenha diminuído no período⁷. Os resultados indicam os conflitos distributivos e de divisão do trabalho reprodutivo nos domicílios que possuem alta razão de dependência, o que prejudica a matrícula e a frequência escolar.

O efeito da monoparentalidade desperta dúvidas. Em 2012 e 2017, as chances de matrícula no ensino médio eram 7,3 p.p. menores entre os jovens que residiam em domicílios monoparentais (a maior parte, chefiados por mulheres). Esse efeito diminuiu significativamente em 2022, para um p -valor $< 0,05$. Uma variação tão expressiva e em um curto espaço de tempo deve ter sido causada por mudanças contextuais na organização das famílias e nos sistemas de ensino. O final da série foi marcado não apenas por restrições de inserção ocupacional dos jovens (Costa, Barbosa e Hecksher, 2022), mas também pela adoção de critérios menos rígidos de controle de frequência e progressão escolar durante a pandemia de Covid-19. É possível que a frequência escolar tenha se tornado uma experiência possível durante o ensino remoto, com ganhos na matrícula formal dos jovens que residem em domicílios vulneráveis e sujeitos a maiores desequilíbrios na distribuição do trabalho produtivo e reprodutivo. Também é possível que o modelo esteja captando mudanças na associação entre a composição doméstica, a renda e o engajamento na educação básica. Considerando os limites deste artigo, pesquisas adicionais devem investigar o fenômeno.

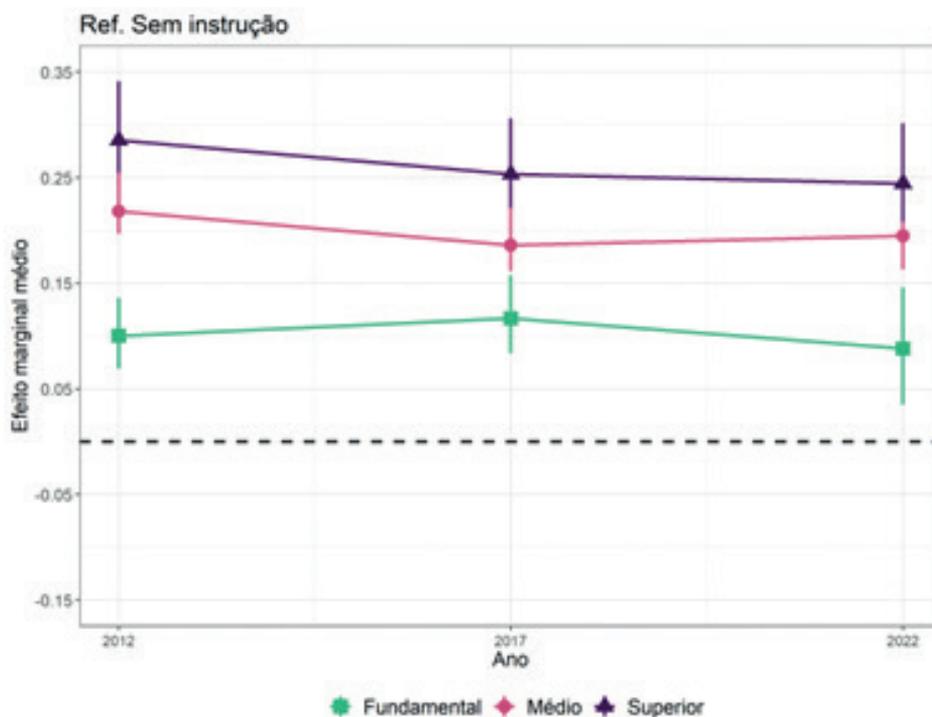
Finalmente, a Figura 4 identifica o efeito da escolaridade da mãe na probabilidade de matrícula no ensino médio para os jovens com quinze a dezessete anos. Essa é a variável mais importante para a transmissão de desigualdades intergeracionais, em linha com os estudos dedicados à mediação familiar entre o indivíduo e as instituições modernas. Os estudos sociológicos sublinham o papel da escolaridade da mãe na transmissão de recursos, valores e conhecimentos necessários para a participação dos jovens em estabelecimentos de ensino, o que revela, a depender dos resultados, a reprodução de posições sociais ou a existência de oportunidades de mobilidade intergeracional (Picanço e Morais, 2016).

Silva e Hasenbalg (2000) constataram que a universalização do acesso à educação básica, no período 1970-1990, foi acompanhada pelo enfraquecimento das determinações sociais na realização escolar dos jovens. Todavia, essa mudança positiva não havia afetado a influência da escolaridade materna na formação educacional. Já Marteleto, Carvalhal e Hubert (2012) implementaram um modelo incondicional de transição e identificaram uma redução, entre os anos de 1992 e 2007, do efeito

7. A mudança é estatisticamente significativa para um p -valor $< 0,05$.

FIGURA 4

Efeito da escolaridade da mãe na probabilidade de engajamento no ensino médio, para os jovens com 15 a 17 anos (2012-2022)



Nota: Intervalos de confiança calculados para significância de 95%.

Fonte: PNAD-C (2012-2022). Elaboração própria.

da escolaridade materna na frequência de jovens no ensino médio. Apesar de transformações pontuais ao longo do tempo, os estudos são uníssomos em afirmar que a origem social permanece como a variável mais importante na predição do progresso escolar (Brito, 2017).

A Figura 4 atesta a continuidade desse fenômeno, visto que a formação escolar da mãe exerce um efeito incremental nas chances de engajamento no ensino médio na idade adequada. Ao compararmos os resultados de uma mesma categoria ano a ano, as diferenças entre os efeitos marginais médios não são estatisticamente significativas, o que denota a continuidade da influência da origem social no acesso às oportunidades educacionais. Em 2022, quando comparado a um jovem cuja mãe não possui instrução escolar, um jovem cuja mãe possui formação universitária experimenta 24,4 p.p. mais chances de frequentar o ensino médio. Nos demais níveis de ensino, os efeitos são menores, mas ainda assim expressivos⁸.

8. As diferenças entre a formação universitária e o ensino médio não são estatisticamente significativas.

Este tópico discutiu elementos que condicionam o horizonte de realizações pessoais ao alcance dos indivíduos. Aparentemente, alguns fenômenos estão consolidados no Brasil, tais como a melhoria dos índices de frequência e formação escolar entre os jovens. É nesses termos que a “convivência prolongada” com o ambiente escolar pode ser entendida, a partir dos anos 2000, como uma experiência relevante entre os jovens pobres (Peregrino, 2009). Por mais que a conjuntura econômica deteriore, podemos conjecturar que as famílias pobres exercem um sobre-esforço para que seus filhos continuem estudando. A isso se soma a oferta de políticas socioassistenciais, que foram instituídas pela Constituição de 1988 e desenvolvidas nas décadas seguintes, voltadas à satisfação das necessidades essenciais durante a transição para a vida adulta.

Por outro lado, a distorção idade-série ainda desafia as políticas educacionais. Os dados descritivos e inferenciais apontam para desigualdades sistemáticas de acesso e fluxo escolar no ensino médio, algumas praticamente estáveis (escolaridade materna) ou marcadas por retrocessos na passagem de 2017 para 2022 (desigualdades raciais). A escolarização é uma experiência constitutiva da condição juvenil, mas a posição dos indivíduos no sistema educacional permanece atrelada ao “lugar” que estes ocupam no mundo social. Isso determina, ou pelo menos afeta de maneira substantiva, as chances de acesso a recursos materiais e simbólicos.

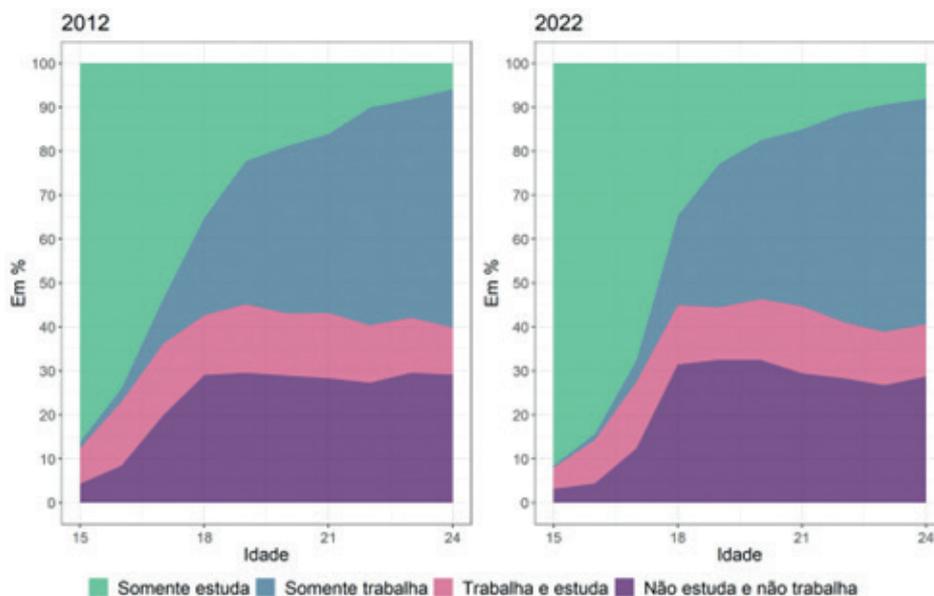
Modos de articulação entre estudo e trabalho

Ao longo das últimas décadas, as crianças e os adolescentes têm se afastado progressivamente do mundo do trabalho (Abramo, Venturi e Corrochano, 2020). A maioria figura como um ponto de inflexão nas trajetórias juvenis, quando moças e rapazes ingressam no ensino superior e/ou passam a exercer ocupações remuneradas. A vinculação da adolescência aos estudos é fruto da expansão da oferta pública escolar, da criação das políticas de transferência de renda e da extensão do direito à educação básica (Gonzalez, 2009). Contudo, as trajetórias juvenis não são inteiramente previsíveis, pois dependem de uma estrutura de oportunidades socioeconômicas e das condições de acesso à escola e ao trabalho (Guimarães, Brito e Comin, 2020).

Para tratar do assunto, a Figura 5 apresenta os indicadores de educação e trabalho por idade simples, comparando os anos de 2012 e 2022. Entre os jovens com quinze a dezessete anos, a dedicação exclusiva aos estudos é a experiência mais comum, fenômeno que se fortaleceu no decênio. Já para os indivíduos com 18 a 24 anos, as

Já ao compararmos os efeitos marginais médios dessas duas categorias com o grupo de referência, as diferenças são estatisticamente significativas para um p -valor $< 0,01$.

FIGURA 5
Estudo e trabalho entre os jovens, por idade simples (2012-2022)



Fonte: PNAD-C (2012-2022). Elaboração própria.

articulações entre educação e trabalho são mais diversas, com predominância do grupo que apenas trabalha e dos jovens que nem estudam, nem trabalham.

No período 2012-2022, a proporção de jovens que não estudam e não trabalham caiu no grupo com quinze a dezessete anos, mas aumentou na faixa etária seguinte. Para os jovens com 18 a 24 anos, o indicador havia diminuído nas décadas de 1990 e 2000 (Costa, Rocha e Silva, 2018), o que configura uma “novidade” da última década. Sabe-se que os indivíduos que não estudam e não trabalham costumam sofrer consequências negativas de longo prazo nas suas carreiras profissionais (Rocha *et al.*, 2020). Com efeito, o tema deve ser interpretado reconhecendo-se as baixas expectativas de realização pessoal e o caráter refratário da estrutura de oportunidades socioeconômicas.

A dedicação exclusiva aos estudos ganhou força no período, especialmente entre os adolescentes, mas também entre os jovens com 22 a 24 anos. Para estes, a elevação do indicador se deve à expansão do ensino superior e à inclusão escolar dos jovens sem a educação básica. Outras mudanças foram a diminuição da proporção de jovens que apenas trabalham e o enfraquecimento, no caso dos jovens com quinze a dezessete anos, da conciliação dos estudos com o trabalho.

Enquanto o engajamento educacional decorre de mudanças societárias mais profundas, tais como o papel normativo das famílias e do Estado, a atividade econômica

possui um forte componente cíclico. As consequências são visíveis entre os jovens, pressionados entre as demandas familiares por geração de renda e um mercado de trabalho hostil aos trabalhadores com pouca qualificação e experiência profissional. Não à toa, para os jovens com 18 a 24 anos, as taxas de desemprego e inatividade avançaram durante a crise econômica de 2014-2016 e a pandemia de Covid-19 (Corseuil, Franca e Poloponsky, 2020; Rocha e Vaz, 2020), o que provocou uma queda de 1,4 p.p. no nível de ocupação entre 2012 e 2022.

A partir da maioridade legal, os jovens tendem a participar de ambientes cada vez mais diversos de sociabilidade. Isso faz com que o grupo com 18 a 24 anos seja especialmente revelador das desigualdades socioeconômicas. A Figura 6 foca nessa faixa etária e apresenta as situações de estudo e trabalho, de acordo com diferentes clivagens. Ao longo do decênio, a proporção de jovens que trabalham diminuiu, independentemente das características individuais e/ou pertencimentos a grupos. O nível de ocupação voltou a crescer na passagem de 2020 para 2022, o que propiciou um avanço do número de jovens que apenas trabalha.

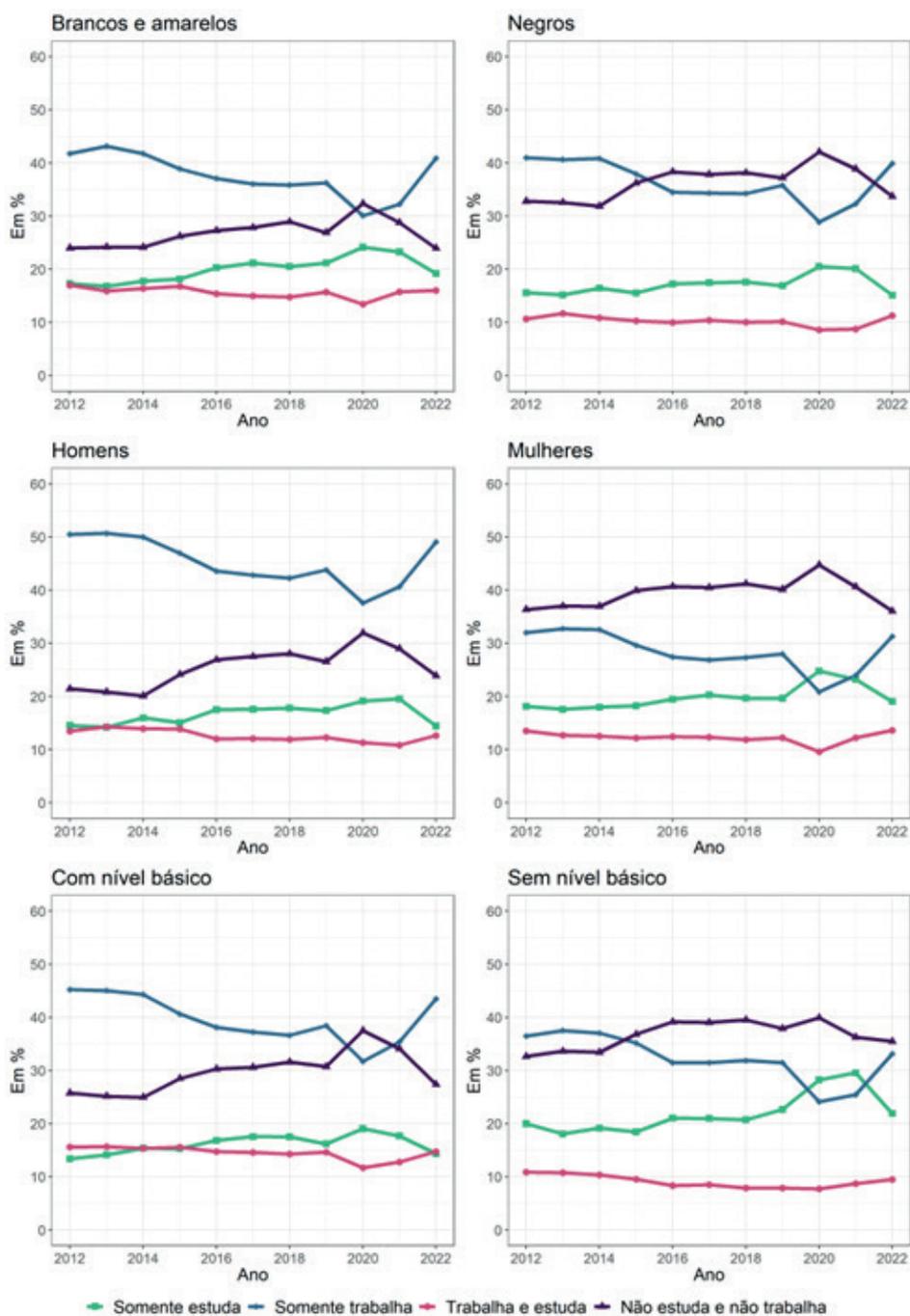
Até o ano de 2020, a proporção de jovens com 18 a 24 anos que não estudam e não trabalham aumentou de maneira generalizada, com queda análoga na proporção de jovens que apenas trabalham. Essa tendência se inverteu na passagem de 2020 para 2022, quando a economia brasileira voltou a se aquecer. De outro modo, a proporção de jovens que somente estudam aumentou até 2020, mas voltou a cair entre 2020 e 2022. A educação parece ser uma experiência consolidada para alguns grupos juvenis, enquanto as mudanças ao longo da série histórica resultam da inserção dos jovens no mercado de trabalho.

A proporção de jovens que não estudam e não trabalham é maior entre os jovens negros do que entre os jovens brancos e amarelos (em 2022, números respectivos de 33,7% e 23,9%). Já o engajamento educacional dos jovens brancos e amarelos é superior ao observado entre os jovens negros, o que se expressa tanto na proporção de jovens que somente estudam (em 2022, 19,2% contra 15,1%) quanto no grupo que trabalha e estuda (16% contra 11,3%). Seguramente, o fenômeno se deve ao maior contingente de jovens brancos e amarelos matriculados no ensino superior⁹. A formação universitária ainda é um ponto crítico nas trajetórias juvenis, a despeito da criação dos programas de inclusão e permanência para os jovens negros e pobres a partir dos anos 2000 (Brito, 2017)¹⁰. A entrada no ensino superior ainda permanece atrelada à origem social (Senkevics, Carvalhaes e Ribeiro, 2022), o que

9. Em 2002, a taxa líquida de matrícula no ensino superior era de 34,5% entre os jovens brancos e amarelos com 18 a 24 anos, e apenas 18,1% entre os jovens negros.

10. No decênio 2012-2022, a taxa líquida de matrícula no ensino superior aumentou de 28,9% para 34,5% entre os jovens brancos e amarelos, mas apenas de 11,6% para 18,1% entre os jovens negros.

FIGURA 6
Estudo e trabalho por grupos de jovens com 18 a 24 anos (2012-2022)



Fonte: PNAD-C (2012-2022). Elaboração própria.

contribui para a baixa taxa de engajamento educacional entre os jovens negros com 18 a 24 anos.

No caso dos jovens que não finalizaram o ensino médio, o avanço do grupo que apenas estuda foi balanceado pela queda do número de jovens que apenas trabalham. Esse dado revela a importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA), visto que muitos indivíduos não concluíram a formação básica. Todavia, entre os jovens com 18 a 24 anos que não estudam e não trabalham, a taxa de conclusão da educação básica saltou de 46,9% para 63,1% no decênio. Dada a expansão da formação básica, as políticas de acesso e permanência no ensino superior, bem como as políticas de inserção no mercado de trabalho, são cada vez mais decisivas.

A pesquisa de Costa e Ulyssea (2014) demonstrou que o grupo que nem estuda, nem trabalha havia se tornado menos feminino entre as décadas de 1990 e 2000. Como causas prováveis constam as transformações nos modos de organização familiar e a melhoria das condições femininas de inserção profissional. Ao encontro dessa tendência, a proporção de mulheres na composição do grupo caiu de 62,6% para 59,6% no período 2012-2022¹¹. A partir de 2014, esse fenômeno se desenrolou em um mercado de trabalho em crise, quando o nível de ocupação caiu de maneira significativa entre os jovens do sexo masculino.

A prevalência do grupo que não estuda e não trabalha entre os jovens negros e do sexo feminino é fruto de baixas perspectivas de inserção ocupacional, ao que se soma a sobrecarga enfrentada pelas mulheres no desempenho dos afazeres domésticos e das atividades de cuidado (Camarano *et al.*, 2006; Sposito, Souza e Silva, 2018). O fenômeno traduz uma articulação particular entre a organização do sistema produtivo e as dinâmicas familiares que orientam o comportamento e as expectativas individuais.

Se essa condição desperta preocupação no debate público, também é verdade que a população que não estuda e não trabalha é heterogênea. No caso das diferenças observadas entre os homens e as mulheres, os indivíduos excluídos do sistema educacional e sem ocupações remuneradas são estratificados entre os rapazes que estão desempregados e desalentados, de um lado, e as moças que assumem o trabalho não remunerado nos domicílios, de outro (Rocha e Vaz, 2020).

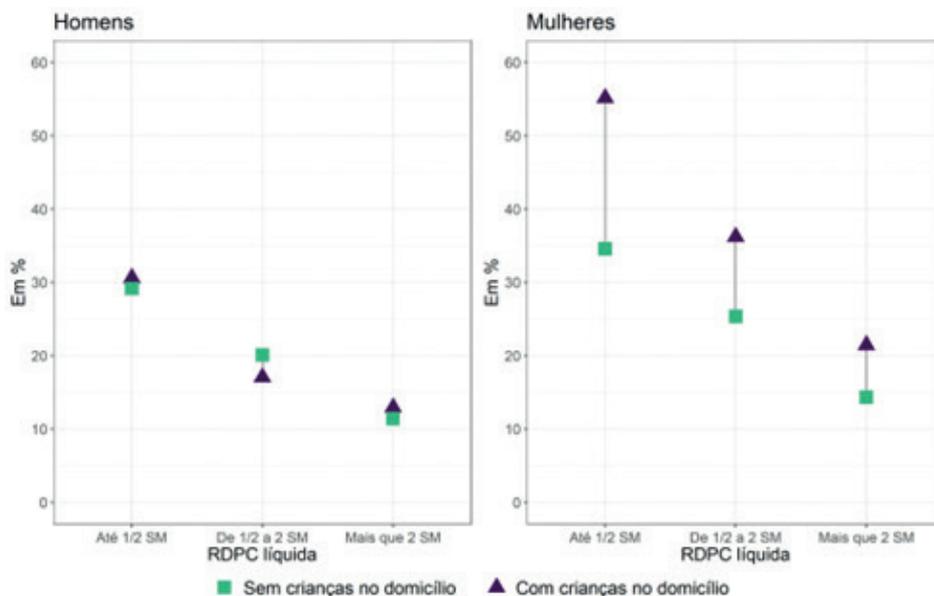
Para examinar o problema através de outro prisma, a Figura 7 apresenta a proporção de jovens com 18 a 24 anos que não estudam e não trabalham, agora partindo da intersecção entre gênero, grupos de renda domiciliar *per capita* líquida¹² e tipos

11. Costa e Ulyssea (2014) investigam o grupo que não estuda, não trabalha e não procura trabalho. Se considerarmos os indivíduos inativos que não estudam, a proporção de mulheres também caiu: de 71,7% para 65,6% entre 2012 e 2022.

12. A renda domiciliar líquida exclui a renda do próprio indivíduo. O uso dessa variável se deve ao fato de que a renda pessoal iria incrementar a (e assim, estar correlacionada à) renda domiciliar.

FIGURA 7

Proporção de jovens com 18 a 24 anos sem estudo e sem trabalho, por sexo, renda domiciliar per capita líquida e composição doméstica (2022)



SM se refere ao salário mínimo.

Fonte: PNAD-C (2022). Elaboração própria.

de domicílios: aqueles com crianças de até doze anos em sua composição e os demais sem crianças residentes.

Sobretudo para a população feminina, a proporção de jovens sem estudo e sem trabalho é maior nos domicílios pobres. Quando comparamos os jovens que residem e aqueles que não residem com crianças, as diferenças são estatisticamente significativas (p -valor < 0,01) apenas para as mulheres nos domicílios com renda domiciliar *per capita* líquida de até dois salários mínimos. Ademais, ainda que as diferenças entre homens e mulheres sejam relevantes quando examinamos os domicílios sem crianças residentes, o indicador feminino aumenta de maneira desproporcional nos domicílios com crianças.

A sobrecarga do trabalho reprodutivo, experimentada pelas mulheres que residem com crianças, prejudica a dedicação de tempo e energia em atividades “externas”. Isso vale tanto para a participação no mercado de trabalho quanto para o engajamento em instituições educativas. O fenômeno não determina a condição masculina, pois os homens são menos afetados pelas obrigações familiares de cuidado. Nos domicílios pobres, a dificuldade de acessar serviços públicos de cuidado, somada à impossibilidade de contratar serviços privados, explica as desigualdades entre os tipos de

composição doméstica. Isso faz com que a oferta de creches públicas seja essencial para que as jovens pobres possam estudar e se inserir profissionalmente, argumento que dialoga com a literatura sobre os custos do trabalho reprodutivo nas trajetórias femininas (Ramos, Aguas e Furtado, 2011; Guiginsky e Wajnman, 2019).

Neste tópico, discutimos como a articulação entre a educação e o trabalho mudou no último decênio, tendo em vista as experiências típicas de exclusão juvenil. Enquanto existe certa convergência entre os jovens com quinze a dezessete anos, para os quais a estratificação educacional se concentra nas características do fluxo e na divisão entre os sistemas público e privado, para os jovens com 18 a 24 anos, os obstáculos continuam a ser o baixo ingresso no ensino superior, as dificuldades de inserção profissional e as pressões que impelem ao exercício do trabalho produtivo e reprodutivo. Isso em um cenário no qual o avanço da escolarização básica não foi acompanhado por um melhor posicionamento dos jovens no sistema produtivo.

Discussão

Diversas mudanças conjunturais e estruturais afetaram a articulação entre trabalho, educação e vida familiar dos jovens no Brasil. Para a faixa etária com quinze a dezessete anos, o acesso às instituições escolares e a dedicação exclusiva aos estudos avançou desde a abertura democrática, fruto da massificação da frequência escolar. Vimos a continuidade desse processo no decênio 2012-2022, manifesto no aumento da taxa líquida de matrícula no ensino médio. Esse fenômeno persistiu mesmo com o empobrecimento das famílias brasileiras durante as crises econômicas a partir dos anos 2010. Contudo, as desigualdades educacionais ainda são expressivas quando comparamos os grupos raciais e de renda domiciliar *per capita*.

Os resultados de um modelo de regressão logística indicam que, para os jovens com quinze a dezessete anos, a escolaridade da mãe é a variável mais importante na predição do engajamento no ensino médio na idade adequada. Já as desigualdades raciais recuaram entre 2012 e 2017, mas voltaram a ser estatisticamente significativas em 2022. Com base nessa evidência (incluindo um possível movimento pendular das desigualdades monetárias), estudos posteriores podem investigar os efeitos do abandono e da chamada “cultura de reprovação” na flutuação das desigualdades de matrícula e fluxo escolar. Outros temas ainda merecem atenção, tais como o papel das sociabilidades juvenis no engajamento escolar e o fato de que, para além do abandono formal na educação básica, muitos jovens experimentam fluxos irregulares e baixo desempenho escolar.

Dentre as variáveis de composição doméstica, a quantidade de irmãos continuou a exercer efeitos negativos e estatisticamente significativos no decênio, enquanto a

monoparentalidade perdeu significância em 2022. Podemos intuir que esse último fenômeno decorre de mudanças contextuais nas dinâmicas familiares e na organização dos sistemas de ensino, com destaque para a flexibilização do acompanhamento escolar durante a pandemia de Covid-19. Pesquisas futuras podem partir dessa hipótese e examinar a relação, por vezes nebulosa, entre a vida familiar e as atividades escolares, sublinhando como a participação no ensino médio foi afetada por transformações socioeconômicas e decisões no âmbito da gestão educacional.

Para os jovens com 18 a 24 anos, as diferenças entre os grupos transparecem nas possíveis combinações entre o trabalho e os estudos. Enquanto a formação básica avançou no decênio 2012-2022, o ingresso no ensino superior ainda possui limites, sobretudo entre os jovens negros. Já as chances de inserção profissional variam a depender dos ciclos econômicos, e, após crises sucessivas, o nível de ocupação caiu entre os jovens com 18 a 24 anos. Algumas consequências foram a elevação da proporção de jovens sem estudo e sem trabalho até o ano de 2020, o que ocorreu de maneira notável entre os jovens negros, do sexo feminino e sem ensino básico. Em seguida, o aquecimento da economia promoveu uma melhora do nível de ocupação juvenil no período 2020-2022.

O artigo também destacou que a exclusão combinada dos estudos e do trabalho é uma experiência típica das mulheres pobres que residem com crianças. A composição doméstica não costuma afetar os jovens do sexo masculino, o que faz com que a desigualdade entre homens e mulheres seja mais alta nos domicílios com crianças residentes. Para os estudos sociológicos sobre a juventude, o principal recado é a necessidade de concebermos a unidade doméstica como unidade de análise. Já para as políticas públicas, merece ênfase a demanda por políticas multissetoriais, que interseccionam iniciativas de transferência de renda com investimentos nos diferentes níveis de ensino. Sobre o assunto, é essencial reconhecer o papel das creches públicas na socialização das atividades de cuidado e, conseqüentemente, no engajamento feminino em instituições educativas e no mercado de trabalho.

A análise de indicadores diversos nos permite afirmar que não existe uma condição juvenil dada *a priori*, mas modos de existência que, a depender da posição dos indivíduos em instituições e redes de relações interpessoais, definem seus direitos e responsabilidades (Guimarães, 2005). Logo no início do artigo, afirmamos que duas temporalidades determinam a condição juvenil. De um lado, conjugando as transformações de longo prazo, nota-se a consolidação gradativa do papel do jovem-estudante desde a abertura democrática, ainda que o engajamento escolar na idade adequada dependa da transmissão intergeracional de oportunidades sociais. Os avanços foram menos visíveis no grupo com 18 a 24 anos, dada a seletividade da formação superior no Brasil e o fato de que, para essa faixa etária, o caráter posicional da educação é

mais evidente, dependendo não apenas de valores absolutos de formação escolar, mas também dos ganhos relativos da escolaridade (comparando-se os indivíduos uns com os outros) para a inserção no mercado de trabalho.

De outro lado, as transformações de curto prazo, de caráter conjuntural, tendem a maximizar as desigualdades juvenis, quando jovens negros e sem formação básica enfrentam dificuldades adicionais durante crises econômicas. O problema da inserção profissional acompanha a formação do mercado de trabalho brasileiro, e como resultado, muitos jovens são excluídos das principais fontes de circulação de recursos materiais e simbólicos em uma sociedade de mercado. Durante as crises econômicas, as chances típicas de participação econômica retraem bastante, o que não se observa na frequência escolar. Em outras palavras, as transformações conjunturais se manifestam nas trajetórias ocupacionais e condicionam as chances de participação econômica, enquanto a frequência escolar é definida por mudanças de longo prazo na oferta da educação básica e na interface entre as famílias e o sistema educacional.

Alguns temas ainda podem ser aprofundados. O Brasil tem experimentado uma acelerada transição demográfica, e, cada vez mais, a juventude perde espaço na composição populacional. Esse fenômeno redefine a posição dos jovens no sistema produtivo e o alcance das políticas previdenciárias. Portanto, pesquisas futuras devem investigar como as mudanças nos indicadores juvenis de educação e trabalho se associam às transformações demográficas, com destaque para o envelhecimento populacional e seus impactos nas dinâmicas do mercado de trabalho e no sistema brasileiro de bem-estar. Outros temas relevantes são o papel da composição doméstica na mediação entre o indivíduo e o sistema produtivo nos diferentes ciclos econômicos, bem como as características das ocupações disponíveis para os jovens. De qualquer modo, este artigo contribuiu com um balanço da condição juvenil no último decênio, esforço que subsidia uma agenda de investigações e políticas públicas.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Helena; VENTURI, Gustavo & CORROCHANO, Maria. (2020), “Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis”. *Novos Estudos Cebrap*, 39 (3): 523-542.
- ABRUCIO, Fernando. (2022), “Federalismo brasileiro e projeto nacional: os desafios da democracia e da desigualdade”. *Revista USP*, 134: 127-142.
- BELTRÃO, Kaizô & ALVES, José. (2009), “A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX”. *Cadernos de Pesquisa*, 39 (136): 125-156.

- BOF, Alvana & MORAES, Gustavo. (2023), "Impactos da pandemia no aprendizado dos estudantes brasileiros". *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*, 7: 277-306.
- BRITO, Murillo. (2014), *A dependência na origem: desigualdades no sistema educacional brasileiro e a estruturação social das oportunidades*. São Paulo, tese de doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- BRITO, Murillo. (2017), "Novas tendências ou velhas persistências? Modernização e expansão educacional no Brasil". *Cadernos de Pesquisa*, 47 (163): 224-263.
- CABANES, Robert. (2007), "Espaço privado e espaço público: o jogo de suas relações". In: TELLES, Vera & CABANES, Robert (orgs.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo, Associação Editorial Humanitas, pp. 389-432.
- CAMARANO, Ana *et al.* (2006), "Estão fazendo a transição os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho?". In: CAMARANO, Ana (org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro, Ipea, pp. 259-287.
- CARDOSO, Adalberto. (2013), "Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação". *Caderno CRH*, 26 (68): 293-314.
- CORSEUIL, Carlos; FRANCA, Maíra & POLOPONSKY, Katcha. (2020), "A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão". *Novos Estudos Cebrap*, 39 (3): 501-520.
- COSTA, Joana; BARBOSA, Ana & HECKSHER, Marcos. (2022), "Desigualdades no mercado de trabalho e pandemia de Covid-19". In: SILVA, Sandro; CORSEUIL, Carlos & COSTA, Joana. (orgs.). *Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil*. Brasília, Ipea, pp. 307-334.
- COSTA, Joana & OLIVEIRA, Luís. (2014), "Perfil educacional dos jovens: atraso e fluxo escolar". In: CORSEUIL, Carlos & BOTELHO, Rosana. (orgs.). *Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros*. Rio de Janeiro, Ipea, pp. 73-114.
- COSTA, Joana; ROCHA, Enid & SILVA, Claudia. (2018), "Voces de la juventud en Brasil: aspiraciones y prioridades". In: NOVELLA, Rafael *et al.* (orgs.). *Millenials en América Latina y el Caribe: ¿trabajar o estudiar?* BID, pp. 77-120.
- COSTA, Joana & ULYSSEA, Gabriel. (2014). "O fenómeno dos jovens nem-nem". In: CORSEUIL, Carlos & BOTELHO, Rosana. (orgs.). *Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros*. Rio de Janeiro, Ipea, pp. 115-140.
- DAYRREL, Juarez. (2007), "A escola 'faz' as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil". *Educação & Sociedade*, 28 (100): 1105-1128.
- DUBAR, Claude. (2001), "La construction sociale de l'insertion professionnelle". *Éducation et Sociétés*, 1 (7): 23-36.
- GONZALEZ, Roberto. (2009), "Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída? In: CASTRO, Jorge; AQUINO, Luseni & ANDRADE, Carla (orgs.). Brasília, Ipea, pp. 109-128.

- GUIGINSKY, Janaina & WAJNMAN, Simone. (2019), “A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 36: 1-26.
- GUIMARÃES, Nadya. (2005), “Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil?” In: ABRAMO, Helena & BRANCO, Pedro (orgs.). *Retratos da juventude brasileira*. São Paulo, Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, pp. 149-174.
- GUIMARÃES, Nadya; BRITO, Murillo & COMIN, Alvaro (2020), “Trajetórias e transições entre jovens brasileiros”. *Novos Estudos Cebrap*, 39 (3): 475-498.
- LAVINAS, Lena. (2021), “The anatomy of the social question and the evolution of the Brazilian Social Security System, 1919-2020”. In: LEISERING, Lutz (org.). *One hundred years of social protection: the changing social question in Brazil, India, China, and South Africa*. Cham, Palgrave Macmillan, pp. 303-342.
- MADEIRA, Felícia. (1986), “Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas”. *Cadernos de Pesquisa*, 58: 15-48.
- MARTELETO, Letícia; CARVALHAES, Flavio & HUBERT, Celia. (2012), “Desigualdades de oportunidades educacionais dos adolescentes no Brasil e no México”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 29 (2): 277-302.
- MENEZES, Vitor. (2023, no prelo), “Qualificação profissional e intermediação pública de mão de obra: a gestão do mercado de trabalho no Brasil, 1880-2017”. *Organizações & Sociedade*.
- MIZE, Trenton; DOAN, Long & LONG, Scott. (2019), “A general framework for comparing predictions and marginal effects across models”. *Sociological Methodology*, 49 (1): 152-189.
- MONT'ALVAO, Arnaldo & RIBEIRO, Carlos. (2020), “Youth labor market prospects in times of economic recession in Brazil”. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 688 (1): 38-54.
- PEREGRINO, Monica. (2009), “Os estudos sobre jovens na intersecção da escola com o mundo do trabalho”. In: SPOSITO, Marília (org.). *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social*. Belo Horizonte, Argvmentvm, pp. 87-120.
- PICANÇO, Felícia & MORAIS, Juliana. (2016), “Estudos sobre estratificação educacional: síntese dos principais argumentos e desdobramentos”. *Educação & Sociedade*, 37 (135): 391-406.
- RAMOS, Lauro; AGUAS, Marina & FURTADO, Luana. (2011), “Participação feminina na força de trabalho metropolitana: o papel do status socioeconômico das famílias”. *Economia Aplicada*, 15 (4): 595-611, <https://doi.org/10.1590/S1413-80502011000400004>.
- RIBEIRO, Carlos. (2011), “Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil”. *Dados*, 54 (1): 41-87.
- RIBEIRO, Carlos; CENEVIVA, Ricardo & BRITO, Murillo. (2015), “Estratificação educacional entre jovens no Brasil: 1960 a 2010”. In: ARRETICHE, Marta. (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo, Editora Unesp, pp. 79-108.

- ROCHA, Enid & VAZ, Fábio. (2020), “Os jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil”. *Mercado de Trabalho (Ipea)*, 70: 105-121.
- ROCHA, Enid *et al.* (2020). “Diferentes vulnerabilidades dos jovens que estão sem trabalhar e sem estudar”. *Novos Estudos Cebrap*, 39 (2): 545-562.
- SENKEVICS, Adriano; CARVALHAES, Flávio & RIBEIRO, Carlos. (2022), “Mérito ou berço? Origem social e desempenho no acesso ao ensino superior”. *Cadernos de Pesquisa*, 52: 1-25.
- SILVA, Nelson & HASENBALG, Carlos. (2000), “Tendências da desigualdade educacional no Brasil”. *Dados*, 43 (3).
- SIMIELLI, Lara & MORAES, Beatriz. (2022), “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. *Um retrato da infância e adolescência no Brasil: Programa Presidente Amigo da Criança*. São Paulo, FGV Eaesp/FGVces, pp. 57-88.
- SOUZA, Raquel. (2018), *E depois da escola? Desafios de jovens egressos do ensino médio público na cidade de São Paulo*. São Paulo, tese de doutorado em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- SPOSITO, Marília & SOUZA, Raquel. (2014), “Desafios da reflexão sociológica para a análise do ensino médio no Brasil”. In: KRAWCZYK, Nora (org.). *Sociologia do ensino médio: crítica ao economicismo na política educacional*. São Paulo, Cortez, pp. 33-62.
- SPOSITO, Marília; SOUZA, Raquel & SILVA, Fernanda. (2018), “A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos”. *Educação e Pesquisa*, 44: 1-24.
- TOMMASI, Livia & CORROCHANO, Maria. (2020), “Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil”. *Estudos Avançados*, 34 (99): 353-371.

ANEXO I

Coefficientes do modelo de regressão (2012-2022)

	2012	2017	2022
<i>Raça (ref. Brancos)</i>			
Negros	-0,293*** (0,066)	-0,127 (0,08)	-0,237* (0,097)
<i>Sexo (ref. Homens)</i>			
Mulheres	0,784*** (0,059)	0,683*** (0,069)	0,576*** (0,086)
<i>Local de residência (ref. Urbano)</i>			
Rural	-0,066 (0,07)	0,025 (0,075)	0,038 (0,096)
<i>Log da renda domiciliar per capita</i>			
	0,210*** (0,037)	0,048 (0,035)	0,134** (0,044)
<i>Irmãos com até 17 anos no domicílio (ref. Sem irmãos)</i>			
Com irmãos	-0,179*** (0,025)	-0,225*** (0,029)	-0,087* (0,044)
<i>Composição domiciliar (ref. Casais)</i>			
Monoparentais	-0,393*** (0,08)	-0,387*** (0,078)	-0,154 (0,093)
<i>Escolaridade da mãe (ref. Sem instrução)</i>			
Ensino fundamental	0,484*** (0,082)	0,584*** (0,086)	0,458** (0,149)
Ensino médio	1,119*** (0,078)	0,981*** (0,086)	1,136*** (0,11)
Ensino superior	1,557*** (0,146)	1,439*** (0,145)	1,155*** (0,169)
Intercepto	-9,768***	-11,275***	-12,685***

Notas: Resultados controlados por Unidades da Federação (UF) e idade do jovem. Erros-padrão entre parênteses.

*** p < 0,001, ** p < 0,01, * p < 0,05.

Fonte: PNAD-C (2012-2022). Elaboração própria

Resumo

Juventude, educação e trabalho no Brasil (2012-2022)

Ao analisar os microdados da PNAD-C (2012-2022), este artigo investiga as oportunidades educacionais e de acesso ao trabalho entre os jovens. A taxa líquida de matrícula no ensino médio avançou entre os jovens com 15 a 17 anos, mas um modelo de transições indica que as desigualdades raciais no acesso ao ensino médio aumentaram entre 2017 e 2022, enquanto a escolaridade da mãe condiciona a formação básica na idade adequada. Ademais, o papel do jovem-estudante se consolidou entre os adolescentes com 15 a 17 anos, mas, para o grupo com 18 a 24 anos, a exclusão dos estudos e do trabalho prevalece entre os jovens negros e do sexo feminino. Por fim, a residência com crianças é decisiva para o acesso a oportunidades entre as mulheres pobres.

Palavras-chave: Juventude; Educação; Trabalho; Desigualdades.

Abstract

Youth, education, and work in Brazil (2012-2022)

By analyzing PNAD-C microdata (2012-2022), this article investigates educational opportunities and access to work among young people. The net enrollment rate in secondary education increased among young people aged 15 to 17 years, but a transition model indicates that racial inequalities in access to secondary education grew between 2017 and 2022, while the mother's education conditions the basic education at proper age. Furthermore, the role of the young student was consolidated among adolescents aged 15 to 17 years, but for the group aged 18 to 24 years, exclusion from studies and work prevails among young black and female students. Finally, living with children is decisive for access to opportunities among poor women.

Keywords: Youth; Education; Work; Inequalities.

Texto recebido em 23/08/2023 e aprovado em 10/10/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.215306.

VITOR MATHEUS OLIVEIRA DE MENEZES é sociólogo, com doutorado em sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Atualmente, é analista sênior de pesquisas socioeducacionais na Coordenação de Pesquisa e Avaliação do Instituto Unibanco. E-mail: vitor.matheus-menezes@institutounibanco.org.br.

RAQUEL SOUZA DOS SANTOS é pedagoga, com mestrado e doutorado pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP). Atualmente, é responsável pela Coordenação de Pesquisa e Avaliação do Instituto Unibanco. E-mail: raquel.souza-santos@institutounibanco.org.br.



Youth, education, and work in Brazil (2012-2022)

Vitor Matheus Oliveira de Menezes*

<https://orcid.org/0000-0002-3076-0815>

Raquel Souza dos Santos*

<https://orcid.org/0000-0001-9588-6729>

Introduction

In contemporary western societies, certain experiences are generally expected of young people, such as continuing their studies and gradual insertion into the labor market (Madeira, 1986). Young people's trajectories are heterogeneous, especially in countries such as Brazil, notable for high socioeconomic inequalities and incipient systems of social protection (Cardoso, 2013; Lavinias, 2021).

Historically, the practices and expectations of young people shift over time, due to cultural and demographic transformations and the organization of the productive systems. Dubar (2001) contends, for example, that the professional insertion of young people is a "modern" problem. In central capitalist countries, its appearance dates to the separation between school and work in the 19th century, and to the disruption of the labor markets following the crisis of the Fordist model in the second half of the 20th century. Subsequently, the occupational insertion of young people became a public problem. In Brazil, the structural changes that defined the youth condition took on other aspects. A reason was the selective nature of the expansion of public education, which only picked up pace after the reinstatement of democracy. The problem of the relationship between school and work followed the modernization of the Brazilian economy (Tommasi and Corrochano, 2020),

* University of São Paulo, São Paulo, Brazil.

embodied in the division between propaedeutic and vocational education in the assignment of social positions among the young (Menezes, 2023).

On the other hand, a limited temporality reflects the cyclical and circumstantial transformations of the labor markets, as well as the periods of expansion and contraction of the educational systems. Furthermore, particularly among young people from the mass sections, work and educational trajectories are irregular and interchangeable (Dayrrel, 2007; Guimarães, Brito and Comin, 2020). This phenomenon, added to the lower average levels of professional experience and qualification, makes them vulnerable to unemployment and informal employment during economic crises (Mont'Alvao and Ribeiro, 2020). Changes in the teaching systems also tend to affect youth cohorts (Sposito and Souza, 2014), instituting typical chances for social mobility and educational achievement for each generation.

Considering these two temporalities that define the youth condition, in this paper we analyze microdata from the Continuous National Household Sample Survey (PNAD-C) concerning the 2012-2022 period, to investigate educational and work opportunities open to young people. The data relating to schooling are prioritized for the group aged between fifteen and seventeen, due to the role performed by basic education in inserting these individuals into a system of rights and responsibilities. For the group aged between 18 and 24, meanwhile, we examine the connections between education and work¹.

The 2010s began following a period notable for economic growth and an advance in non-contributory social policies. The period 2012-2022, however, caused a break in this positive cycle, due to the combined effects of the 2014-2016 economic crisis; the lack of federal coordination and an increase in inequalities, following the gradual evolution of public policies, which had been observed since the democratization process (Abrucio, 2022); and the Covid-19 pandemic in 2020-2022, with negative effects being felt in both employment levels and educational statistics (Corseuil, Franca and Poloponsky, 2020; Bof and Moraes, 2023). The analysis of the education and work indicators during this difficult period allows us to engage with the studies on the transformations of the youth condition, either considering the experience of young women and men over the last ten years, or considering the trends that suggest new youth experiences.

The rest of the paper is divided into three topics. The first analyzes the educational engagement and achievement of young people aged between fifteen and seventeen,

1. The 2013 Youth Statute (Law n. 12,852) classifies young people as being individuals aged between 15 and 29. The group aged 25 to 29 is important for us to understand the youth condition, but will not be the focus of assessment in this paper.

focusing on the period from 2012 to 2022. Complementing the descriptive approach, we implemented a logistic regression model to identify the effects of variables of a socio-demographic nature and social origin on the chances of enrollment in secondary school, as well as the changes of this effect over the ten-year period. Next, the second topic addresses how the educational and work experiences are connected among young people aged between 18 and 24. Finally, the third topic summarizes the most important evidence found by this paper, identifying the contextual and long-term trends that define the youth condition.

The stratification of access to basic education in Brazil

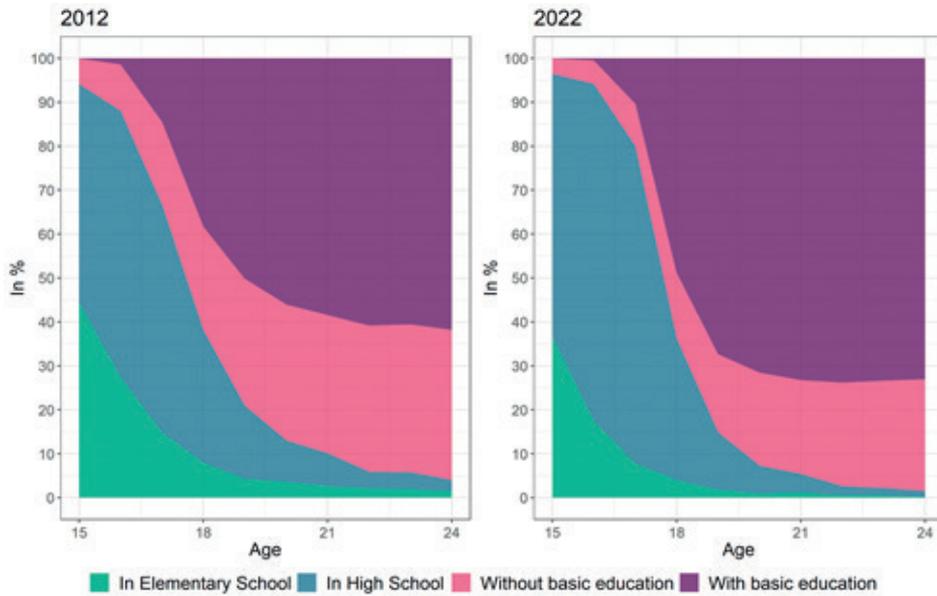
Figure 1 presents, by age, four types of educational engagement and achievement: young people enrolled in elementary school; those enrolled in secondary school; those who do not attend school and who have not completed high school; and those young people who are not included in the educational system, but who have graduated high school. The data are presented separately for the years 2012 and 2022.

The access to basic education evolved positively during the period. High school attendance increased among young people aged between fifteen and seventeen, a change that was balanced by the drop in the proportion of young people enrolled in elementary school but who were not part of the school system and did not have high school education. The increase in the number of those enrolled in high school is noticeable among those aged sixteen (a rise of 16.1 p.p.) and seventeen (20.4 p.p.).

The data point to the continuity of two phenomena that have been observable since the first decade of the 21st century. On the one hand, the drop in the proportion of adolescents not attending school, and, on the other, the tendency towards the inclusion of individuals aged between fifteen and seventeen in high school, with a reduction in the age-grade distortion (Sposito and Souza, 2014; Ribeiro, Ceneviva and Brito, 2015; Brito, 2017). In short, youth cohorts came to experience better conditions of continuity in school and school attendance at the proper age. As a result of these trends, for the 18 to 24 age group, the proportion of individuals with high school education increased during the 2012-2022 period, especially among those aged 19 (a growth of 17.2 p.p.).

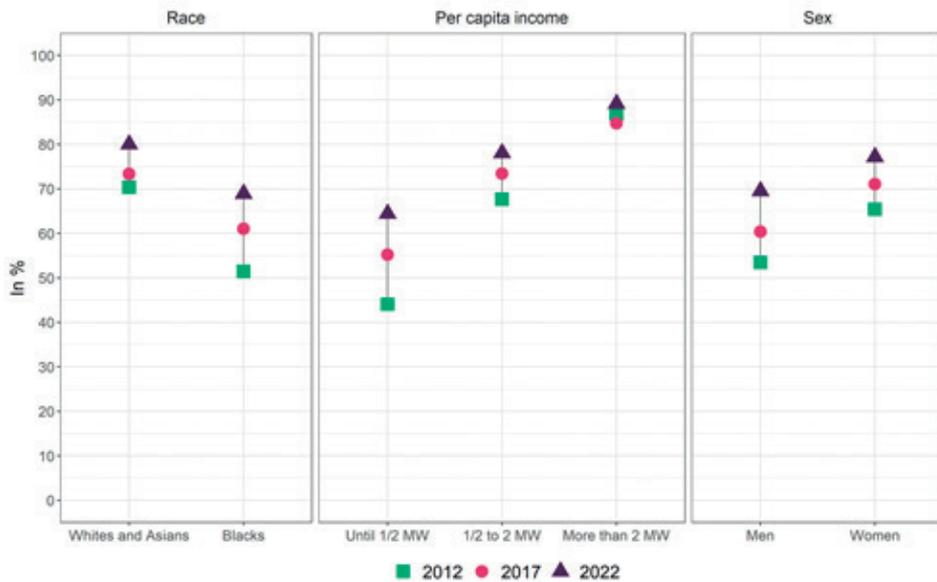
The improvement of chances of access, continuity and graduation was the fruit of a diverse set of educational policies, in place since the mid-1990s, that have sought to mitigate the barriers to access and progress in school. In the long-term, deeper social changes have altered intergenerational relations and thus associated the first stage of youth with a commitment to achieving basic schooling (Cabanes, 2007; Souza, 2018).

FIGURE 1
Educational engagement and achievement of young people (2012-2022)



Source: PNAD-C (2012-2022). Own calculations.

FIGURE 2
Enrollment in secondary education among young people aged 15 to 17 (2012-2022)



MW refers to the minimum-wage.

Source: PNAD-C (2012-2022). Own calculations.

The educational inclusion of socially vulnerable groups has been attributed to the expansion of enrollment and the creation of a program of evening classes (Costa and Oliveira, 2014), as well as improvements in welfare through social policies. However, we cannot ignore that, in 2022, 6.2% of young people aged fifteen to seventeen were not enrolled in school and had not concluded their basic schooling. These individuals are excluded from an essential means of accessing their rights and are invisible to educational statistics, available in the School Census and in standardized learning assessment tests.

The persistence of educational inequalities is most evident when we calculate the net rate of enrollment in high school² for students aged between fifteen and seventeen. Even if most of the young people in this age group are in school, the educational progression is still affected by inequalities. Figure 2 provides a panoramic view of the situation.

The data reveal important inequalities between men and women, with the first group completing the time series with a 69.5% net rate of enrollment, which is lower than the female indicator of 77.2%. The differences are even more significant among racial and household income per capita groups, with young, poor Blacks showing net rates of enrollment in high school much lower than the 85% target established by the National Education Plan (PNE) for the 2014-2024 period.

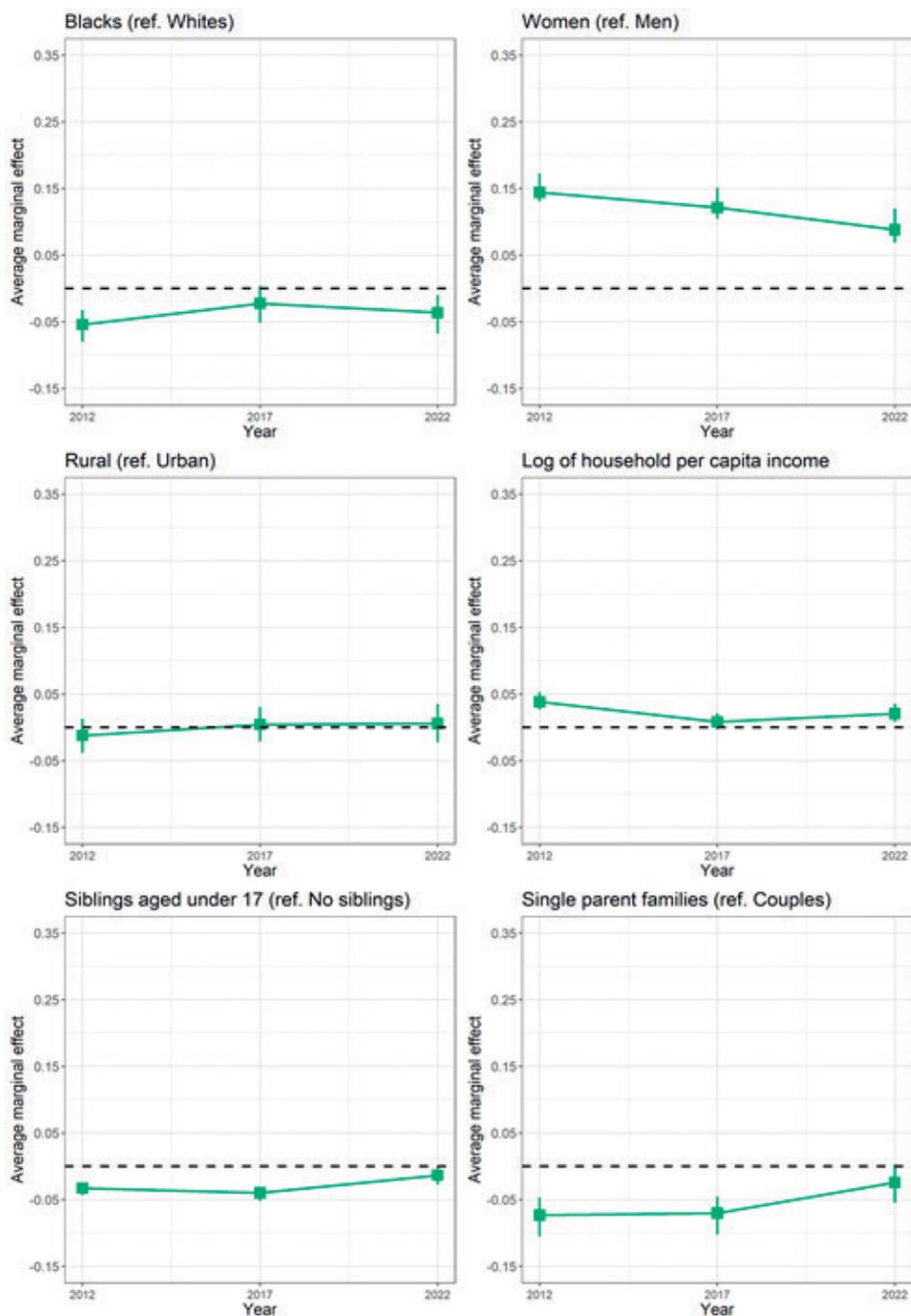
Among young Blacks, the net rate of enrollment in high school rose between 2012 and 2017, while it remained stable among young whites and those of Asian descent. The outcome was a reduction in the distance between the racial groups regarding access to basic education at the proper age. Between 2017 and 2022, the indicator rose in the two racial groups, reaching 80% among young whites and those of Asian descent, and 68.9% among young Blacks. As a result, in the period covered by Figure 2, the ratio of the net rate of enrollment dropped from 1.37 to 1.16 between the racial groups. The indicator relating to household income per capita behaved similarly, remaining stagnant among young people from households with a higher per capita income, while rising significantly among young people from poor households. This meant that the ratio of the indicator dropped from 1.97 to 1.38 over the ten-year period.

Despite the inequalities being still notable, Figure 2 confirms an ongoing process of increased access to secondary education and a drop in the age-grade distortion, with positive effects on the groups in the worst positions of the educational strata. But making the picture more complex, sociodemographic variables have effects that often overlap on youth trajectories. To understand the changes and continuity of the

2. Proportion of individuals enrolled in secondary education or who have concluded basic education.

FIGURE 3

Average marginal effects of variables selected in the engagement in secondary education, for young people aged between 15 and 17 (2012-2022)



Note: Confidence intervals calculated for a significance of 95%.

Source: PNAD-C (2012-2022). Own calculations.

educational inequalities, we implemented a logistic regression model to calculate the likelihood of a young person aged between fifteen and seventeen being enrolled in or having completed secondary education.

Aimed at dialoguing with the sociological studies focused on educational inequalities (Silva and Hasenbalg, 2000; Ribeiro, 2011; Marteleto, Carvalhaes and Hubert, 2012; Brito, 2017), as explanatory variables we included race, sex, home location (urban or rural), the natural logarithm of the household income per capita, the household composition, the number of siblings under the age of 17 in the household, and mother's schooling level. The results are controlled by Federal State and the age of the young person³. Furthermore, the calculations recognize the complex sample plan of the PNAD-C and are based on an unconditional model of transition, which includes those individuals who completed elementary school as well as those who did not and who are lagging their correct school grade or do not attend school⁴.

Appendix 1 provides data on the coefficients of the model, while Figure 3 presents the average marginal effects of the explanatory variables in each year of the PNAD-C. The average marginal effect informs the average difference in the probability of the dependent variable, in percentage points, when each explanatory variable is altered in all units of the sample and the other indicators remain constant.

Even when controlling by means of variables related to social origin, home location and socioeconomic conditions, young Black people have less chance of entering and remaining in high school at the proper age. This evidence updates the findings of Brito (2014) concerning educational statistics for the period 1970-2010. The study identified a decrease in racial inequalities in elementary school attendance, but a persistent feature in secondary education, which led the author to characterize this educational level as a bottleneck in the trajectories pursued by young Blacks.

In 2012, the color variable exercised a negative and significant effect on the chances of young Blacks enrolling in secondary education, a situation which ceased in 2017. This trend is in line with the descriptive findings. What is surprising, however, is that the racial inequalities grew again in 2022. In the final year of the replication of the model, regardless of the differences in social origin, income and residential location, the likelihood of a young Black person being in high school at

3. The use of age as a control variable is a usual procedure in studies on educational transitions (Marteleto, Carvalhaes and Hubert, 2012; Brito, 2017), considering that the likelihood of enrollment is heterogeneous in an age group.

4. An unconditional model considers a full cohort, without prior school progression filters. This means that the unconditional models identify higher inequalities than conditional models (Marteleto, Carvalhal and Hubert, 2012), which would include only those young people who complete elementary school.

the proper age was 3.6 p.p. lower than that experienced by a young white person. Although this effect is less than that recorded in 2012 (-5.4 p.p.), the phenomenon indicates a setback at the end of the time series, to the detriment of the educational opportunities of young Black people. The differences between the years are statistically significant for a p -value < 0.1 ⁵.

The difference between men and women, meanwhile, drops continually in the series, with statistically significant changes for a p -value < 0.05 . In 2022, the chances of enrollment in secondary education remained higher among females aged fifteen to seventeen than among males (8.8 p.p.). It is worth remembering that the 20th century saw a reversal of the gender hiatus in secondary education, to the benefit of the female population (Beltrão and Alves, 2009). In the period covered by Figure 2, the net enrollment rates remained higher among girls aged fifteen to seventeen, but boys experienced an important advance during the ten-year period, cutting the distance between them and the girls.

The factor involving residence in a rural zone did not alter the likelihood of enrollment in secondary education in any of the aforementioned years. If school engagement is unequal among young people from urban and rural areas (Simielli and Moraes, 2022), by controlling the results using other variables, the residential location did not present statistically significant effects. The inclusion of the household income and the Federal States (whose territorial inequalities are notable, regarding rural/urban distribution) certainly performs an important role in mitigating the effect of the residential location on the likelihood of enrolling in secondary education. On the other hand, it is surprising that the natural logarithm of household income per capita, which had a positive effect in 2012, lost importance in 2017 but regained statistical significance in 2022⁶. The results indicate a possible pendular movement over the decade. If this tendency were to be confirmed, it would represent a deterioration of the relative position of poor adolescents in the educational tiering.

Considering the household composition, the study performed by Ribeiro (2011) underlined the negative effect of single-parenting and the number of siblings on the chances of educational transition. This trend had been observed in the final years of basic education, given how resources are divided up in poor residences. In a scenario of little resources and insufficient socialization policies for care activities,

5. The same model was implemented in mutually excluding observations. Hence, the significance test 'z', in the numerator, includes the difference between the average marginal effects; and in the denominator, the square root of the sum of the standard errors taken to the second power (Mize, Doan and Long, 2019).

6. The difference between 2012 and 2017 is statistically significant for a p -value < 0.01 , as is the difference between 2012 and 2022.

the presence of children and adolescents can impair the ability of the families to guarantee progress through school. In our model, having siblings under the age of 17 reduces the chances of a young person attending high school at the proper age, even though this effect did drop during the period⁷. The results indicate conflicts over distribution and the division of reproductive labor in the households that have a high dependency ratio, hindering school enrollment and attendance.

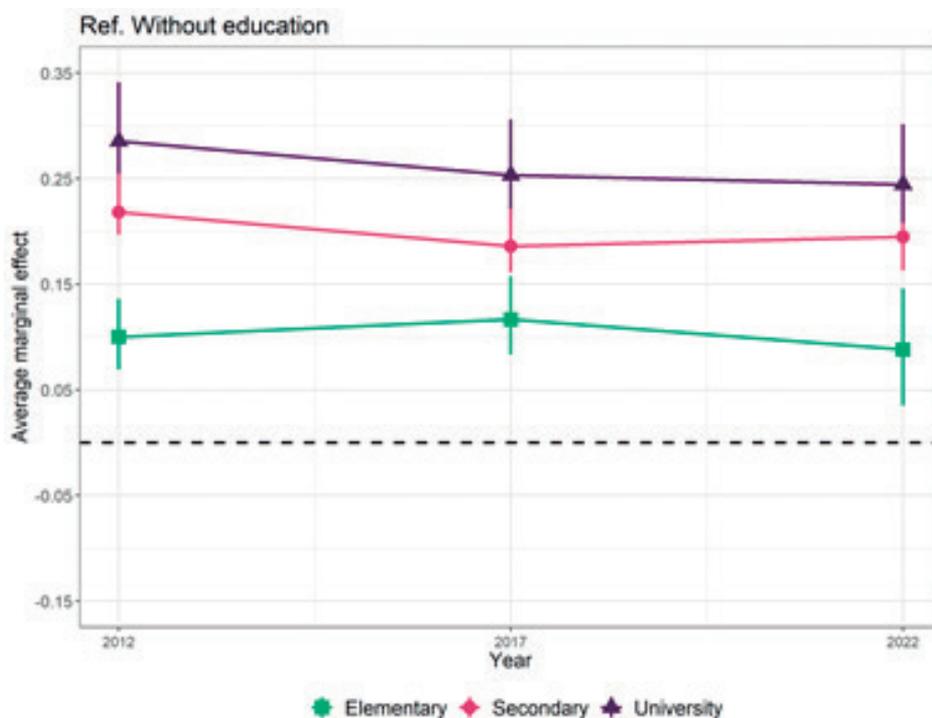
The effect of single parenting raises doubts. In 2012 and 2017, the chances of enrollment in secondary education were 7.3 p.p. lower among young people living in single-parent households (the majority of which were headed by women). This effect decreased significantly in 2022 to a p -value < 0.05 . Such a significant variation in a short period may well have been caused by contextual changes in both the family life and the teaching systems. The end of the series was notable not only for restrictions of young people's insertion into the labor market (Costa, Barbosa and Hecksher, 2022), but also for the adoption of less rigid school attendance and progression criteria during the Covid-19 pandemic. It is likely that the possibility of school attendance increased during the period of distance teaching, with advances in the formal enrollment of young people living in vulnerable households and subject to greater imbalances in the distribution of productive and reproductive labor. It is also possible that the results are pointing to changes in the association between the domestic structure, household income, and engagement in basic education. Considering this paper scope, further studies should investigate this phenomenon.

Finally, Figure 4 identifies the effect of the mother's education on the likelihood of enrollment in secondary education for young people aged between fifteen and seventeen. This is the most important variable for the transmission of intergenerational inequalities, in line with the studies dedicated to family mediation between the individual and modern institutions. The sociological studies underline the role of the mother's education in the transmission of resources, values, and knowledge that are necessary for the participation of the young people in educational institutions. Depending upon the results, such role reveals the reproduction of social positions or the existence of opportunities for intergenerational mobility (Picanço and Morais, 2016).

Silva and Hasenbalg (2000) found that the increased access to basic education, between 1970 and 1990, was followed by a weakening of social determinations in the academic achievements of young people. This positive change did not, however, affect the influence of the mother's level of schooling on academic achievement. Marteleto, Carvalhal and Hubert (2012) implemented an unconditional model

7. The change is statistically significant for a p -value < 0.05 .

FIGURE 4
Effect of mother's schooling on the likelihood of engagement in secondary education, for young people aged 15 to 17 (2012-2022)



Note: Confidence intervals calculated for a significance of 95%.

Source: PNAD-C (2012-2022). Own calculations.

of transition and identified a reduction, between 1992 and 2007, of the effect of mother's schooling on high school attendance. Despite some specific transformations over time, the studies stand together in affirming that social origin remains the most important variable in predicting school progression (Brito, 2017).

Figure 4 attests to the continuity of this phenomenon, since mother's schooling exercises an incremental effect on the chances of engagement in secondary education at the proper age. By comparing the results of the same category year by year, the differences between the average marginal effects are not statistically significant, thus denoting the continuity of the influence of social origin on the access to educational opportunities. In 2022, when compared to a young person whose mother did not receive formal schooling, a young person whose mother graduated university experiences a 24.4 p.p. greater chance of attending high school. In the other levels of education, the effects are less notable, but still significant⁸.

8. The differences between university education and secondary school are not statistically significant.

This topic addressed elements that condition the outlook of personal achievements that are within the reach of the individuals. Certain phenomena have been consolidated in Brazil, including the improvement of attendance and school education among young people. It is in these terms that the “prolonged coexistence” with the school environment can be understood, since the beginning of the century, as an important experience among young people from poor backgrounds (Peregrino, 2009). Regardless of how much the economic scenario deteriorates, we can conjecture that poorer families make more of an effort for their children to keep studying. To this we can add the provision of social welfare policies, set forth by the 1988 Constitution and developed over the subsequent decades, focused on meeting the essential needs during the transition to adulthood.

On the other hand, the age-grade distortion is still a challenge to educational policies. The descriptive and inferential data point to systematic inequalities in school access and flow in secondary education, some of which are almost stable (mother’s level of education) or affected by setbacks between 2017 and 2022 (racial inequalities). Schooling is a founding experience for the youth condition, but the position of the individuals in the educational system remains bound to the “place” they occupy in the social world. This determines, or at least significantly affects, their chances of gaining access to material and symbolic resources.

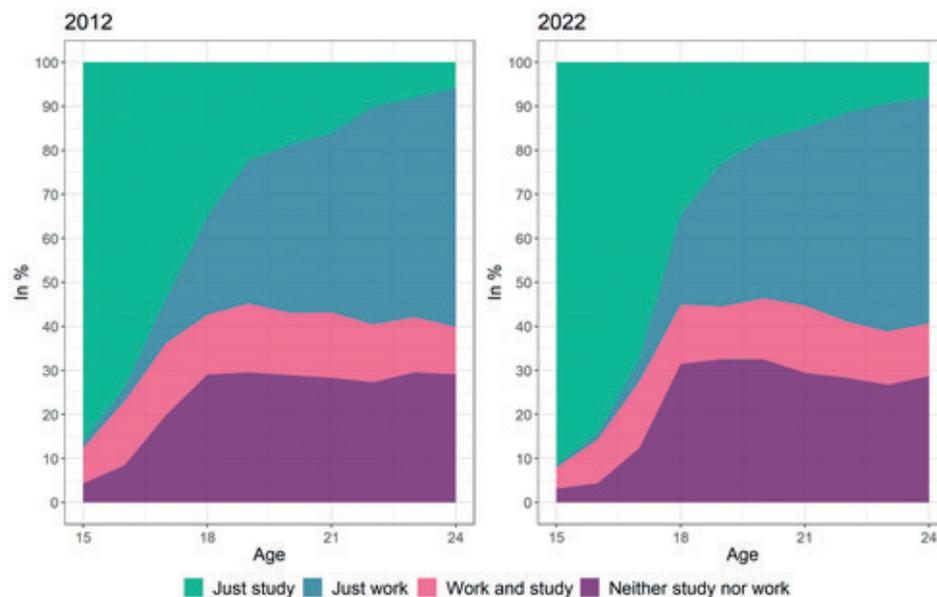
Forms of articulation between study and work

Over recent decades, children and adolescents have progressively moved away from the labor market (Abramo, Venturi and Corrochano, 2020). Coming of age figures as a pivotal moment in personal trajectories, when young people enter higher education and/or begin to pursue paid occupations. The connection of adolescence to studies is the result of the expansion of the provision of public schooling, the creation of income transfer policies, and the extension of the right to basic education (Gonzalez, 2009). However, young people’s trajectories are not entirely predictable, since they depend upon a structure of socioeconomic opportunities and the conditions available for access to school and work (Guimarães, Brito and Comin, 2020).

To address this matter, Figure 5 presents the education and work indicators by age, comparing the years 2012 and 2022. Among young people aged between fifteen and seventeen, sole dedication to study is the most common experience, a scenario that has become more established over the decade. For those individuals aged be-

When we compare the average marginal effects of these two categories with the reference group, the differences are statistically significant for a p -valor < 0.01 .

FIGURE 5
Study and work among young people, by age (2012-2022)



Source: PNAD-C (2012-2022). Own calculations.

tween 18 and 24, the articulations between education and work are more varied, with young that just works and those who neither study nor work predominating.

During the 2012-2022 period, the proportion of young people who do not study dropped in the group aged between fifteen and seventeen, but increased in the following age group. For young people aged between 18 and 24, the indicator had decreased in the 1990s and 2000s (Costa, Rocha and Silva, 2018), this being a “novelty” of the last decade. Those individuals who neither study nor work generally suffer long-term negative consequences in their professional careers (Rocha *et al.*, 2020). In fact, this issue should be interpreted considering the low expectations of personal achievement and the refractory character of the structure of socioeconomic opportunities.

Full dedication to studies strengthened during the period, especially among adolescents, but also among young people aged 22 to 24. The rise of the indicator in this group is due to the expansion of higher education and the inclusion of young people without basic education in the school system. Other changes included a reduction in the number of young people who only work, and a weakening, in the case of individuals aged fifteen to seventeen, of the connection between study and work.

While educational engagement stems from deeper social changes, such as the normative role of the family and the State, economic activity involves a strong cyclical component. The consequences are visible among young people, who find themselves pressured by family demands to generate income, and a labor market that is hostile to workers with few qualifications and professional experience. Not surprisingly, for young people aged between 18 and 24, unemployment and inactivity rates increased during the 2014-2016 economic crisis and the Covid-19 pandemic (Corseuil, Franca and Poloponsky, 2020; Rocha and Vaz, 2020), which led to a decrease of 1.4 p.p. in the employment level between 2012 and 2022.

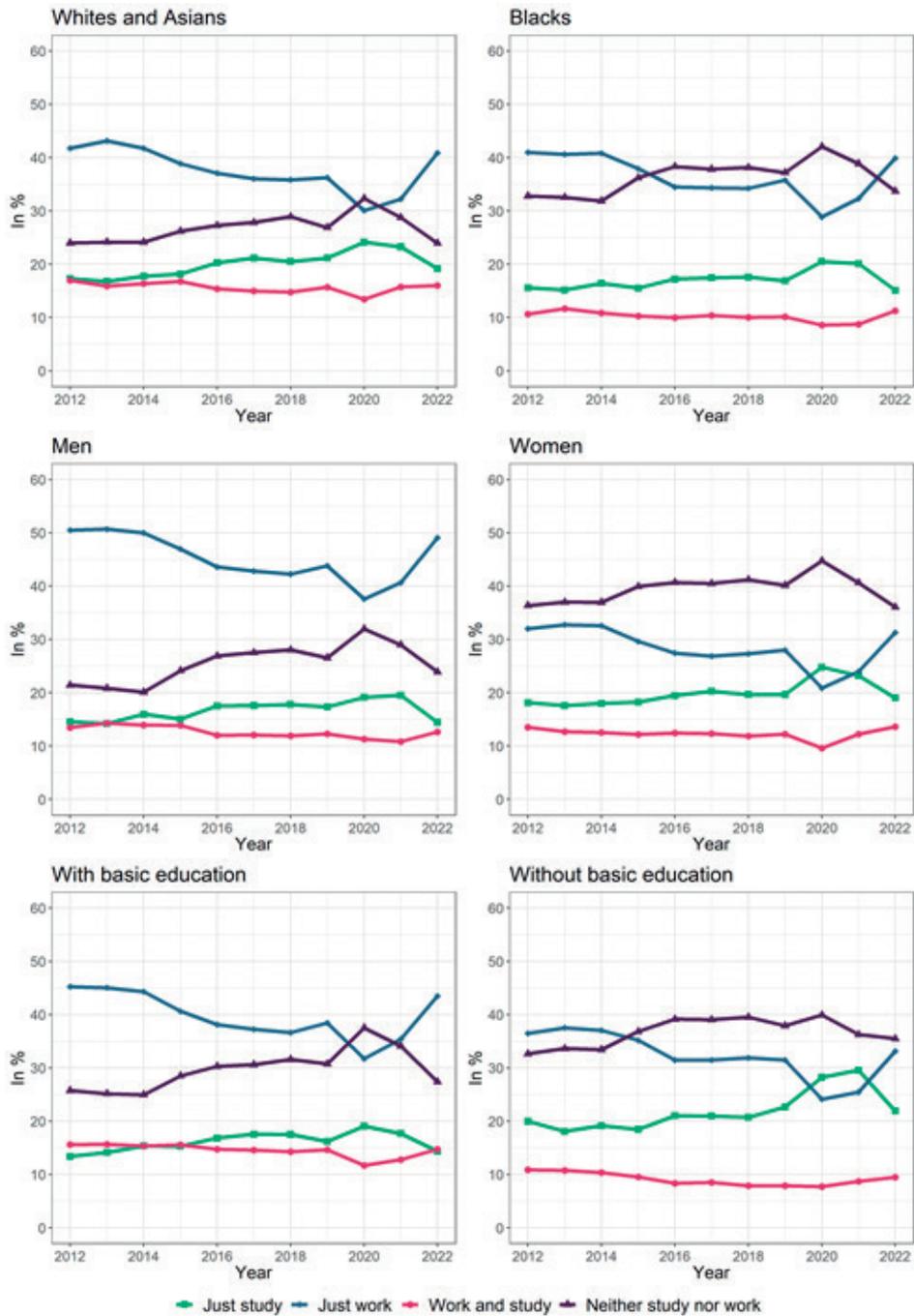
As of the legal age, young people tend to participate in increasingly diverse social environments. This means that the group aged between 18 and 24 are especially revealing in terms of socioeconomic inequalities. Figure 6 focuses on this age group and presents the study and work situations, according to different divisions. Over the last decade, the proportion of young people working dropped, regardless of the individual characteristics and/or their belonging to groups. The level of occupation started growing again between 2020 and 2022, which led to a rise in the number of young people who just work.

Through until 2020, the proportion of young people between 18 and 24 years of age who neither studied nor worked increased in general, with a similar drop in the proportion of young people who just work. This trend was inverted between 2020 and 2022, when the Brazilian economics started to pick up. On the other hand, the proportion of young people who only studied increased through until 2020, but started dropping once again between 2020 and 2022. Education appears to be an established experience for some groups, while the changes over the course of the time series result in their insertion into the labor market.

The proportion of individuals who neither study nor work is greater among young Black people than among young whites and individuals of Asian descent (in 2022, the figures were, respectively, 33.7% and 23.9%). The educational engagement of young whites and of Asian descent is greater than that observed among young Blacks, which is expressed both in the proportion of young people who only study (in 2022, 19.2% against 15.1%) and in the group of individuals who both work and study (16% against 11.3%). This phenomenon can be attributed to the greater contingent of young whites and of Asian descent enrolled in higher education⁹. University education is still a critical point in youth trajectories, despite the creation of programs of inclusion and continuity for young Blacks from poor

9. In 2002, the net rate of enrollment in higher education was 34.5% among young whites and of Asian descent aged between 18 and 24, but just 18.1% among young Blacks.

FIGURE 6
Study and work by groups of young people aged 18 to 24 (2012-2022)



Source: PNAD-C (2012-2022). Own calculations.

backgrounds that began in the 2000s (Brito, 2017)¹⁰. Entry into higher education remains bound to social origin (Senkevics, Carvalhaes and Ribeiro, 2022), which contributes to the low rate of educational engagement among young Black people aged between 18 and 24.

In the case of young people who did not complete high school, the growth of the group that only studies was balanced by a drop in the number of young people who only work. This data highlights the importance of Adult Education since many individuals did not complete the basic education. However, among young people aged between 18 and 24 who neither study nor work, the rate of conclusion of high school jumped from 46.9% to 63.1% in the decade. Given the increase in basic education, the policies concerning access and continuity in higher education, as well as the policies relating to insertion into the labor market, are increasingly more decisive.

The study conducted by Costa and Ulyssea (2014) demonstrated that the group of those who neither study nor work were composed by fewer women between the 1990s and 2000s. Probable causes include changes in the family structure and an improvement in the conditions involved in female economic participation. In line with this trend, the proportion of women composing this group fell from 62.6% to 59.6% between 2012 and 2022¹¹. Beginning in 2014, this phenomenon unfolded during a labor market crisis, when the employment level fell significantly among young men.

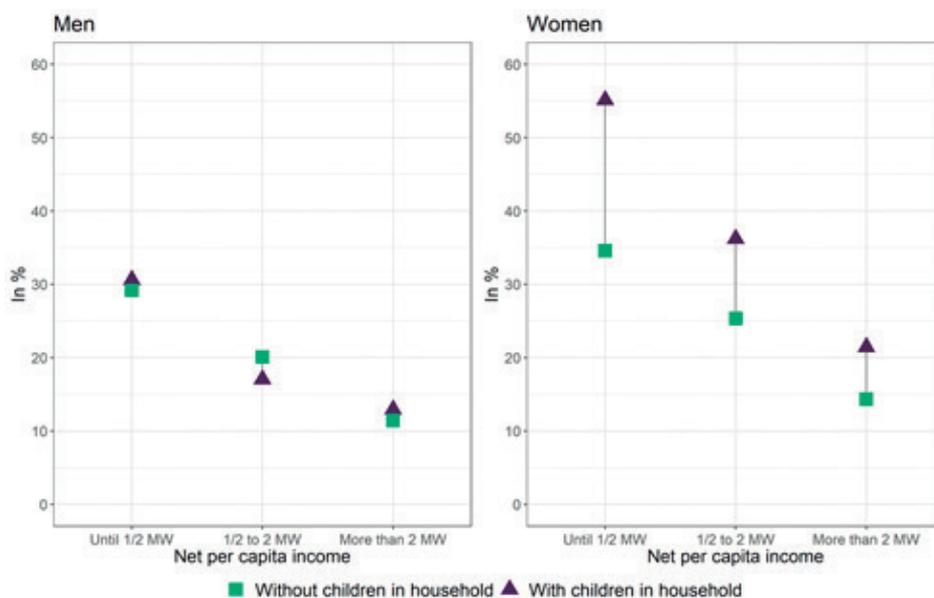
Among young Black people and young women, the prevalence of the group that neither studies nor works is the result of low prospects for insertion into the labor market, to which we can add the overload faced by women in performing domestic chores and care work (Camarano *et al.*, 2006; Sposito, Souza and Silva, 2018). The phenomenon reflects a particular articulation between the organization of the productive system and the family dynamics that guide behavior and personal expectations.

If this condition raises concern in the public debate, it is also true that the group involving those who neither study nor work is heterogeneous. In the case of the differences observed between men and women, those individuals who are excluded from the education system and do not have paid work are stratified between those young men who are unemployed and discouraged, on the one hand, and young women who are engaged in unpaid reproductive work, on the other (Rocha and Vaz, 2020).

10. In the decade between 2012 and 2022, the net rate of enrollment in higher education rose from 28.9% to 34.5% among young whites and of Asian descent, but from just 11.6% to 18.1% among young Black people.

11. Costa and Ulyssea (2014) investigated the group that did not study, work or look for work. If we consider the inactive individuals who do not study, the proportion of women also drops: from 71.7% to 65.6% between 2012 and 2022.

FIGURE 7
Proportion of young people aged 18 to 24 who neither study nor work, by sex, net household income per capita, and household arrangement (2022)



MW refers to the minimum-wage.

Source: PNAD-C (2022). Own calculations.

To look at the problem from another angle, Figure 7 presents the proportion of young people aged 18 to 24 who do not study or work, here based upon the intersection of gender, net household per capita income¹² and household arrangements: those with children under 12 and others without children in residence.

For women, the proportion of young people not working or studying is greater in poorer households. When we compare those young people who reside with and without children, the differences are statistically significant (p -value < 0.01) only for women in households with a net household per capita income of less than two minimum wages. Furthermore, even though the differences between men and women are relevant when we look at households without children, the female indicator increases disproportionately in households with children.

The engagement in reproductive work, experienced by women who reside with children, hinders their dedication of time and energy to “external” activities. This applies to both participation in the labor market and to engagement in educational

12. The net household income does not include the income of the individual themselves. The use of this variable is due to the fact that the personal income would increase (and, therefore, be correlated with) the household income.

institutions. The phenomenon does not determine the male condition, since men are less affected by family care obligations. In poor households, the difficulty in accessing public care services, added to the impossibility of contracting private services, explains the inequalities between household arrangements. This means that the offering of public childcare is essential in providing poor young people with the possibility of studying and participating in the labor market, an argument that dialogues with the literature on costs of reproductive work in female trajectories (Ramos, Aguas and Furtado, 2011; Guiginsky and Wajnman, 2019).

In this topic, we discussed how the articulation between education and work has changed over the last decade, considering the typical experiences of youth exclusion. While there is a certain convergence between young people aged fifteen to seventeen, for whom the educational stratification is concentrated on the characteristics of the flow and on the division between the public and private systems, for young people between 18 and 24, the obstacles continue to be the low rates of entry into higher education, the difficulties of professional insertion, and the pressures that push them into productive and reproductive work. This is a scenario in which the advances in basic schooling were not followed by better positioning of young people in the productive system.

Discussion

Different situational and structural changes have affected the articulation between work, education, and family life for young people in Brazil. For the fifteen to seventeen age group, access to educational institutions and the exclusive dedication to their studies has improved since the return to democracy, due to the massification of school attendance. We saw the continuity of this process in the decade between 2012 and 2022, evident in the increase of the net enrollment rate in high school. Furthermore, this phenomenon continued despite the impoverishment of Brazilian families during the economic crises that began in the 2010s. Educational inequalities are still significant, however, when we compare the racial groups and household income per capita.

The results of a logistic regression model indicate that, for young people aged fifteen to seventeen, mother's schooling is the most important variable in predicting engagement in secondary education at the proper age. The racial inequalities, meanwhile, receded between 2012 and 2017, but regained statistical significance in 2022. Based upon this evidence (including a possible pendular shift in income inequalities), further studies could investigate the effects of dropping out and the so-called "fail culture" in the fluctuation of inequalities in enrollment and school

flow. Other topics also deserve attention, such as the role of youth sociability in school engagement and the fact that, besides formally dropping out of basic education, many young people experience irregular flow and poor school performance.

Among the variables involved in the household composition, the number of siblings continued to exercise statistically significant and negative effects during the period, while single parenting lost significance in 2022. We can infer that this phenomenon arises from contextual changes in family dynamics and in the organization of teaching systems, especially the easing up of school monitoring during the Covid-19 pandemic. Future investigations could test this hypothesis and examine the relationship, which is at times unclear, between family life and school activities, underlining how participation in secondary education has been affected by socio-economic changes and decisions in education management.

For young people aged 18 to 24, the inequalities are reflected in the possible combinations between work and study. While basic education advanced from 2012 to 2022, entry into higher education still presented limits, above all among young Black people. The chances of insertion into the labor market vary depending upon economic cycles, and after successive crises, the employment level fell among young people aged between 18 and 24. Some of the consequences were the increased proportion of young people neither studying nor working through until 2020, a notably tendency among young Blacks, women, and those without basic education. Next, an economic growth allowed for an improvement in the youth employment level between 2020 and 2022.

The paper also highlighted that the combined exclusion of studies and work is a typical experience of poor women who live with children. The household composition does not affect men, meaning that the gender inequality is higher in households with children. For sociological studies of the youth, the most important message is the need for us to recognize the household as a unit of analysis. For public policies, there is a demand to develop multi-sectoral policies, which intersect income transfers with investments in different schooling levels. It is also vital to recognize the role of public childcare in the socialization of care activities and, consequently, in female engagement in educational institutions and the labor market.

The analysis of different indicators allows us to establish that an aprioristic youth condition does not exist, but rather modes of existence which, depending upon the position of the individuals in institutions and networks of inter-personal relations, define their rights and responsibilities (Guimarães, 2005). At the beginning of this paper, we established that two temporalities define the youth condition. On the one hand, combining the long-term transformations, one can see a gradual consolidation of the role of the young student since the return of democracy, even though school

engagement at the proper age depends upon the intergenerational transmission of social opportunities. The advances were less visible in the group aged 18 to 24, given the selectivity of higher education in Brazil and the fact that, for this age group, the positional character of the education is more evident, depending not only on absolute values of academic training, but also on the relative benefits of schooling (comparing the individuals with each other) for insertion into the labor market.

On the other hand, short-term and cyclical transformations tend to maximize youth inequalities, when young Black people without a basic education face additional difficulties during economic crises. The problem of professional insertion follows the formation of the Brazilian labor market and, as a result, many young people are excluded from the principal sources of material and symbolic resources in market societies. During economic crises, the typical chances of economic participation drop substantially, which is not noted in school attendance. In other words, the cyclical transformations are manifested in the occupational trajectories and condition the chances of economic participation, while school attendance is defined by long-term changes in the offer of basic education and the interface between families and the education system.

Some issues could be addressed in more depth. Brazil has experienced a fast demographic transition, with the youth increasingly losing space in the population structure. This phenomenon is redefining the position of young people in the productive system and the reach of social security policies. Further studies should therefore investigate how the youth indicators on education and work are associated with demographic transformations, especially the population-ageing and its impacts on the labor market dynamics and the Brazilian welfare system. Other relevant issues are the role of the household composition in the mediation between the individual and the productive system in different economic cycles, as well as the characteristics of the occupations available to young people. Whatever the case, this paper has contributed by providing a review of the youth conditions over the last ten years, which supports an agenda of investigations and public policies.

References

- ABRAMO, Helena; VENTURI, Gustavo & CORROCHANO, Maria. (2020), "Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis". *Novos Estudos Cebrap*, 39 (3): 523-542.
- ABRUCIO, Fernando. (2022), "Federalismo brasileiro e projeto nacional: os desafios da democracia e da desigualdade". *Revista USP*, 134: 127-142.

- BELTRÃO, Kaizô & ALVES, José. (2009), “A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX”. *Cadernos de Pesquisa*, 39 (136): 125-156.
- BOF, Alvana & MORAES, Gustavo. (2023), “Impactos da pandemia no aprendizado dos estudantes brasileiros”. *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais*, 7: 277-306.
- BRITO, Murillo. (2014), *A dependência na origem: desigualdades no sistema educacional brasileiro e a estruturação social das oportunidades*. São Paulo, doctorate thesis in Sociology, Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences of the University of São Paulo.
- BRITO, Murillo. (2017), “Novas tendências ou velhas persistências? Modernização e expansão educacional no Brasil”. *Cadernos de Pesquisa*, 47 (163): 224-263.
- CABANES, Robert. (2007), “Espaço privado e espaço público: o jogo de suas relações”. In: TELLES, Vera & CABANES, Robert (orgs.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo, Associação Editorial Humanitas, pp. 389-432.
- CAMARANO, Ana *et al.* (2006), “Estão fazendo a transição os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho?”. In: CAMARANO, Ana (org.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro, Ipea, pp. 259-287.
- CARDOSO, Adalberto. (2013), “Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação”. *Caderno CRH*, 26 (68): 293-314.
- CORSEUIL, Carlos; FRANCA, Maira & POLOPONSKY, Katcha. (2020), “A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão”. *Novos Estudos Cebrap*, 39 (3): 501-520.
- COSTA, Joana; BARBOSA, Ana & HECKSHER, Marcos. (2022), “Desigualdades no mercado de trabalho e pandemia de Covid-19”. In: SILVA, Sandro; CORSEUIL, Carlos & COSTA, Joana. (orgs.). *Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil*. Brasília, Ipea, pp. 307-334.
- COSTA, Joana & OLIVEIRA, Luís. (2014), “Perfil educacional dos jovens: atraso e fluxo escolar”. In: CORSEUIL, Carlos & BOTELHO, Rosana. (orgs.). *Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros*. Rio de Janeiro, Ipea, pp. 73-114.
- COSTA, Joana; ROCHA, Enid & SILVA, Claudia. (2018), “Voces de la juventud en Brasil: aspiraciones y prioridades”. In: NOVELLA, Rafael *et al.* (orgs.). *Millenials en América Latina y el Caribe: ¿trabajar o estudiar?* BID, pp. 77-120.
- COSTA, Joana & ULYSSEA, Gabriel. (2014). “O fenômeno dos jovens nem-nem”. In: CORSEUIL, Carlos & BOTELHO, Rosana. (orgs.). *Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros*. Rio de Janeiro, Ipea, pp. 115-140.
- DAYRREL, Juarez. (2007), “A escola ‘faz’ as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil”. *Educação & Sociedade*, 28 (100): 1105-1128.
- DUBAR, Claude. (2001), “La construction sociale de l’insertion professionnelle”. *Éducation et Sociétés*, 1 (7): 23-36.
- GONZALEZ, Roberto. (2009), “Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho

- é a saída? In: CASTRO, Jorge; AQUINO, Luseni & ANDRADE, Carla (orgs.). Brasília, Ipea, pp. 109-128.
- GUIGINSKY, Janaína & WAJNMAN, Simone. (2019), “A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 36: 1-26.
- GUIMARÃES, Nadya. (2005), “Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil?” In: ABRAMO, Helena & BRANCO, Pedro (orgs.). *Retratos da juventude brasileira*. São Paulo, Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, pp. 149-174.
- GUIMARÃES, Nadya; BRITO, Murillo & COMIN, Alvaro (2020), “Trajetórias e transições entre jovens brasileiros”. *Novos Estudos Cebrap*, 39 (3): 475-498.
- LAVINAS, Lena. (2021), “The anatomy of the social question and the evolution of the Brazilian Social Security System, 1919-2020”. In: LEISERING, Lutz (org.). *One hundred years of social protection: the changing social question in Brazil, India, China, and South Africa*. Cham, Palgrave Macmillan, pp. 303-342.
- MADEIRA, Felícia. (1986), “Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas”. *Cadernos de Pesquisa*, 58: 15-48.
- MARTELETO, Letícia; CARVALHAES, Flavio & HUBERT, Celia. (2012), “Desigualdades de oportunidades educacionais dos adolescentes no Brasil e no México”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 29 (2): 277-302.
- MENEZES, Vitor. (2023, no prelo), “Qualificação profissional e intermediação pública de mão de obra: a gestão do mercado de trabalho no Brasil, 1880-2017”. *Organizações & Sociedade*.
- MIZE, Trenton; DOAN, Long & LONG, Scott. (2019), “A general framework for comparing predictions and marginal effects across models”. *Sociological Methodology*, 49 (1): 152-189.
- MONT’ALVAO, Arnaldo & RIBEIRO, Carlos. (2020), “Youth labor market prospects in times of economic recession in Brazil”. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 688 (1): 38-54.
- PEREGRINO, Monica. (2009), “Os estudos sobre jovens na intersecção da escola com o mundo do trabalho”. In: SPOSITO, Marília (org.). *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social*. Belo Horizonte, Argvmentvm, pp. 87-120.
- PICANÇO, Felícia & MORAIS, Juliana. (2016), “Estudos sobre estratificação educacional: síntese dos principais argumentos e desdobramentos”. *Educação & Sociedade*, 37 (135): 391-406.
- RAMOS, Lauro; AGUAS, Marina & FURTADO, Luana. (2011), “Participação feminina na força de trabalho metropolitana: o papel do status socioeconômico das famílias”. *Economia Aplicada*, 15 (4): 595-611, <https://doi.org/10.1590/S1413-80502011000400004>.
- RIBEIRO, Carlos. (2011), “Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil”. *Dados*, 54 (1): 41-87.
- RIBEIRO, Carlos; CENEVIVA, Ricardo & BRITO, Murillo. (2015), “Estratificação educacional

- entre jovens no Brasil: 1960 a 2010". In: ARRETCHE, Marta. (org.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo, Editora Unesp, pp. 79-108.
- ROCHA, Enid & VAZ, Fábio. (2020), "Os jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil". *Mercado de Trabalho (Ipea)*, 70: 105-121.
- ROCHA, Enid *et al.* (2020). "Diferentes vulnerabilidades dos jovens que estão sem trabalhar e sem estudar". *Novos Estudos Cebrap*, 39 (2): 545-562.
- SENKEVICS, Adriano; CARVALHAES, Flávio & RIBEIRO, Carlos. (2022), "Mérito ou berço? Origem social e desempenho no acesso ao ensino superior". *Cadernos de Pesquisa*, 52: 1-25.
- SILVA, Nelson & HASENBALG, Carlos. (2000), "Tendências da desigualdade educacional no Brasil". *Dados*, 43 (3).
- SIMIELLI, Lara & MORAES, Beatriz. (2022), "Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos". *Um retrato da infância e adolescência no Brasil: Programa Presidente Amigo da Criança*. São Paulo, FGV Eaesp/FGVces, pp. 57-88.
- SOUZA, Raquel. (2018), *E depois da escola? Desafios de jovens egressos do ensino médio público na cidade de São Paulo*. São Paulo, doctorate thesis in Education, Faculty of Education of the University of São Paulo.
- SPOSITO, Marília & SOUZA, Raquel. (2014), "Desafios da reflexão sociológica para a análise do ensino médio no Brasil". In: KRAWCZYK, Nora (org.). *Sociologia do ensino médio: crítica ao economicismo na política educacional*. São Paulo, Cortez, pp. 33-62.
- SPOSITO, Marília; SOUZA, Raquel & SILVA, Fernanda. (2018), "A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos". *Educação e Pesquisa*, 44: 1-24.
- TOMMASI, Livia & CORROCHANO, Maria. (2020), "Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil". *Estudos Avançados*, 34 (99): 353-371.

APPENDIX 1

Coefficients of the regression model (2012-2022)

	2012	2017	2022
<i>Race (ref. Whites)</i>			
Blacks	-0.293*** (0.066)	-0.127 (0.08)	-0.237* (0.097)
<i>Sex (ref. Men)</i>			
Women	0.784*** (0.059)	0.683*** (0.069)	0.576*** (0.086)
<i>Location of residence (ref. Urban)</i>			
Rural	-0.066 (0.07)	0.025 (0.075)	0.038 (0.096)
<i>Log of the household income per capita</i>			
	0.210*** (0.037)	0.048 (0.035)	0.134** (0.044)
<i>Siblings aged under 17 in the household (ref. No siblings)</i>			
With siblings	-0.179*** (0.025)	-0.225*** (0.029)	-0.087* (0.044)
<i>Household arrangement (ref. Couples)</i>			
Single parents	-0.393*** (0.08)	-0.387*** (0.078)	-0.154 (0.093)
<i>Mother's education (ref. No schooling)</i>			
Primary School	0.484*** (0.082)	0.584*** (0.086)	0.458** (0.149)
High school	1.119*** (0.078)	0.981*** (0.086)	1.136*** (0.11)
Higher education	1.557*** (0.146)	1.439*** (0.145)	1.155*** (0.169)
Intercept	-9.768***	-11.275***	-12.685***

Note: Results controlled by Federal State (UF) and the age of the young person. Standard errors in brackets.

*** p < 0.001, ** p < 0.01, * p < 0.05.

Source: PNAD-C (2012-2022). Own calculations.

Abstract

Youth, education, and work in Brazil (2012-2022)

By analyzing PNAD-C microdata (2012-2022), this article investigates educational opportunities and access to work among young people. The net enrollment rate in secondary education increased among young people aged 15 to 17 years, but a transition model indicates that racial inequalities in access to secondary education grew between 2017 and 2022, while the mother's education conditions the basic education at proper age. Furthermore, the role of the young student was consolidated among adolescents aged 15 to 17 years, but for the group aged 18 to 24 years, exclusion from studies and work prevails among young black and female students. Finally, living with children is decisive for access to opportunities among poor women.

Keywords: Youth; Education; Work; Inequalities.

Resumo

Juventude, educação e trabalho no Brasil (2012-2022)

Ao analisar os microdados da PNAD-C (2012-2022), este artigo investiga as oportunidades educacionais e de acesso ao trabalho entre os jovens. A taxa líquida de matrícula no ensino médio avançou entre os jovens com 15 a 17 anos, mas um modelo de transições indica que as desigualdades raciais no acesso ao ensino médio aumentaram entre 2017 e 2022, enquanto a escolaridade da mãe condiciona a formação básica na idade adequada. Ademais, o papel do jovem-estudante se consolidou entre os adolescentes com 15 a 17 anos, mas, para o grupo com 18 a 24 anos, a exclusão dos estudos e do trabalho prevalece entre os jovens negros e do sexo feminino. Por fim, a residência com crianças é decisiva para o acesso a oportunidades entre as mulheres pobres.

Palavras-chave: Juventude; Educação; Trabalho; Desigualdades.

Texto recebido em 23/08/2023 e aprovado em 10/10/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.215306.

VITOR MATHEUS OLIVEIRA DE MENEZES is PhD in sociology at the Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences of the University of São Paulo (FFLCH-USP). He is currently a senior analyst on socio-educational research at the Coordination of Research and Evaluation of the Instituto Unibanco. E-mail: vitor.matheus-menezes@institutounibanco.org.br.

RAQUEL SOUZA DOS SANTOS has a master's and a PhD degree at the Faculty of Education of the University of São Paulo (FE-USP). She is currently responsible for the Coordination of Research and Evaluation of the Instituto Unibanco. E-mail: raquel.souza-santos@institutounibanco.org.br.



Onde está o povo? Comunicação digital e populismo nas eleições de 2018

Natasha Bachini*

<https://orcid.org/0000-0001-6737-6190>

Lucy Oliveira**

<https://orcid.org/0000-0002-2556-8730>

Felipe Amador Cará**

<https://orcid.org/0000-0002-8165-4668>

Introdução

As campanhas eleitorais importam para o voto¹. Quer seja porque elas permitem a avaliação dos candidatos, favorecem a identificação entre representantes e representados, ou ainda porque diminuem os custos de obtenção de informação ao eleitorado (Popkin, 1991; Gelman e King, 1993), é notório que os conteúdos que circulam nesse período auxiliam na estruturação do ambiente do voto.

Todos esses processos são marcadamente influenciados pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, que não só impeliu a profissionalização das campanhas (Farrel e Webb, 2002), mas levou ao protagonismo dos *medias* na intermediação da relação entre representantes e representados, conformando aquilo que Manin (1995; 2013) denominou como democracia de público.

Quando observamos a instrumentalização dos *medias* pelas campanhas eleitorais, destaca-se, na última década, o uso das mídias sociais, que mudaram o tom e a dinâmica dos pleitos. A larga apropriação dessas mídias pela população as tornou um espaço de disputa incontornável aos candidatos, partidos e movimentos sociais. A estrutura de comunicação mais horizontal que apresentam diminui o custo in-

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

** Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil.

1. Aqui estamos partindo do pressuposto dawnsiano de que as informações disponíveis são importantes para o cálculo e a escolha do eleitor e, assim, compõem o ambiente no qual a decisão eleitoral é formada.

formacional e da participação política (Gomes, 2011), amplia o debate para além dos atores politicamente organizados (Dahlgren, 2005), propicia novas formas de engajamento e ação coletiva (Bennett e Sergerberg, 2012; Bachini, 2021), e aumenta, exponencialmente, a circulação de opiniões e a proximidade entre candidatos e eleitores. Corroboram essa percepção os recursos imagéticos e interativos próprios desses aplicativos, que intensificam tendências espetaculoístas (Sibilia, 2008) e favorecem o encontro de afinidades (Pariser, 2011). Todos esses incrementos impactaram diretamente a conformação da opinião pública (Kaiser *et al.*, 2017) e alteraram o paradigma da comunicação política.

No Brasil, observa-se o uso da internet nas campanhas desde 2002, mas o primeiro pleito no qual a comunicação digital se mostrou relevante para o resultado eleitoral foi, indiscutivelmente, o de 2018. Jair Bolsonaro, um político sem estrutura partidária, com pouquíssimo tempo de HGPE e, inicialmente, sem apoio da imprensa, elegeu-se presidente da República, em boa medida, devido a uma eficiente presença digital. A vitória de Bolsonaro também se insere no rol de casos associados a outro fenômeno político recente: a emergência de lideranças de extrema-direita, alinhadas ao que vem sendo denominado como expressão contemporânea do populismo² (Mazzoleni, 2014; Norris e Inglehart, 2019). Além do posicionamento no espectro político-ideológico, líderes como Donald Trump e Jair Bolsonaro se assemelham por encampar um discurso antissistêmico, que desacredita as instituições, rejeita as regras democráticas, estimula a polarização política e os reivindica como verdadeiros representantes do povo, numa tentativa de anular a diversidade social e as funções das outras instituições políticas, numa perspectiva antipluralista e antidemocrática (Ricci *et al.*, 2021; Norris e Inglehart, 2019).

Considerando a importância das informações que circulam nas campanhas eleitorais e a centralidade cada vez maior da internet na disputa política, este trabalho tem como objetivo analisar se e em que medida podemos considerar que o ambiente informacional digital das eleições presidenciais de 2018 apresentou elementos de uma narrativa populista e, se sim, relacionada a quais candidatos.

Importa destacar que, até 2018, não se observavam ou atribuíam características de lideranças populistas aos políticos brasileiros que estavam envolvidos na disputa. O Brasil vinha de um processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT) antes mesmo da metade do seu segundo mandato, e de uma presidência liderada pelo

2. Utilizamos o termo aqui, inicialmente, de forma geral para designar a literatura recente sobre o tema. Sabemos que, ao longo do século XX, diferentes autores se debruçaram sobre a temática, designando diferenças entre o populismo tradicional e o neopopulismo (Waisbord, 2013). Entretanto, neste momento, optamos pelo termo geral, sem adjetivos, dado que nem mesmo a literatura recente tem um acordo sobre as suas expressões mais contemporâneas.

seu vice Michel Temer (MDB), que tinha uma presença comunicacional pequena. Apenas após a campanha de Jair Bolsonaro essa reflexão se torna candente e é retomada diante de suas ações comunicacionais e políticas.

Deste modo, cabe problematizar também quais as diferenças desse tipo de comunicação populista para aquela típica de campanhas eleitorais, dado que, neste último caso, é igualmente necessária a diferenciação entre os candidatos que, por vezes, utilizam a oposição nós x eles para se estabelecerem como a melhor opção de voto, além de criticarem seus opositores com diferentes estratégias, entre elas a transformação dos “adversários” em inimigos do país³. Além disso, a evocação do povo, a mobilização de emoções e as chamadas “mensagens simplistas”, sem discussão aprofundada sobre os problemas sociais, são recursos frequentemente observados nas campanhas, assim como a exaltação de atributos pessoais dos candidatos, conforme registrado por diversos estudos da comunicação política e, em especial, sobre e-campanhas (Braga e Carlomagno, 2018; Bachini *et al.*, 2022).

Para responder a essas perguntas, observamos as mensagens trocadas entre diferentes grupos públicos dedicados à política no *WhatsApp* ao longo do período oficial de campanha eleitoral presidencial em 2018. O aplicativo foi o recurso digital mais utilizado pelos brasileiros naquele ano, sobretudo quando se tratou de consumo de informação política (DataFolha, 2018; Baptista *et al.*, 2019), e considerado o mais importante veículo de campanha digital⁴ (Chagas *et al.*, 2019; Santos *et al.*, 2019).

A despeito de sua reconhecida popularidade e relevância política, o *WhatsApp* é um objeto de análise desafiador, dado o caráter privado e criptografado de suas trocas conversacionais, o que dificulta obter uma dimensão mais ampla do ambiente informacional que ali se estabelece. Para superarmos essa dificuldade, contamos com a parceria do projeto “Eleições sem Fake”, desenvolvido no Departamento de Ciências da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais (DCC/UFMG)⁵, que monitorou, a partir de agosto de 2018, os conteúdos que circularam em 364 grupos públicos e nominalmente “políticos” (Resende *et al.*, 2019; Melo *et al.*, 2019).

O estudo foi guiado pela análise de conteúdo qualitativa, com codificadores e refinamento intersubjetivo dos resultados. O detalhamento da metodologia e das categorias utilizadas está na seção 3 deste artigo, que é composto ainda de uma seção

3. Essa estratégia foi utilizada, por exemplo, na campanha de José Serra, em 2002, na qual a atriz Regina Duarte dizia ter medo da vitória de Lula. *Link* para o vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=S-fY_N6-uR5U. Para saber mais sobre o caso, ver Chaia, 2004, pp. 29-52.

4. De acordo com pesquisa do DataFolha de outubro de 2018, dois a cada três eleitores tinham contas em mídias sociais (66%), sendo o *WhatsApp* a mais utilizada (65%). Ao todo, 46% dos entrevistados afirmaram usar o *WhatsApp* para se informar sobre política e eleições, e 24% disseram replicar esse conteúdo pelo mensageiro.

5. <http://www.eleicoes-sem-fake.dcc.ufmg.br/>.

de revisão sobre populismo, democracia e mídias sociais, outra com apresentação e análise dos dados, e as considerações finais.

Sobre o conceito de populismo

A noção de populismo surgiu no século XIX para designar a formação do The People's Party nos Estados Unidos e do movimento revolucionário russo. Desde sua origem, o termo é objeto de disputas teóricas e, frequentemente, carrega uma axiologia negativa (Laclau, 2013). Isso ocorre porque, em linhas gerais, entende-se o populismo como uma forma de ação política voltada a responder discursivamente aos anseios emocionais das massas, mas sem viabilizar uma solução do ponto de vista prático, institucional e/ou democrático. Nessa perspectiva, o populismo se contrapõe à racionalidade política e se converte em demagogia e manipulação retórica.

Em geral, os autores destacam que o populismo costuma ressurgir e ter maior adesão em contextos de crise (Hunter, 1991), quando falhas no processo de mediação política ficam mais evidentes e a lacuna criada pela incapacidade objetiva de absorção das demandas de sociedades complexas pelos representantes leva à rejeição da classe e das instituições políticas (Prior, 2021). Como a lacuna entre as demandas e as respostas públicas tende a ser cada vez maior, a partir do esgotamento das soluções políticas e da necessidade cíclica de revisão dessas saídas e seus representantes, o ressurgimento do populismo pode ocorrer de tempos em tempos.

A literatura observa um conjunto de elementos mobilizados que denotam o populismo (Waisbord, 2013). O primeiro deles é a evocação do povo (Laclau, 2013; Prior, 2021). Isso se dá porque os movimentos populistas, partidos ou líderes frequentemente utilizam o termo para se colocarem como genuínos representantes populares, fazendo uma oposição entre o povo (puro e moralmente elevado) e os outros/elites (enquadrados como degenerados e/ou privilegiados). Nesse sentido, a oposição “povo” x “outros/elites” está no *core* do populismo (Mudde e Kaltwasser, 2017), variando, conforme o contexto, as concepções de quem é o povo e de quem são os “outros” e as “elites” em questão (Barros e Lago, 2022). Nesta estrutura narrativa, existe um culpado pela crise – os outros ou as elites –, que são considerados inimigos a serem combatidos para a superação do problema daquela sociedade. Esses “outros/elites” podem ser definidos em termos de classe, de religião, de instituições de veto (horizontais e verticais) e de sistemas peritos (como a ciência e a imprensa), de modo que o populismo tende a ser também antissistêmico (O'Donnell, 1998).

Assim, essa dicotomização pode construir um substrato para abarcar saídas não necessariamente democráticas, dado que algumas das soluções sugeridas passam pela supressão das instituições e das organizações na mediação comunicacional, assim

como pela eliminação dos inimigos políticos como forma mais eficiente de atender aos anseios do povo. Dessa maneira, o populismo pode se converter também em ataques aos direitos às diferenças, numa proposta hegemônica antipluralista (Norris e Inglehart, 2019), inviabilizando o estabelecimento do diálogo e a formação de consenso, adquirindo, portanto, um caráter autoritário.

Outro elemento importante da narrativa populista é a mobilização de emoções, como ressentimento, ódio e raiva, fundamental para a demarcação de fronteira entre “nós” e “eles/ outros”. Isso porque a identidade forjada pelo populismo se define pela negação e não pela proposição, a partir de um significante vazio (Laclau, 2013). Essa característica faz com que alguns autores o considerem uma ideologia de baixa densidade⁶ (Mudde e Kaltwasser, 2017), que necessita se atrelar a outras perspectivas, como o conservadorismo e o nacionalismo, para se tornar mais contundente. Dessa forma, o populismo não se restringe a um lado do espectro político-ideológico, comportando diferentes formatos (Gerbaudo, 2014). Entretanto, avizinha-se, quase sempre, de seus extremos (Engesser *et al.*, 2017).

Em vista disso, a proposta populista costuma ser encampada por um líder carismático (Weber, 1999), alguém cujas qualidades são tidas como moralmente superiores às das instituições e dos atores questionados, e que, ao mesmo tempo, se sensibiliza “verdadeiramente” com os problemas do povo e tem a força e competências necessárias para levar a cabo o projeto de redenção frente a seus inimigos. A figura do líder personalista, que encarna o espírito e a vontade do povo, é o quinto elemento que caracteriza a narrativa populista. Barros e Lago (2022) apontam, ao analisarem a quarta república brasileira, como isso se traduziu no país em figuras de líderes esteticamente transgressores que se utilizam de marcadores simbólicos e comportamentos culturalmente populares em contraposição ao que seria o “político elitista”.

Populismo e mídias sociais

Parte da literatura argumenta que o personalismo político, que já era impulsionado pelo avanço dos meios de comunicação tradicionais, vem sendo intensificado pela difusão das tecnologias digitais e a suposta desintermediação comunicacional por elas promovida nas últimas décadas. Tal convergência motiva a hipótese sobre a afinidade eletiva entre as mídias sociais e o populismo, de modo que a apropriação das redes por atores políticos que promovem conteúdos antissistêmicos e de fácil adesão foi denominada populismo em rede ou populismo digital (Gerbaudo, 2018; Prior, 2021). Três elementos característicos da comunicação digital favorecem esse tipo de

6. *Thin-centered ideology*.

interpretação: a proposta espetaculoísta (Sibilia, 2008), o regime emocional dessas mídias (Serrano-Puche, 2016) e a identificação ciber-orientada (Bachini, 2021), como expressão de um processo mais amplo de descentramento informacional e identitário.

Dessa maneira, a maioria dos pesquisadores da área interpreta o chamado populismo digital como um desdobramento ou variante do populismo, que emergiu a partir de uma janela de oportunidade política, conformada pela concomitância entre a crise da representação política desencadeada pela ordem neoliberal, e pela larga apropriação das mídias sociais, cuja arquitetura comunicacional converge e amplifica práticas populistas (Engesser *et al.*, 2017; Gerbaudo, 2018). Contudo, são destacadas algumas propriedades que denotam um caráter peculiar à variação digital do populismo.

A primeira delas é sua relação com a alta tecnologia pela qual são desenvolvidas as mídias sociais, o que diferencia o populismo digital de outras expressões históricas do populismo, que, por muito tempo, foi considerado um fenômeno típico de sociedades atrasadas. Além disso, tecidas sob o hiperindividualismo neoliberal, as mídias sociais parecem, a princípio, destoar do espírito comunitário criado pelo populismo (Engesser *et al.*, 2017; Gerbaudo, 2018).

Mas tal dissonância é apenas aparente. Embora a comunicação digital aprofunde um processo de atomização/individualização em curso, o que em tese corroboraria um processo de fragmentação social, os algoritmos que organizam seus conteúdos de forma personalizada acabam provocando o efeito oposto, dando origem a uma nova forma de ação coletiva, a ação conectiva (Bennett e Sergerberg, 2012). A funcionalidade de reunir cidadãos a partir de suas preferências comuns origina as chamadas bolhas de filtro (Pariser, 2011) e as câmeras de eco (Jamieson e Cappella, 2008), que convergem ao intento populista de recompor e unificar o povo dividido a partir de um significativo vazio (Laclau, 2013), que pode ser uma causa ou inimigo comum (a corrupção, as elites corruptas, as minorias empoderadas etc.) e se torna o agente identificador de movimentos tanto de direita quanto de esquerda.

O terceiro elemento de distinção entre o populismo contemporâneo e os tipos anteriores consiste na relação dos líderes populistas com os meios de comunicação tradicionais. Se antes os líderes populistas tradicionais eram mais dependentes da visibilidade conferida pela imprensa, ainda que críticos à sua cobertura e buscando formas de burlá-la, os populistas digitais se promovem, em boa medida, a partir da crise de confiança na imprensa que, relacionada à crise da representação política, compõe a chamada crise da autoridade no século XXI (Allcott e Gentskow, 2017).

Essa estratégia se configura de duas maneiras relacionadas. As mídias sociais possibilitam que os líderes se comuniquem com a população sem precisar lidar com os filtros institucionais e com os *gatekeepers* das mídias tradicionais, difundindo

suas mensagens de forma incontestável, praticamente sem nenhum tipo de constrangimento (Engesser, 2017; Prior, 2021). A arquitetura dessas mídias viabiliza também a construção de enquadramentos coletivos e a difusão de narrativas para grandes massas, fenômeno denominado por Castells (2009) como *mass-self communication*⁷. Essa qualidade faz com que a rede seja instrumentalizada por lideranças e movimentos populistas, dispensando as organizações que anteriormente faziam essa mediação comunicacional, como os partidos políticos e a imprensa. Mazzoleni (2014) argumenta que a alteração do ecossistema midiático faz com que as lideranças políticas se comportem de forma híbrida: utilizam os meios tradicionais, mas são especialistas em meios digitais para “furar” a mediação desses primeiros com o eleitorado. Assim, a era digital tornou os processos de midiaticização e personalização da política mais velozes e amplos.

Nesse ponto reside o quarto elemento de distinção entre os tipos de populismo: o alcance. A comunicação digital propicia atingir públicos para além dos limites geográfico-territoriais com os quais trabalhavam as lideranças populistas tradicionais, cuja propagação do discurso dependia, em boa medida, de eventos presenciais e da cobertura midiática local. Desse modo, as lideranças e movimentos podem alcançar apoiadores e simpatizantes em diferentes regiões do mundo, realizando conexões e obtendo dimensões globais.

Essas possibilidades encorajaram também muitas das lideranças populistas atuais e seus apoiadores a adotarem outra tática que é considerada peculiar ao populismo digital: as desinformações⁸. A difusão das desinformações é facilitada tanto pela crise de confiança estabelecida quanto pelos elementos estruturais dessas plataformas, como a arquitetura algorítmica e a capacidade de viralização. Esta primeira funciona como um mecanismo de “economia de atenção”, que induz a transmissão da mensagem entre pessoas que pensam da mesma forma (Pariser, 2011). Contudo, um dos efeitos desse direcionamento algorítmico é a polarização da opinião pública, visto que a exposição a argumentos diferentes não é exercitada, e a percepção de adesão ao próprio argumento é superdimensionada.

Somados a isso, a forma de comunicação predominantemente imagética e os recursos de interação dessas plataformas, voltados à manifestação de sentimentos, facilitam demonstrações de solidariedade e pertencimento às causas coletivas pelos usuários, deixando-os ao alcance de um *click*. Esses recursos também acentuam os impulsos de dramatização e espetacularidade, característicos da lógica populista. Do

7. Autocomunicação de massa.

8. Entendemos como desinformações os conteúdos intencionalmente falsos ou incorretos que têm o objetivo de manipular as audiências e/ou gerar danos contra algo ou alguém (Wardle e Derakishan, 2017).

mesmo modo, o caráter lúdico de tais recursos suaviza a perversidade de alguns tipos de comunicação violentos e da disseminação do ódio contra adversários políticos, mobilizados no processo de demarcação de fronteiras

Cabe destacar ainda aqui o papel dos apoiadores do líder populista – no caso, a militância digital –, que é fundamental ao êxito do populismo digital. Ao se configurarem como meios bidirecionais de comunicação, as mídias sociais são apropriadas pela população como uma alternativa aos meios tradicionais (*mainstream*), que restringem, comumente, o debate público aos atores institucionais. Assim, ao mesmo tempo que conferem maior liberdade de expressão aos líderes, as mídias sociais amplificam a “voz do povo”, o que tirou o líder populista da condição de porta-voz, verificada em formas anteriores de populismo, e o obrigou a negociar mais com seus apoiadores.

Gerbaudo (2014) observa que o populista na contemporaneidade se dirige ao cidadão comum por meio do Usuário Geral da Internet (GIU), da mesma forma que adapta e prevê a concretização da democracia direta por meio do exercício da democracia 2.0. As plataformas 2.0 viabilizariam a consulta permanente a partir de recursos interativos, como as curtidas, enquetes e comentários, configurando uma espécie de ciberdemocracia plebiscitária. A proposta de realização da democracia direta pela internet atenderia também, em larga medida, a perspectiva otimista dos potenciais de democratização da rede, no sentido de deixar a discussão e a decisão política ao alcance de qualquer cidadão. De acordo com essa promessa, para participar, bastaria estar conectado. Dessa forma, embora partam de argumentos distintos e tenham objetivos diferentes, tanto os movimentos de esquerda quanto os de direita se utilizam da promessa emancipatória da desintermediação e do anseio de participação efetiva como significantes vazios, em contraponto ao Constitucionalismo (Mény e Surel, 2002, *apud* Gerbaudo, 2014), anunciando a e-democracia como solução para os problemas da representação.

Todavia, não se verifica (ao menos, ainda) a concretização dessa promessa nos moldes propostos por esses movimentos, apenas o uso de tais recursos para medir continuamente o apoio e a avaliação pela população a determinados atores e agendas – mesmo após a pandemia, que incentivou a adesão a mecanismos de e-consulta e e-deliberação. Por outro lado, esse tipo de instrumentalização das redes reverbera, frequentemente, no processo decisório e no funcionamento das instituições em si, levantando o alerta acerca da conformação de uma espécie de ditadura da maioria conectada, que pode ameaçar os direitos das minorias e o pluralismo político a partir do falseamento da vontade popular (Mouffe, 2005).

Esse problema decorre, principalmente, da ilusão de que na rede todos participam igualmente, tendo as mesmas oportunidades de manifestar suas opiniões, o que invisibiliza o poder de agenda e exercício da liderança tanto por parte das próprias

plataformas, quanto de atores que têm *expertise* no uso desses recursos para a comunicação política (isso sem falar em divisórias digitais resultantes da desigualdade social). Dessa maneira, verifica-se que a interação oferecida por essas plataformas, na realidade, tem um caráter mais reativo do que bidirecional e simétrico, no sentido de que funciona como “[...] forma de uma reação a algo que já foi em grande parte ‘pré-embalado’, por assim dizer, algo de que goste ou não goste, *retweet* ou não *retweet*, ou que se comenta positiva ou negativamente” (Gerbaudo, 2014, p. 21 – tradução nossa).

Por fim, outros estudos apontam que a maior participação do eleitorado na conformação e propagação da narrativa populista nas redes faz com que esta se apresente de forma mais fragmentada e maleável. Considerando que tal narrativa se estrutura a partir de três dimensões centrais – o antielitismo, a centralidade do povo e a restauração da soberania popular –, Ernst *et al.* (2017) mostram em seu estudo comparativo que a manifestação desses elementos quase nunca ocorre conjuntamente como acontecia em outras expressões históricas do populismo, e ressaltam que a prerrogativa da restauração da soberania é praticamente ausente nas experiências atuais observadas. Esta característica parece estar relacionada ao teor do discurso político de tais lideranças populistas, que, em sua maioria, vêm se mostrando mais alinhadas à direita do que à esquerda, e apresentam um pendor autoritário nos últimos anos (Bennett e Livingston, 2018; Norris e Inglehart, 2019).

Para investigar o populismo: proposta metodológica e apresentação geral dos dados

Discutidas as características acima, o primeiro desafio deste trabalho foi construir um quadro conceitual-metodológico que permitisse responder se e em que medida as mensagens que circularam no *WhatsApp* durante a campanha presidencial de 2018 no Brasil configuram uma narrativa populista.

A partir do *core* de elementos das relações políticas – o povo, a liderança e “os outros” –, propusemos um conjunto de classificações das imagens que circularam no mensageiro *WhatsApp* em quatro eixos, a serem observados tanto na estrutura das mensagens como em seus conteúdos, conforme resumido no Quadro 1⁹.

A classificação foi realizada por meio de análise de conteúdo qualitativa com codificadores no *software* MAXQDA. O refinamento e a validação foram feitos de forma intersubjetiva, com a revisão por pares e em grupo¹⁰.

9. Os eixos com seus respectivos códigos e frequências estão no Anexo 1 deste artigo.

10. Foram três etapas: discussão (os resultados eram discutidos, e apontados os pontos de consenso, de correção ou melhoria); correção (as inconsistências e incoerências eram revisadas/reclassificadas por analistas de conteúdo experientes e em grupo); e revalidação (a categorização refinada passava nova-

QUADRO 1
Eixos de classificação

1	TOM: o objetivo deste eixo era observar se a mensagem trazia um tom hostil, crítico ou positivo.
2	VOZ: aqui a proposta era verificar quem fala na mensagem: se o candidato, o partido, instituições ou organizações políticas ou outros atores.
3	ALVO: aqui se trata de “sobre quem se fala”. Poderiam ser tanto os candidatos diretamente envolvidos na campanha, partidos, instituições políticas e órgãos públicos políticas, mas também a mídia, entre outros.
4	ENQUADRAMENTO: aqui buscamos identificar qual a ideia central organizadora que cada imagem compartilhada carregava (Gamson e Modigliani, 1989).

Fonte: Elaboração própria.

O *corpus* se constituiu das três imagens mais compartilhadas diariamente nos 364 grupos públicos¹¹ acompanhados pelo projeto “Monitor de *WhatsApp*”¹² durante todo o período da campanha eleitoral de primeiro e segundo turnos, até o dia da votação final, compreendendo o intervalo de 16 de agosto a 28 de outubro de 2018, e resultando em 219 mensagens analisadas¹³.

Optamos por analisar somente as imagens por algumas razões. Primeiro, porque elas são o tipo de conteúdo mais frequente na comunicação digital. Segundo, porque são o tipo de mensagem que reúne mais informações e as entrega de forma mais rápida e sintética. Enquanto o texto demanda leitura, e vídeos, áudios e *links* requerem uma melhor conexão à internet, nas imagens o conteúdo está expresso diretamente e organizado de maneira a compor um quadro completo, convergindo tanto para as tendências de comunicação política digital (Bachini *et al.*, 2022) quanto para a estratégia de comunicação apontada pelos estudiosos do populismo.

As categorias não foram excludentes, dado que, por tratarmos de imagens e de uma mensagem condensada, mais de um ator ou alvo poderia ser encontrado, como descrito na frequência final das categorias abaixo. Cabe ressaltar ainda que, em todos os quatro eixos, foi acrescentada a categoria “outros”, pois designa as mensagens que não se encaixavam em nenhuma das classificações propostas.

mente por discussão para verificar a consistência e a coerência e, caso estivessem satisfatórias, eram validadas).

11. No banco do projeto não era possível acessar as três mensagens mais compartilhadas por grupo, mas as três mensagens mais compartilhadas do conjunto de grupos observado.

12. Ao todo foram captadas pelo monitor 110.954 imagens no período (Resende *et al.*, 2019).

13. No dia 21 de outubro não houve imagens acessíveis no banco do projeto.

QUADRO 2
Distribuição das frequências eixo x mês

Eixo	MÊS			TOTAL
	Agosto	Setembro	Outubro	N códigos
Tom	50	104	84	238
Voz	47	96	82	225
Alvo	50	103	90	243
Enquadramento	60	108	91	259
Total	207	411	347	965

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MAXQDA.

Essa possibilidade de aplicar mais de um código por eixo nas mensagens permitiu identificar uma estrutura narrativa complexa que misturava, por exemplo, diferentes tons na mensagem. É interessante perceber como, em muitas imagens, elementos distintos e até contraditórios estavam presentes, como uma mensagem de tom “hostil” com emojis “chorando de rir”, ou mesmo uma voz que remete a um perfil da internet com imagem de uma figura monárquica. Entendemos assim que essa narrativa complexa e, por vezes, contraditória servia também para gerar um ambiente de informação desordenado e confuso¹⁴. Também parecia resumir numa única mensagem diferentes pontos de atenção e que só poderiam ser identificados se as categorias não fossem excludentes.

Por fim, cabe informar que, no total de grupos acompanhados pelo monitor, a maior parte deles era pró-candidato Bolsonaro, sugerindo uma estratégia de campanha altamente organizada (ainda que o objetivo dos grupos fosse sugerir espontaneidade); mas havia também grupos que tratavam de outros candidatos, como “Lula Presidente”, “O Brasil com Ciro” e até “Cabo Daciolo Presidente” (Gagnani, 2018), demonstrando a presença de diferentes filiações. Embora o *WhatsApp* não se organize a partir de algoritmos, os grupos públicos se tornaram fundamentais a partir de 2018 para a atuação da chamada militância digital, conformar câmaras de eco e viralizar conteúdos, revelando-se uma inovação eficiente entre as táticas de comunicação eleitoral para propagar conteúdos e ampliar processos de identificação, indo também ao encontro do intento populista de forjar comunidades e constituir um simulacro do povo.

14. As desinformações são apontadas pela literatura como talvez a principal característica distintiva do populismo digital. Neste sentido, até aventamos observá-las. Porém, essa tarefa exigiria uma pesquisa à parte, devido tanto à dificuldade de classificação das mensagens quanto à nem sempre fácil conferência das informações, de modo que a deixamos para trabalhos futuros.

Discussão

Tendo em vista esta amostra, e ressaltadas as proximidades entre os elementos característicos das e-campanhas eleitorais e os do chamado populismo digital, partimos para a análise sistemática das imagens com o objetivo de observar os elementos atribuídos a esse segundo fenômeno (evocação do povo, personalismo, demarcação de fronteira a partir da definição de um inimigo, caráter antissistêmico e mobilização de emoções), e, também, se e como se distinguem do primeiro por meio das categorias indicadas (voz, alvo, tom e enquadramento).

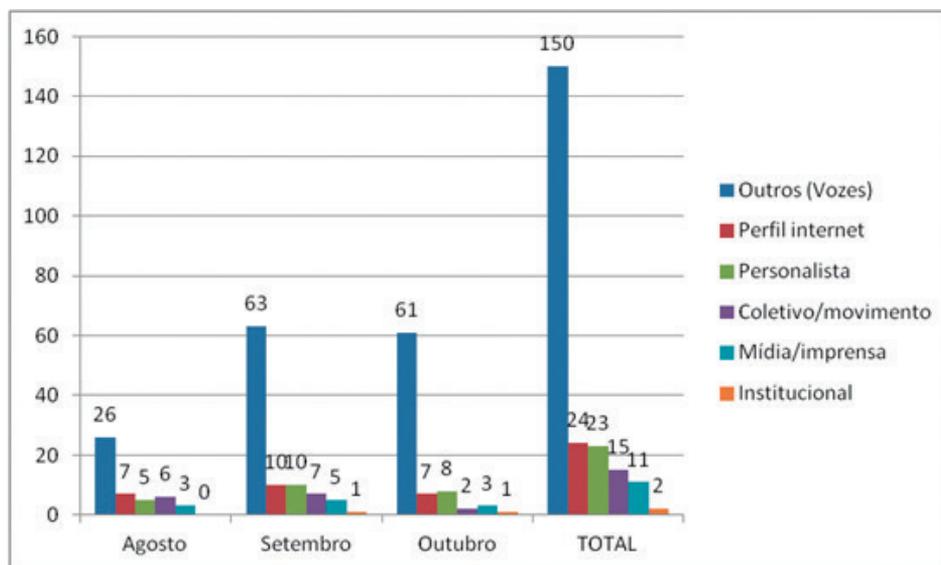
Iniciamos a análise buscando identificar qual era a voz ou quem se apresentava como autor/a das mensagens, na tentativa de entender quem sustentava as narrativas circulantes: se os candidatos (personalista), os partidos, outras organizações (coletivos e movimentos sociais *on-line* e *off-line*) ou os internautas (perfil internet). Nos resultados, houve uma frequência significativa da categoria “Outros” – 150 classificações (66,7%). Isso se deu porque grande parte das mensagens compartilhadas não tinha autoria ou fonte identificável, de modo a sugerir que elas refletiam a voz de algum usuário do aplicativo, uma espécie de “voz do povo da internet” (Gerbaudo, 2014), mas sem uma referência mínima de povo ou brasileiro, como apontam outros estudos (Cesarino, 2020; Varão et al., 2023). Esse anonimato também é importante, pois dificulta a responsabilização pelos conteúdos, sobretudo quando demasiado negativos, desinformativos e difamatórios.

Optamos por manter a categoria com essa nomeação porque entendemos que esse dado vem jogar luzes sobre fenômenos não previstos na pesquisa e que desafiam a interpretação dos conceitos e dos analistas. E, para ilustrar melhor essa “não autoria”, trazemos abaixo dois exemplos.

A primeira imagem do conjunto da Figura 1 (Lula preso no Dops) foi a mensagem que mais circulou em 28 de outubro de 2018, o dia da votação de segundo turno. A foto não tem fonte, nem crédito. A segunda imagem é um exemplo de mensagens que tentam atribuir aos veículos de imprensa as informações que circularam. Nela, não é possível identificar a data de veiculação da imagem, nem mesmo se ela provém de uma televisão ou outro tipo de tela. Não há ainda uma fonte que remeta a um instituto de pesquisa conhecido, e um dos candidatos – Lula/Fernando Haddad (PT) – está ausente do *ranking*. Também não é possível identificar quem tirou ou circulou a foto. Assim, compreendemos que a grande maioria das imagens do *corpus* configuravam, por um lado, uma comunicação entre pessoas comuns e, por outro, a falta de necessidade de fontes confiáveis.

Tais estratégias tanto refletem a crise de autoridade que demarca a conjuntura dessas eleições, como sugerem manifestação popular, dois elementos importantes

GRÁFICO 1
Voz da mensagem



Fonte: Elaboração própria, a partir do MAXQDA/Excel (N=225).

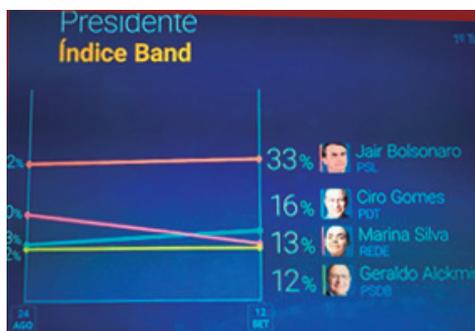
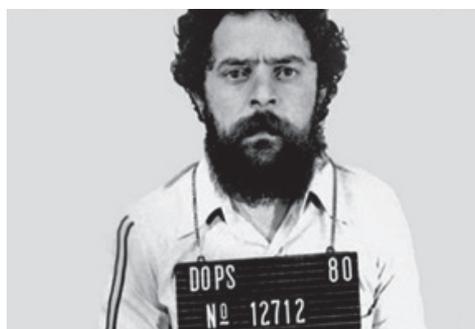
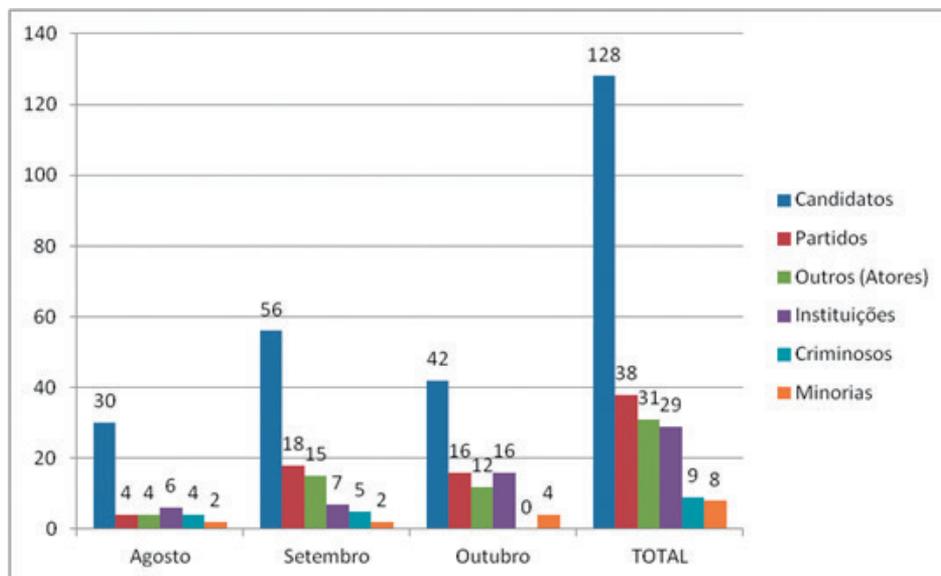


Figura 1: Exemplos de Voz “Outros”.

Fonte: Monitor de WhatsApp, 2018.

GRÁFICO 2

Alvo da mensagem



Fonte: Elaboração própria, a partir do MAXQDA/Excel (N = 243).

para a narrativa populista. Contudo, verifica-se uma diferença importante aqui: o povo não é protagonista ou é forjado, ainda que em um papel secundário ou indefinido (Varão *et al.*, 2023), mas está colocado de forma implícita – o que diverge dos resultados de outras pesquisas sobre populismo e populismo digital, que mostram o povo sendo evocado pela liderança, ou evocando o resto da população em prol de um projeto (Aggio e Castro, 2020; Cesarino, 2020; Ricci, 2021). Acentua essa divergência a baixa incidência da categoria personalista, característica fundamental das e-campanhas (Bachini *et al.*, 2022). Isso pode ter ocorrido devido à natureza do objeto, visto que os estudos referenciados se dedicam, em geral, às campanhas oficiais. Mas, também, pode indicar a redução da importância da liderança como voz ativa nesse tipo de narrativa.

Seguindo na tentativa de observar a demarcação da fronteira, analisamos os alvos das mensagens. Neste âmbito, verificamos que, na maioria das vezes, estes eram “candidatos”, com 128 aparições (52,9%), depois “partidos”, com 38 (15,6%), seguidos de “outros”, com 31 entradas (12,7%), e instituições políticas, com 29 (12%).

Novamente, a categoria “outros” apresenta uma incidência relevante. Isso se deu porque na construção de fronteira entraram também atores como a mídia, artistas ou mesmo assuntos de políticas públicas. Nesse sentido, separamos dois grupos nelas: as minorias e os “criminosos”. O primeiro se refere a grupos sociais vulneráveis,



Figura 2: Exemplo de alvo “Minorias” e “Outros”.

Fonte: Monitor de *WhatsApp*, 2018.

peças LGBTQIAP+ e também o movimento negro. No segundo, entraram imagens com corpos de pessoas sendo presas, assassinadas (com características de execução) ou mesmo empunhando armas. A incidência desses dois tipos não foi tão alta (o primeiro teve frequência 8 e o segundo 9), mas é importante para demarcar uma pauta de segurança pública – ligada fortemente ao candidato Bolsonaro – e também conservadora/de costumes – por conta da oposição às minorias. Ou seja, além de uma narrativa antissistêmica/antielites, revelada pela crítica e hostilidade a instituições e partidos, como já indicavam outros estudos da área, que enfatizam até que essa característica foi prevalente à evocação do povo nas campanhas em 2018 (Aggio e Castro, 2018; Mangerotti *et al.*, 2021), outros atores, como a imprensa e movimentos sociais, também foram colocados na chave daqueles a serem combatidos/criticados.

Quando o alvo foram os “candidatos”, admitimos desde imagens que reforçassem seus números ou *slogans* de campanha até quando apareciam diretamente. Quando o alvo foram as instituições políticas, classificamos tanto os três poderes estatais, quanto órgãos e forças públicas ligados ao Estado, como o Exército. Neste caso, algumas apareceram de forma pejorativa – como na primeira imagem da Figura 3 – e outras de forma positiva, como na imagem à direita. Interessante destacar ainda que nesta última imagem, sobre o futuro governo, o partido do candidato não aparece, mas o número a ser votado sim, junto da imagem do candidato. Há, nesse sentido, um descolamento do candidato Bolsonaro do seu partido, ressaltando a figura do líder e uma abordagem personalista (Mazzoleni, 2014). Contudo, de forma semelhante ao que encontramos em “voz”, não é o candidato que se coloca explicitamente, mas



Figura 3: Exemplos de alvo “institucional”.

Fonte: Monitor de *WhatsApp*, 2018.



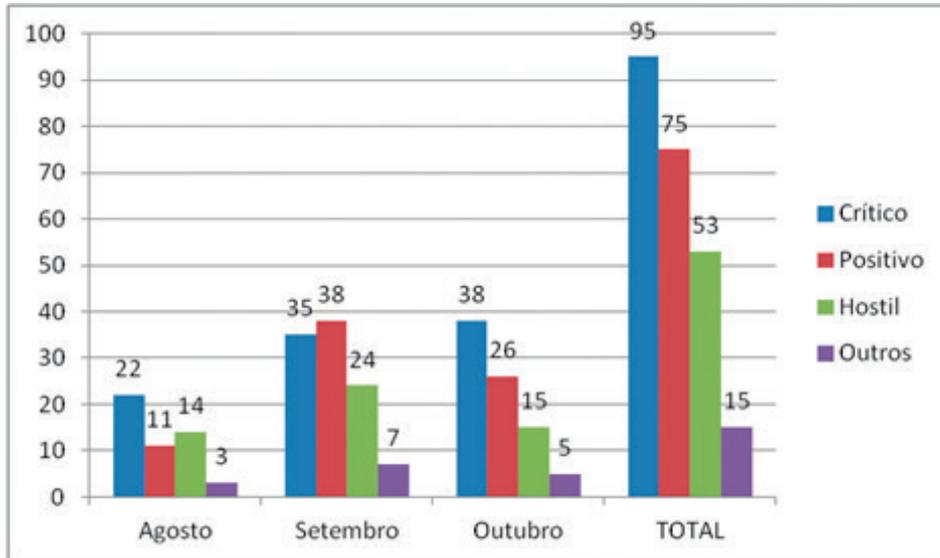
Figura 4: Exemplo de alvo “partidos”.

Fonte: Monitor de *WhatsApp*, 2018.

sugestiona-se que a sua candidatura é impulsionada por terceiros, que nesta imagem podem ser interpretados como o povo, ou, até mesmo, Deus, o que sugere mudanças na forma do personalismo político.

Se esse dado diverge do encontrado por outros estudos sobre o populismo digital no Brasil (Aggio e Castro, 2020; Mangerotti *et al.*, 2021), outro os corrobora quando se trata do personalismo. Muitas vezes quando o alvo eram os partidos representando “os inimigos a serem combatidos”, as mensagens apontavam que isso não seria feito

GRÁFICO 3

Tom da mensagem

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do MAXQDA/Excel (N=238).

por outro partido, mas por um candidato (não há figura ou símbolo partidário), e que o faz de forma autoritária com um tanque de guerra (Figura 4).

Em seguida, observamos o tom das mensagens, com o objetivo de compreender a diferenciação entre as candidaturas. Nesse âmbito, os resultados, a princípio, surpreenderam, dado que esperávamos um tom fortemente hostil¹⁵, sobretudo quando se tratasse da construção da fronteira. Entretanto, essa categoria foi a penúltima em termos de frequência, com 22,2% do total de mensagens (53 mensagens), atrás até da categoria “positivas” com 31,5% do material (75 imagens). A categoria “crítico” foi a mais relevante em todos os meses da campanha, com 95 imagens (39,9%).

A primeira imagem da Figura 5, com os candidatos Bolsonaro e Cabo Daciolo, foi a mensagem mais compartilhada no dia 16 de agosto de 2018, primeiro dia de campanha eleitoral, mostrando que a linguagem hostil foi aplicada a diferentes atores no decorrer da campanha e, também, combinada a outros elementos que poderiam remeter ao “humor”, naquilo que identificamos como narrativa complexa e contraditória. Em geral, esse tom esteve mais associado a mensagens em que os alvos eram adversários de Bolsonaro.

15. Classificamos as mensagens claramente agressivas, com o uso de termos pejorativos e soluções violentas, como “hostis”. Outras imagens em que se fazia crítica, mas sem “agredir” verbalmente o alvo, foram classificadas somente como “críticas”.



Figura 5: Exemplos de tom “hostil”.
Fonte: Monitor de *WhatsApp*, 2018.

O humor também se fez presente entre as mensagens críticas, as mais frequentes na amostra. Identificamos um recorrente uso de ironia nas mensagens, associando os alvos da crítica a elementos negativos, mas sem usar palavras ou elementos diretamente hostis. Isso se mostra interessante, dado que a diminui o “peso” da negatividade da crítica, tornando-a mais palatável e plausível, e reflete também a absorção das tendências de comunicação digital pelas campanhas (Bachini *et al.*, 2022).

Nas imagens da Figura 6, percebemos dois modelos desta crítica: à esquerda vemos uma imagem que faz contraposição entre o pobre de direita e um “outros”, representado pelas “instituições de poder”. Nesta, o alvo não é a campanha de um candidato adversário, mas as próprias instituições políticas, forças de segurança (PF) e até a imprensa, numa clara polarização com as instituições de veto (O’Donnell,



Figura 6: Exemplos de tom “crítico”.

Fonte: Monitor de *WhatsApp*, 2018.



Figura 7: Exemplos de tom “positivo”.

Fonte: Monitor de *WhatsApp*, 2018.

1998). Cabe sublinhar ainda que a Presidência da República e os atores do Executivo (como ministérios), que possuem um traço mais personalista, não estão entre eles. Já na segunda imagem, a crítica se refere especificamente a um candidato e a uma possível proposta que atingiria quem recebe salário – ou seja, a classe trabalhadora.

Ao analisarmos o tom “positivo” – segundo mais frequente –, identificamos que ele foi fortemente utilizado para construir a imagem dos candidatos. Aqui, novamente, nota-se uma presença sutil do povo, sendo o foco o nome ou o número da candidatura, ainda que a carne ou a escola, elementos de apreço popular, apareçam.

Isso demonstra, como resumido no quadro 3, que, de um lado, as mensagens negativas – hostis e críticas – foram frequentes não apenas contra os candidatos (típico de uma comunicação de campanha), mas também em relação aos meios de comunicação tradicionais, movimentos sociais, minorias e as instituições políticas, delineando traços de um populismo antissistêmico e autoritário. Isso é reforçado pelo teor das mensagens positivas, que exaltavam os candidatos e não o povo. Este, quando aparece, é, quase sempre, incorpóreo, centrando-se a solução no líder, não na restauração da soberania popular, o que converge com os resultados encontrados em estudos comparativos internacionais (Ernst *et al.*, 2017).

QUADRO 3
Mensagens por Tom x Alvo

		TOM				TOTAL
		POSITIVO	CRÍTICO	HOSTIL	OUTROS	
ALVO	Candidatos	55	54	23	9	141
	Instituições	8	20	2	1	31
	Partidos	7	19	10	3	39
	Criminosos	0	1	8	0	9
	Minorias	0	3	7	0	10
	Outros	9	19	21	3	52
	TOTAL	79	116	71	16	282

Fonte: Elaboração própria a partir do MAXQDA/Excel.

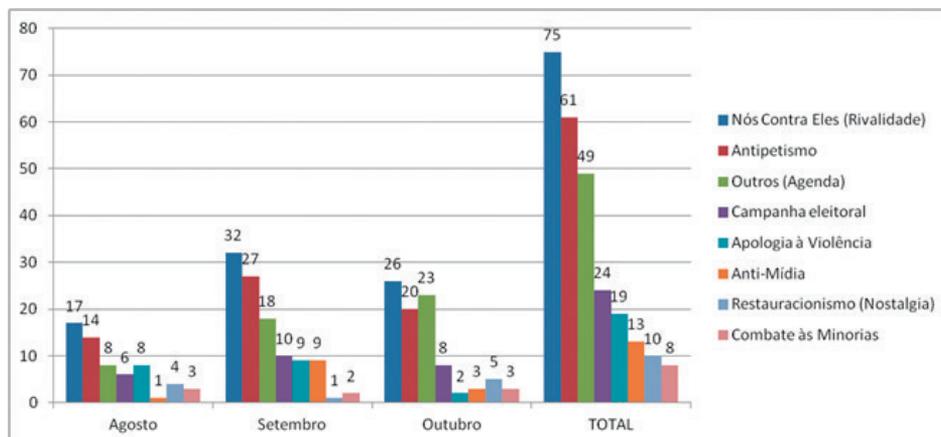
Por fim, observamos os enquadramentos mais frequentes entre as mensagens. Como mostra o gráfico 4, foram os enquadramentos “Nós contra eles” e “Antipetismo” que figuraram entre os mais frequentes. O primeiro deles reforça a criação da fronteira típica das campanhas em geral e do populismo, em particular, e, no segundo, o tema que organizou esta eleição.

Conforme apontado por outros estudos (Bachini 2021; Lynch e Cassimiro, 2022), o enquadramento antipetista foi central no discurso dos adversários do Partido dos Trabalhadores (PT). Durante a pesquisa, este foi encontrado 61 vezes (23,3%). Cabe destacar que 21 dessas mensagens continham também algum outro enquadramento, e o principal deles foi o “Nós contra eles” (17 vezes). Isso confirma que um dos atores da demarcação de fronteira foi também o PT, seus símbolos, membros ou apoiadores.

Em uma das mensagens com essa característica, a terceira mais compartilhada no dia 8 de setembro (figura 8), havia críticas a membros do partido, a movimentos sociais e até mesmo à mídia, associando-os à violência.

GRÁFICO 4

Enquadramento das mensagens



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MAXQDA/Excel. N = 259.



Figura 8: Exemplo de mensagem com congruência de enquadramentos.

Fonte: Monitor de WhatsApp, 2018.

As mensagens com enquadramento antipetista, no geral, compunham uma narrativa na qual o inimigo da nação era o PT, cujo governo teria aprofundado a corrupção institucional: “privilegiou as minorias e favoreceu os criminosos”. A associação do PT com a corrupção foi muito importante para demarcar a fronteira entre os candidatos e corroborar um enquadramento *antiestablishment*, construindo assim a sua oposição enquanto uma alternativa antissistêmica.



Figura 9: Exemplo de enquadramento “Nós contra Eles”
Fonte: Monitor de *WhatsApp*, 2018.



Figura 10: Exemplos de enquadramento “Outros”
Fonte: Monitor de *WhatsApp*, 2018.

Por fim, novamente, a categoria “outros” aparece em terceiro lugar na frequência geral e retrata uma agenda diversa de temas, desde imagens de corpos assassinados até fotos de paisagens, como mostrado na Figura 10.

Considerações finais

Neste artigo buscamos investigar em que medida as principais mensagens trocadas nos grupos públicos do *WhatsApp*, durante a campanha eleitoral presidencial brasileira de 2018, caracterizavam uma narrativa populista e não somente uma e-campanha. Em geral, nossos resultados mostram que as mensagens apresentam características da narrativa populista, mas trazendo algumas peculiaridades ainda não observadas pela literatura.

A primeira delas é a ausência do povo enquanto expressão plural, seja como ator evocado ou ativo. O povo, na maioria das vezes, é incorpóreo – não aparece frequentemente em texto ou imagem de forma explícita. As ocasiões em que as camadas populares aparecem remetem ao pobre de direita (ou simplesmente à direita), em situações de violência ou em poucas fotos de caminhadas no final da campanha. Isso vai na contramão de outros achados que apontam o uso significativo do povo nas mensagens dos grupos bolsonaristas em 2018 (Cesarino, 2020). Entretanto, o *corpus* que observamos foi composto apenas pelas três principais mensagens do total de grupos por dia, e se, por um lado, esse recorte penalizou a observação do povo entre as imagens menos frequentes, por outro, demonstra a ênfase na circulação das figuras de liderança.

Nesse sentido, embora as referências aos candidatos também se sobreponham aos seus partidos, os líderes não possuem voz ativa nas mensagens, o que entendemos ser uma inovação no personalismo político por eles representado a partir da noção de “líder evocado”. Ou seja, o líder só se torna líder pela voz do povo incorpóreo. Essas duas concepções se retroalimentam: a figura do líder é maior que o povo e as instituições, exatamente porque os protagonistas das soluções políticas não são eles. Somada à impressão de uma troca de mensagens espontâneas entre usuários da internet e sem autoria, essa voz torna-se como um eco, um dizer coletivo sem corpo próprio – um povo esvaziado de sentido (Laclau, 2013) –, mas que aponta para essa figura. Em suma: povo incorpóreo e líder evocado configuram duas faces do mesmo processo.

Em terceiro lugar, verifica-se que a tática de demarcação de fronteira – nós x eles –, com tons de mensagens críticas ou hostis, é constante, porém entre os “eles” estavam os adversários e partidos em disputa, as instituições políticas, a mídia e as minorias, conferindo a esse “nós” não somente um caráter antissistêmico, mas também antipluralista, fraturando a diversidade do povo.

A campanha negativa contra os adversários e organizações políticas serviu-se dos recursos imagéticos e simbólicos próprios da comunicação digital, que favoreceram a mobilização dos sentimentos do eleitorado e uma adesão emocional aos discursos, motivada principalmente pela raiva, pelo humor e pela ironia com imagens espetaculares. Estas, muitas vezes, serviram para disfarçar ou suavizar o verdadeiro caráter agressivo dos conteúdos promotores do primeiro sentimento.

Importante dizer ainda que as mensagens se caracterizaram, em geral, por elementos de comunicação direta e sem fontes, sugerindo engajamento espontâneo por parte dos cidadãos e dispensando, ao menos explicitamente, a mediação pelas organizações políticas, sobretudo pelos partidos. Essa ausência de autoria, ao nosso ver, sugere que as mensagens refletiam a voz dos usuários do aplicativo e também traziam uma combinação de conteúdos por vezes contraditórios, criando uma narrativa complexa e, ao mesmo tempo, confusa, estimulando um ambiente de desordem informacional.

Assim, entendemos que a circulação dessas mensagens criou, por um lado, o estímulo à polarização, mas, por outro, foi utilizada com diferentes fins – criticar e construir imagem, mobilizar grupos e hostilizar outros –, permitindo que se caracterize como populista autoritária com novas nuances, porém sem descartar traços de comunicação de campanha e digital. E nos parece uma estratégia muito mais construída para esgarçar o debate e a possibilidade de reflexão, aumentando o clima de ódio e oposição, sem, necessariamente, colocar o povo, tampouco sua pluralidade inerente, no centro do debate. Afinal, se o populismo surge como resposta e em ambientes de crise, estimular a cisão e não o debate permite a adesão a uma narrativa que fratura a democracia e o próprio povo, que estimula saídas autoritárias e combate a própria democracia.

Por fim, compreendemos este como um primeiro movimento importante para caracterizar um ambiente informacional desafiador por ser cada vez mais dinâmico, plural e desordenado, presente não apenas no caso brasileiro, mas no cenário global, desafiando a democracia em várias partes do mundo.

Referências Bibliográficas

- AGGIO, C. & CASTRO, F. (2020), “Meu partido é o povo’: Uma proposta teórico-metodológica para o estudo do populismo como fórmula de comunicação política seguida de estudo de caso do perfil de Jair Bolsonaro no Twitter”. *Comunicação e Sociedade*, 42 (2): 429-465.
- ALLCOTT, H. & GENTZKOW, M. (2017), “Social media and fake news in the 2016 Election”. *Journal of Economic Perspectives*, 31 (2): 211-236.
- BACHINI, N. (2021), *Movimentos sociais e descentramento das identidades coletivas no Brasil contemporâneo: da pluralização às identidades ciber-orientadas*. 278f. Rio de Janeiro, tese de doutorado em Sociologia, Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- BACHINI, N.; ROSA, K. C. G.; COSTA, A. L. V. & SILVA, R. N. de F. (2022), “Comunicação política no ambiente digital: uma análise das campanhas eleitorais municipais de 2020 no Facebook”. *Opinião Pública*, 28 (3): 750-786.
- BAPTISTA, E. A. et al. (2019), “A circulação da (des)informação política no *WhatsApp* e *Facebook*”. *Lumina*, 13 (3): 29-46.
- BARROS, T. Z de & LAGO, M. (2022), “Do que estamos falando quando falamos de populismo”. São Paulo, Companhia das Letras.
- BENNETT, L. & SEGERBERG, A. (2012), “The logic of connective action. Digital media and the personalization of contentious politics”. *Information, Communication and Society*, 15 (5): 739-768.
- CASTELLS, M. (2009), “El poder en la sociedad Red”. In: CASTELLS, M. *Comunicación y poder*. Madri, Alianza Editorial.
- CESARINO, L. (2020), “Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil”. *Internet e Sociedade*, 1 (1): 91-120.
- CHAGAS, V. et al. (2019), “O Brasil vai virar Venezuela: medo, memes e enquadramentos emocionais no *WhatsApp* pró-Bolsonaro”. *Revista Esferas*, 14: 1-15.
- CHAIA, V. (2004), “Eleições no Brasil: o medo como estratégia política”. In: RUBIM, A. A. C. *Eleições presidenciais em 2002 no Brasil*. São Paulo, Hacker, pp. 29-52.
- DAHLGREN, P. (2005), “The internet, public spheres, and political communication: Dispersion and deliberation”. *Political Communication*, 22 (2): 147-62.
- DATAFOLHA. (2018), “Eleições 2018”. <https://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/27/44cc2204230d2fd45e18b039ee8c07a6.pdf>, consultado em 07/03/2023.
- FARREL, D. & WEBB, P. (2002), “Political parties as campaign organizations”. In: DALTON, R. & WATTENBERG, M. (eds.). *Parties without partisans: Political changes in advanced industrial democracies*. Oxford, Oxford University Press, pp. 3-35.
- GELMAN, A. & KING, G. (1993), “Why the American presidential elections campaign polls so variable when votes are so predictable?”. *British Journal of Political Science*, 23 (4): 409-450.

- GERBAUDO, P. (2014), "Populism 2.0". In: TROTTIER, D. & FUCHS, C. (eds). *Social media, politics and the State: Protests, Revolutions, riots, crime and policing in the age of Facebook, Twitter and Youtube*. Nova York, Routledge, pp. 67-87.
- GERBAUDO, P. (2018), "Social media and populism: an elective affinity?". *Media, Culture & Society*, 40 (5): 1-9.
- GOMES, W. (2011), "Participação política e internet: questões e hipóteses de trabalho". In: MAIA, R. C. M. et al. *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre, Sulina, pp. 19-46.
- GRAGNANI, Juliana (5 out. 2018), "Um Brasil dividido e movido a notícias falsas: uma semana dentro de 272 grupos políticos no *WhatsApp*". *BBC News Brasil*, Londres. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45666742>.
- HUNTER, J. D. (1991). *Culture wars. The struggle to define America*. Nova York, Basic Books.
- KAISER, J. et al. (2017), "What happened to the public sphere? The Networked public sphere and public opinion formation". In: CARAYANNIS, E. G. et al. (eds.). *Handbook of cyber-development, cyber-democracy, and cyber-defense*. Cham, Springer International Publishing, pp. 1-28.
- LACLAU, E. (2013), *Razão populista*. Rio de Janeiro, Eduerj.
- LYNCH, C. & CASSIMIRO, P. (2022), *O populismo reacionário*. São Paulo, Editora Contracorrente.
- MANGEROTTI, P.; RIBEIRO V. & GONZÁLEX-ALDEA, P. (2021), "Populism, *Twitter*, and political communication: An analysis of Jair Bolsonaro's tweets during the 2018 election campaign". *Brazilian Journalism Research*, 17 (3): 596-627.
- MANIN, B. (1995), "As metamorfoses do governo representativo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29 (1).
- MANIN, B. (2013), "A democracia do público reconsiderada". Tradução de Otacílio Nunes. *Revista Novos Estudos Cebrap*, Dossiê Mobilizações, protestos e revoluções, 97. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300008>.
- MAZZOLENI, G. (2014), "Mediatization and political populism". In: ESSER, F. & STRÖMBÄCK, J. (eds). *Mediatization of politics*. Londres, Palgrave Macmillan, pp. 42-56.
- MELO, P. et al. (2019), "*WhatsApp* monitor: a fact-checking system for *WhatsApp*". In: ASSOCIATION FOR THE ADVANCEMENT OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE. *Proceedings of the int'l aaai conference on weblogs and social media (Icws'm'19)*. Munich, Germany, pp. 676-677.
- MOUFFE, C. (2005), *The return of the political*. Londres, Verso.
- MUDDE, C. & KALTWASSER, C. R. (2017). *Populism: a very short introduction*. Oxford, Oxford University Press.
- NORRIS, P. & INGLEHART, R. (2019), *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge, Cambridge University Press.
- O'DONNELL, G. (jan. 1998), "Accountability horizontal e novas poliarquias". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 44: 27-54.
- PARISER, E. (2011), *The filter bubble: What the internet is hiding from you*. Londres, Penguin UK.

- POPKIN, S. (1991), *The reasoning vote: Communication and persuasion in presidential campaigns*. Chicago, Chicago University Press.
- PRIOR, H. (2021), “Digital populism and disinformation in post-truth times”. *Communication & Society*, 34 (4): 49-64.
- RESENDE, G. *et al.* (2019), “(Mis)information dissemination In *WhatsApp*: Gathering, analyzing and countermeasures”. In: ASSOCIATION FOR COMPUTING MACHINERY. *Proceedings of the web conference*. San Francisco, USA, pp. 1-11.
- RICCI, P. *et al.* (2021), “O populismo no Brasil (1985-2019) Um velho conceito a partir de uma nova abordagem”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 36 (107): 1-22.
- SANTOS, J. G. B. *et al.* (maio 2019), “*WhatsApp*, política mobile e desinformação: a hidra nas eleições presidenciais de 2018”. *C&S*, São Bernardo do Campo, 41 (2): 307-334.
- SERRANO-PUCHE, J. (2016), “Internet and emotions: New trends in an emerging field of research”. *Comunicar*, [46: 19-26.
- SIBILIA, P. (2008), *O show do eu: A intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- VARÃO, R.; FERREIRA, F. & BOSELLI, M. (2023), “Nós, o povo? Uma análise automatizada e qualitativa de quem é o povo no *Twitter* de Jair Bolsonaro”. *Palavra Clave*, 26 (2). e2621. <https://doi.org/10.5294/pacla.2023.26.2.1>.
- WAISBORD, S. (2013), “Populismo e mídia: O neopopulismo na América Latina”. *Revista Contracampo*, Niterói, 28 (3): 26-52.
- WARDLE, C. & DERAKHSHAN, H. (2017), “Information disorder toward na interdisciplinary framework for research and policy making”. *Council of Europe*.

Anexo 1

LISTA DE CÓDIGOS				
TOM	Agosto	Setembro	Outubro	TOTAL
Crítico	22	35	38	95
Positivo	11	38	26	75
Hostil	14	24	15	53
Outros	3	7	5	15
Total_Tom	50	104	84	238
VOZ (QUEM FALA)	Agosto	Setembro	Outubro	TOTAL
Outros (Vozes)	26	63	61	150
Perfil internet	7	10	7	24
Personalista	5	10	8	23
Coletivo/movimento	6	7	2	15
Mídia/imprensa	3	5	3	11
Institucional	0	1	1	2
Total_Voz	47	96	82	225
ALVO (DE QUEM SE FALA)	Agosto	Setembro	Outubro	TOTAL
Candidatos	30	56	42	128
Partidos	4	18	16	38
Outros (Atores)	4	15	12	31
Instituições	6	7	16	29
Criminosos	4	5	0	9
Minorias	2	2	4	8
Total_Ator	50	103	90	243
ENQUADRAMENTO	Agosto	Setembro	Outubro	TOTAL
Nós Contra Eles (Rivalidade)	17	32	26	75
Antipetismo	14	27	20	61
Outros (Agenda)	8	18	23	49
Campanha eleitoral	6	10	8	24
Apologia à Violência	8	9	2	19
Antimídia	1	9	3	13
Restauracionismo (Nostalgia)	4	1	5	10
Combate às Minorias	3	2	3	8
Total_Enq	61	108	90	259
TOTAL	208	411	346	965

Resumo

Onde está o povo? Comunicação digital e populismo nas eleições de 2018

Neste artigo discutimos se e em que medida as informações que circularam no *WhatsApp* durante as eleições presidenciais de 2018 poderiam caracterizar uma narrativa populista, e as relações desta com a democracia representativa e a ação conectiva. A partir da análise dos conteúdos veiculados nos grupos públicos do mensageiro, mostramos que estes apresentavam elementos que convergem para a caracterização tanto da narrativa populista, quanto das e-campanhas. Contudo, verificamos uma abordagem antissistêmica e odiosa, de caráter antipluralista, na qual o povo é incorpóreo e o líder é evocado, sobretudo nos conteúdos vinculados a Bolsonaro, o que sugere novas nuances do discurso populista autoritário na contemporaneidade.

Palavras-chave: Populismo; Campanhas digitais; *WhatsApp*; Eleições de 2018.

Abstract

Where are the people? Digital communication and populism in the 2018 elections

In this article we discuss whether and to what extent the information that circulated on WhatsApp during the 2018 presidential elections could characterize a populist narrative, and its relationship with representative democracy and connective action. Based on an analysis of the content circulated in the messenger's public groups, we showed that these presented elements that converge both to characterize the populist narrative and the e-campaigns. However, we found an anti-systemic and hateful approach, of an anti-pluralist nature, in which the people are incorporeal and the leader is evoked, especially in the content linked to Bolsonaro, which suggests new nuances of authoritarian populist discourse in contemporary times.

Keywords: Populismo; Digital campaigns; *WhatsApp*; 2018 elections.

Texto recebido em 19/04/2023 e aprovado em 26/11/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.210794.

NATASHA BACHINI é socióloga, pesquisadora de pós-doutorado no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj) e mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordena o SPG “Midiatização, Plataformização e Discurso Político” da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) e o GT “Eleições e Comunicação On-line” da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política

(Compolítica). Pesquisa democracia, autoritarismo, discurso político, ciberativismo, identidade coletiva e campanhas eleitorais. E-mail: natashabachini@usp.br.

LUCY OLIVEIRA é docente do Departamento de Ciências Sociais (DCSo) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPOL) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), fez estágio de pós-doutorado no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Fapesp/Cebrap). Doutora em Ciência Política (UFSCar), com mestrado em Sociologia e graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal). É líder do Núcleo de Estudos Integrados em Democracia, Comunicação e Sociedade (Decos) e coordenadora do Laboratório de Dados e Técnicas em Ciência Política (Lab.Pol/PPGPOL/UFSCar). Coordena a área temática de “Comunicação Política e Opinião Pública” da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e é membro do conselho fiscal da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolítica). Consultora em métodos computacionais aplicados às Ciências Sociais e Análise de Conteúdo/Texto. Realiza pesquisas na área de Comunicação e Política, com foco em Democracia, Campanhas Eleitorais, Rhetorical Presidency, Jornalismo Político, Agenda-Setting e a relação entre mídia, gênero e raça. Mãe de Maria Luiza (cinco anos) e João Vicente (dois anos). E-mail: gosilva@ufscar.br.

FELIPE AMADOR CARÁ é cientista social formado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) com ênfase em Ciência Política. É membro do Núcleo de Estudos Integrados em Democracia, Comunicação e Sociedade (Decos/UFSCar). Especialista em *software* de ferramentas de pesquisa em análise de conteúdo, como NVideo, Atlas.ti e MaxQDA, e em linguagem *open source* para a ciência de dados, como o R e Python. E-mail: thefecara@gmail.com.



Cem anos da Escola de Frankfurt

Uma conversa com Martin Jay

Por Lucas Fiaschetti Estevez*

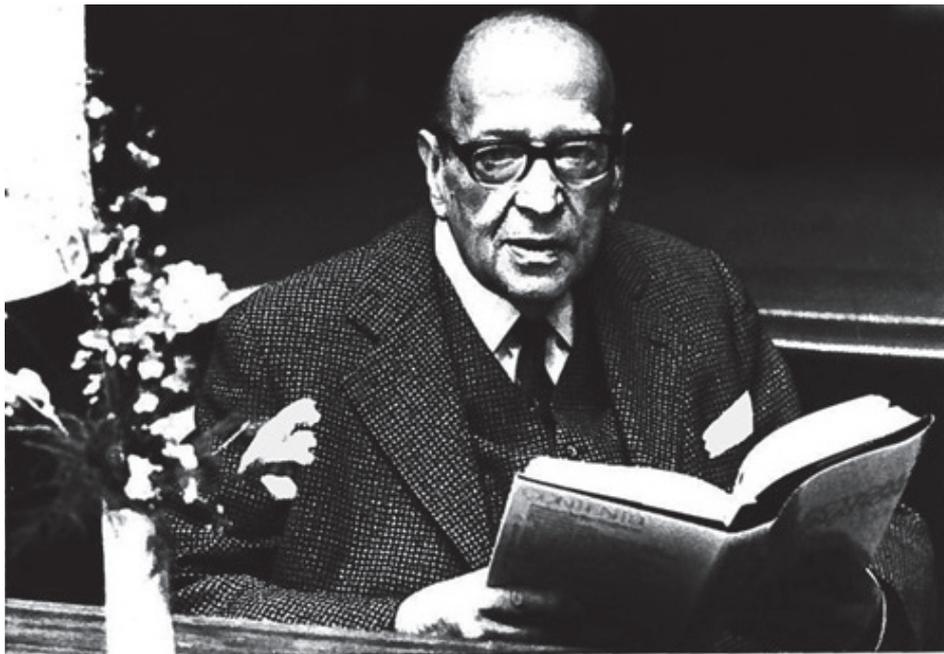
<https://orcid.org/0000-0003-2963-1298>

Em 2023, o Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, mais conhecido como “Escola de Frankfurt”, completa cem anos¹. Ao longo desse período, importantes intelectuais formularam uma teoria crítica da sociedade que tem como objetivo diagnosticar as razões da perenidade do capitalismo, a despeito de suas inúmeras contradições. De matriz materialista, dialética e interdisciplinar, a análise frankfurtiana trouxe ao debate marxista uma provocadora análise dos entraves impostos à emancipação, através de um profundo estudo tanto dos alicerces econômicos e políticos do atual estado regressivo da humanidade como daqueles que dizem respeito à cultura e à psicologia social. Entre os importantes representantes do momento inaugural dessa tradição, destacaram-se Theodor Adorno, Max Horkheimer, Walter Benjamin e Herbert Marcuse. Nas gerações seguintes, grandes intelectuais também produziram uma vasta obra, como Jürgen Habermas, Axel Honneth e Rahel Jaeggi, para citar só alguns. No Brasil, essa tradição crítica encontrou uma fértil aclimatação, movimento inaugurado pelo crítico literário Roberto Schwarz.

Do pós-guerra até meados dos anos 1960, entretanto, o mundo anglófono ainda estava relativamente alheio ao importante legado dessa tradição. Porém, a herança frankfurtiana parecia mais uma vez relevante para a compreensão daquele novo

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

1. A entrevista foi realizada por escrito, numa troca de *e-mails* ao longo de junho de 2023. Revisão da tradução: Midori Martins (FFLCH/USP, Brasil). Agradeço ao Prof. Martin Jay a disponibilidade, atenção e generosidade ímpar.



Max Horkheimer lendo *A imaginação dialética*, de Martin Jay (1973).

Fonte: Arquivo pessoal do autor, foto cedida para esta entrevista.

momento histórico do capitalismo, em que antigas certezas do Estado de bem-estar social dos países centrais e da democracia liberal começavam a desmoronar. Em meio ao esforço de jogar luz naquela experiência intelectual alemã, surge em 1973 a obra *A imaginação dialética: História da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais 1923-1950*, de Martin Jay (2008), originalmente publicada em inglês. Para sua escrita, o autor entrevistou boa parte dos representantes da chamada “primeira geração” da Escola de Frankfurt e reconstruiu de forma ampla, ao mesmo tempo que detalhada, a história do Instituto, de seus membros e as principais características de sua empreitada intelectual. Desde então, seu livro figura como uma das mais significativas análises dessa experiência.

Indo muito além da historiografia e do comentário, nosso entrevistado se tornou um importante intérprete da tradição crítica frankfurtiana, na qual poderíamos incluí-lo ele próprio. Professor emérito da Universidade da Califórnia, Martin Jay publicou obras que versam sobre os mais diferentes temas. Entre elas, destacamos *Marxism and totality: The adventures of a concept from Lukács to Habermas* (1984), *Downcast eyes: The denigration of vision in twentieth-century French thought* (1993) e o recente *Splinters in your eye: Frankfurt School provocations* (2020). Nessa entrevista, nós nos debruçamos não só sobre a história e os pressupostos teóricos da Escola de

Frankfurt, como também sobre a relação dela com outras correntes de pensamento e sua validade para se pensar o tempo presente e nossa periférica situação brasileira.

*Este ano comemoramos o centenário do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt. Ao longo desse tempo, gerações de pensadores de diferentes áreas e orientações teóricas e políticas, diante de contextos históricos distintos, se sucederam na análise e crítica da sociedade capitalista. Na introdução do seu recente livro *Splinters in your eye* (2020), você comenta que essa “tradição” possui uma “forma não integrada” que dispensa uma “coerência narrativa”, algo que diz muito a respeito na natureza da análise frankfurtiana. Entretanto, sabemos que há de se encontrar uma certa especificidade que permita, ao longo desses cem anos, estabelecer uma linha que una Max Horkheimer e Theodor Adorno a Rabel Jaeggi, por exemplo. Em sua visão, quais seriam os critérios que podemos estabelecer para que esses pensadores sejam encarados como parte de uma mesma constelação e de um mesmo campo de força (Kraftfeld) conhecido como “Teoria Crítica”?*

Martin Jay [MJ]: Para começar a responder a essa pergunta tão desafiadora, seria necessário irmos para além de uma análise que busca um denominador comum na obra de várias das figuras que se identificaram com a tradição da Teoria Crítica. Na verdade, teríamos que começar refletindo sobre as metáforas da própria pergunta. Desse modo, teríamos que levar em conta o que significa traçar uma “linha” conectando gerações de pensadores que não necessariamente estão bem-posicionados ao longo de um mesmo percurso em comum. Como alternativa, seria melhor se os encarássemos como pensadores que ocuparam diferentes posições em um emaranhado de filiações que resistem a serem agrupadas em uma única linhagem. Além disso, deveríamos nos perguntar se as metáforas da “constelação” e do “campo de força”, introduzidas por Benjamin e Adorno e frequentemente adotadas em minha própria obra, são compatíveis com a singularidade de uma “linha”. Se decidíssemos pela sua incompatibilidade e enfim abandonássemos essa ideia de linearidade, teríamos que mostrar como a evolução do Instituto de Pesquisa Social, da Escola de Frankfurt e da Teoria Crítica – para citar os três protagonistas de nossa história – poderia ser satisfatoriamente organizada em um campo dinâmico de forças ou de constelações de estrelas que pudessem, enfim, fazer justiça a todos os seus diferentes membros ao longo de um século de desenvolvimento histórico. Ao fazer tal esforço, rapidamente perceberíamos por que Wittgenstein prefere falar em “semelhanças familiares” em vez de procurar um conceito geral sob o qual os diferentes membros pudessem ser reunidos – e por que Adorno manteve sua dialética “negativa” e valorizou a “não identidade” em detrimento da identidade.

Embora tenha invocado essas questões para evitar uma resposta direta à sua pergunta, permita-me pelo menos sugerir uma maneira aproximada de entendermos essa tradição. De certo modo, ela pode ser definida pela conhecida expressão segundo a qual “o cisco no teu olho é a melhor lente de aumento”, uma frase de Adorno (2017, p. 40), que tomei emprestada para o título do meu recente livro (2020). De modo geral, todos aqueles pensadores estavam profundamente preocupados com as fontes evitáveis daquilo que poderíamos chamar de “sofrimento excedente” – tanto o individual como o da humanidade em geral –, o qual deveria ser identificado e, se possível, eliminado. Eles se sentiam indignados com os obstáculos à realização da possibilidade de felicidade genuína para todos e negavam que os intelectuais precisassem ser figuras desinteressadas. Na verdade, eles deveriam ser guiados por um imperativo assumidamente normativo que expusesse e criticasse tais obstáculos. Para tanto, estavam abertos, com diferentes graus de entusiasmo, às contribuições da filosofia, teologia, teoria social e política, psicanálise e arte, bem como das ciências sociais empíricas. Eles aprenderam com as críticas de Kant à razão pura e prática, bem como com a crítica de Marx à economia política. Enfim, foram para além deles perseguindo a autocrítica, aonde quer que ela os pudesse levar. Como resultado, deixaram um legado aberto e não dogmático que possibilitou novas respostas a diferentes circunstâncias históricas e um estímulo a modelos teóricos posteriores.

Seu livro A imaginação dialética: História da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais 1923-1950 ([1973] 2008) se tornou uma obra de referência nos estudos da Teoria Crítica. Ao longo de sua preparação, você entrevistou as principais figuras da chamada “primeira geração”, como Horkheimer, Adorno, Leo Löwenthal, entre outros. Em sua obra já citada Splinters in your eye (2020), você aborda um pouco dos bastidores desse período. Você poderia comentar como esses intelectuais queriam ser lembrados e quais eram suas principais preocupações em relação à historiografia nascente que surgia a respeito deles? Em outras palavras, qual era a autocompreensão desse heterogêneo grupo, naquele momento histórico, a respeito da experiência intelectual do Instituto até ali?

MJ: Quando iniciei minha pesquisa de doutorado sobre o *Institut* em 1967, praticamente não havia nenhum estudo sério sobre sua história ou as ideias de seus principais pensadores. Embora outros projetos também estivessem em andamento na época, tive a sorte de concluir o meu antes que eles aparecessem ou fossem interrompidos por circunstâncias infelizes (refiro-me aqui em particular a uma biografia de Horkheimer que estava sendo escrita por Matthias Becker, mas que permaneceu inacabada por causa de sua morte prematura). Apesar dos comentários frequentemente polêmicos

acerca do trabalho de Marcuse que começavam a ser publicados, eles nunca se baseavam em fontes originais que esclareciam o seu contexto original. Em geral, Walter Benjamin permanecia apenas como um rumor, pelo menos no mundo anglófono, até a publicação de seus escritos sob o título *Iluminations* (1968), volume editado por Hannah Arendt e que contava com uma controversa introdução. Além de *Prisms* (1967), de Adorno, e *Negations* (1968), de Marcuse, não havia materiais em língua inglesa dos seus trabalhos anteriores. Horkheimer, de maneira muito hesitante, permitiu que seus ensaios do pré-guerra, como *Kritische Theorie* (1968, 1972), fossem republicados. A maioria dos estudiosos alemães estava muito ocupada discutindo sobre o significado atual da Teoria Crítica, especialmente suas implicações políticas, deixando de lado qualquer atenção ao seu desenvolvimento histórico.

Assim, eu tinha praticamente todo um campo aberto para narrar essa história conforme coletava fontes e realizava conversas com os membros sobreviventes. Esses membros não eram, com certeza, observadores desinteressados, mas estavam ativamente interessados em moldar a sua recepção. Felix Weil, por exemplo, estava muito ansioso em me demonstrar o importante papel que teve na fundação do Instituto, além de ressaltar seu contínuo envolvimento nos anos que se seguiram. [Erich] Fromm queria contestar a versão convencional acerca da sua ruptura com o *Institut* no final da década de 1930, que havia sido amplamente atribuída à sua desilusão com Freud por Marcuse e Adorno. Ele também era, como você pode imaginar, mais cético em relação às realizações positivas do Instituto do que seus colegas. Löwenthal se interessava em deixar claro o papel central que teve na produção da *Zeitschrift für Sozialforschung*², além de refutar a marginalização de suas contribuições por Adorno depois do estremecimento da amizade entre ambos (o que mais tarde influenciaria a versão de Rolf Wiggershaus (2002) do papel de Löwenthal no Instituto). [Friedrich] Pollock enfatizava a centralidade intelectual e institucional de Horkheimer na história do Instituto. Adorno estava ansioso para refutar as acusações que sofria de ter manipulado o legado de Benjamin, inclusive sobre as contribuições de Benjamin que tinham saído na própria revista do Instituto. Ele também me alertou em não levar muito a sério a versão do sociólogo Paul Lazarsfeld sobre a colaboração entre ambos no final dos anos 1930. Marcuse não estava interessado em ressaltar as diferenças políticas que tinha com Horkheimer e Adorno sobre o movimento estudantil, o que mais tarde se tornaria amplamente conhecido. Ninguém queria reconhecer em público o desdém sofrido pela análise mais marxista de [Franz] Neumann sobre o nazismo em *Behemoth* ([1942] 2009), questão que eu tinha visto em algumas cartas deles. Tampouco faziam questão, principalmente Weil, de dar qualquer importância

2. Revista do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt.

às suas origens judaicas para a formação da Teoria Crítica. Enfim, essa lista poderia ser ampliada. Como escrevi no prefácio do livro, muitas vezes senti como se estivesse assistindo a *Rashomon*, filme de [Akira] Kurosawa, no qual diferentes versões de uma mesma história nunca convergem em uma verdade singular e inequívoca. De qualquer modo, fiz o meu melhor para moldar o que considere ser o relato mais plausível, reconhecendo as diferentes memórias de alguns dos participantes.

Utilizada por György Lukács, a imagem do “Grande Hotel Abismo” ([1933] 1984) caracteriza até hoje uma visão bastante difundida a respeito dos teóricos críticos: a de que esses pensadores, ao exercerem uma “grande recusa” em relação a uma prática e um posicionamento político direto, ficariam encastelados como intelectuais distantes em sua “torre de marfim”. Nos protestos de 1969, a tumultuosa relação de Adorno com os estudantes intensificou essa imagem (o que não ocorreria com Marcuse). Outros argumentam que a relação desses intelectuais com a participação política deveria ser analisada através de um prisma mais complexo, que reconhecesse sua independência frente às demandas políticas de contextos específicos. É fato que a teoria crítica tentou se afastar da tradicional figura do intelectual frente às “massas” não esclarecidas. Em Teoria tradicional e Teoria Crítica, por exemplo, Horkheimer (1983, p. 148) argumentava que diferentemente da noção de inteligência, na qual o teórico “paira sobre as classes”, “a tarefa do teórico crítico é superar a tensão entre a sua compreensão e a humanidade oprimida, para a qual ele pensa”. A seu turno, Adorno (1995, p. 125) defendia em Educação após Auschwitz que “o único poder efetivo contra o princípio de Auschwitz seria a autonomia”, por parte do intelectual, a “não participação” (nicht mitmachen). Como você qualificaria a postura do teórico crítico frente à dimensão da prática política? Em suma, qual o lugar dele na sociedade?

MJ: Embora muitas tentativas tenham sido feitas ao longo dos anos para abordar essa questão, o fato de você trazê-la à tona mais uma vez mostra como ela permanece não resolvida no debate sobre o legado da Escola de Frankfurt. Como a teoria “crítica” se diferenciava de sua contraparte “tradicional” justamente a partir de seu imperativo em desafiar e, em última instância, transformar um mundo que frustrava o pleno florescimento humano, a necessidade de encontrar um caminho da teoria para a prática sempre pareceu urgente. Evidentemente, o contexto dos anos 1960 parecia oportuno, pelo menos para alguns, em transformar a crítica em práxis. Como Adorno, em particular, estava relutante em atender a esse chamado, ele foi denunciado pela Nova Esquerda Alemã como um hipócrita que preservava sua “bela alma” e se recusava a sujar as mãos. Em ensaios como “Resignação” (2018), ele respondeu diretamente a essa acusação de maneira sutil e, a meu ver, persuasiva. O fracasso final

da Nova Esquerda Alemã em realizar suas demandas mais radicais talvez possa ser visto como uma justificativa da relutância de Adorno em endossá-la sem hesitação.

De qualquer modo, a questão maior levantada acerca do caminho da teoria radical em direção à prática transformadora, que os marxistas tentaram responder desde o início, envolve a difícil questão da organização. Ou seja, como canalizar o descontentamento de um grande número de pessoas vitimadas por um sistema através de um meio eficaz de superá-lo? Um partido de massas voltado a conquistar a maioria em uma democracia? Um disciplinado partido de vanguarda disposto a subverter os princípios democráticos e talvez fazer uso da violência para perturbar o sistema? Conselhos de trabalhadores e demais grupos que desejam criar instituições alternativas dentro de um sistema para demonstrar a possibilidade de modelos de organização socioeconômica superiores ao vigente? Uma irrupção não hierárquica e espontânea de uma resistência não organizada, ainda que efêmera, frente à reprodução normal do sistema, como tentou o movimento *Occupy* no início deste século? Na verdade, a Escola de Frankfurt nunca se sentiu muito confortável com nenhuma dessas alternativas, e assim manteve, *faute de mieux* [por falta de algo melhor], uma espécie de divisão do trabalho em que teoria e prática não poderiam ser unidas com sucesso através de um mero *wishful thinking* [desejo, pensamento positivo].

Ironicamente, foi na trajetória do mais proeminente teórico crítico da segunda geração que um esforço mais robusto foi feito para escapar do Grande Hotel Abismo e adentrar na luta política. Mais do que qualquer outro intelectual de nosso tempo, Jürgen Habermas se envolveu diretamente em disputas políticas na Alemanha e em outros lugares. Em vez de abraçar a “grande recusa”, na qual a perspectiva utópica se converte numa negação de compromisso com o *statu quo*, ele sempre procurou trabalhar com as ideias de “interação comunicativa” e “democracia deliberativa” à luz das questões atuais. Isso porque, como Habermas mesmo disse, “somos todos participantes do processo do esclarecimento”. Assim, ele evita transformar o teórico em um mentor elitista das massas, que sabe de antemão o que é bom para elas. Para certos defensores da primeira geração de teóricos críticos, essa abordagem pode parecer um abandono de seus objetivos mais radicais, mas pelo menos demonstra que a lacuna entre teoria e prática não é eternamente intransponível.

Em A imaginação dialética (2008, p. 85), você esmiúça como as expectativas decrescentes em relação a uma revolução na Alemanha durante os anos 1930 afetou a produção intelectual dos frankfurtianos. Diante de tais mudanças, “a teoria crítica foi cada vez mais forçada a uma posição de ‘transcendência’ pelo enfraquecimento da classe trabalhadora revolucionária”, o que teria direcionado os estudos do Instituto a adotar um “tom pessimista”. Desde então, estabeleceu-se uma dificuldade em dar um conteúdo à

imagem utópica de uma sociedade ainda não existente, postura que você correlaciona à proibição judaica de se representar imagetivamente a natureza divina (Bilderverbot). Por outro lado, o tólos teórico e prático da Teoria Crítica continua sendo a superação do existente. Em Minima moralia (2017, p. 242), Adorno comenta que “o único modo que ainda resta à filosofia de se responsabilizar perante o desespero seria tentar ver as coisas como aparecem do ponto de vista da redenção”. Por sua vez, no prefácio que Horkheimer escreveu ao seu livro, o autor comenta que se deve insistir “na esperança de que o horror terreno não detenha a última palavra” (2008, p. 36). Como você definiria essa “posição de transcendência” da teoria crítica em um período em que as expectativas parecem ainda menos promissoras?

MJ: Ao longo de sua história centenária, a Escola de Frankfurt tem lidado com a questão de onde encontrar o *point d'appui* [ponto de apoio] normativo da Teoria Crítica. Embora às vezes tenha se apoiado mais em um polo do que no outro, ela sempre buscou respostas na crítica imanente e transcendente. Deixe-me explicar melhor. Embora não depositassem mais sua confiança no ponto de vista privilegiado do proletariado, tido por marxistas anteriores como Karl Korsch como o fundamento basilar da validade epistemológica, eles frequentemente buscavam evidências da resistência ao *statu quo* nas “rachaduras e fendas” do presente “mundo administrado”. As lembranças felizes da infância, o legado ambíguo de tentativas utópicas que fracassaram e talvez, acima de tudo, a “promessa de felicidade” contida na arte forneciam pelo menos a possibilidade de um futuro radicalmente diferente e possivelmente melhor. Mesmo o hiato entre as pretensões ideológicas da ordem vigente e sua miserável realidade oferecia, pelo menos, alguma justificativa para uma crítica imanente, na qual os fracassos da realidade poderiam ser medidos em relação à ideologia.

Em outros momentos, porém, tais distinções foram apagadas no que Marcuse chamou de “sociedade unidimensional”, na qual as aparentes negações da realidade funcionavam para preservar o *statu quo* em vez de desafiar-lo. Como resultado, a crítica imanente teve que ser complementada por padrões normativos mais transcendententes, que pairavam de forma a-histórica acima da sociedade tal como ela existe. O forte conceito de *razão objetiva* às vezes parecia servir a esse propósito, embora se tornasse cada vez mais difícil defender sua plausibilidade. Uma alternativa era o que Adorno chamava de “experiência metafísica”, um conceito mal definido que nunca foi adiante. Outro foi o recurso de Adorno à “redenção” em *Minima moralia* (2017), o qual você cita e que ele também invocou na *Dialética negativa* (2009). Lá, ele estava se referindo às intuições de cunho teológico de Walter Benjamin sem, no entanto, realmente compartilhar da plausibilidade da fé dogmática de seu amigo. Recentemente escrevi um ensaio, que ainda está no prelo, que analisa essa ideia com

mais atenção. Nele, destrincho o que vem junto dessa ideia religiosa de redenção, mesmo que Adorno procurasse se afastar dela invocando a *Bilderverbot* (proibição de imagens) judaica. Nesse texto, concluo que o recurso a esse termo era ao mesmo tempo uma forma desesperada de se compensar a inadequação de outras normas transcendentais, e, em última análise, um gesto retórico sem substância real.

Habermas parece ter chegado à mesma conclusão, o que explica seus esforços em encontrar um novo ponto de vista normativo para a Teoria Crítica, primeiro em um interesse quase transcendental pela emancipação exposto em *Conhecimento e interesse* ([1968] 2014) e, depois, pela razão comunicativa intersubjetiva em *Teoria da ação comunicativa* ([1981] 2022). O sucesso combinado desses esforços foi tema de um dos meus últimos livros, *Reason after its Eclipse: On late Critical Theory* (2016). A mistura da crítica imanente e transcendente que poderia fornecer uma base sólida para uma teoria crítica da sociedade permanece, portanto, ainda uma questão em aberto (se supusermos que precisamos encontrar uma, premissa desafiada por Richard Rorty, entre outros).

Em um dos aforismos de Dämmerung ([1934] 2022, p. 35), Horkheimer esboça uma crítica à teoria das mônadas de Leibniz e sua concepção antissocial de indivíduo. Se neste último a alma era comparada “a uma casa sem janelas”, que prescindia do outro para se afirmar e se desenvolver, Horkheimer responde que há “uma espécie de rajada de vento capaz de abrir as janelas das casas”, a saber, “o sofrimento em comum”, esse sim responsável pela compreensão mútua entre os homens. Apesar da influência de Arthur Schopenhauer se fazer sentir aqui, o descentramento do indivíduo isolado para um sujeito historicamente arrasado pelo capitalismo também revela um outro movimento da Teoria Crítica: a mobilização da psicanálise de Sigmund Freud. Principalmente sob a figura de Erich Fromm, tornou-se fundamental uma análise do sofrimento social que também o encarasse como sofrimento psíquico. Seja numa perspectiva mais ampla, como na conhecida imagem das ruínas e dos mortos que se acumulam aos pés do “anjo da história” de Walter Benjamin (1987, p. 226), seja na coisificação do outro (Verdinglichung) identificada por Adorno como “a condição psicológica mais importante para tornar possível algo como Auschwitz” (1995, p. 134), o sofrimento figura como problema central dessa tradição intelectual. Em A imaginação dialética (2008, p. 139), você comenta como a psicanálise forneceu “o elo que faltava entre a superestrutura ideológica e a base socioeconômica”, tornando possível perseguir a “ideia materialista na natureza essencial do ser humano”. Em sua opinião, como a psicanálise contribuiu para a análise dessa mediação entre o indivíduo e a sociedade? De que forma a análise do sofrimento psíquico revela o estado irracional e de sofrimento do todo social?

MJ: Essa é uma pergunta muito importante que exigiria um livro inteiro para ser respondida com o detalhamento que ela exige. Não só os seres humanos sofrem por várias causas diferentes, mas também o mundo natural no qual estamos inseridos. A Escola de Frankfurt sempre foi sensível à dominação da natureza exercida pela tecnologia humana e ansiava por uma relação mais saudável e sem exploração – a qual eles chamavam de relação mimética – entre a humanidade e o meio ambiente. Em outras palavras, tratava-se da relação da cultura humana com a natureza, a qual está fora e dentro de nós. Como há um conflito interno entre o que se poderia chamar de cultura internalizada – em termos freudianos, o superego e o ego – e a natureza instintiva – o que Freud chama de id –, o sofrimento e a repressão acontecem tanto no nível psicológico quanto social. Quando Adorno (2017, p. 51) identificava a utopia com o “cego prazer somático”, ele protestava contra a repressão e a sublimação dos desejos libidinais, cuja negação causava sofrimento. Assim, a psicanálise é vital para nos ajudar a compreender a relação dinâmica entre o desejo e os obstáculos à sua realização, ao mesmo tempo que lança luz sobre a dimensão intersubjetiva dessa relação. Ou seja, ela nos ajuda a ver que a realização do desejo envolve não apenas a satisfação dos impulsos libidinais egoístas, mas também a conquista da aceitação mútua daquilo que chamamos de amor ou, no mínimo, uma empatia pelos outros. Axel Honneth ([1992] 2007), seguindo o exemplo de Hegel, iria tratar tal questão nos termos de uma dialética do reconhecimento.

Independentemente de a simpatia de Horkheimer por Schopenhauer ter sido ou não a razão de sua sensibilidade quanto à questão do sofrimento, a experiência de ter sobrevivido ao Holocausto os tornou muito conscientes da terrível capacidade dos homens em provocar em pessoas inocentes o que se poderia chamar de sofrimento excedente. Como mencionei em uma resposta anterior, talvez a principal motivação da Teoria Crítica tenha sido a determinação em diminuir os efeitos da desnecessária miséria, intencional ou não, desencadeada pelos homens uns contra os outros e contra o mundo natural. O “pessimismo” frequentemente atribuído à Escola de Frankfurt decorre de sua percepção de que havia inúmeras fontes aparentemente insolúveis do sofrimento excedente, para além daquelas incontornáveis causadas pela natural mortalidade humana e pela vulnerabilidade às doenças. Mesmo assim, eles nunca abandonaram totalmente a esperança de que, apesar de tudo, mudanças significativas eram possíveis.

As chamadas segunda e terceira gerações da Teórica Crítica da sociedade, com Jürgen Habermas e Axel Honneth à frente, desenvolveram teorias que reformularam sobremaneira o debate frankfurtiano. Esses autores apontaram que a primeira geração sofria de déficits sociológicos e políticos, como também era refém de posições aporéticas frente

aos novos dilemas históricos – como na chamada “estratégia de hibernação” que Habermas (1979, p. 43) atribuía a Adorno. Entre os novos diagnósticos enfrentados por tais autores a partir do pós-guerra, temos a reflexão sobre as possibilidades de debate público nas democracias liberais dos países centrais e as intensas lutas, por parte de grupos marginalizados, pelo reconhecimento de seus direitos. De certa forma, a crítica da ideologia trilhou novos caminhos. Por outro lado, parte da literatura aponta para o esvaziamento do potencial crítico nesses novos diagnósticos, já distantes de uma leitura materialista e dialética da sociedade. Como você encara esse debate a respeito da relação entre as diferentes “gerações” frankfurtianas?

MJ: Sempre tive receio em colocar uma geração de teóricos críticos contra outra, embora seja claro que elas reagiram a diferentes desafios históricos e frequentemente ofereceram soluções diferentes. Um ponto forte da Escola de Frankfurt como domínio de formação intelectual contínuo e em desenvolvimento é sua resistência em canonizar os textos originais ou em cultuar de forma acrítica seus pais fundadores. Experimental desde o início, ela evitou a sistematização estagnada e a institucionalização que minou o poder de muitos dos seus rivais marxistas ocidentais, além, é claro, do discurso comunista oficial. Embora as críticas feitas às gerações posteriores de abandonarem a intransigência utópica da primeira geração, e assim diluírem sua denúncia já “desqualificada” do capitalismo, também tenham o seu mérito, não podemos continuar reciclando os sonhos da Nova Esquerda dos anos 1960, quando a primeira geração parecia mais relevante. O tipo de engajamento político representado por Habermas me parece muito mais promissor hoje do que, digamos, a mistura incipiente de êxtase teológico e niilismo anarquista que orientou grande parte da obra de Walter Benjamin. Isso não quer dizer que não tenhamos mais nada a aprender com o notável trabalho de Benjamin e de outros teóricos da primeira geração da Escola de Frankfurt. Na verdade, seria apenas um erro confundir o período em que eles estavam escrevendo com o nosso. Se levarmos a sério o “histórico” do “materialismo histórico” e reconhecermos o próprio imperativo de Benjamin em criar uma constelação dinâmica entre passado e presente, também honramos o espírito da Teoria Crítica quando nos recusamos a transformar seu legado em um conjunto de textos sagrados válidos para todos os tempos e lugares.

Ao lado da experiência intelectual frankfurtiana, temos o chamado pós-estruturalismo francês, também denominado de desconstrucionismo. Por vezes, observa-se entre os estudiosos da Teoria Crítica e desta outra tradição uma aversão mútua, que em muitas das vezes impede possíveis e frutíferos intercâmbios. Porém, também se faz necessário olhar para os pontos de contato entre ambas, proximidade aventada inclusive por Michel Fou-

cault. Em uma entrevista, o filósofo francês afirmou que “se eu tivesse conhecido a tempo a Escola de Frankfurt, muito trabalho me teria sido poupado”, já que os frankfurtianos já teriam “aberto o caminho” (1983, p. 24). Quais seriam, em sua opinião, as principais convergências entre essas duas tradições do pensamento moderno?

MJ: No contexto das chamadas “guerras teóricas” do final do século XX, uma das batalhas mais ruidosas opôs a Teoria Crítica ao pós-estruturalismo em geral e à desconstrução em particular – ou pelo menos era assim que o tema aparecia no imaginário popular nos Estados Unidos e em outros lugares, a ponto de aparecerem trocadilhos sobre os *frankfurters* e os *French fries*³. Sob um olhar mais atento, entretanto, as fronteiras não eram nada claras e ambos os campos eram tudo, menos homogêneos. Em primeiro lugar, o chamado pós-estruturalismo – um termo impreciso imposto por um grupo de diferentes pensadores, sobretudo franceses, que nunca se sentiram muito confortáveis com ele – foi muitas vezes confundido com o pós-modernismo. Vários teóricos críticos, mais notadamente Leo Löwenthal ao final de sua vida e Jürgen Habermas, temiam uma perda de confiança no impulso emancipatório e até utópico do projeto modernista por aqueles que pensavam que ele já estava totalmente esgotado. Eles temiam que o pós-modernismo abraçasse muito rapidamente os prazeres superficiais da cultura de massa (ou da indústria cultural) e fosse assim cúmplice do capitalismo tardio. Enfim, temiam que se fosse para além da crítica à razão instrumental para se atacar a razão *tout court* [sem mais].

Embora a sobreposição entre o pós-modernismo e o pós-estruturalismo esteja longe de ser exata, o ceticismo dos frankfurtianos os levou às vezes a colocarem todos esses autores no mesmo saco (talvez o exemplo mais importante tenha sido *O discurso filosófico da modernidade* de Habermas, [1985] 2000). Porém, se olharmos de forma mais atenta, as várias tendências teóricas que foram agrupadas sob o rótulo pós-estruturalista eram muitas vezes mais compatíveis com impulsos na Teoria Crítica do que parecia à primeira vista. Cada um dos campos, por exemplo, poderia encontrar uma inspiração na ambiguidade do legado de Walter Benjamin, embora nem sempre pelas mesmas razões. Ambos desconfiavam do desejo de sistematização e totalização nas filosofias idealistas e materialistas tradicionais. Ambos eram críticos do ideal convencional do individualismo autônomo e autossuficiente, apoiado pelo liberalismo e pela psicologia do ego. Cada um deles percebeu a importância da mediação linguística das ideias, mesmo que tenham tido interpretações diferentes

3. Há uma ambiguidade nos termos. As *frankfurters* são um popular tipo de salsicha alemã, além de designar aquele que nasceu na cidade de Frankfurt. Já a expressão *French fries* significa tanto “batatas fritas” como também, numa tradução literal, “franceses fritos”.

de como a linguagem funcionava. A lista poderia ser facilmente ampliada, embora não possamos ignorar as tensões muito reais que impediram o colapso de um campo pelo outro.

Se tomarmos o caso específico de Foucault (que, aliás, era muito hostil à desconstrução de Derrida e não aderiu a ela), um diálogo fecundo com a Teoria Crítica era evidente. Foucault passou vários anos em Berkeley antes de sua morte, em 1984, e pudemos discutir em várias oportunidades. Ele me disse que não tinha percebido o quanto poderia ter aprendido com a Teoria Crítica até ler a tradução francesa do meu primeiro livro, em meados dos anos 1970, e de se sentir próximo da *Dialética do Esclarecimento* ([1944] 1985) em particular. Ele compartilhava a ênfase que a obra dava à história disciplinadora dos corpos e a apreciação feita a respeito do entrelaçamento do conhecimento e do poder. Embora contestasse a leitura utópica de Freud feita por Marcuse em *Eros e civilização* ([1955] 1982), Foucault era receptivo à valorização do prazer somático, incluindo a perversidade polimórfica. Isso não quer dizer que não houvesse diferenças em suas abordagens, o que ficou claro quando Löwenthal e eu fomos incluídos por Paul Rabinow e Hubert Dreyfus em uma série de conversas gravadas com Foucault, que também envolveu Richard Rorty e Charles Taylor. Ele era, por exemplo, muito mais cético a respeito do papel da agência na mudança social do que o resto de nós, e ainda menos esperançoso de que a resistência pudesse realmente mudar qualquer coisa, em vez de simplesmente servir para manter o sistema funcionando sem maiores problemas.

O fundamental é que apesar das óbvias tensões entre as duas margens do rio Reno, que se estenderam para as “guerras teóricas” na academia anglófona e além, a possibilidade de uma troca significativa nunca foi excluída. Embora um consenso dialógico em todas as questões fosse inalcançável – Derrida, aliás, sempre fez questão de preferir a princípio o dissenso –, foram possíveis uma rica troca teórica e a realização de alguma aproximação nas relações entre os dois campos. Significativamente, até Habermas e Derrida conseguiram, em 1999/2000, realizar um seminário conjunto em Paris e depois em Frankfurt. Alguns anos depois, também publicaram juntos *A plea for a common foreign policy* (2003). Derrida também recebeu o Prêmio Adorno da cidade de Frankfurt. Embora alguns discípulos mais dogmáticos de cada uma dessas figuras tenham se sentido traídos pela nova amizade, eles demonstraram que era possível encontrar algum terreno comum contra um mundo cada vez mais hostil a teorias de qualquer tipo.

Com o recrudescimento da extrema direita em âmbito mundial, a intensificação dos processos de degradação social neoliberal e de instabilidade sistêmica marcada por inúmeros conflitos sociais, observa-se uma retomada no interesse acadêmico pelas análises da

primeira geração em relação ao fascismo e suas consequências para a política, a cultura e a economia. Como obras emblemáticas desse debate, podemos citar Behemoth ([1942] 2009), de Franz Neumann, os artigos de Frederick Pollock sobre o “Estado autoritário” ([1932-1941] 2019) e os estudos empreendidos pelo Instituto, como Prophets of Deceit ([1949] 2021), de Leo Löwenthal e Norbert Guterman, e Estudos sobre a personalidade autoritária ([1950] 2019), coordenado por Adorno. Em sua opinião, de que forma esses e outros escritos dos primeiros frankfurtianos contribuem para o debate contemporâneo em relação ao contexto atual de ascensão da extrema direita?

MJ: Você está certo quando diz que o início da onda global de populismo autoritário, exemplificada na América por Trump e no Brasil por Bolsonaro, reavivou o interesse pelo trabalho da Escola de Frankfurt sobre o fascismo na Europa e, potencialmente, nos Estados Unidos. Os estudos psicanaliticamente informados que eles fizeram sobre as técnicas usadas pelos demagogos e as razões pelas quais grandes segmentos da população foram seduzidos por eles – você mencionou os principais estudos, mas também houve vários outros – parecem mais uma vez relevantes para explicar os fenômenos contemporâneos. O alerta acerca do perigo que o antissemitismo representa como um pretexto para o fascismo também parece atual. Por outro lado, o *Behemoth*, de Neumann, não exerce tanta influência, pois enfatizava o papel que o capitalismo monopolista desempenhou na promoção do nazismo em particular, um modelo que realmente não funciona mais para explicar a desconfiança populista no capitalismo global e a suspeita da concentração de poder nas mãos das elites.

Uma abordagem menos estudada tem sido a tentativa, nunca totalmente concluída, que Horkheimer e seus colegas fizeram sobre o que chamaram de “sociedade dos *rackets*”⁴ nas décadas de 1930 e 1940. Aqui, o argumento se concentrou no retorno de arranjos transacionais pré-modernos de proteção e lealdade, muitas vezes de natureza personalista, que substituíram o Estado de Direito abstrato e os procedimentos do mercado anônimo. Em um ensaio (2021) que escrevi sobre o filme *O irlandês*, de Martin Scorsese, o qual será republicado em minha próxima coletânea *Immanent critiques*, tentei aplicar as lições da análise da “sociedade dos *rackets*” para explicar o domínio de Trump sobre sua base Maga (*Make America Great Again*). Mesmo após sua derrota nas eleições de 2020 e o desastre de 6 de janeiro de 2021, seus seguidores parecem ainda sob seu domínio. Compreender os laços recíprocos de lealdade pessoal que transcendem os princípios – morais e legais – em uma sociedade de *rackets* pode nos ajudar a entender seu apelo contínuo. Fiquei satisfeito ao ver que, na investigação em curso sobre a interferência de Trump nas eleições de 2020 – que

4. Mantivemos o termo original, como já convencionado na literatura em português sobre o tema.

ele falsamente alegou terem sido “roubadas” e “fraudadas” –, as acusações federais de extorsão sob a Lei Rico (*Racketeering Influenced Criminal Organization*)⁵ estão agora sendo seriamente aplicadas contra ele, validando assim implicitamente a relevância da análise da sociedade de *rackets* da Escola de Frankfurt.

Em O homem unidimensional ([1964] 2015, p. 111), Herbert Marcuse já apontava na sociedade norte-americana da década de 1960 um fechamento tanto do universo político como do discurso, numa espécie de “sociedade sem oposição”. Para o autor, assistia-se ao surgimento de uma sociedade que “pode ter recursos para dispensar a lógica e jogar com a destruição”, na qual as contradições em curso são falsamente reconciliadas. Ao refletir sobre o contexto atual dos novos extremismos de direita (2020, p. 153), você já salientou que estamos diante de uma espécie de “dialética anti-iluminista”, na qual se cria um “universo paralelo onde as leis normais de evidência e plausibilidade são suspensas”, quase como numa “narrativa paranoica”. Um dos exemplos dessa regressão em curso são as inúmeras teorias da conspiração que atribuem ao chamado “marxismo cultural” a responsabilidade pela maior parte dos males de nosso tempo. Como a teoria crítica contemporânea pode se afirmar como uma voz dissonante nessa espécie de sociedade sem oposição?

MJ: A análise de Marcuse sobre o cerco unidimensional da cultura e da sociedade americana, nas quais a negação e a crítica haviam sido embotadas e uma aceitação conformista do *statu quo* prevaleceu, foi ironicamente desafiada pela emergência da contracultura e da Nova Esquerda quase imediatamente após sua publicação, em 1964. Pode-se dizer, é claro, que o livro foi responsável pela sua própria refutação ao alertar as pessoas – os estudantes em particular – a respeito de sua inconsciente integração a uma sociedade repressiva. Por outro lado, também se poderia argumentar que as tentativas para escapar desse destino foram, elas mesmas e sem aviso prévio, cúmplices da manutenção do próprio sistema que procuravam subverter. Marcuse havia previsto essa situação com seu conceito de “dessublimação repressiva”, no qual a aparente liberação de impulsos transgressores, principalmente os sexuais, poderia ser aproveitada para propósitos finais de cunho conformista. A contracultura do “sexo, das drogas e do *rock and roll*” era vulnerável à sua estabilização em um “capitalismo *hippie*”, no qual um simulacro de rebeldia alimentava a fera que acreditava desafiar o sistema. Embora seja equivocado concluir cinicamente que toda resistência aparente é, em última análise, funcional para a manutenção do poder e do sistema – uma conclusão na qual Foucault parece ter chegado em alguns momentos –, fato é que

5. Lei de Organizações Corruptas Influenciadas por *Rackets*.

nos tornamos mais cautelosos em celebrar qualquer comportamento transgressor ou pensamento idiossincrático como inerentemente libertadores.

Hoje estamos diante de uma outra ironia, que diz respeito à emergência de uma robusta contracultura proveniente da direita, que aprendeu uma série de lições com sua contraparte de esquerda nos anos 1960. Ela também encara a autoridade estabelecida como “elitista” e zomba das normas de civilidade e do comportamento “adequado”. Desconfia da ciência e da *expertise* em geral, e muitas vezes abraça teorias conspiratórias sem comprovação sobre forças das trevas que supostamente comandam o mundo. Essa contracultura sabe chamar a atenção e mobilizar os descontentes para atrapalhar o funcionamento do sistema (como, por exemplo, a recusa tanto dos seguidores de Trump quanto de Bolsonaro em aceitar pacificamente os resultados das eleições, as quais perderam). Ela se organiza de forma descentralizada, utilizando novas tecnologias e mídias sociais para difundir suas ideias e conquistar novos adeptos. Em suma, ela mostra que a “grande recusa” de Marcuse tem o potencial de desencadear energias vindas dos de baixo tanto pela direita como pela esquerda, numa dialética do contrailuminismo tal como aquela do iluminismo. Em poucas palavras, descobrimos que a superação da unidimensionalidade e o empoderamento de uma negação transgressora não promovem automaticamente objetivos progressistas e emancipatórios.

O diagnóstico a respeito da indústria cultural talvez seja a contribuição frankfurtiana que obteve maior repercussão, tornando-se incontornável não só no âmbito da sociologia, como também nos estudos de comunicação. Em 1968, Adorno já pôde vislumbrar a fama de tal diagnóstico. Em Resumé über Kulturindustrie ([1963] 1986, p. 96), advertiu para que se levasse “a sério a proporção do papel incontestado” da indústria cultural na sociedade, o que significaria “levá-la criticamente a sério e não se curvar diante de seu monopólio”. Entretanto, a disseminação do conceito nas décadas seguintes acarretou uma espécie de esvaziamento do seu potencial crítico, tornando a ideia quase um conceito descritivo. Há também aqueles que acreditam que o conceito teria sido superado pelas inúmeras transformações em curso, principalmente a suposta descentralização e democratização da produção cultural ocasionada pelo aparecimento da internet. Entre os defensores da “cultura de massas” e críticos do conceito frankfurtiano, tornou-se um lugar-comum denunciar um suposto elitismo e “beco sem saída” no diagnóstico de Adorno e Horkheimer. Em um artigo, Robert Kurz (2012) nomeia essa tendência de “otimismo cultural pós-moderno”. Segundo ele, seus “profetas” veem a massificação da cultura como um fenômeno per se emancipatório, mesmo que reconheçam seu caráter industrial e reificado. Frente a tais questões, como você encara a atualidade e a pertinência do diagnóstico da indústria cultural para se pensar a cultura contemporânea?

MJ: Em *Minima moralia* (2017, p. 39), Adorno afirmava de modo provocativo que “na psicanálise, nada é tão verdadeiro como os seus exageros”. Em outros escritos, exaltava as virtudes de se construírem argumentos corajosos que escapavam de certo efeito entorpecente típico de qualificações intermináveis. Ao caracterizar a “indústria cultural”, ele e Horkheimer seguiram esse imperativo e apresentaram uma análise deliberadamente extrema de um fenômeno complexo que facilmente poderia ter perdido seu poder se tivesse, à época, sido formulado em termos mais cautelosos e provisórios. Negando o saber convencional de que a cultura de massas respondia aos desejos de seus consumidores e de que os prazeres que ela proporcionava eram alternativas saudáveis às duras exigências do trabalho cotidiano, eles argumentavam que esses desejos eram manipulados sem transparência para a obtenção do máximo lucro possível. Além disso, compreendiam que o entretenimento escapista que era oferecido apenas reforçava as relações de exploração que prevaleciam no local de trabalho. A afirmação audaciosa de que a cultura poderia ser incorporada ao capitalismo industrial em vez de servir de refúgio a ele teve que ser feita da forma mais categórica e inequívoca possível para ganhar a atenção que merecia.

Sua crítica à indústria cultural poderia ter sido descrita, com razão, como reflexo de certo elitismo mandarim. Entretanto, eles também são duros na análise de grande parte da dita “alta” cultura, incluindo algumas manifestações de vanguarda, como o surrealismo. Seguramente, eles mantinham a esperança nas implicações negativas de pelo menos alguma arte modernista: as peças de Beckett, a música de Berg, as histórias de Kafka. Mas, em geral, eles se opunham ferozmente ao que Horkheimer e Marcuse chamavam na década de 1930 de “caráter afirmativo da cultura”, tanto da “alta” quanto da “baixa”. Seu alvo era tanto a ideologia burguesa da *Bildung* (autocultivo), que ainda informava muito a arte comunista promovida oficialmente, quanto a celebração populista da cultura de massas.

Entretanto, é inevitável levantar questões sobre as exageradas generalizações que os autores fizeram sobre a indústria cultural como um todo, tarefa facilitada pela redescoberta dos sugestivos argumentos de Benjamin sobre o potencial crítico de arte reproduzida tecnologicamente, como a fotografia e o cinema. Além disso, uma apreciação muito mais nuançada acerca do jazz e de outras formas musicais populares pode desafiar a condenação geral de Adorno – no mínimo, deve-se atentar aos momentos em que tais formas se desenvolveram de modos menos padronizados e estereotipados. De qualquer forma, aquele tom de exagero original serviu ao propósito de levar a discussão para além de caracterizações simplistas do exotérico e o esotérico, do que é de elite e o que é popular, da alta e baixa arte.

Em relação ao desenvolvimento do argumento no século XXI, seria necessária uma sustentada e refinada análise focada nas tendências culturais e em sua imbricação

no mercado para, enfim, fornecer uma resposta significativa. Também teríamos que incluir uma séria discussão sobre as novas tecnologias digitais e as mídias sociais, bem como as maneiras pelas quais muitas criações artísticas e até de entretenimento absorveram em si mesmas as críticas feitas às suas manifestações anteriores (o que Peter Sloterdijk já discernia na “razão cínica” na República de Weimar). Além disso, deveríamos registrar a tensa relação dialética entre a monopolização e a descentralização que caracteriza a produção cultural na contemporaneidade, com grandes empreendimentos engolindo os menores, enquanto, ao mesmo tempo, vê-se a capacidade de indivíduos e grupos aparentemente marginais em se tornarem “influenciadores” com sua cota de mercado em meio ao ruído da internet. Também precisaríamos pensar no papel desempenhado pela manipulação anônima dos algoritmos em vez da intervenção consciente dos capitães da velha indústria cultural. Finalmente, teríamos que levar em conta a relação dos diferentes governos com a produção, regulação e disseminação do conteúdo cultural. Como exemplos disso temos o recente furor acerca do controle chinês sobre o *TikTok* ou o conflito entre o governador da Flórida, De Santis, e a corporação Disney.

Tudo isso teria que ser feito no contexto de uma análise teoricamente informada e empiricamente testada a respeito daquilo que poderia constituir uma forma cultural genuinamente transgressora, crítica e negativa, tanto em sua forma como em seu conteúdo. Por outro lado, também revelaria aquilo que é apenas seu simulacro enganoso, sempre levando em conta a possibilidade de uma recepção pelo público que enfraquece as intenções originais dos produtores. Não é uma tarefa fácil!

Das primeiras formulações marxianas aos mais recentes desenvolvimentos da Teoria Crítica, um volumoso debate se desenrolou a respeito da validade e relevância do pensamento crítico, predominantemente oriundo dos países centrais da Europa e dos Estados Unidos, quando transposto sem mediações à periferia do sistema capitalista e às suas particularidades. Entretanto, a Teoria Crítica frankfurtiana não só encontrou terreno fértil no debate intelectual brasileiro, como vicejou uma riquíssima tradição do pensamento social. Direta ou indiretamente, dos anos 1960 até hoje, importantes pensadores como Roberto Schwarz, Gabriel Cohn, Barbara Freitag, Michael Löwy, Francisco de Oliveira, Olgária Matos, Paulo Arantes e Vladimir Safatle passaram a se utilizar do arcabouço teórico crítico frankfurtiano como uma importante ferramenta de análise de nossas profundas feridas sociais. Em sua opinião, haveria um certo privilégio epistêmico da periferia do capitalismo no que tange à crítica da ideologia? Na vanguarda do atraso, enfim, pode despontar a vanguarda da crítica?

MJ: Essa é uma pergunta maravilhosa, que aponta para um importante desenvolvi-

mento que provavelmente caracterizará o segundo século da história da Teoria Crítica. É importante reconhecermos que o primeiro século foi fortemente influenciado pelo exílio forçado da Escola de Frankfurt da Europa para a América antes de seu retorno parcial após a Segunda Guerra Mundial. Desde então, ela já estava marcada pela sua transferência para um ambiente diferente e pela necessidade de se adaptar a novas e desafiadoras circunstâncias. Detlev Claussen, um dos mais astutos estudantes e perspicazes biógrafos de Adorno, disse certa vez que “não há Teoria Crítica sem a América”. Nas décadas de 1930 e 1940, a América estava apenas começando a sair do lugar de mera periferia da Europa, pelo menos como um centro de inovação teórica. Porém, as experiências da Escola de Frankfurt tiveram um impacto profundo no que poderíamos chamar de sua desprovincianização pós-eurocêntrica.

Da perspectiva de outras partes do mundo, sem dúvida, essa tendência pode não ter ido longe o suficiente. Estamos agora no meio de uma maior disseminação e hibridização da tradição, que leva mais a sério do que nunca as vozes do que antes chamávamos de “Terceiro Mundo” e, agora, é conhecido como “Sul global”. É revelador que eu já tenha me beneficiado de encontros, pessoais e também por meio de suas obras, com vários estudiosos brasileiros de sua lista – à qual eu acrescentaria Rodrigo Duarte e Marcos Nobre entre aqueles que desempenham valiosos papéis na discussão internacional. Evidentemente, o impacto do trabalho de estudiosos da chamada periferia sempre é potencializado quando traduzido para uma das línguas acadêmicas hegemônicas, principalmente o inglês. Uma coisa é o subalterno falar, outra é que suas palavras se tornem acessíveis a um público maior. Porém, as oportunidades para essas traduções parecem estar aumentando.

Sobre a questão do privilégio epistêmico da periferia ou da vantagem do ponto de vista do atraso, só posso dar uma resposta tímida e ambígua. Certamente, diferentes experiências históricas fornecem estímulos para se formularem perguntas e buscarem respostas de maneiras novas e desafiadoras. A primeira geração da Escola de Frankfurt, por exemplo, raramente se preocupava com o impacto do imperialismo e da colonização, enquanto a segunda pouco se concentrou sobre a importância da descolonização. Seus membros tendiam a dar continuidade à tradição, que remonta a Kant, Hegel e Marx, de considerar a Europa como a vanguarda da história mundial. Embora o Instituto incluísse estudiosos como Karl August Wittfogel, que se concentrou na China, e Felix Weil, que escreveu sobre a Argentina, o trabalho deles raramente estimulou os desenvolvimentos teóricos de Horkheimer e de seus colegas. Hoje, na discussão sobre as tendências globais do século XXI, seria impossível ignorar a ascensão da China e os processos em curso na América Latina, para não mencionar os modos como os intelectuais dessas partes do mundo aplicaram o legado da Teoria Crítica às suas experiências.

Entretanto, graças ao relativo distanciamento da primeira Escola de Frankfurt em relação à periferia, evitou-se a romantização duvidosa do Terceiro Mundo como o local da eflorescência revolucionária, o que seduziu outros intelectuais europeus por um tempo no final do século XX. Nenhum de seus membros, por exemplo, seguiu pensadores franceses como Sartre, Kristeva ou Sollers, que acreditavam no potencial redentor dos movimentos de libertação do Terceiro Mundo. Às vezes, as experiências de Cuba de Castro, a China de Mao (especialmente durante a Revolução Cultural), o Vietnã do Norte, os palestinos ou mesmo a Coreia do Norte tinham a tarefa de compensar os fracassos da revolução no Primeiro Mundo e a sua corrupção no Segundo. Porém, a Escola de Frankfurt nunca compartilhou dessas esperanças.

Dito isso, também acredito que chegou a hora de uma troca de ideias mais equitativa entre o que costumava ser grosseiramente caracterizado como centro e periferia. Na verdade, um consórcio internacional de programas de Teoria Crítica foi recentemente organizado pela minha ex-colega de Berkeley, Judith Butler, o qual desempenha um papel de liderança desde seu início. O consórcio patrocina uma revista chamada *Critical Times: Interventions in Global Critical Theory*, que acaba de publicar o primeiro número de seu sexto volume⁶. Sem uma inversão simplista da relação de poder, em que tudo o que é eurocêntrico na origem é automaticamente desacreditado por suas supostas origens imperialistas e racistas, um diálogo produtivo ou, melhor, plural, pode começar.

Em certa altura do discurso de posse da direção do Instituto, Horkheimer ([1931] 1999, p. 130) afirma que uma das principais tarefas da Teoria Crítica seria a de compreender como as diferentes esferas da vida social – o processo econômico, o desenvolvimento psíquico dos indivíduos e os fenômenos culturais – se interligam e são uma por outra mediadas. Em seguida, comenta que “a intenção de estudar as relações entre esses três campos não é outra que uma formulação” daquele “velho problema da conexão entre a existência particular e a razão universal, entre a realidade e a ideia, entre a vida e o espírito; só que este velho tema aparece agora colocado numa nova constelação de problemas”. Aparentemente, perseguimos as mesmas questões, mas estamos diante de problemas ainda mais distintos e complexos – vide, por exemplo, a catástrofe ambiental em curso. Passados cem anos, coloca-se em discussão quais são os principais desafios da Teoria Crítica em se afirmar como uma via de análise do mundo contemporâneo. Para usar uma imagem mobilizada por Adorno em Filosofia da nova música ([1949] 1974, p. 107), como descerramos da garrafa a mensagem da teoria crítica? Em suma, como escapamos da aporia na qual ela “repercuta sem que ninguém a escute, sem eco”?

6. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/critical-times>.



Da esquerda para direita: Leo Löwenthal, Michel Löwy e Martin Jay (1991)

Fonte: Arquivo pessoal do autor, foto cedida para esta entrevista.

MJ: Como argumentei anteriormente, o programa interdisciplinar originalmente proposto no discurso inaugural de Horkheimer se mostrou otimista demais. A integração harmoniosa entre diferentes abordagens, bem como a fácil passagem da teoria para a pesquisa empírica e vice-versa esbarraram no obstáculo de uma totalidade social ela mesma fraturada e resistente a uma análise holística. Como resposta, a Escola de Frankfurt abandonou tacitamente suas esperanças de uma abordagem mediada e integrada em favor de uma que justapunha diferentes perspectivas disciplinares, como a psicológica e a sociológica, e admitiu que perspectivas micro e macro poderiam não se encaixar tão facilmente. A noção de dialética negativa de Adorno e sua ênfase na não identidade foram as expressões teóricas dessa revisão da possibilidade de totalização interdisciplinar. Isso não quer dizer que as interconexões e as referências cruzadas fossem inteiramente evitadas, apenas que a Teoria Crítica não poderia postular um método abrangente e sintético que unisse tudo.

Quanto à melhor maneira de aplicar as lições da Escola de Frankfurt, tanto em seus sucessos quanto em seus fracassos (pois muitos de seus projetos não foram realizados), não tenho muito o que dizer. Como historiador, já tenho dificuldade o suficiente em entender o passado, o que dirá saber o que o futuro nos reserva. No entanto, eu diria que ainda restam potentes recursos na multifacetada obra de seus membros que podem nos ajudar a tratar questões contemporâneas. Já mencionei a utilidade da análise da “sociedade de *rackets*” para certas tendências políticas da atualidade. Para concluir, diria que o que precisaria ser feito são menos exercícios

esotéricos para revelar o significado obscuro de um fragmento inédito das reflexões de tom teológico de Walter Benjamin ou mais uma denúncia da atitude elitista de Adorno em relação ao jazz, e mais esforços para abordar os assustadores problemas que agora enfrentamos no mundo real: as mudanças climáticas, a crise migratória, a desigualdade econômica, a ameaça populista autoritária à democracia e o impacto imprevisto da inteligência artificial, para citar apenas alguns. Abrir garrafas que contenham as mais estimulantes e perspicazes mensagens deixadas por pensadores do passado não pode competir com a tarefa de pensar criticamente as crises de nosso próprio tempo e imaginar soluções para lidar com elas.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor. ([1963] 1986), "A indústria cultural". In: ADORNO, Theodor. *Theodor W. Adorno: Sociologia*. São Paulo, Editora Ática.
- ADORNO, Theodor. (2009), *Dialética negativa*. Rio de Janeiro, Zahar.
- ADORNO, Theodor. (1995), "Educação após Auschwitz". In: ADORNO, Theodor. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ADORNO, Theodor. ([1950] 2019), *Estudos sobre a personalidade autoritária*. São Paulo, Editora Unesp.
- ADORNO, Theodor. ([1949] 1974), *Filosofia da nova música*. São Paulo, Editora Perspectiva.
- ADORNO, Theodor. (2017), *Minima moralia*. Lisboa, Edições 70.
- ADORNO, Theodor. (1967), *Prisms: Studies in contemporary German social thought*. Londres, Neville Spearman.
- ADORNO, Theodor. (2018), "Resignação". *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*. São Paulo, 23 (1): 111-115, jun.
- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. (1985), *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- BENJAMIN, Walter. (1968), *Illuminations: Essays and Reflections*. Nova York, Schocken Books.
- BENJAMIN, Walter. (1987), "Teses sobre o conceito de história". In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, Brasiliense.
- DERRIDA, Jacques & HABERMAS, Jürgen. (2003), "February 15, or What bind Europeans together: A plea for a common foreign policy, beginning in the core of Europe". *Constellations*, Oxford/Malden, 10 (3): 291-297.
- FOUCAULT, Michel & RAULET, Gérard. (1983), "Um welchen Preis sagt die Vernunft die Wahrheit? Ein Gespräch". *Spuren*, 1: 22-26.
- HABERMAS, Jürgen. (2014), *Conhecimento e interesse*. São Paulo, Editora Unesp.
- HABERMAS, Jürgen. (1979), "Consciousness-raising or redemptive criticism: The contemporaneity of Walter Benjamin". *New German Critique*, 17: 30-59.

- HABERMAS, Jürgen. (2000), *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo, Martins Fontes.
- HABERMAS, Jürgen. (2022), *Teoria da ação comunicativa*. São Paulo, Editora Unesp.
- HONNETH, Axel. ([1992] 2007), *Lutas por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Editora 34.
- HORKHEIMER, Max. (1999), “A presente situação da filosofia social e as tarefas de um Instituto de Pesquisas Sociais”. *Revista Praga*, 7, São Paulo, Hucitec.
- HORKHEIMER, Max. (2022), *Crepúsculo: Notas alemãs (1926-1931)*. São Paulo, Editora Unesp.
- HORKHEIMER, Max. (1972), *Critical theory: Select essays*. Nova York, Seabury Press.
- HORKHEIMER, Max. (1968), *Kritische Theorie, eine Dokumentation*. Frankfurt, S. Fischer Verlag.
- HORKHEIMER, Max. (1983), “Teoria tradicional e Teoria Crítica”. In: BENJAMIN, Walter, HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. & HABERMAS, Jürgen. *Textos escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural, pp. 117-161. Col. Os Pensadores, vol. XLVIII.
- JAY, Martin. (2008), *A imaginação dialética: História da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais 1923-1950*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- JAY, Martin. (1993), *Downcast eyes: The denigration of vision in twentieth-century French thought*. Califórnia, University of California Press.
- JAY, Martin. (1984), *Marxism and totality: The adventures of a concept from Lukács to Habermas*. Califórnia, University of California Press.
- JAY, Martin. (2016), *Reason after its eclipse: On late Critical theory*. Wisconsin, University of Wisconsin Press.
- JAY, Martin. (2020), *Splinters in your eye: Frankfurt School provocations*. Londres/Nova York, Verso.
- JAY, Martin. (2021), “Trump, Scorsese e a Teoria dos Rackets da Escola de Frankfurt”. Disponível em <https://ateraredonda.com.br/trump-scorsese-e-a-teoria-dos-rackets-da-escola-de-frankfurt/>, consultado em 09/07/2023.
- KURZ, Robert. (2012), “Kulturindustrie im 21. Jahrhundert: Zur Aktualität des Konzepts von Adorno und Horkheimer”. *EXIT! Krise und Kritik der Warengesellschaft*, 9, mar.
- LÖWENTHAL, Leo & GUTERMAN, Norbert. (2021), *Prophets of deceit: A study of the techniques of the American agitator*. Nova York, Verso.
- LUKÁCS, György. (1984), “Revolutionäres Denken. Eine Einführung in Leben and Werk”. *Luchterhand*: 179-196.
- MARCUSE, Herbert. ([1955] 1982), *Eros e civilização: Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro, LTC.
- MARCUSE, Herbert. (1968), *Negations: Essays in Critical Theory*. Londres, Penguin.
- MARCUSE, Herbert. ([1964] 2015), *O homem unidimensional: Estudos da ideologia da sociedade industrial avançada*. São Paulo, Edipro.
- NEUMANN, Franz. ([1942] 2009), *Behemoth: The structure and practice of national socialism, 1933-1944*. Chicago, Ivan R. Dee Publisher/United States Holocaust Memorial Museum.

POLLOCK, Friedrich. (2019), *Crise e transformação estrutural do capitalismo: artigos na Revista do Instituto de Pesquisa Social, 1932-1941*. Florianópolis, Nefipo/CFH/UFSC.
WIGGERSHAUS, Rolf. (2002), *A Escola de Frankfurt*. Rio de Janeiro, Difel.

Resumo

100 anos da Escola de Frankfurt: uma conversa com Martin Jay

Em 2023, o Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt completa cem anos. Desde então, a “Escola de Frankfurt” realizou um amplo diagnóstico da perenidade do capitalismo e de suas contradições. Até meados dos anos 1960, entretanto, o mundo anglófono ainda estava relativamente alheio ao importante legado dessa experiência. Amplamente responsável pela reversão dessa situação, surge em 1973 a obra *A imaginação dialética: História da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais 1923-1950*, de Martin Jay. Nessa conversa com o autor, discorremos sobre a história e os pressupostos da teoria crítica, a relação dela com outras correntes de pensamento e, por fim, sua atualidade e relevância para se pensar a periférica situação brasileira.

Palavras-chave: Escola de Frankfurt; Teoria Crítica; Martin Jay.

Abstract

100 years of the Frankfurt School: a conversation with Martin Jay

In 2023, the Institute for Social Research in Frankfurt celebrates its 100th birthday. Since then, the “Frankfurt School” carried out a broad diagnosis of the permanence of capitalism and its contradictions. Until the mid-1960s, however, the English-speaking world was still relatively unaware of the important legacy of this experience. Largely responsible for reversing this situation, is published in 1973 the work *Dialectic Imagination: A History of the Frankfurt School and the Institute of Social Research 1923-1950*, by Martin Jay. In this conversation with the author, we discuss the history and assumptions of critical theory, its relationship with other currents of thought and, finally, its contemporaneity and relevance for thinking about the peripheral Brazilian situation.

Keywords: Frankfurt School; Critical theory; Martin Jay.

Texto recebido em 09/07/2023 e aprovado em 07/08/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.214166.

LUCAS FIASCHETTI ESTEVEZ é doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo e pesquisador bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp), à qual agradece o apoio financeiro (Processo n. 2021/03196-0). E-mail: lucas.estevez@usp.br.



Ativismo anti-imigração e extrema-direita na Europa

Entrevista com Kristian Berg Harpviken

Lucas Arantes Zanetti*

<https://orcid.org/0000-0003-2019-8061>

Thaís França da Silva**

<https://orcid.org/0000-0003-1279-412X>

Dr. Kristian Berg Harpviken é sociólogo e professor pesquisador no Peace Research Institute Oslo (Prio). Ele foi o diretor do instituto de 2009 a 2017 e atualmente lidera o Prio Middle East Centre. Os interesses de pesquisa de Harpviken incluem processos de paz, construção da paz, dinâmica da guerra civil, migração e comunidades transnacionais e metodologia em contextos difíceis. Harpviken foi pesquisador visitante na University of Chicago e na Georgetown University, e é associado da University of York, do Doha Institute for Graduate Studies e do Institute for National Security Studies Sri Lanka. Harpviken é conhecido por sua competência em questões relacionadas ao Afeganistão e arredores, mas também trabalhou em vários outros países, incluindo Angola, Bósnia-Herzegovina, Irã, Iraque, Líbano, Moçambique, Paquistão, África do Sul e Turquia. Harpviken é um comentarista de mídia frequentemente e faz palestras regularmente para o público acadêmico e geral. Ele é autor de *Social networks and migration in Afghanistan* (Palgrave Macmillan, 2009), e (com Shahrbanou Tadjbakhsh) de *A rock between hard places: Afghanistan as an arena for regional insecurity* (Hurst/Oxford University Press, 2016).

* Universidade Estadual Paulista, Bauru, São Paulo, Brasil.

** Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Professor, muito obrigado por aceitar conversar conosco. Gostaria que começasse falando sobre o que é o projeto Reaching Out to Close the Border: The Transnationalization of Anti-Immigration Movements in Europe (MAM), coordenado pelo professor e Prio e quais são os objetivos das investigações.

Dr. Kristian Berg Harpviken [KBH]: O projeto MAM tem como objetivo investigar, em profundidade, a mobilização contra a imigração na Europa. Estamos realizando estudos de caso, considerando diversas dimensões e perspectivas, em seis países bastante diferentes: Noruega, Reino Unido, Alemanha, Áustria, Itália e Portugal. Uma dessas dimensões é identificar quem são os atores sociais envolvidos nos movimentos anti-imigração, como eles trabalham juntos e até que ponto trabalham juntos (Bedock *et al.*, 2023). É claro para nós que é difícil dizer que eles são um “movimento social”: em grande parte, estes movimentos são um conjunto de diferentes tipos de ativistas, em muitos casos com apelo a diferentes posições do espectro político. Existem interações entre eles, mas não necessariamente uma relação constante que as transforme em um movimento homogêneo. É até difícil determinar quem são os líderes (Heinze e Weisskircher, 2020). Também observamos que o ativismo anti-imigração está intimamente ligado à política partidária, particularmente à extrema-direita (Rydgren, 2018).

O segundo ponto que estamos investigando são os “frames” (enquadramento interpretativo) (Snow e Benford, 1988). Ou seja, como esses ativistas justificam sua resistência à imigração. Existem vários tipos de *frames* em circulação na esfera pública. Alguns enfatizam os efeitos econômicos da imigração, seus impactos no emprego ou na sustentabilidade do estado de bem-estar social. Outros ressaltam os desafios de segurança pública que podem surgir com a imigração, como o crime organizado e o terrorismo, por exemplo (Rydgren, 2008). Alguns até apontam questões menos convencionais, como os impactos ambientais da imigração, em um momento em que as preocupações com a mudança climática e o meio ambiente estão em alta na agenda pública (Turner e Bailey, 2022). Mais proeminentemente nos últimos anos, há referências à saúde pública, sendo a preocupação a possibilidade de que os altos fluxos migratórios tragam novas doenças e novas formas de contágio (Pickup *et al.*, 2021). Talvez até argumentem que os imigrantes de certas outras partes do mundo não têm necessariamente a mesma “cultura de higiene” que as pessoas na Europa. Esses tipos de preocupações também podem ser usados como justificativas. Por fim, estamos interessados em entender qual é o impacto da mobilização contra a imigração em diferentes dimensões da sociedade. Realmente estas mobilizações têm influenciado a política migratória dos países europeus? (Bedock *et al.*, 2023; Kyriazi *et al.*, 2022; Bazurli *et al.*, 2022). Por exemplo, o governo dinamarquês tra-

balhou arduamente nos últimos dois ou três anos para não apenas firmar um acordo com Ruanda, mas também para fazer com que Ruanda processe seus solicitantes de asilo em solo ruandês (Amnesty International, 2021). Isso é algo que o governo dinamarquês faz porque acredita ser a melhor maneira de gerenciar a migração, ou o faz como um gesto de apoio para os críticos mais severos da imigração na política dinamarquesa? Essas são as perguntas que estamos investigando. E para todas essas questões, estamos interessados em entender como os ativistas anti-imigração estão alcançando outros países, como estão trocando informações, compartilhando ideias, aprendendo com o sucesso ou a falta de sucesso de várias formas de ativismo, e assim por diante.

Como a sua trajetória acadêmica o levou a estudar a extrema-direita e os movimentos anti-imigração na Europa?

KBH: A trajetória que me levou a estes estudos é bastante não convencional. Meu principal interesse tem sido em questões relacionadas com a guerra e a paz em países distantes da Europa¹. Eu tenho, por exemplo, trabalhado muito para compreender os atores sociais armados no Afeganistão e a natureza do conflito naquele país (Strand, Borchgrevink e Harpviken, 2017; Harpviken, 2009). Tenho investigado a recuperação social em situação pós-conflito em lugares como Moçambique ou Angola (Millard, Harpviken e Kjellman, 2002). Atualmente, trabalho em vários problemas relacionados com o Oriente Médio, incluindo questões associadas à migração (Palik *et al.*, 2020). Mas todas essas questões estão apenas remotamente vinculadas aos debates sobre imigração na Europa. Embora talvez a sobreposição seja que, quando olhamos para as mobilizações anti-imigração na Europa, estamos falando sobre movimentos políticos, e grande parte do meu trabalho em outras partes do mundo tem sido sobre movimentos políticos e militantes naqueles casos (Harpviken, 2008). É claro: o interesse em migração como questão de pesquisa. Meu interesse anterior também era compreender a migração, como e por que as pessoas decidem migrar e qual impacto isso tem em suas vidas e, por sinal, na vida das pessoas que não migram. Então há alguma conexão também com a resistência à migração. Ou seja, uma rota muito indireta e um tanto inesperada, acho, para chegar à questão específica do MAM. Então, o que realmente despertou meu interesse para este projeto foi a enorme intensidade que vimos no debate sobre imigração na Europa há

1. Desde a década de 1980, Harpviken tem trabalhado sobretudo com questões do Oriente Médio, particularmente com o Afeganistão, como consultor político e como pesquisador. Para mais informações: <https://www.prio.org/people/3472>.

bastante tempo. Mas ele realmente se concretizou como objeto de pesquisa a partir da chamada crise dos refugiados, em 2015. Na época em que comecei a desenvolver a ideia do MAM, em 2017, vimos que esta era uma questão muito importante na agenda política na maioria dos países da Europa. Hoje está menos em evidência², mas acho que o potencial para isso ressurgir como a questão-chave em vários países europeus ainda é muito alto.

Como você vê o futuro das mobilizações anti-imigração na Europa e qual é o papel das lideranças políticas atuais para determinar os resultados e desfechos desses processos?

KBH: Essa é a pergunta de um milhão de dólares. Acredito que essa seja a pergunta em que todo líder político responsável na Europa está pensando no momento. Não acho que esse seja um problema que irá desaparecer tão cedo. Acredito que veremos grandes surtos de sentimentos anti-imigrantes. E o que me preocupa em particular é que, se você olhar a tendência nos últimos dez anos, há duas coisas que se destacam. Uma delas é que, em geral, em média, a população europeia está se tornando cada vez mais receptiva em relação aos imigrantes (European Commission, 2021). Então, nesse sentido, é uma boa notícia. Mas a má notícia é que a parcela da população que se opõe profundamente à imigração também está aumentando (Heath *et al.*, 2020). Não apenas essa parcela está aumentando, mas também se torna cada vez mais crítica. Então, estamos diante de uma enorme polarização nas questões imigratórias. Claro, há alguns países em que partidos fortemente contrários à imigração estão no governo. Na Suécia, por exemplo, geralmente vista como o país mais amigável aos imigrantes na Europa, temos agora uma situação em que os Democratas da Suécia (DS), um partido de extrema-direita, fortemente contrário à imigração, é um partido que apoia a coalizão do governo. Temos a Polônia, governada pelo partido Lei e Justiça (PiS), e que possui visões bastante céticas em relação à imigração e é maioria no governo. Portanto, a situação é muito diferente de um país para outro. Mas é uma grande preocupação e está interligada com uma série de outras questões. No momento, o maior desafio migratório que a Europa enfrenta é a imigração da Ucrânia. Felizmente, apesar do enorme volume dessa migração, ela tem sido amplamente recebida com simpatia. Você ouve muito poucas vozes expressando uma oposição fundamental em receber refugiados ucranianos (De Coninck, 2023), embora, é claro, deva-se dizer que na maioria dos países essa recepção é temporária.

2. Harpviken refere-se à maior visibilidade da guerra da Ucrânia e conseqüentemente às crises financeiras e energéticas e ao risco eminente de uma expansão territorial da guerra nas discussões políticas na Europa no momento.

Dada a multiplicidade de realidades, devemos pensar esses movimentos de forma específica em cada país ou é possível pensar enquanto Europa?

KBH: De ambos os modos. Quero dizer, este projeto foi em parte inspirado pelo desejo de compreender até que ponto este é um fenômeno no qual ativistas anti-imigração colaboram através das fronteiras, de forma transnacional. É um pouco cedo para tirar conclusões sólidas, mas acho que nossas descobertas iniciais indicam que a maioria dos ativistas nas mobilizações anti-imigração se veem muito dentro do quadro nacional ou mesmo dentro do quadro local. Isso não significa, no entanto, que não haja interação através das fronteiras, porque o que também vemos é que existem indivíduos-chave que são os intermediários de informação, os interlocutores que passam lições aprendidas e novas maneiras de pensar sobre o problema e novas formas de agir sobre o problema (Rydgren 2005). Então, há uma forte dimensão transnacional, embora para a maioria dos ativistas haja muito pouca consciência, até mesmo conhecimento desse alcance transnacional.

Um dos objetivos do projeto é compreender os enquadramentos políticos-ideológicos dos movimentos e ativistas. Eles sempre estão relacionados com a extrema-direita ou existem exceções?

KBH: Bem, se olharmos para a questão em uma perspectiva mais histórica, em dez, vinte ou talvez até trinta anos, os sentimentos anti-imigração têm sido muito associados à extrema-direita e à direita radical (Stockemer, Halikiopoulou e Vlandas, 2021). Mas parte da motivação para o projeto reside na observação de que há algum apelo dos sentimentos anti-imigração em outras partes do espectro político (Hjorth e Larsen, 2022). Agora, se você observar meu próprio país, a Noruega, que tem sido moderadamente amigável aos imigrantes, mas não é um país que recebe imigrantes em massa (bastante diferente da vizinha Suécia, por exemplo), os partidos *mainstream* Trabalhista e Conservador têm se preocupado muito com a questão de extrema-direita quando se trata de imigração (Fangen e Vaage, 2018). Então, em 2017, quando tivemos a eleição de um novo parlamento, ambos os partidos (Trabalhista e Conservador) avaliam que saíram derrotados nessas eleições. Ambos perderam muito. Eles associaram a derrota à falta de uma postura clara em relação à imigração (Fangen e Vaage, 2018). Uma postura clara aqui significaria uma linha um pouco mais rigorosa, não necessariamente adotando a linha do partido populista de extrema-direita, o Partido do Progresso.

Como consequência, esses partidos tentaram tirar a questão migratória do domínio da extrema-direita, definindo políticas distintas e comunicando essas políticas de

forma muito eficaz ao público (Hagelund, 2020). Então, sim, convencionalmente o discurso anti-imigração é associado à extrema direita. Mas eu diria que há algum apelo de outros partidos e ideologias, como mencionei anteriormente em nossa conversa. São diferentes tipos de justificativas. Acho que, se olharmos para a extrema-direita, seriam usados vários tipos de argumentos, incluindo, por exemplo, culturais, a ameaça à nossa língua, a ameaça ao nosso modo de vida, a ameaça à cultura, as ameaças aos nossos padrões familiares, papéis de gênero, equidade de gênero (Fangen, 2020). É até um pouco irônico ver que os tradicionalistas da extrema direita criticam os imigrantes por não tratarem as mulheres da maneira que deveriam ser tratadas em nossa sociedade (com igualdade de gênero), dado que eles mesmos têm uma visão bastante retrógrada dos papéis de gênero.

Mas deixando isso de lado, vemos que, em outras partes do espectro político, pode haver outros tipos de justificativas que têm mais apelo. Então, por exemplo, se você conversar com um segmento de população de um sindicato trabalhista tradicional, talvez seu principal argumento tenha a ver com o desemprego, as ameaças aos empregos que decorrem da imigração em grande escala ou do *dumping* social. Você sabe que os salários estão diminuindo porque há mais concorrência por empregos. Ou alternativamente, poderia ser uma preocupação com a sustentabilidade do estado de bem-estar social. “Será que realmente podemos nos dar ao luxo de receber tantos imigrantes que precisariam de apoio, pelo menos durante um período de transição, ou que muitos, muitos deles talvez não conseguissem encontrar empregos em nosso mercado de trabalho e acabariam precisando de apoio social a longo prazo?” Esses tipos de preocupações podem ter mais apelo nesse sentido. Portanto, existem argumentos diferentes que apelam para diferentes partes da população. Mas ainda acho absolutamente claro que a única parte do espectro político para a qual a anti-imigração é uma questão central é a extrema-direita, e em outras partes do espectro político, é uma questão muito mais controversa. Então, mesmo em um país como a Dinamarca, onde o Partido Social-Democrata tem adotado uma política muito mais rígida em relação à imigração, esta é uma questão difícil para o partido lidar (Grødem, 2022).

Pode falar um pouco mais sobre quais são as motivações dos movimentos anti-imigração na Europa? O que vocês têm percebido no projeto?

KBH: Bem, em última instância, acho que para muitas pessoas é uma sensação de que seu modo de vida está ameaçado e o que isso significa pode ser coisas bem diferentes, dependendo de cada país e segmento social (Halikiopoulou e Vlandas, 2019). Para alguns, podem ser seus empregos, a base de seu bem-estar que sentem ameaçada. Para outros, podem ser as próprias tradições e costumes que eles seguem. Mas acho que,

em certa medida, a resistência à imigração é uma consequência de preocupações que têm muito pouco a ver com a imigração. Então, há outros tipos de crises que afetam a política no contexto europeu de maneira muito séria, como os períodos de grande recessão econômica. Tivemos uma grande reestruturação das economias, e alguns grupos que historicamente costumavam ser bastante favorecidos em termos de renda e padrão de vida foram prejudicados (Vogt Isaksen, 2019). Mesmo que seja difícil culpar os imigrantes por isso, a imigração é, em certo sentido, um fenômeno muito visível e facilmente identificável no cotidiano. Então, até certo ponto, eu argumentaria que os imigrantes e a imigração se tornam um bode expiatório, são culpados por preocupações sérias na vida de muitos cidadãos europeus, mas que no final do dia, na verdade, não têm nada a ver com imigração, mas sim com outras mudanças estruturais principalmente de natureza econômica e também outras transformações políticas.

E sobre a motivação cultural? Isso também é um fator presente no discurso anti-imigração?

KBH: Sim, este é um problema. E talvez a manifestação mais dramática disso tenha sido a resistência à imigração proveniente de países islâmicos. Agora, é claro, vimos isso nos Estados Unidos também, com Donald Trump, logo depois de ter assumido a presidência em 2017, banindo a imigração de vários países muçulmanos (Pertwee, 2020). E sim, em vários países europeus também vemos que pelo menos imigrantes de certos países muçulmanos estão, de certa forma, se integrando menos do que outros grupos de imigrantes (Simonsen e Bonikowski, 2020). Então, por exemplo, em meu próprio país, a Noruega, os paquistaneses noruegueses estão mais segregados do restante da população do que imigrantes de outros países (Friberg e Sterri, 2021). Agora, devemos ter cuidado ao generalizar aqui, e não está claro que isso tem a ver com religião ou mesmo com o país de origem. Acho que tem igualmente muito a ver com a classe social. Por exemplo, qual é a formação educacional e a situação econômica das pessoas que acabam vindo para a Noruega de origem paquistanesa? Acho que muitos deles têm um tipo de formação social e econômica que torna mais difícil conseguir bons empregos e se integrar bem na sociedade norueguesa. Na segunda e terceira geração é uma história muito, muito diferente. Eles (os descendentes de imigrantes) começam a se casar com pessoas de origens muito diferentes e recebem boas formações educacionais e talvez se saiam bem; então, os chamados imigrantes “étnicos” se saem melhor do que a população “étnica” norueguesa. Mas o ceticismo em relação à migração que parece culturalmente muito estrangeira e muito diferente tem sido forte. A cultura aqui interage não apenas com preocupações econômicas, mas também com preocupações de segurança pública. É claro que a enorme fixação

que tivemos, especialmente a partir de 2001, com a ameaça do extremismo islâmico, também não tem sido útil. Isso é muito injusto, porque o extremismo não é amplamente apoiado entre os muçulmanos na Europa, mas bastam alguns eventos dramáticos para alimentar esses estereótipos.

Qual é o papel das redes sociais e da mídia em geral na disseminação do sentimento anti-imigrante na Europa? Como as vozes anti-imigrantes são amplificadas e disseminadas on-line?

KBH: Obviamente, a mídia é muito importante. Mas a mídia também é muitas coisas diferentes. Para simplificar um pouco a imagem muito mais complexa, vamos distinguir entre a mídia convencional e a mídia de nicho. A mídia convencional aqui seriam canais de TV tradicionais, canais de rádio, jornais e até canais digitais com orientação tradicional (de massa), e eu acho que eles contribuem facilmente, de forma voluntária ou não, para uma escalada do sentimento anti-imigração ao cobrirem eventos que poderiam ser percebidos para demonstrar os problemas da imigração, por assim dizer. Um exemplo seria a cobertura jornalística da tragédia de Ano-Novo em Colônia, há alguns anos, em que os imigrantes foram culpados pela mídia por quatro casos graves de assédio sexual a mulheres (Bielicki, 2018). A mídia convencional também pode dar atenção excessiva a manifestações de extrema-direita e outras ações anti-imigrantes (Brown e Mondon, 2021). Todos nós vemos em nossos respectivos países que mesmo os tipos de manifestações que não têm virtualmente nenhuma ressonância para ninguém, exceto para um seleto grupo que faz parte daquela manifestação em particular, ainda assim atraem enorme atenção na mídia. Então, em meu próprio país, temos uma organização chamada “Pare a Islamização da Noruega” (Stop Islamisation of Norway). Essa é uma organização que comumente realiza manifestações nas quais se queima o Alcorão (Hafez, 2018), por exemplo, e há apenas um punhado de pessoas que as apoiariam. Mas, muitas vezes, essas manifestações recebem enorme cobertura e, às vezes, até cobertura internacional maciça. Então, sim, a mídia convencional, voluntariamente ou não, contribui para amplificar vozes que muitas vezes podem ser bastante marginais e minoritárias. É claro, você tem a mídia de nicho, que é muito mais ampla, sobretudo a mídia não convencional que fala em nome dos ativistas anti-imigração, e que pode ser qualquer coisa, desde a Dark Web, onde eles publicam suas próprias coisas fora do público, a *sites* distintos ou de críticos de toda a migração (Ekman, 2019). Creio que em todos os países europeus, temos uma série de plataformas como essas que são muito importantes para manterem os movimentos juntos. Sua credibilidade pode variar e elas vêm em formas muito diferentes, mas certamente são extremamente importantes.

Quais políticas e caminhos podem ajudar a promover uma visão mais positiva e inclusiva da imigração na sociedade europeia?

KBH: Esta é uma pergunta enormemente desafiadora e difícil, e eu sou muito cuidadoso para afirmar que tenho uma receita para resolver essa questão. Claramente, é um grande desafio para a política europeia neste momento. Inevitavelmente, acho que continuará sendo um grande desafio à medida que avançamos. Mas acredito que os políticos convencionais terão que provar sua habilidade em balancear quais são, em última instância, as necessidades legítimas de quem representam. Pelo menos se você presume que um sistema de estados-nação é legítimo, e é assim que o mundo está organizado, mas isso é uma discussão diferente. O sistema de estado-nação tem uma série de aspectos problemáticos, mas é assim que o mundo funciona. Então, dado que, em última instância, é legítimo que os políticos regulamentem a imigração, eles terão que equilibrá-la com uma comunicação muito clara da necessidade de inclusão e um reconhecimento das enormes contribuições que os imigrantes estão fazendo para nossas sociedades. Principalmente, uma compreensão do que é que produz a migração. Acho que o exemplo ucraniano tem sido muito interessante. Pelo menos até agora não identifiquei quaisquer reações contrárias fortes à recepção de refugiados ucranianos. Acho que parte da razão é que há uma identificação tão forte com a Ucrânia e também uma cobertura bastante abrangente do que é que essas pessoas estão fugindo. Então, em parte, claro, tem a ver com o fato desconfortável de que eles são um pouco mais parecidos conosco do que muitos dos outros imigrantes que vêm. Mas também tem a ver com o fato de que acredito que temos, como cidadãos, uma compreensão mais profunda da necessidade de proteção e das razões pelas quais estão tendo que fugir de seu país.

Entrevista realizada em fevereiro de 2023 com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Fapesp (processo 2022/10108-2), e do projeto Mapping Out: Portugal on the European anti-immigrant movements map, financiado pelo EEA Grants Portugal (referência FBR_OC1_120_ISCTE).

Referências Bibliográficas

- AMNESTY INTERNATIONAL. (2021), “Denmark: Plans to send asylum-seekers to Rwanda ‘unconscionable and potentially unlawful’”. *Amnesty International*. Disponível em <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2021/05/denmark-plans-to-send-asylum-seekers-to-rwanda-unconscionable-and-potentially-unlawful/>, consultado em 26/05/2023.
- BAZURLI, Raffaele; Tiziana CAPONIO & GRAAUW, Els de. (2022), “Between a rock and a hard place: mayors, migration challenges and multilevel political dynamics”. *Territory, Politics, Governance*, 10 (3): 297-305. Disponível em <https://doi.org/10.1080/21622671.2022.2046633>.
- BEDOCK, Camille; OTJES, Simon; BEST, Volker & WEISSKIRCHER, Manes. (2023), “A policy like no other? The populist radical right challenge in the field of democracy reform”, *Party Politics*, 29, issue 4. DOI: 10.1177 /13540688221089126.
- BIELICKI, Jan. (2018), “Cologne’s New Year’s eve sexual assaults: The turning point in German media coverage”. In: *Refugee News, Refugee Politics*. Nova York, Routledge.
- BROWN, Katy & MONDON, Aurelien. (2021), “Populism, the media, and the mainstreaming of the far right: The Guardian’s coverage of populism as a case study”. *Politics*, 41 (3): 279-95. DOI: 10.1177/0263395720955036.
- DE CONINCK, David. (2023), “The refugee paradox during wartime in Europe: How Ukrainian and Afghan refugees are (not) alike”. *International Migration Review*, 57 (2): 578-86. DOI: 10.1177/01979183221116874.
- EKMAN, Mattias. (2019), “Anti-immigration and racist discourse in social media”. *European Journal of Communication*, 34 (6): 606-18. DOI: 10.1177/0267323119886151.
- EUROPEAN COMMISSION. (2021), *Special Eurobarometer 519 – Integration of Immigrants in the European Union*. European Commission.
- FANGEN, Katrine. (2020), “Gendered images of us and them in Anti-Islamic Facebook groups”. *Politics, Religion & Ideology*, 21 (4): 451-468. <https://doi.org/10.1080/21567689.2020.1851872>.
- FANGEN, Katrine & VAAGE, Mari. (2018), “‘The immigration problem’ and Norwegian right-wing politicians.” *New Political Science*, 40 (3): 459-476. DOI: 10.1080/07393148.2018.1487145.
- FRIBERG, Jon Horgen & BRAANEN STERRI, Erika. (2021), “Decline, revival, change? Religious adaptations among Muslim and Non-Muslim immigrant origin youth in Norway”. *International Migration Review*, 55 (3): 718–45. DOI: 10.1177/0197918320986767.
- GRØDEM, Anne Skevik. (2022), “Scandinavian social democrats facing the ‘progressive dilemma’: Immigration and welfare states in left-of-centre party programs”. *Nordic Journal of Migration Research*, 12 (2): 223-39. DOI: 10.33134/njmr.351.
- HALIKIOPOULOU, Daphne & VLANDAS, Tim. (2019), “What is new and what is nationalist about Europe’s new nationalism? Explaining the rise of the far right in Europe”. *Nations and Nationalism*, 25 (2): 409-34. DOI: 10.1111/nana.12515.

- HAFEZ, Farid. (2018), "Street-level and government-level Islamophobia in the Visegrád four countries". *Patterns of Prejudice*, 52 (5): 436-47. DOI: 10.1080/0031322X.2018.1498440.
- HARPVIKEN, Kristian Berg. (2008), "From 'refugee warriors' to 'returnee warriors': militant homecoming in Afghanistan and beyond". *Global Migration and Transnational Politics Working Paper*, 5. Arlington, VA, Center for Global Studies, George Mason University.
- HARPVIKEN, Kristian Berg. (2009), *Social networks and migration in wartime Afghanistan*. Nova York, Palgrave Macmillan.
- HEATH, Anthony; DAVIDOV, Eldad; FORD, Robert; GREEN, Eva G. T.; RAMOS, Alice & SCHMIDT, Peter. (2020), "Contested terrain: Explaining divergent patterns of public opinion towards immigration within Europe". *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 46 (3): 475-88. DOI: 10.1080/1369183X.2019.1550145.
- HEINZE, Anna-Sophie & WEISSKIRCHER, Manes. (2021), "No strong leaders needed? AfD party organisation between collective leadership, internal democracy, and 'movement-party'". *Strategy, Politics and Governance*, 9 (4): 263-274.
- HJORTH, Frederik & LARSEN, Martin Vinæs. (2022), "When does accommodation work? Electoral effects of mainstream left position taking on immigration". *British Journal of Political Science*, 52 (2): 949-57. DOI: 10.1017/S0007123420000563.
- KYRIAZI, Anna; MENDES, Mariana S.; RONE, Julia & WEISSKIRCHER, Manes. (2022), "The politics of emigration in Europe: A research agenda". *Journal of Common Market Studies*. DOI: 10.1111/jcms.13392.
- MILLARD, A. S.; HARPVIKEN, K. B. & KJELLMAN, K. E. (2002), "Risk removed? Steps towards building trust in humanitarian mine action". *Disasters*, 26 (2): 161-174.
- PALIK, Júlia; RUSTAD, Siri Aas; HARPVIKEN, Kristian Berg & METHI, Fredrik. (2020), "Conflict trends in the Middle East, 1989-2019". *Prio Paper*. Oslo, Prio.
- PERTWEE, Ed. (2020), "Donald Trump, the Anti-Muslim far right and the new conservative revolution". *Ethnic and Racial Studies* 43 (16): 211-30. DOI: 10.1080/01419870.2020.1749688.
- PICKUP, Mark; ROOIJ, Eline A. de; LINDEN, Clifton van der & GOODWIN, Matthew J. (2021), "Brexit, covid-19, and attitudes toward immigration in Britain". *Social Science Quarterly*, 102 (5): 2184-93. DOI: 10.1111/ssqu.13010.
- RYDGREN, Jens. (2005), "Is extreme right-wing populism contagious? Explaining the emergence of a new party family". *European Journal of Political Research*, 44 (3): 413-37. DOI: 10.1111/j.1475-6765.2005.00233.x.
- RYDGREN, Jens. (2008), "Immigration sceptics, xenophobes or racists? Radical right-wing voting in six West European countries". *European Journal of Political Research*, 47 (6): 737-65. DOI: 10.1111/j.1475-6765.2008.00784.x.
- RYDGREN, Jens. (2018), *The Oxford handbook of the radical right*. Oxford, Oxford University Press.
- SIMONSEN, Kristina Bakkær & BONIKOWSKI, Bart. (2020), "Is civic nationalism necessarily

- inclusive? Conceptions of nationhood and Anti-Muslim attitudes in Europe”. *European Journal of Political Research*, 59 (1): 114-36. doi: 10.1111/1475-6765.12337.
- SNOW, David & Robert BENFORD. (1988), “Ideology, frame resonance and participant mobilization”. *International Social Movement Research*, 1: 197-217.
- STOCKEMER, Daniel; HALIKIOPOULOU, Daphne & VLANDAS, Tim. (2021), “‘Birds of a feather’? Assessing the prevalence of anti-immigration attitudes among the far right electorate”. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 47 (15): 3409-3436. DOI: 10.1080/1369183X.2020.1770063.
- STRAND, Arne; BORCHGREVINK, Kaja & HARPVIKEN, Kristian Berg. (2017), “Afghanistan: A political economy analysis”, *Nupi Report*. Oslo, Nupi; Prio; CMI.
- TURNER, Joe & BAILEY, Dan. (2022), “‘Ecobordering’: Casting immigration control as environmental protection”. *Environmental Politics*, 31 (1): 110-31. DOI: 10.1080/09644016.2021.1916197.
- VOGT ISAKSEN, Joachim. (2019), “The impact of the financial crisis on European attitudes toward immigration”. *Comparative Migration Studies*, 7 (1): 24. DOI: 10.1186/s40878-019-0127-5.

Texto recebido em 27/05/2023 e aprovado em 07/07/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.212428.

LUCAS ARANTES ZANETTI é jornalista, mestre em Comunicação e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unesp – Universidade Estadual Paulista. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Membro do grupo de pesquisa Deslocar – Interculturalidade, cidadania, comunicação e consumo (ESPM) e Comunicação Midiática e Movimentos Sociais (Commov). E-mail: lucas.zanetti@unesp.br.

THAÍS FRANÇA DA SILVA é investigadora integrada do Cies-Iscte. Sua prática acadêmica é feminista, antirracista e descolonial. Possui doutoramento pela Universidade de Coimbra, onde escreveu sua tese sobre imigração de mulheres brasileiras para Portugal. Trabalha sobretudo com temas ligados à migração, gênero, raça/racismos, desigualdades sociais e estudos descoloniais. É membro da coordenação da rede Imiscoe (International Migration Research Network) e da Rede Enis (European Network on International Student Mobility: Connecting Research and Practice). Atualmente coordena o projeto “Mapping Out: Portugal on the European anti-immigrant movements map” em parceria com o Prio da Noruega, financiado pelo esquema EEA Grants Portugal. E-mail: thais.franca@iscte-iul.pt.



Anti-immigration Activism and the Far-Right in Europe

An Interview with Kristian Berg Harpviken

Lucas Arantes Zanetti*

<https://orcid.org/0000-0003-2019-8061>

Thaís França da Silva**

<https://orcid.org/0000-0003-1279-412X>

Dr. Kristian Berg Harpviken is a sociologist and research professor at the Peace Research Institute Oslo (Prio). He served as the director of the institute from 2009 to 2017 and currently leads the Prio Middle East Centre. Harpviken's research interests include peace processes, peacebuilding, the dynamics of civil wars, migration and transnational communities and methodologies for challenging contexts. Harpviken has been a visiting researcher at the University of Chicago and Georgetown University, and an affiliate with the University of York, the Doha Institute for Graduate Studies, and the Institute for National Security Studies of Sri Lanka. Harpviken is especially renowned for his expertise on issues related to Afghanistan and its surrounding regions but has also worked in various other countries, including Angola, Bosnia and Herzegovina, Iran, Iraq, Lebanon, Mozambique, Pakistan, South Africa, and Turkey. Harpviken is a frequent media commentator and regularly lectures to both academic and general audiences. He is the author of *Social networks and migration in Afghanistan* (Palgrave Macmillan, 2009) and co-author (with Shahrbanou Tadjbakhsh) of *A rock between hard places: Afghanistan as an arena for regional insecurity* (Hurst/Oxford University Press, 2016).

* Universidade Estadual Paulista, Bauru, São Paulo, Brasil.

** Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Professor, thank you very much for agreeing to speak with us. I would like you to start by talking about the project Reaching Out to Close the Border: The Transnationalization of Anti-Immigration Movements in Europe (MAM) coordinated by you at Prio. What are the key research objectives?

Dr. Kristian Berg Harpviken [KBH]: The MAM (Mobilization Against Migration) was set up to try to understand in detail the mobilization against immigration in Europe. We're doing this on the basis of case studies of six, quite different countries, which include Norway, the UK, Germany, Austria, Italy and Portugal. Furthermore, we are looking at different dimensions of this issue. One facet is looking at who the actors are, how they work together, to what extent they work together (Bedock *et al.*, 2023). It's now become quite clear to us that it's difficult to really say that this is a "movement". To a large extent, it's an amalgamation of different types of activists, perhaps even appealing to different parts of the political spectrum. And there are interactions but not necessarily the steady interactions that makes this a movement. It's even hard to pin down who the leadership is (Heinze and Weisskircher, 2020). And we also see this as a movement which is very closely interacting with party politics, particularly on the far and the extreme right (Rydgren, 2018).

Now, the second aspect we're looking at is what we call "frames" (Snow and Benford, 1988). Thus, this involves how activists justify their resistance to immigration. And there are a number of different types of frames circulating. So, some will be emphasizing the economic impacts of immigration, its impacts on employment or on the sustainability of the welfare state. Others would emphasize the security challenges that may come with immigration, this could be crime, or organized crime, it could be terrorism, or it could be other things (Rydgren, 2008). Some would even emphasize issues such as the environmental impacts of immigration at a time when climate change and environmental concerns are high on the agenda even though this is still embryonic (Turner and Bailey, 2022). However, we are seeing some activists who actually make reference to environmental concerns and perhaps more prominently, particularly over these past few years, there have been public health references with concerns that mass immigration may also come with new diseases and new forms of contagion (Pickup *et al.*, 2021). Perhaps they even, you know, make the argument that immigrants from certain other parts of the world don't necessarily have the same hygiene culture as people in Europe. Those kinds of concerns also get used as justifications.

And then, ultimately, we are also interested in what the impacts of anti-immigration mobilization are. Does it really lead to changes in policy? (Bedock *et al.*, 2023; Kyriazi *et al.*, 2022; Bazurli *et al.*, 2022). If so when? The Danish government,

for example, has over the last two or three years worked very, very hard to not only enter into an agreement with Rwanda but to start having Rwanda process its asylum seekers on Rwandan soil (Amnesty International, 2021). Is that something the Danish government does because, in a sense, it thinks this represents the best way to manage migration. Or does it do it as a gesture to the harsher immigration critics within Danish politics? Those are the kinds of questions we are grappling with. And for all of these questions, we are also interested in trying to understand how it is that anti-immigration activists are reaching out across boundaries, how they are comparing notes, drawing on each other's ideas, learning lessons from the success or lack of success of various forms of activism and so forth.

How did your academic trajectory lead you to study the far-right and anti-immigrant movements in Europe?

KBH: In a way, I come to this from a very unconventional background. My main interest had been in issues relating to war and peace in countries far away from Europe. So, I've been doing a lot of work on understanding the armed actors in Afghanistan and the nature of the conflict there (Strand, Borchgrevink and Harpviken, 2017; Harpviken, 2009). I've also been working on post-conflict recovery in places like Mozambique and Angola (Millard, Harpviken and Kjellman, 2002). I'm currently particularly focusing my studies on various issues interrelating with the Middle East, including issues connected with migration (Palik *et al.*, 2020). However, all of these issues are only remotely connected to the debates about immigration in Europe. Although perhaps the overlap is that when we look at anti-immigration in Europe, we're again talking about political movements (Harpviken, 2008). Furthermore, much of my work in other parts of the world has been about political and politically militant movements. Of course, there is my interest in migration as an issue, although this has previously been about understanding migration and how and why people decide to migrate and what impact this has on their lives and, for that matter, on the lives of those who don't migrate. There is clearly also some connection to the resistance to migration. There is at least some utility in understanding what migration is about. However, I think it's a very indirect and somewhat unexpected route for approaching this particular issue. So, what really triggered my interest was the enormous intensity we have seen in the immigration debate in Europe now ongoing for quite a while. This really took off in the aftermath of the so-called refugee crisis in 2015. In addition, the time when I started to develop this research in 2017, we found it was already a very salient issue on the political agenda in most countries of Europe. It's less prominent today but I think the potential for this to re-emerge as

the key issue in a number of European countries still remains very high.

How do you see the future of anti-immigrant movements in Europe? Will they continue to grow in popularity and influence or are they destined to decline? What is the role of political leadership in determining this outcome?

KBH: This is the million-dollar question. I believe this represents a question every responsible political leader in Europe is grappling with at the moment. And I also don't think this issue is going away any time soon. I would predict we are likely to see major outbursts of anti-immigrant sentiment. And what particularly concerns me is that, when you look at the trend over, let's say, the last ten years, two aspects stand out. One is that, by and large, on average, the European population is becoming increasingly positive to immigrants (European Commission, 2021). So, in that sense, there is good news. However, the bad news is that the share of the population deeply opposed to immigration is also increasing (Heath et al. 2020). And not only is that share increasing, but that segment of the population is becoming ever more deeply critical. Thus, in other words, we're seeing a massive polarization around immigration issues. Therefore, there are of course some countries where parties that are themselves strongly opposed to immigration are in government. You know, in Sweden, for example, which has commonly been seen as the most immigrant friendly country in Europe, we now have a situation where the Swedish Democrats staunchly anti-immigrant, far right party is a party supporting the government's coalition. They're not in government but they are supporting the government. There is also Poland where, as you know, the Freedom and Justice Party is a government that has quite pronounced and sceptical views on immigration and holds a majority in government. The situation is very different from one country to the next. However, this poses a major concern and is interlinked with a number of other issues. Fortunately, at the moment, the biggest migration challenge Europe is facing is immigration from Ukraine. And despite the enormous volume of that migration, it's largely been met with sympathy. You hear very, very few voices expressing fundamental opposition to welcoming Ukrainian refugees although, of course, it should be noted that welcome is only temporary in most countries. They face, and unlike what it would have been if we go to 20 or 25 years back, temporary protection and those sorts of mechanisms rather than direct asylum in a number of different countries.

Given the multiple realities, should we consider these movements in a specific manner in each country or may we approach them as pan-European?

KBH: In both ways. I mean, this project was partly inspired by the desire to understand to what extent this is a movement in which activists collaborate across borders. And it's still a little early to draw firm conclusions but I do think our initial findings indicate that most activists in the anti-immigration movement see themselves very much within a national framework or even within a local framework. However, that doesn't actually mean there isn't a lot of interaction across borders because what we also find is that there are key individuals who act as information brokers, interlocutors who pass on lessons learned and new ways of thinking and acting (Rydgren, 2005). Indeed, there is a strong transnational dimension, although for most activists there is very little consciousness, even awareness, of that transnational outreach.

One of the objectives of the project is to understand the political-ideological framing of these movements. Are they always linked to the far-right?

KBH: Well, if you put this in a longer time perspective, for example, of ten, twenty or even thirty years, anti-immigration sentiments have been very closely linked to the far right and even to the extreme right (Stockemer, Halikiopoulou and Vlandas, 2021). However, part of the motivation behind this the project lies in the observation that anti-immigration sentiments hold some appeal in other parts of the political spectrum (Hjorth and Larsen, 2022). Now, if you take my own country, Norway, which has been perhaps modestly immigrant friendly, even if not a mass-immigrant receiving country, and quite different to its neighbour Sweden, for example, the mainstream parties, the Labour Party and the Conservatives have both been very concerned about the issue of the far right's ownership of immigration (Fangen and Vaage, 2018). Hence, in 2017, when there was a new government, when we had parliamentary elections, both parties evaluated their failure in those elections. They both lost out massively (Fangen and Vaage, 2018) and associated that closely with their lack of a clear stance on immigration. Indeed, a clear stance would here mean a somewhat stricter line, although not necessarily fully embracing the line taken by the far-right populist party, the Progress Party. But nonetheless, trying to wrestle issue ownership away from that party by defining distinct policies and communicating those policies very effectively to the public (Hagelund, 2020). So, yes, they are conventionally closely associated with the far-right. However, I would say there is some broader appeal. And I mentioned the different types of justifications earlier in our conversation. Indeed, I think if you look at the far-right, a number of different justifications would be used, including, for example, cultural justifications, you know, a threat to our language, to our way of life, threats to the culture, our family patterns, gender roles. Gender equity may even be an issue that is brought up here

(Fangen, 2020). Of course, there is plenty of irony in seeing traditionalists on the far right criticizing immigrants over not treating women in the way they should be treated in our society given that, they themselves tend to be fairly backward-looking in their perceptions of gender roles.

However, that aside, we see that in other parts of the political spectrum, there may perhaps be other types of justifications with greater appeal. For example, if you talk to a traditional labor union segment of the population, perhaps the main argument would relate to unemployment, the threats to jobs that stem from large scale immigration and social dumping. Wages are actually going down because there is more competition for jobs. Or, alternatively, there might be concerns about the sustainability of the welfare state. Can we really afford to receive so many immigrants who would at least need support for a transition period and many would perhaps not even be able to find jobs in our labour market and would end up on social support even in the long term. Well, these types of concerns may have more appeal. There are different arguments that appeal in different ways to different parts of the population. But, I still think it is absolutely clear that the one section of the political spectrum for which anti-immigration is a core issue, is the far and the extreme right, and it's a much more divisive issue in other parts of the political spectrum. Thus, even in a country like Denmark, where the Social Democrats and Labour Party have been going quite far in adopting much stricter immigration policies, this is still a difficult issue for these parties to deal with simply (Grødem 2022).

Can you explore further what motivates anti-immigrant movements in Europe?

KBH: Well, ultimately, I think for many people it's a sense that their way of living is under threat. And what that means may be quite different things (Halikiopoulou and Vlandas, 2019). For some, it may be their jobs, the basis for their welfare, that they feel are under threat. For others, it may be the very traditions that they abide by. So, it can really be quite different. However, I also think that, to some extent, the resistance to immigration is an outgrowth of concerns that have very little to do with immigration. Indeed, there are other types of crisis that very, very seriously affect politics in the European context. We've had periods of profound economic recession. We had mass restructurings of economies in which some groups, who would traditionally have been coming out quite favourably in terms of income and living standards, are losing out (Vogt Isaksen, 2019). And, even by a stretch of the imagination, blaming immigrants for that doesn't really hold water. Nevertheless, immigration is, in a sense, a very visible and easily identifiable phenomenon. This holds to such an extent that I would argue that immigrants and immigration

become scapegoats, blamed for concerns that are serious concerns in the lives of a lot of European citizens but, at the end of the day, aren't actually primarily about immigration or other structural changes of an economic nature, but also other ongoing political transformations.

And what about the cultural factor? For example, concerns about changing their cultures and European culture?

KBH: Yes, this is an issue. Perhaps the most dramatic manifestation has been the resistance to immigration from Islamic countries. Of course, we also saw that in the US with Donald Trump, soon after having taken up the presidency in 2017, actually banning immigration from a number of Muslim countries (Pertwee, 2020). And yes, also in a number of European countries. We may also at least report how immigrants from certain Muslim countries are, in a sense, integrating to a lesser extent than other immigrant groups (Simonsen and Bonikowski, 2020). So, in my own country, Norway, for example, Norwegian Pakistanis are more segregated from the rest of the population than immigrants from other countries (Friberg and Sterri, 2021). Now, we should be careful to generalize here and it's not clear this arises from religion or even what country they are from. I think it has just as much to do with class. For example, what is the educational and economic backgrounds of those people who end up coming to Norway from a Pakistani background? I believe many of them belong to a type of social and economic background that makes it more difficult to secure good jobs and integrate smoothly into Norwegian society. In addition, we see that in the second and third generations, it's already a very different story. You know, they start to intermarry with people from very different backgrounds and they get good educations and perhaps fare better than the so-called ethnic Norwegian population. However, the skepticism towards the migrant that arrives and that is seen as culturally very foreign, very different, has been strong. And culture here interacts not only with economic concerns but also with security concerns. Clearly, the enormous fixation that we've had, particularly from 2001 onwards, on the threat from Islamic extremism has also not been helpful. Of course, once again, that is ultimately very unfair because extremism does not receive widespread support amongst Muslims in Europe but it only takes a couple of dramatic events to feed those stereotypes.

What is the role of social media and the media in general in disseminating anti-immigrant sentiment in Europe? How are anti-immigrant voices amplified and spread online?

KBH: The media are obviously very important. But then the media are also so many different things. To simplify somewhat what is a far more complex reality, let's distinguish between the mainstream media and niche media. The mainstream media would here be the traditional television and radio channels, newspapers and even digital channels with mainstream orientations and I think they do, willingly or otherwise, easily contribute to escalating anti-immigration sentiments by covering events that could be perceived as demonstrating immigration-related problems. One example of that would be the media coverage of the New Year's spectacle in Cologne a few years back when immigrants got blamed for four serious incidents of sexual harassment, for the sexual harassment of women (Bielicki, 2018). Furthermore, the mainstream media may also pay undue attention to far-right demonstrations and other actions (Brown and Mondon, 2021). And, as you know, we all see in our respective countries that even types of demonstrations that gain virtually no resonance apart from a select few who take part in that particular demonstration but nonetheless draw massive attention from the media. In my own country, for example, there is an organization called Stop Islamisation of Norway (Sian). This organization commonly stages demonstrations where they burn the Quran (Hafez, 2018), for example, and there's only a handful of people who actually support them and who turn up. However, these demonstrations nonetheless very often receive massive coverage and sometimes even massive international coverage. So, yes, the mainstream media, willingly or not, do contribute to amplifying voices who often may actually be quite marginal. Of course, you also have the niche media, which are much more in number. I'm here talking mainly about the mainstream media that speak on behalf of the anti-immigration activists as well as anything from dark web media where they publish their own materials out of the public eye to distinct websites and channels run by critiques of all migration (Ekman, 2019). Furthermore, we have a number of platforms like that in every European country. And, these are certainly, once again, very important in keeping the movements together. Their levels of credibility may vary, and they come in very different shapes and forms, but they are certainly massively important.

What policies and approaches might help promote a more positive and inclusive view of immigration in European society?

KBH: This is a massively challenging question and a difficult issue. Indeed, I would be very careful about claiming I have any prescription for solving that challenge. It clearly is a major current challenge for European politics. And I'm sure it's inevitably going to be a major challenge as we move forward. I do think that our

mainstream politicians will have to prove their ability to balance between what what are ultimately conflicting legitimate concerns. At least, if you presume that a system of nation states is legitimate, and that is the way the world is now organized but that's a different discussion. So, let's leave that aside for now. There are a number of problematic aspects but that is how the world works. Given that it is ultimately legitimate for politicians to regulate immigration, they will have to balance that against very clearly communicating the need for inclusiveness and recognition of the huge contributions that immigrants are making to our societies. And alongside an understanding of what it is that produces migration in the first place. I think the Ukrainian example has been very interesting. At least I haven't so far identified any strong counter reactions to the welcoming of Ukrainian refugees. I think this partly stems from such a strong identification with Ukraine and also the rather comprehensive coverage of what it is these people are fleeing from. Nevertheless, this also has to do with the uncomfortable fact that they are a little bit more similar to us than many of the other immigrants that arrive. But, I would especially relate this with how we have, as citizens, a deeper understanding of their need for protection and the reasons that they have to flee their country.

Interview took place in February 2023.

References

- AMNESTY INTERNATIONAL. (2021), "Denmark: Plans to send asylum-seekers to Rwanda 'unconscionable and potentially unlawful'". *Amnesty International*. Disponível em <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2021/05/denmark-plans-to-send-asylum-seekers-to-rwanda-unconscionable-and-potentially-unlawful/>, consultado em 26/05/2023.
- BAZURLI, Raffaele; Tiziana CAPONIO & GRAAUW, Els de. (2022), "Between a rock and a hard place: mayors, migration challenges and multilevel political dynamics". *Territory, Politics, Governance*, 10 (3): 297-305. Disponível em <https://doi.org/10.1080/21622671.2022.2046633>.
- BEDOCK, Camille; OTJES, Simon; BEST, Volker & WEISSKIRCHER, Manes. (2023), "A policy like no other? The populist radical right challenge in the field of democracy reform", *Party Politics*, 29, issue 4. DOI: 10.1177 /13540688221089126.
- BIELICKI, Jan. (2018), "Cologne's New Year's eve sexual assaults: The turning point in German media coverage". In: *Refugee News, Refugee Politics*. Nova York, Routledge.
- BROWN, Katy & MONDON, Aurelien. (2021), "Populism, the media, and the mainstreaming of

- the far right: The Guardian's coverage of populism as a case study". *Politics*, 41 (3): 279-95. DOI: 10.1177/0263395720955036.
- DE CONINCK, David. (2023), "The refugee paradox during wartime in Europe: How Ukrainian and Afghan refugees are (not) alike". *International Migration Review*, 57 (2): 578-86. DOI: 10.1177/01979183221116874.
- EKMAN, Mattias. (2019), "Anti-immigration and racist discourse in social media". *European Journal of Communication*, 34 (6): 606-18. DOI: 10.1177/0267323119886151.
- EUROPEAN COMMISSION. (2021), *Special Eurobarometer 519 – Integration of Immigrants in the European Union*. European Commission.
- FANGEN, Katrine. (2020), "Gendered images of us and them in Anti-Islamic Facebook groups". *Politics, Religion & Ideology*, 21 (4): 451-468. <https://doi.org/10.1080/21567689.2020.1851872>.
- FANGEN, Katrine & VAAGE, Mari. (2018), "'The immigration problem' and Norwegian right-wing politicians." *New Political Science*, 40 (3): 459-476. DOI: 10.1080/07393148.2018.1487145.
- FRIBERG, Jon Horgen & BRAANEN STERRI, Erika. (2021), "Decline, revival, change? Religious adaptations among Muslim and Non-Muslim immigrant origin youth in Norway". *International Migration Review*, 55 (3): 718-45. DOI: 10.1177/0197918320986767.
- GRØDEM, Anne Skevik. (2022), "Scandinavian social democrats facing the 'progressive dilemma': Immigration and welfare states in left-of-centre party programs". *Nordic Journal of Migration Research*, 12 (2): 223-39. DOI: 10.33134/njmr.351.
- HALIKIOPOULOU, Daphne & VLANDAS, Tim. (2019), "What is new and what is nationalist about Europe's new nationalism? Explaining the rise of the far right in Europe". *Nations and Nationalism*, 25 (2): 409-34. DOI: 10.1111/nana.12515.
- HAFEZ, Farid. (2018), "Street-level and government-level Islamophobia in the Visegrád four countries". *Patterns of Prejudice*, 52 (5): 436-47. DOI: 10.1080/0031322X.2018.1498440.
- HARPVIKEN, Kristian Berg. (2008), "From 'refugee warriors' to 'returnee warriors': militant homecoming in Afghanistan and beyond". *Global Migration and Transnational Politics Working Paper*, 5. Arlington, VA, Center for Global Studies, George Mason University.
- HARPVIKEN, Kristian Berg. (2009), *Social networks and migration in wartime Afghanistan*. Nova York, Palgrave Macmillan.
- HEATH, Anthony; DAVIDOV, Eldad; FORD, Robert; GREEN, Eva G. T.; RAMOS, Alice & SCHMIDT, Peter. (2020), "Contested terrain: Explaining divergent patterns of public opinion towards immigration within Europe". *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 46 (3): 475-88. DOI: 10.1080/1369183X.2019.1550145.
- HEINZE, Anna-Sophie & WEISSKIRCHER, Manes. (2021), "No strong leaders needed? AfD party organisation between collective leadership, internal democracy, and 'movement-party'". *Strategy, Politics and Governance*, 9 (4): 263-274.
- HJORTH, Frederik & LARSEN, Martin Vinæs. (2022), "When does accommodation work?"

- Electoral effects of mainstream left position taking on immigration”. *British Journal of Political Science*, 52 (2): 949-57. DOI: 10.1017/S0007123420000563.
- KYRIAZI, Anna; MENDES, Mariana S.; RONE, Julia & WEISSKIRCHER, Manes. (2022), “The politics of emigration in Europe: A research agenda”. *Journal of Common Market Studies*. DOI: 10.1111/jcms.13392.
- MILLARD, A. S.; HARPVIKEN, K. B. & KJELLMAN, K. E. (2002), “Risk removed? Steps towards building trust in humanitarian mine action”. *Disasters*, 26 (2): 161-174.
- PALIK, Júlia; RUSTAD, Siri Aas; HARPVIKEN, Kristian Berg & METHI, Fredrik. (2020), “Conflict trends in the Middle East, 1989-2019”. *Prio Paper*. Oslo, Prio.
- PERTWEE, Ed. (2020), “Donald Trump, the Anti-Muslim far right and the new conservative revolution”. *Ethnic and Racial Studies* 43 (16): 211-30. DOI: 10.1080/01419870.2020.1749688.
- PICKUP, Mark; ROOIJ, Eline A. de; LINDEN, Clifton van der & GOODWIN, Matthew J. (2021), “Brexit, covid-19, and attitudes toward immigration in Britain”. *Social Science Quarterly*, 102 (5): 2184-93. DOI: 10.1111/ssqu.13010.
- RYDGREN, Jens. (2005), “Is extreme right-wing populism contagious? Explaining the emergence of a new party family”. *European Journal of Political Research*, 44 (3): 413-37. DOI: 10.1111/j.1475-6765.2005.00233.x.
- RYDGREN, Jens. (2008), “Immigration sceptics, xenophobes or racists? Radical right-wing voting in six West European countries”. *European Journal of Political Research*, 47 (6): 737-65. DOI: 10.1111/j.1475-6765.2008.00784.x.
- RYDGREN, Jens. (2018), *The Oxford handbook of the radical right*. Oxford, Oxford University Press.
- SIMONSEN, Kristina Bakkær & BONIKOWSKI, Bart. (2020), “Is civic nationalism necessarily inclusive? Conceptions of nationhood and Anti-Muslim attitudes in Europe”. *European Journal of Political Research*, 59 (1): 114-36. doi: 10.1111/1475-6765.12337.
- SNOW, David & Robert BENFORD. (1988), “Ideology, frame resonance and participant mobilization”. *International Social Movement Research*, 1: 197-217.
- STOCKEMER, Daniel; HALIKIOPOULOU, Daphne & VLANDAS, Tim. (2021), “‘Birds of a feather’? Assessing the prevalence of anti-immigration attitudes among the far right electorate”. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 47 (15): 3409-3436. DOI: 10.1080/1369183X.2020.1770063.
- STRAND, Arne; BORCHGREVINK, Kaja & HARPVIKEN, Kristian Berg. (2017), “Afghanistan: A political economy analysis”, *Nupi Report*. Oslo, Nupi; Prio; CMI.
- TURNER, Joe & BAILEY, Dan. (2022), “‘Ecobordering’: Casting immigration control as environmental protection”. *Environmental Politics*, 31 (1): 110-31. DOI: 10.1080/09644016.2021.1916197.
- VOGT ISAKSEN, Joachim. (2019), “The impact of the financial crisis on European attitudes toward immigration”. *Comparative Migration Studies*, 7 (1): 24. DOI: 10.1186/s40878-019-0127-5.

Texto recebido em 27/05/2023 e aprovado em 07/07/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.212428.

LUCAS ARANTES ZANETTI is a journalist, master in Communication and doctoral candidate in the Postgraduate Program in Communication at Unesp – Universidade Estadual Paulista. Scholarship from The São Paulo Research Foundation. Member of the research group Deslocar – Interculturality, citizenship, communication and consumption (ESPM) and Media Communication and Social Movements (ComMov). E-mail: lucas.zanetti@unesp.br.

THAÍS FRANÇA DA SILVA is an integrated researcher at Cies-Iscte. Her academic practice is feminist, anti-racist and decolonial. She has a PhD in the University of Coimbra, where she wrote her thesis on the immigration of Brazilian women to Portugal. She works mainly with themes related to migration, gender, race/racism, social inequalities and decolonial studies. She is a member of the coordination of the Imiscoe network (International Migration Research Network) and the Enis Network (European Network on International Student Mobility: Connecting Research and Practice). She currently coordinates the project “Mapping Out: Portugal on the European anti-immigrant movements map” in partnership with Prio da Norway, financed by the EEA Grants Portugal scheme. E-mail: thais.franca@iscte-iul.pt.



Gabriel Cohn, *A difícil república*. Rio de Janeiro, Azougue, 2023. 226 pp.

Por Patrícia da Silva Santos
Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-1266-1311>

Teoria fina, mundo bruto e esticamento de horizontes

Quem ousa manter a pena leve diante de fatos tão abissais como aqueles vivenciados nos últimos anos na nossa “difícil república”? Para Gabriel Cohn, não se trata de ousadia, mas de exigência: “Quanto mais bruto o mundo, mais fina deve ser sua análise, esse é o lema” (Cohn, 2020, p. 402). Mesmo sob a sensação inevitável de “arrepio” durante a escrita (p.

6), sua alternativa para tomar certa distância da violência do factual a fim de viabilizar a reflexão consiste na atenção às “diferenças finas” (p. 205), por meio das quais é possível surpreender as tendências sociais ainda em estado de delineação. Nesse comportamento intelectual certamente ecoam as palavras de Theodor Adorno, para quem a teoria social deseja “nomear o que secretamente mantém a engrenagem” para, eventualmente, “suspender a pedra, sob a qual viceja o monstro” (Adorno, 2003, p. 196). Os textos abrigados em *A difícil república* perseguem essa tarefa com a costumeira elegância do ensaísmo de Cohn. Há beleza e fascínio no campo minado de problemas trilhado pelo autor.

Cohn não foge a conceitos espinhosos – por vezes desgastados pelo uso, mas ainda capazes de preservar sua magnitude –, como civilização ou processo civilizacional, desenvolvimento, fascismo, democracia, fetichismo, liberalismo, barbárie ou república, mas confronta-os a imagens menos sublimes, mais marginais, como a indiferença, a seleção, o agrado e o castigo, a mobilidade ou o caráter senhorial. Nisso, o que paira como um pano de fundo que une as preocupações e diferentes visadas do autor consiste na preocupação com a “construção de bases para o estudo adequado ao nosso tempo dos modos de experiência social” (p. 172).

Cada um dos nove textos que compõem o volume preserva sua independência, porém o conjunto espelha um modo muito exigente de pensar a teoria social, que combina aquela preocupação de fundo relativa aos modos de experiência social com uma erudição refinada, mas em nada pedante. As referências (Marx, Weber, Adorno, Florestan, Faoro e tantos outros) se revezam sob medida meticulosamente calculada ao longo do livro, sem o excesso pró-

prio às exigências acadêmicas dos nossos dias. Essas reflexões teóricas são frequentemente interpeladas por vias peculiares, obedecendo ao lema da fineza da análise.

Os cinco primeiros ensaios estão reunidos sob o mote da “Civilização problemática”. Esse caráter é exposto tanto no que se refere às peculiaridades nacionais como no confronto mais geral com o capitalismo em sua versão mais contemporânea. O primeiro texto dessa seção, “Civilização, cidadania e barbárie”, traz imagens poderosas da sociabilidade brasileira, como a da esfera pública como “área de despejo”, ao mesmo tempo que não se reduz à resignação, lembrando, com Freud, que “a voz da razão é débil, mas persistente” (p. 27). Aliás, um pouco à la Freud, Cohn também costuma apoiar-se em referências bastante corriqueiras, que atravessam as análises mais refinadas como relampejos advindos diretamente do cotidiano. Assim, frases como “os inocentes pagam pelos pecadores” ajudam a compreender a estranha dialética punitiva brasileira, na qual se pune demais, “mas pune-se como contrapartida da noção de impunidade: pela via privada, à margem das instituições” (p. 28). Os três grandes motes do título são abordados ao longo do texto por meio de estratégias de aproximação e distanciamento, combinando fina interlocução teórica e exemplos cotidianos. Quem lê hoje esse texto datado de 2002 (com adendos de 1993) é obrigado a admitir que os ingredientes para o autoritarismo dos últimos anos permeiam há tempos nossa experiência social, marcada pela “indiferença estrutural”.

O segundo texto dessa primeira seção intitula-se “A sociologia e o novo padrão civilizatório” e expõe todo o poder de síntese teórica de Gabriel Cohn ao unir sob o mote da expansão e da acumulação as preocupações de Durkheim, Marx, Weber e Simmel. Mas se lá

na virada para o século XX estava no horizonte dos clássicos o problema da inclusão via organização, no início do XXI impõe-se a temática da seleção via mobilidade. As dimensões sombrias da civilização contemporânea são exploradas por Cohn, sem perder de vista os “agentes do capital”, de um lado, e os “indesejáveis”, de outro – excluídos agora por sua irrelevância. Para Cohn, a face contemporânea da barbárie está calcada, não por acaso, na indiferença. Diante disso, há novamente a preocupação explícita com “as categorias de análise e as formas de intervenção social correspondentes” (p. 49) a serem construídas para esse mundo novo.

Ainda envolvendo o tema da civilização, o terceiro texto, “Desenvolvimento como processo civilizador”, retoma questões clássicas do pensamento nacional e, por isso, revisita autores como Celso Furtado, Luiz Carlos Bresser Pereira, Chico de Oliveira, Milton Santos e Florestan Fernandes. Nesses diálogos, sempre em estilo sucinto e cirúrgico, cumpre destacar a importância de dimensões não exclusivamente econômicas para o desenvolvimento – esse “deve ser visto como um processo de criação de novas relações sociais, e não como mero desdobramento da acumulação” (p. 61).

“A difícil república” é o texto que vem logo a seguir. Não por acaso, seu título foi emprestado ao livro: suas discussões condensam problemas tratados em outros textos, mas sob a óptica peculiar da sociabilidade republicana brasileira e, além disso, recorrendo a situações mais próximas temporalmente – o texto data originalmente de 2020. Cohn discute nele problemas linguísticos e teóricos relacionados à ideia de república, mas eu gostaria de sublinhar sobretudo as imagens cotidianas às quais o autor recorre – afinal, é o misto peculiar de erudição e observação cotidiana que cede fineza à sua análise e permite viabilizar a suspensão

da pedra sob a qual vicejam nossos monstros. Nesse sentido, a imagem mais emblemática talvez apareça na expressão “para inglês ver”, usada sem reservas “quando na origem ela se refere à ‘limpeza’ do navio mediante o arremesso dos africanos ao mar sempre que nave inglesa comprometida com o combate à escravidão se aproximava” (p. 88). Se o que importa é reconhecer o “timbre” de heranças históricas como a escravidão, o exemplo de Cohn não poderia ser mais feliz: ele escava “camada por camada os depósitos significativos que, combinados entre si, vão constituindo a fisionomia de uma sociedade” (p. 87) como a nossa. Nessa linha, há ainda referências à falta de reciprocidade de pedidos de “desculpa” ou de “por favor” de certos representantes do autoritarismo brasileiro contemporâneo. Ao analisar o emprego dessas expressões, Cohn ressalta mais uma vez a indiferença, “talvez a figura mais acabada do complexo significativo cultivado (como cultura) em nossa sociedade” (p. 100).

Fechando esse rol de textos elencados sob o mote da civilização aparece a reflexão nomeada “O fascismo latente”. Cohn delinea elementos do fascismo histórico, da Itália e Alemanha na primeira metade do século XX, para reconhecer que “se podemos falar de um forte traço parafascista entre nós ele não será encontrado diretamente nos aparelhos de Estado [...] e sim difuso na sociedade” (p. 123). O uso da expressão “fascismo latente” é uma saída muito interessante para o dilema de como nomear a recente ascensão autoritária brasileira. Mas o texto não se detém aí. São igualmente pertinentes as referências feitas ao controle “soft” propiciado pelas nossas tecnologias digitais de informação e às vantagens obtidas pelo “lado mais agressivo” desse tipo de comunicação – lado esse “capaz de mobilizar os militantes de novo tipo” (p. 126).

A segunda seção do livro intitula-se “Contrapontos” e, de maneira muito sagaz, opõe dois grandes representantes do pensamento social brasileiro: Florestan Fernandes e Raimundo Faoro. O primeiro texto, intitulado “Florestan e o estilo democrático de vida”, preserva a leveza e generosidade da pena de Gabriel Cohn ao iniciar a abordagem dessa figura gigante reconhecendo sua posição social “cruzada” e, por isso, dotada de uma potencialidade rara entre nossos intelectuais clássicos. A condição “visceralmente plebeia” de Fernandes é destacada por Cohn como impulsionadora de um programa de pesquisa. De maneira despreziosa, o ensaio de Cohn vai descortinando parte desse programa, com destaque para os papéis sociais. Nesse sentido, retoma a dificuldade, tão bem descrita por Florestan, do negro recém-libertado de “sair da própria pele” – ou melhor, de entrar nela e afirmar-se negro para “converter-se em interlocutor válido” (p. 135). Também inclui belamente a análise do jogo das crianças do Bom Retiro, no qual a “norma não é só restrição e comando. É oportunidade e promessa” (p. 137).

Sem precisar demorar-se enfadonhamente nas análises dessas grandes figuras do pensamento social brasileiro, Cohn logra apresentar uma imagem de suas obras que desnuda exatamente seu ponto de sustentação. Isso aparece, por exemplo, no texto intitulado “Faoro e a crônica da tragédia liberal”. Ao analisar o problema da rigidez da nossa “estrutura de poder” em Faoro, Cohn destaca suas conexões com o pensamento de Max Weber, mas ressalta também a “peculiar plasticidade” que apareceria analisada em *Os donos do poder*. Paradoxalmente, é a resiliência que permite que a “inelástica” estrutura de poder se sustente. Nesse processo, em poucas páginas, temas centrais de Faoro e também de Weber vão sendo costurados,

por meio de jogos de aproximação e distanciamento. Exemplo disso é a relação dos dois autores com a ideia de destino. Enquanto em Weber o conhecimento desse enrijecimento de “ações progressas” possibilita confrontá-lo com “lances da vontade”, em Faoro isso seria menos manifesto (daí a tragédia do título do texto).

A última seção do livro traz o título de “Temporalidades”. O primeiro texto, “Timbres e pulsações”, mobiliza diferentes autores (a exemplo de Hermínio Martins, Alfred Schutz e Karl Marx) e apresenta a metáfora que também servirá à reflexão a ser desenvolvida no próximo ensaio: o tempo como “vibração da fibra do arco que se transmite à flecha” (p. 165). Importa interpelar o “timbre” que essa composição imprime ao movimento – e não a trajetória da flecha em si. O cuidado de Cohn na construção da metáfora vai desde a imagem até a escolha meticulosa das palavras com que a desenha. Seu pensamento é rigoroso também na escolha de sua forma de transmissão, não apenas no conteúdo (aliás, talvez por isso seja possível notar o cuidado como ele lê outros pensadores, sempre atentando também aos seus estilos próprios). O que se propõe aqui é pensar também em um “modo de tempo”, em analogia com o “modo de produção”. Assim, o tempo não seria visto somente como medida, mas também “como modo de apresentação e desenvolvimento do objeto” (p. 166). Por objeto, leia-se capital, pois se trata de pensar como o modo de tempo se move no modo de produção capitalista e, por meio de vibrações ou pulsações, funde passado e futuro.

Essa reflexão só será aprimorada no próximo texto, “Marx: o tempo e o modo”. Aqui volta explicitamente a preocupação de Cohn com uma teoria adequada dos “modos de experiência social”. Para isso, ele cobra das reflexões de Marx que a postura de “pôr em movimento

as relações petrificadas” (p. 171) também seja adotada na reflexão sobre o tempo. A ideia central estaria em pensar o tempo não somente como medida de duração, mas como algo que “se insinua no mais íntimo das coisas e das suas relações” (p. 176); como conteúdo que vai tomando outras formas no âmbito do modo de produção capitalista. O argumento é intrincado e Cohn lança mão de diferentes estratégias para desenvolvê-lo (impossíveis de reproduzirmos aqui). Mas importa pensar, dialeticamente, em uma concepção de tempo que não é linear e que, por isso mesmo, abrange movimentos regressivos. Nisso, regressão não é tida como simples retrocesso na linha temporal, sim “como modalidades específicas de composição e entrelaçamento de ritmos temporais, como parece ocorrer quando se tem um movimento do capital no qual o uso intensivo de recursos *high tech* se une à reativação das formas mais cruas de superexploração e acumulação” (p. 198). Por outro lado, a concepção de modo de tempo apresentada também tem como objetivo contribuir para uma “prontidão histórica” atenta às “diferenças finas, em especial no que concerne aos ritmos temporais” (p. 205) para, quiçá, “escapar à reiteração do mesmo e indicar o ponto limite onde se vislumbra o outro” (p. 206).

Tendo aberto o livro com a frase de Kafka que afirma que “o messias só vem quando não é mais esperado” (p. 9), Cohn fecha-o com essa fascinante reflexão sobre o tempo, que tem a seguinte epígrafe de Oriki Yorubá: “[Exu] mata um pássaro ontem jogando uma pedra amanhã” (p. 171). Dialeticamente, portanto, esse livro tenta reverter aquela espera vã própria da experiência social da nossa “difícil república” e, mais amplamente, do capitalismo contemporâneo. Nisso, em meio às dificuldades ressaltadas, surgem aqui e ali “esticadores

de horizontes” (p. 206), por meio dos quais se infiltram promessas.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor. (2003), “Soziologie und empirische Forschung”. In: ADORNO, Theodor. *Soziologische Schriften I*. Suhrkamp, Frankfurt a. M.

COHN, Gabriel. (2020), “Weber, Adorno e o curso do mundo”. *Sociologia & Antropologia*. Rio de janeiro, 10 (2): 395-422, maio-ago.

Texto recebido em 17/05/2023 e aprovado em 07/08/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.212142.



Marcelo Ridenti, *O segredo das senhoras americanas: intelectuais, internacionalização e financiamento na Guerra Fria cultural*. São Paulo, Editora Unesp, 2022. 408 pp.

Por Deni Alfaro Rubbo
Universidade Estadual do Mato Grosso do
Sul (UEMS), Dourados, MS, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-9150-6565>

Guerra Fria negociada: brasilidade em circulação internacional

A paulatina construção e a disseminação do conhecimento sociológico, com a emergência de um campo de pesquisa transnacional, rendem trabalhos instigantes nas últimas décadas. No âmbito da sociologia da cultura, a circulação internacional de ideias, de mercadorias e de agentes passa a ser examinada através das práti-

cas, das transferências e dos saberes construídos nas interações entre espaços culturais. Esse traço dinâmico da circulação internacional torna o sistema-mundo do conhecimento moderno cada vez mais entrelaçado e complexo.

Talhado por um enfoque transnacional, um trabalho sociológico brasileiro bem-sucedido é o livro *O segredo das senhoras americanas: intelectuais, internacionalização e financiamento na Guerra Fria cultural*, de Marcelo Ridenti. Conhecido por uma ampla agenda de preocupações no campo da cultura política da esquerda brasileira do século XX, com obras como *O fantasma da revolução brasileira* (2010) e *Em busca do povo brasileiro: artista da revolução, do CPC à era da TV* (2014), Ridenti desenvolve o tema do impacto da Guerra Fria na cultura política brasileira. Esmiúça mecanismos de financiamento, bem como processos e efeitos da circulação internacional de artistas e intelectuais da esquerda e da direita. Torna evidente que a circulação internacional de pessoas e de ideias consistiu em uma estratégia na geopolítica mundial entre as duas potências.

De ponta a ponta, o livro é atravessado pela seguinte hipótese: se intelectuais e artistas brasileiros nos “anos rebeldes” tendiam a ocupar um “lugar subalterno no cenário internacional”, também participavam “do jogo com relativa autonomia e tiraram proveito dos embates da Guerra Fria para conseguir apoio externo, fortalecendo suas posições no campo intelectual interno”. Três estudos empíricos testam essa hipótese: os exilados brasileiros e latino-americanos em Paris no pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente Jorge Amado; as relações entre a revista *Cadernos Brasileiros* (CB) e o Congresso pela Liberdade da Cultura (CLB); e a trajetória da Associação Universitária Interamericana (AUI) e dos estudantes brasileiros nos Estados Unidos.

Pelo ângulo da sociologia da cultura e dos intelectuais, Ridenti ampara-se teórica e metodologicamente em uma abordagem que articule fatores “internos” e “externos”, como defendia o historiador britânico Quentin Skinner. Ao estudar trajetórias pessoais, o sociólogo brasileiro trabalha com “as restrições sociais nas histórias de vida” e as lutas por prestígio e distinção, perspectiva reivindicada por Pierre Bourdieu (1998). Esse recorte bourdieusiano assume maior expressão na primeira parte do livro.

Ridenti também adota a embocadura metodológica de Raymond Williams (1979): não solapa a “ação dos indivíduos” diante de múltiplas determinações na totalidade de um “processo complexo e inter-relacionado de limites e pressões”. Por isso, entende que “as circunstâncias políticas e culturais da Guerra Fria restringiam a margem de atuação e exerciam pressão sobre ela, mas a ação individual dos agentes envolvidos ajudava a moldar a estruturação da sociedade” (p. 13). Em outras palavras, artistas e intelectuais brasileiros andaram na corda bamba da polarização ideológica entre mundo comunista e mundo capitalista. Bem entendido, isso não significa que os agentes eram integralmente manipulados pelas superpotências, nem que tinham plena noção de todas as peças envolvidas em suas disputas. Dentro de uma cena histórico-cultural toda emaranhada, eles reproduziam ideologias e utopias no cabo de guerra da hegemonia capitalista e contra-hegemonia comunista. Essa tônica reverbera fortemente na segunda e na terceira partes do livro e se aproxima, do ponto de vista metodológico, do fundador dos *cultural studies* e da *New Left Review*.

Não se pode deixar de destacar a enorme quantidade de informações coletadas para este empreendimento ambicioso. Ela provém de diálogos com a bibliografia internacional

contemporânea sobre a Guerra Fria cultural; de pesquisas em diversos acervos de arquivos no Brasil, na França e nos Estados Unidos (documentos oficiais, processos judiciais, trocas de correspondência, relatórios, memórias, artigos publicados na imprensa etc.); e de entrevistas com dezenas de personagens diretamente envolvidos na trama. Com isso, o autor demonstra um trabalho hercúleo de garimpo de fontes internacionais. Trata-se de uma pesquisa inventiva que, revisitando um velho tema, propõe arranjos que são novos tanto pela perspectiva transnacional adotada como pela qualidade e quantidade dos dados levantados.

Na primeira parte, “Internacionalização cultural comunista: Jorge Amado e seus camaradas da América Latina”, Ridenti apresenta as trajetórias de dois comunistas latino-americanos: o poeta chileno Pablo Neruda e o romancista brasileiro Jorge Amado. Escritores consagrados e alinhados às políticas da União Soviética, ambos ocuparam cargos diplomáticos e políticos em seus respectivos países. Conjuntamente, foram os principais representantes da cultura comunista latino-americana em âmbito global na década de 1950. Para comprovar essa afirmação, são examinadas suas experiências de exílio em Paris, passando por suas inclusões na rede comunista internacional, até suas atuações no movimento Mundial pela Paz.

De um lado, Ridenti destrincha revistas da intelectualidade comunista francesa (*Europe* e *Les Lettres Françaises*) que destacaram produções de artistas latino-americanos, oferecendo-nos uma amostra da circulação internacional desses produtos. Do outro lado, com base em correspondências familiares, memórias e biografias, o autor registra as andanças de Neruda e de Amado na capital das Luzes, em particular na construção de contatos, zonas de

influências, premiações, viagens que fizeram com intelectuais e artistas europeus, latino-americanos e soviéticos. Até mesmo relações com comunistas dissidentes são observadas pela lente do sociólogo. Com efeito, essa posição privilegiada ocupada pelo autor de *O cavaleiro da esperança* lhe permitiu arquitetar negociações para a difusão internacional de obras latino-americanas na Europa, para a publicação de autores soviéticos no Brasil e para a promoção de sua própria obra traduzida para diversos idiomas. Todas essas iniciativas, com propósitos pessoais e profissionais evidentes, lhe renderam a consagração internacional que desejava.

Ridenti oferece, ainda, considerações de como a “política cultural dos comunistas” (Czajka, Motta e Napolitano, 2013) pavimentada por Jorge Amado e seus camaradas no exterior “viria a tornar-se fundamental para a consolidação de um campo intelectual e de uma indústria cultural, particularmente no Brasil” (p. 57). Segundo sua análise, a estratégia política do Partido Comunista Brasileiro e do Comintern – “revolução nacional, democrática e anti-imperialista” – corroborou a construção de uma “cultura nacional” mediante a indistinção “entre o acesso popular crescente ao mundo da educação e da cultura e seu caráter de massas que envolve a submissão à racionalidade da sociedade produtora de mercadorias, por mais que se empenhasse no combate ao imperialismo” (p. 61). Nesse contexto, a formação de redes culturais de organização, difusão e projeção do partido seria decisiva para o recrutamento de intelectuais e artistas, pois o ingresso no partido, para além de utopias políticas, era visto também como possibilidade de ascensão e de conquista de prestígio na cena intelectual.

Diante desse cabedal alavancado pela experiência dos exilados latino-americanos em Paris, é possível constatar, também,

reverberações na construção da identidade “terceiro mundista” nas décadas de 1960 e 1970. Como elenca Ridenti no final do capítulo, a construção de iniciativas institucionais em âmbito internacional, a diversificação de escritores militantes na construção do ideário “latino-americano” e a reapropriação de obras da geração anterior para uma nova geração de intelectuais-militantes do “terceiro mundo” são fatores reveladores da *continuidade* da contenda ideológica comunista. Contudo, não podemos esquecer que essa continuidade também encontrou sua contrapartida. Afinal, processos políticos de desestalinização, a Revolução Cubana e as libertações nacionais de países africanos e asiáticos ofereceram melhores condições para que uma nova geração anticapitalista contestasse tanto as “burocracias soviéticas” quanto o capitalismo-fordista e construísse paulatinamente seus próprios canais de difusão e de circulação de ideias.

Na segunda parte, “Internacionalização cultural liberal: Cadernos Brasileiros e seus patrocinadores do congresso pela liberdade da cultura”, é analisada a história da revista *Cadernos Brasileiros* (1959-1970), um dos órgãos do movimento intelectual internacional Congresso pela Liberdade da Cultura. Fundado em 1950 na Europa como antípoda do Conselho Mundial da Paz, o CLC “teve escritórios em 35 países e patrocinou inúmeras revistas” (2002, p. 74). Apoiado por uma farta correspondência inédita entre dirigentes internacionais do CLC e dirigentes brasileiros, Ridenti faz do periódico uma oficina de pesquisa, percorrendo os 62 números editados ininterruptamente no caldo das metamorfoses políticas nacionais e internacionais. O autor localiza e escrutina editoriais estratégicos da revista que ora revelam, ora ocultam tensões e alianças subjacentes entre as matrizes internacional e nacional.

A princípio, a iniciativa do CLC remava a favor da maré que promovia a “defesa da liberdade” e do “mundo livre”, representantes da ideologia oficial do Ocidente durante a Guerra Fria, conforme Perry Anderson (2005). Nas trilhas da internacionalização do pensamento liberal, o CLC optava “expressa ou veladamente pelo lado dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, o que permite entender o apoio secreto de seu serviço de espionagem e informação, a CIA, ao Congresso desde sua fundação” (p. 75). Por seu turno, os *Cadernos Brasileiros* projetaram-se como veículo que enfatiza a solução “científico-técnica” para questões políticas em contraposição às revistas consideradas “ideológicas”. Mas esse desejo de transmitir uma aparente “autonomia” e “independência”, segundo orientação da sede principal, ocultaria um segredo: a ajuda financeira e ideológica do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipes), conhecida instituição de empresários e militares conservadores. No entanto, Ridenti matiza que seria impropriedade “supor que essa ligação significasse plena identidade, a ponto de confundir as duas instituições” (p. 107). Afinal, o apoio secreto do Ipes foi marginal e durou pouco tempo, o grosso da verba vinha do CLC.

Assim, ao bosquejar as desventuras da revista *Cadernos Brasileiros* na década de 1960, com ênfase nas fricções e negociações entre dirigentes internacionais e nacionais, Ridenti mostra o funcionamento da CB em suas diversas fases e facetas, bem como o vai e vem da *dependência* e *autonomia relativa* de seus dirigentes. Não resta dúvida de que as vicissitudes da crise política nacional desempenharam um papel preponderante na revista, que esteve próxima e distante do regime civil-militar e de intelectuais de esquerda (Mário Pedrosa, Celso Furtado, Florestan Fernandes, dentre outros). Ao constatar esse caráter pendular, Ridenti

caracteriza os bastidores da revista como uma “convivência ambígua de liberais tanto com a ditadura como com a oposição a ela, resultado simultâneo da atração exercida por visões de mundo transformadoras emergentes” (p. 238). Portanto, *Cadernos Brasileiros* esteve distante de uma iniciativa aventureira de jovens editores cuja duração foi efêmera. Trata-se de uma experiência cultural ideologicamente orientada por uma agência internacional, o CLC, beneficiada por financiamentos escusos e com a aspiração de disputar espaço no campo intelectual do país.

Na terceira parte, assim como nas duas primeiras, o livro examina um conjunto de detalhes e de “segredos” (“O segredo das senhoras americanas: estudantes brasileiros na terra dos Kennedy”) sobre a trajetória da Associação Universitária Interamericana (AUI). Entre 1962 e 1971, a dinâmica da entidade baseia-se em um programa de recrutamento de jovens brasileiros universitários. Diante desse fenômeno inseparável do contexto da Guerra Fria cultural, principalmente com a radicalização política de movimentos e organizações de esquerda na América Latina, os Estados Unidos criaram a *Alliance for Progress* e, com ela, diversas formas de financiamento para disputar “corações e mentes”. No caso da AUI, pretendiam mostrar aos estudantes as supostas virtudes do *American way of life* como alternativa ao “totalitarismo comunista”. Nas palavras do autor, “a experiência da AUI é exemplar para a compreensão de como intelectuais [...] negociaram nas circunstâncias da Guerra Fria, andando no fio da navalha, buscando lidar com a situação para atuar em seus campos profissionais” (pp. 248-249).

Um traço interessante da AUI é que foram mulheres de poderosos executivos e empresários, lideradas por Mildred Sage – “intelectual

orgânica dos interesses de classes dirigentes dos Estados Unidos” (2022, p. 320) –, que comandaram a associação. Organizavam todas as etapas do processo: da admissão dos estudantes, passando pela construção da programação da viagem até a barganha de recursos financeiros. De origens sociais abastadas, Sage e suas companheiras tinham amplo acesso ao alto escalão do poder americano, tanto do empresariado quanto dos políticos, estabelecendo laços de amizade e de confiança. Nesse sentido, tiveram êxito em conseguir apoio moral e financeiro de empresários de fora do Brasil e do governo dos Estados Unidos.

Assim como ocorreu com o CLC e a *Cadernos Brasileiros*, a AUI mantinha segredo sobre a fonte de financiamento da associação. Revelar publicamente que era a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) sua principal fonte de recurso certamente deterioraria todo projeto. Como sublinha Ridenti, o público-alvo eram estudantes universitários e lideranças estudantis de diversas áreas do conhecimento, muitos dos quais exerciam uma militância social e política à esquerda. Tal fato foi tão bem guardado e silenciado durante anos que, curiosamente, Ridenti admite que, ao realizar entrevistas com ex-bolsistas da AUI, não houve nenhuma menção ao assunto por parte dos entrevistados, nem questionamento dele próprio, que não tinha a informação quando realizou as conversações. Essa surpreendente confissão reforça que, mesmo décadas depois, era um segredo bem guardado que tais viagens eram patrocinadas pelo governo dos Estados Unidos.

Vale ser dito que a história da AUI retraçada por Ridenti se apoiou na correspondência dos organizadores e nos testemunhos dos participantes, recheados de descobertas e boas histórias – por exemplo, o icônico constrangimento

a que o presidente Kennedy foi submetido com certas indagações de um estudante brasileiro, um engenheiro! Em particular, o ponto alto da narrativa de Ridenti é quando retraça o périplo dos viajantes por cada cidade visitada: estadia em uma casa de família de classe média na região de Boston; participação em seminários e palestras na Universidade de Harvard, além de uma breve convivência no *campus* universitário; presença em Washington com direito a visita à Casa Blanca; finalmente, um *tour* pela cidade de Nova York, metrópole e símbolo da modernidade que oferece sua miríade de atividades culturais e de consumo.

Se a apologia do modo de vida americano causava fascínio no imaginário social, também exercia repulsa. Ridenti expõe como “os quatro tempos institucionais dos Estados Unidos estavam abalados” (a família, o conhecimento científico, o poder democrático e a degradação e violência urbana) no final da década de 1960, estremecidos por protestos sociais de pautas diversas. O caminho criativo que o autor encontrou para retratar parte das tensões sociais e do declínio do modo de vida americano foi a análise de filmes da época que apontavam, explícita ou sutilmente, a crise e o desgaste dos valores da ideologia dominante.

Embora os antigos bolsistas da AUI que participaram da viagem tenham dificilmente passado incólumes por uma tal experiência internacional, eles não necessariamente aderiram à ideologia da política exterior do Tio Sam, como pontua Ridenti. Afinal, as variantes ideológicas dos bolsistas eram bastante heterogêneas e, ainda que se detectasse a presença de estudantes bolsistas que militavam em organizações clandestinas, nas quais foram perseguidos e muitas vezes mortos pela repressão estatal, a maior parte deles assumiu uma linha politicamente moderada.

Ao fim e ao cabo, o trabalho de Ridenti faz um contraponto às leituras reducionistas sobre o período estudado que partem geralmente de pressupostos políticos situados e julgam sua pertinência, entre exaltação cega ou rechaço completo. Nos três estudos de caso investigados pelo sociólogo brasileiro, fica patente como a dicotomia de heróis e vilões é esmaecida. Os produtos culturais e os agentes envolvidos na peleja da Guerra Fria têm itinerários tortuosos e “impuros”. Movimentam suas escolhas no redemoinho de circunstâncias políticas e sociais, recusando conclusões taxativas. Fica o recado sociológico: em casos como estes, há mais nuances e feixes ideológicos entre esquerda e direita política no âmbito da cultura do que se costuma supor.

O segredo das senhoras americanas é um afresco sobre um ambiente muito peculiar da cultura política brasileira durante a Guerra Fria. Marcelo Ridenti transcendeu análises que reificam fronteiras nacionais, burilou inúmeras fontes internacionais e cruzou-as. Reconstituiu, assim, um enorme quebra-cabeça moldado por mediações socioculturais (revistas, associações, congressos, conselhos etc.) cujas peças-chaves se encontravam fragmentadas, escondidas e perdidas. Põe em cena, portanto, as trajetórias de brasilidades em trânsito internacional indissociáveis de seus contextos históricos nacionais e que, entre “dependência” e “relativa autonomia”, impactaram consideravelmente o domínio da cultura e da política do país.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. (2005), “Internacionalismo: um breviário”. *Anos 90*, Porto Alegre, 12 (21): 13-42.

BOURDIEU, Pierre. (1998), “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 2 ed. Rio de Janeiro, FGV, pp. 183-191.

CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá & NAPOLITANO, Marcos. (orgs.). (2013), *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: UFMG.

RIDENTI, Marcelo. (2022), *O segredo das senhoras americanas: intelectuais, internacionalização e financiamento na Guerra Fria cultural*. São Paulo, Editora Unesp, 2022.

RIDENTI, Marcelo. (2014), *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. 2 ed. São Paulo, Editora Unesp.

RIDENTI, Marcelo. (2010), *O fantasma da revolução brasileira*. 2 ed. rev. e ampliada. São Paulo, Unesp.

WILLIAMS, Raymond. (1979), *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro, Zahar.

Texto recebido em 07/06/2023 e aprovado em 07/08/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.212911.



Sabina Leonelli, *A pesquisa científica na era do big data: cinco maneiras como o big data prejudica a ciência, e como podemos salvá-la*. Tradução de Carla Cristina Munhoz Xavier. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2022.

Por Thiago Bicudo Castro
Senac-SP
<https://orcid.org/0000-0003-2825-956X>

Perspectivas para a pesquisa sociológica na era do big data

A pesquisa científica na era do big data: cinco maneiras como o big data prejudica a ciência, e como podemos salvá-la, de Sabina Leonelli, oferece um panorama conceitual sobre o *big data*, objeto de estudos do livro, e promove ao leitor um detalhamento crítico sobre suas implicações para a pesquisa científica. A obra

está organizada em quatro capítulos (além da introdução e conclusão), que viabilizam uma leitura clara, rápida e concisa. Não se trata de um livro destinado apenas aos especialistas nos assuntos referentes ao campo científico ou às tecnologias informacionais (TI). A utilização de uma linguagem direta, sem jargões técnicos ou acadêmicos, e mesmo sem excessos conceituais e categoriais, permite que o livro possa ser incorporado aos debates introdutórios sobre o tema em questão.

A autora, Sabina Leonelli, professora de Filosofia da Ciência na Universidade de Exeter (Reino Unido), possui larga experiência nos temas que relacionam a produção científica com as novas tecnologias informacionais. Sua preocupação em compreender a maneira como ocorre a produção social de dados digitais e as implicações disso no campo científico a conduz a uma discussão mais profunda sobre a epistemologia, que pode ser observada no conjunto de sua obra. No livro ora resenhado, Leonelli se propõe a esclarecer dois aspectos centrais quando se trata da relação “ciência x *big data*”:

A primeira é o elo entre a produção de dados e a produção de conhecimento e a forma como os dados devem ser gerenciados para confirmar ou negar uma asserção; a segunda é a enorme dificuldade e os imensos recursos necessários para processar e analisar os dados, a fim de usá-los para criar interpretações confiáveis sujeitas a avaliação crítica (p. 17).

Uma das contribuições mais valiosas do livro para aqueles que buscam não apenas saber em que consiste o *big data*, mas também aos cientistas que pretendem abordar o *big data* em suas pesquisas, seja como objeto de estudos ou ferramenta de pesquisa, é uma conceituação que consegue escapar dos limites conceituais propostos ou impostos pelas áreas da informá-

tica e TI. A autora problematiza, no primeiro capítulo, a ideia comum de traduzir o *big data* com base em suas características mais rígidas, os denominados “sete ‘V’s’ do big data”¹. Sua crítica, portanto, toma esses dados a partir da forma como são usados. A maneira como são produzidos e como circulam entre os diferentes setores sociais, e a perspectiva de estabelecer conexões e diálogos entre setores que, em outros momentos, se mostravam inviáveis dadas as barreiras sociais e dificuldades técnicas (p. 24).

Portanto, a “mobilidade” aparece como uma das características do *big data*, e, do ponto de vista filosófico e epistemológico, proposto pela autora, seria o fator mais importante a ser considerado pelos cientistas ao se depararem com esses dados. A *mobilidade* decorre “de sua capacidade de viajar por diferentes situações de análise e reutilização e de se relacionar com o maior número possível de tipos de dados.” (p. 31).

O segundo capítulo, “Sinais de alerta: cinco maneiras como o big data prejudica a pesquisa”, conecta-se a uma parte da discussão proposta no capítulo anterior, a classificação, formatação, armazenamento e uso de bancos de dados e seus efeitos sobre a análise e a interpretação dos dados. Partindo disso, o *conservadorismo* e o *problema dos dados antigos* são o primeiro ponto apresentado por Leonelli para mostrar o problema que esses elementos trazem aos resultados de pesquisa. A pesquisa com *big data* não deve prescindir da teoria, como se a centralidade dos dados levasse à “morte da teoria”. Quando a autora fala em “conservadorismo”, existe uma crítica à utilização de dados antigos, “cujas características e métodos de gestão se tornam cada vez mais obscuros com o tempo, em vez de estimular a produção de novos dados cujas características respondam de maneira específica às necessidades e circunstân-

cias de quem os usa” (p. 53). Trata-se, portanto, de um aspecto prejudicial à ciência na medida em que leva ao desenvolvimento de pesquisas pouco criativas, que não exploram a evolução contínua e cada vez mais sofisticada do mundo. Embora possa ser constatada uma prevalência de exemplos das áreas das Ciências Naturais e médicas, eis que aparece um dos primeiros problemas epistemológicos para as Ciências Sociais, que vai decair em possibilidades de mitificação da realidade social.

O *big data* pode ainda trazer pouca segurança devido aos *dados não confiáveis*, o segundo problema apontado no capítulo. Aqui a discussão é centrada na maneira como as bases de dados e suas formas de gestão, classificação e organização são, quase sempre, responsáveis por descontextualizar os dados. Torna-se difícil, neste cenário, identificar a potencialidade dos dados como fonte de novos conhecimentos. Não existe uma solução universal para esse problema. De acordo com a autora, a responsabilidade de investigar a confiabilidade dos dados, bem como sua recontextualização, deve ser de cada pesquisador, orientado com base nos critérios de cada área de pesquisa. Para o campo das Ciências Sociais, podemos indagar sobre o problema dos analistas de dados sociais, que também é atravessado por essa questão abordada no tópico. O risco de analistas sem os conhecimentos teóricos e metodológicos específicos dessas ciências reunirem uma enorme quantidade de dados sem observarem suas nuances socioculturais e potenciais diferenças de outras ordens é acabar tomando-os como fonte de conhecimento. Uma ciência centrada em dados não pode existir na ausência de confiabilidade e do entendimento de como os dados são mobilizados (p. 53).

A reflexão sobre as maneiras como a pesquisa científica é afetada pelo *big data* proposta

por Leonelli segue uma ordem lógica, na qual cada elemento posterior que é levantado ajuda a complementar a discussão do aspecto precedente. O terceiro tópico da lista de problemas é a *mistificação*, que nos leva aos dados parciais, que representam uma parte muito seletiva da realidade. A autora problematiza essa questão a partir de um argumento que vai de encontro àqueles que são entusiastas da utilização do *big data* na pesquisa científica. Leonelli afirma que tais dados fornecem “informações sobre muito pouco e de uma forma que tende a impedir, ou pelo menos dificultar, qualquer tipo de oposição construtiva.” (p. 56). Há, inclusive, apontamentos conjunturais e um diagnóstico sociopolítico e científico-tecnológico:

Ao contrário da visão do Big Data e Dados Abertos como portadores da democracia e instigadores da participação social na pesquisa, a forma como a ciência é governada e financiada não parece ser desafiada pelo Big Data, mas, sim, pela desigualdade de poder e visibilidade entre as diferentes nações e comunidade científica que continua a crescer (p. 58).

A consequência direta à qual esse tópico leva é um desdobramento da situação de *divisão digital* para uma de *divisão de dados* (p. 58).

Se no tópico anterior a autora propõe uma análise mais ampla e diagnóstica do contexto de utilização de *big data* ao melhor estilo de uma sociologia compreensiva à Max Weber, no seguinte, ao abordar a *corrupção* e o *problema dos dados desonestos*, ela se volta à noção de mercadoria no sentido marxista para situar a produção e a posse de dados em amplos setores (p. 59). Aborda-se uma das questões que têm mobilizado discussões no campo da sociologia digital: a privatização do *big data* por grupos, denominados pela autora como *oligarquias* ou

monopólios. Seriam esses grupos os responsáveis por “participar da construção de ferramentas e estratégias de análise e interpretação” dos dados; e de produzir informação e conhecimento que ficam restritos a esses próprios grupos, sem grandes possibilidades de abertura desses dados privados.

Dois aspectos podem ser discutidos a partir dessas considerações de Leonelli. O primeiro é de caráter teórico-metodológico sobre a maneira como a autora mobiliza categorias marxianas (*produção, mercadoria e alienação*) como conceitos para adentrar no problema das classes sociais, que por sua vez não é citado na discussão. Portanto, aquelas categorias tomadas como conceitos, até mesmo apriorísticos, não desmistificam a realidade social, pois a mesma autora não assume uma posição teórica quanto a entender o sujeito da tal produção de informação. Fica a ideia de que os “grupos oligárquicos” ou o “monopólio”, ou seja, a classe social dominante é quem de fato produz toda a informação e conhecimento contido nos dados. A categoria *classe social*, portanto, fica de fora da análise de Leonelli. Existe ainda uma referência aos debates sociológicos sobre as “formas de exploração ou trabalho não remunerado” que ocorrem no setor das TI’s. Este é um debate complexo e que ainda tem repercutido entre sociólogos e economistas marxistas².

O segundo aspecto é mais bem elaborado pela autora, pois mobiliza todo aquele conjunto de discussões já consagrados em sua obra. Refere-se aos impactos dessa privatização dos dados para o mundo da pesquisa científica. A rigor, os grupos econômicos, empresas etc. têm o poder de controlar a mobilidade dos dados, restringindo o acesso aberto e/ou quem poderá acessá-los.

Na sequência, ao levantar a problemática dos *dados sociais e confidenciais*, o livro abre

portas para uma discussão que encontra ressonância nas ciências políticas e na própria sociedade civil. Essa discussão diz respeito a todo o conjunto de dados que as pessoas produzem cotidianamente em redes sociais, compras *on-line*, trajetos na malha urbana e afins. Mas não apenas essa produção de dados a discussão abrange. Relacionando-se com o tópico anterior, aqui a autora comenta sobre as utilizações que as empresas fazem dessas bases de dados para fins políticos ou comerciais. E esse é um debate polêmico e relevante atualmente, que nos leva ao aspecto que fecha o capítulo 2, *a ética como parte integrante da ciência*.

Esclarecer sobre o uso das ferramentas, verificar a validade dos dados, a segurança e o potencial impacto do *big data* sobre as pessoas e as comunidades correspondem à compreensão de que as “*questões éticas e sociais sejam vistas como parte integrante das necessidades técnicas e científicas associadas à gestão e análise de dados*” (p. 71, itálico da autora).

O terceiro capítulo é, assim como o primeiro, o mais interessante para pesquisadores das ciências humanas e sociais. Nesse capítulo a autora promove uma discussão de caráter teórico que pode ser incorporada e aprofundada por cientistas de diversas áreas do saber. O cerne do debate é confrontar as perspectivas *representativas e relacionais* sobre como interpretar o *big data*.

Na perspectiva representativa, os dados são “objetos de conteúdo fixo e imutável, cujo significado como representações da realidade deve ser investigado e revelado progressivamente por meio do uso correto de métodos científicos.” (p. 75). Uma das críticas a essa visão é a de que se coaduna a uma retórica frequentemente associada ao *big data*, de acumulação de conhecimento de forma indutiva por meio de dados. Em síntese, seria a ideia

de que quanto mais dados, mais fatos temos, logo, maiores possibilidades de obter conhecimentos (p. 77).

A alternativa apresentada seria tomar os dados de forma *relacional*, ou seja, os dados não refletem imediatamente a sociedade, tampouco servem como representações da realidade; os dados devem ser percebidos como objetos que se relacionam com uma questão não resolvida. “Na visão relacional, *qualquer objeto pode desempenhar o papel de ‘dados’ desde que (1) seja tratado como uma fonte potencial de conhecimento empírico e (2) possa ser mobilizado para torná-lo acessível a mais pessoas*” (p. 83, itálico da autora). A abordagem relacional é uma solução para os problemas apresentados pela abordagem representativa. A maneira como a visão relacional interpreta os dados faz coro à proposta da socióloga Deborah Lupton (2015) de pensar o *big data* como artefatos socioculturais. No livro de Leonelli, no qual há uma defesa da visão relacional, os dados ganham contornos históricos e não estáticos, vinculados às experiências e reconstruídos a fim de verificar sua origem e garantir validade (p. 85).

Eu encerro esta resenha apontando para um fato importante. Algumas das críticas apresentadas por Leonelli podem ser consideradas mais relevantes em certos campos científicos do que em outros. O impacto do *big data* na pesquisa científica pode variar dependendo da disciplina, e nem todas as preocupações levantadas pela autora se aplicam universalmente. É importante notar que os leitores devem estar cientes de que as discussões trazidas pelo livro podem não se aplicar igualmente a todas as áreas de pesquisa.

As áreas das ciências humanas e sociais podem se beneficiar das discussões do livro, embora não tenham sido aprofundadas pela autora. Há poucas menções à maneira como

essas ciências estão adentrando nesse terreno do *big data*. O primeiro capítulo pode oferecer, além de uma conceituação preliminar e menos técnica do *big data*, também algumas possibilidades de temas e objetos de pesquisa. As problemáticas epistemológicas que surgem sobre a dimensão teórica das ciências humanas, como, por exemplo, o modelo de pesquisa tradicional – baseado em hipóteses amparadas nas teorias e em observações qualitativas para a coleta de dados amostrais, testes e generalizações etc. –, não são aplicáveis para o tipo de informação do *big data*.

E mesmo o terceiro capítulo pode fornecer um ponto de partida para reflexões mais densas sobre como evitar uma diminuição do papel da teoria a uma situação secundária, contornando análises fragmentadas e desunificadas da realidade social e exercendo um papel crítico diante das iniciativas que podem surgir.

Por fim, é plausível afirmar que o livro em questão traz um apelo por uma mudança cultural na prática científica. A autora enfatiza a necessidade de questionar as suposições e premissas por trás do uso do *big data*, bem como a importância de reconhecer as limitações e os vieses embutidos nessas abordagens. Ela encoraja os cientistas a se tornarem mais críticos e reflexivos, adotando uma abordagem mais holística em relação aos dados e às suas interpretações.

Referências bibliográficas

- BOLAÑO, C. R. S. & VIEIRA, E. S. (2015a), “The political economy of the internet: Social networking sites and a reply to Fuchs”. *Television & New Media*, 16 (1): 52-61. Disponível em <https://doi.org/10.1177/1527476414527137>.
- BOLAÑO, C. R. S. & VIEIRA, E. S. (2015b), “Digitalisation and labour: A rejoinder to Christian Fuchs”. *Triple C*, 13 (1): 79-83. Disponível em <https://doi.org/10.31269/triplec.v13i1.666>
- DANTAS, Marcos. (2003), “Informação e trabalho no capitalismo contemporâneo”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 60. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-64452003000300002>.
- FUCHS, Christian. (2015). “Against divisiveness: Digital workers of the world unite! A Rejoinder to César Bolaño and Eloy Vieira”. *Television & New Media*, 16 (1): 62-71. Disponível em <https://doi.org/10.1177/1527476414528053>.
- LEONELLI, Sabina. (2022), *A pesquisa científica na era do big data: cinco maneiras como o big data prejudica a ciência, e como podemos salvá-la*. Tradução de Carla Cristina Munhoz Xavier. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- LUPTON, Deborah. (2015), *Digital sociology*. Londres, Routledge.

Notas

1. Refere-se às seguintes características: *volatilidade, velocidade, valor, veracidade, validade, volume e variedade* (Leonelli, p. 24, 2022)
2. Certamente, os debates não se esgotam, nem se limitam ao conjunto de autores aqui elencados, mas oferecem uma dimensão a seu respeito. Ao aprofundarmos essas questões no campo marxista, por exemplo, é possível fazer referência não apenas ao trabalho de Dantas (2003), como também ao debate travado entre Bolaño (2015a; 2015b) e Fuchs (2015) a respeito da problemática concernente às categorias trabalho produtivo, trabalho improdutivo e sujeito trabalhador, bem como à maneira como elas se inserem no âmbito do trabalho digital.

Texto recebido em 01/06/2023 e aprovado em 07/08/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.212702.



Paulo Eduardo Arantes, *Formação e desconstrução. Uma visita ao Museu da Ideologia Francesa*. Posfácio de Giovanni Zanotti. São Paulo, Editora 34, 2021. 336 p.

Por João Arthur Macieira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Rio de Janeiro, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-6027-399X>

Dialética com senso de ridículo: sobre Formação e desconstrução

Paulo Eduardo Arantes, em uma de suas incontáveis *lives*, entrevistas ou gravações de seminários, diz a respeito de Bento Prado Jr. que esse era, antes de tudo, um homem de letras brasileiro, portanto alguém dotado de um *senso de ridículo* – nas palavras de Paulo, “dupla

personalidade intelectual, uma filosófica e outra literária” (Arantes, 2021, p. 97). Coisa que o levava a um pensamento (e temperamento) plenamente ácido, ainda que intelectualmente respeitoso, na maioria das vezes. Também, nas primeiras linhas de *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: Dualidade e dialética segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*, diz sobre a obra do primeiro (o que vale, evidentemente, também para o segundo) que “há dialética por todos os lados” (Arantes, 1992). Pode-se dizer, com muita justeza, que o que Paulo Arantes afirma sobre seus mestres é o que encontramos em seu próprio texto, combina o melhor dos dois elementos.

Desde *Um departamento francês de ultramar* (Arantes, 1994), o autor assumiu decididamente o papel de um figurante entre figurões. A partir dessa vantajosa posição, ligeiramente distanciada – que está longe de ser sinônimo de *neutra* –, mas próxima o suficiente para apreender o “clima dos debates”, Paulo Arantes aprendeu a narrar de um ponto de vista extremamente particular, que mescla a história intelectual, filosófica e narrativa. Mas também se poderia dizer que é como conversar com o sujeito que chegou logo antes do fim da festa: teve tempo de ouvir as melhores histórias, sem ter de participar ativamente de nenhuma delas.

Essa é a perspectiva de *Formação e desconstrução*, livro escrito durante as últimas décadas do século passado, mas publicado apenas em 2021 pela Editora 34/Duas Cidades. Apesar de mais distante que seu objeto no *Departamento*, certamente não se pode dizer que lhe é alheio – tampouco ao público letrado no Brasil, como atesta o ensaio-conferência “Alta-costura francesa: nem Apel, nem Rorty”, anteriormente publicado em *Erro, ilusão, loucura*, de Bento Prado Jr. (2004), a propósito de um dos eventos do Ciclo Mutações.

O livro atual conta com três partes, a primeira vai de encontro à Ideologia Francesa em si, a segunda vai ao encontro do pensamento de Gerard Lebrun, e a terceira são dois textos-comentários sobre Hegel (ou Kojève lendo Hegel), “especialidade da casa”, como diz o autor (Arantes, 2021). Livro, portanto, fragmentário, mas que é capaz de tecer uma costura geral. Aqui, comento diretamente apenas a primeira parte, apesar de as ideias que a unem às duas precedentes estarem aqui resenhadas também. Ao final, conta-se também um pertinente posfácio de Giovanni Zannotti.

Dotado da dialética enquanto condutora das intuições, somado ao tal *senso de ridículo* do escritor brasileiro, Arantes concebe a promoção da vida intelectual *per se* enquanto algo um tanto sem propósito. Daí que a história intelectual que marca o nascimento dos pós-modernos (ideólogos) franceses, assim como a navegação de suas ideias através do Atlântico, até a tomada dos departamentos norte-americanos, deva ser narrada quase como uma aventura picaresca. A validade da filosofia não se mantém por um segundo em pé, quando não ajuda a fazer a vida melhor. Claro que isso não o joga para o lado dos representantes da neofilosofia da vida e dos gurus da cultura *coach* e do empreendedorismo de si mesmo.

Um de seus objetivos mais explícitos reside numa contraposição à chamada Terceira Geração da Escola de Frankfurt – representada, muitas vezes, por seu patrono, Jürgen Habermas, e seu filho menor, Axel Honneth. Em disputa se encontra a memória da Segunda Geração, em especial o sentido que daremos às dialéticas negativa e do esclarecimento de Theodor Adorno. O que realmente está em jogo? O destino da Teoria Crítica alemã (que, num gesto de tremenda comicidade, é aqui defendida por brasileiros contra os próprios

alunos alemães de Adorno e Horkheimer) que, para Habermas e Honneth, começou a sair dos eixos já com seus mestres-antecessores. Para justificá-lo, a mais recente dupla frankfurtiana os associa ao irracionalismo francês de 1968, forçando, por vezes, paralelos entre suas obras. Nas trincheiras contra essa associação, Arantes reposiciona a dialética do esclarecimento dentro do projeto da *Aufklärung*, enquanto crítica imanente, contra a vontade dos terceiros. O livro ganha muito sentido se lido contra *O discurso filosófico da modernidade*, de Habermas (2000): desde então, Heidegger, Bataille, Adorno, Foucault, Derrida (e derivados) são todos jogados no mesmo saco e atirados para fora da janela com vontade. Isso em nome de um projeto de Modernidade e de Razão que, aos olhos do “modesto professor de filosofia” paulista, parece injustificado.

Foi preciso, então, que Arantes mostrasse como a própria existência da chamada Ideologia Francesa foi também um fenômeno histórico de bases materiais que estão muito além da ressaca (amarga) política do Maio de 1968 francês – como Habermas entendia o motivo do sucesso de um Foucault. Daí surge uma percepção genial do professor uspiano, em que os ideólogos franceses aparecem como uma espécie de repetição cômica dos ideólogos do século passado, aqueles responsáveis pela aparição da crítica da crítica crítica de Marx: os filósofos alemães dos anos 40 do século XIX (Bruno Bauer, Feuerbach e Cia.). De modo que se adiciona um pêndulo – possível referência ao *pêndulo de Foucault*, de Umberto Eco (1989)? – que vai da Alemanha à França – isto é, dos “neonietzschianos”, Weber e a Escola de Frankfurt, lidos por Foucault, Derrida e Cia., – e de volta, agora recebidos com verdadeiro espanto pela intelectualidade alemã (Habermas e seus companheiros). Como se Foucault (2019;

1987) tivesse fornecido, através da sua *História da loucura* ou *Vigiar e punir*, uma radicalização “desabusada” (nos termos de Arantes) daquela *jaula de aço* weberiana que seguiu através da Escola de Frankfurt até chegar ao *mundo administrado* de Adorno, o que foi o suficiente para fazer os alemães acompanharem “a volta do pêndulo” com “*brívido d’horrore*” (Arantes, 2021, p. 59). De modo que agora a França do pós-Segunda Guerra, antes na posição do polo avançado do continente Europeu no século XIX, agora aparece enquanto um país que “ia deixando de ser um país rural e provinciano” que, contudo, exporta ideologia – mas não apenas para a Alemanha, o país mais industrializado, em vias de ocupação do posto de principal potência europeia, mas também para o centro capitalista do mundo, os Estados Unidos. Como explicar tal situação surpreendente e altamente cômica? Deve-se começar com uma ressalva, do próprio Arantes: “Para os franceses já se trata apenas de Literatura” (*Idem*, p. 59).

Além disso, não são apenas os estadunidenses que receberão a chamada Teoria Francesa, mas também os brasileiros não estiveram alheios ao processo, chegando mesmo ao improprio de dizer que “descobrimos no Brasil a verdadeira pátria da Desconstrução” (*Idem*, p. 71). Cita de exemplo a crítica de Haroldo de Campos contra Antonio Candido no *Sequestro do Barroco* (Campos, 1989) e a profusão de estudos foucaultianos na Medicina Social, Psiquiatria, do sistema penal, cuja única diferença dos símiles franceses seriam os “sonoros nomes portugueses”, “com *panopticum* e tudo” (*Idem*, p. 78). Sendo esse um exemplo-mor do *senso de ridículo* intelectual de Arantes – uma vez que a situação só poderia ser descrita como mimese no seu sentido mais pejorativo e inconsciente – mas que está longe de poder ser descrita como improdutiva; bastaria pensar no aparecimento

de um autor e crítico como Silviano Santiago para perceber que a corrente desconstrucionista não levou apenas à piada pronta. De todo modo, Arantes comenta, relatando a passagem de Foucault pela USP em 1965, que, de tão martelada a filosofia francesa, antiga e atual, as tais ideias radicais do autor em alta não causaram aquele mesmo espanto alemão. Parece até se gabar do fato de que “já não será mais possível avaliar a trajetória da Ideologia Francesa ignorando o rastro revelador que deixou no Brasil” (*Idem*, p. 84).

O Brasil, portanto, aparece como laboratório da experiência de recepção do pensamento – não, certamente, do seu conteúdo, mas da *forma*, especificamente, da *forma de apreensão* – que aparecerá mais tarde no final do século XX nos Estados Unidos. Como se fossem duas experiências distintas da recepção das ideias francesas. No Brasil, tendo como caso exemplar a USP, estavam já saturados de tanto aprender a pensar a partir do método estrutural de estudos de obras filosóficas; nos Estados Unidos, país que recebeu imigrantes intelectuais em massa, a filosofia analítica fez sua hegemonia e, portanto, os pós-estruturalistas entraram causando choques mais intensos. A reação viria, entretanto, a partir de alguns nomes excepcionais, como Richard Rorty.

Reforçando a ideia (uspiana, de modo geral) de longa data de que o Brasil não possui uma filosofia própria; de que está, na maior parte do seu tempo, gastando energia intelectual em busca de formas de legitimar sua cultura através da moda europeia da vez, sobra apenas uma espécie de método vazio – uma casca receptora que há de apreender os conteúdos sempre da mesma maneira: “estamos na terra da filosofia ao quadrado... aqui a filosofia da filosofia precede a própria filosofia, portanto na pátria da metafilosofia e outras

metas correlatas” (*Idem*, p. 99). Trata-se justamente daquele elemento ressaltado no início deste texto: dialética e senso de ridículo são o melhor e o mais original que podemos esperar de nossos intelectuais (Arantes, certamente, não se restringe aos filósofos aqui).

O leitor há de sentir a presença de certo fantasma antropofágico circundando essa tese, assim como aquela oposição entre Tradição Crítica (que, para Arantes, começa em Joaquim Nabuco e Machado de Assis e vai até Roberto Schwarz, isto é, uma tradição intelectual tipicamente uspiana) e autoilusão periférica, que pode incluir tanto nacionalismos ufanistas, até marxismos fanáticos e seguidores de modas da vez, sempre se revezando através das décadas em oposição à firme condição de pensamento independente e crítico que é feito na FFLCH. Longe, aqui, de querer dizer o contrário, mas o argumento de fato leva, inevitavelmente, à autocongratulação uspiana. As bases desse trunfo brasileiro são, entretanto, sua “deficiência” em relação à vida materialmente melhor e civilizacionalmente mais desenvolvida da Europa e dos Estados Unidos: “também no extremo da periferia podíamos deparar com o centro de gravidade de uma vida filosófico-literária plena” (*Idem*, p. 100).

É, portanto, através da experiência brasileira que Arantes vai ler a recepção dos pós-modernos (ou “pós-estruturalistas”, que aparecerão como “pós-analíticos” em Rorty etc.) nos Estados Unidos. Dotado de muito bom humor, em especial quando mimetiza a linguagem norte-americana (“Antes de passarmos à *relaxed attitude*” ou “um certo *skill at argumentation*”, *idem*, p. 104), percebe também um clima de competitividade acadêmico de natureza capitalista absolutamente impensável no Brasil. Os intelectuais norte-americanos viam-se numa sinuca de bico intragável, em

que a especialização era a regra, mas que não conseguiu excluir por completo os últimos intelectuais públicos (do tipo Wright Mills, que agrada muito a Arantes), sujeitos que percebiam a falência do sentido da própria existência dos intelectuais no cenário de puro *problem solving* da filosofia analítica e de competição aberta entre os departamentos de diferentes universidades.

É no espírito de Wright Mills, recuperando o *pragmatismo* de John Dewey de seu ostracismo intelectual durante o meio do século xx, que Arantes aloca seu protagonista do capítulo estadunidense, Richard Rorty. Responsável pelo movimento quase-heróico de recuperação (e, conseqüentemente, de invenção) de uma tradição pragmática da filosofia estadunidense, Rorty “trazia de volta consigo o impulso de reconstrução social dos tempos do New Deal e com ele a promessa de romper o confinamento, o horizonte raso do filósofo burocratizado pela divisão do trabalho de ‘pesquisa’ em equipe”. Essa virada pré-Ideologia Francesa preparou o terreno, uma vez que o tipo de pragmatismo que Rorty fundava tinha como marca o “empório estilístico, o bazar de paradigmas de alta rotatividade, acrescidos da cor local rediviva, [e] convergiam num pragmatismo *soft*, em dia com a revelação da contingência da linguagem, do Eu e dos vínculos sociais, virada antifundacionista que agora sim podia abrir uma janela para o mundo” (*Idem*, p. 111). Pragmatismo (Dewey) e consciência trágica do sujeito moderno (Simmel) poderiam andar juntos pelas rodovias americanas.

Contraopondo-se à figura do intelectual fragmentário profissional encontrado nas universidades, Rorty coloca o crítico literário (quem diria) como espécie de tipo ideal. De modo que o clima intelectual americano, a partir de Rorty, possuía já sua própria tradição,

que mesclava filosofia e literatura, Thoreau e Emerson com Kant e, portanto, também se encontrava, a seu modo, calejada na hora em que desembarcou a Ideologia Francesa: “Rorty começou a notar que [...] a irradiação dos teóricos americanos da literatura se aproximava e se assemelhava cada vez mais à exercida pelos professores franceses de filosofia” (*Idem*, p. 115). Apesar de plausível, a explicação para o sucesso desse encontro é justamente a capacidade de fazer parecer radical o que não é, de conciliar *linha de fuga* (termo de Deleuze, a partir da literatura estadunidense, inclusive) com o *establishment*, é curta e não convence totalmente.

Paulo Arantes faz também uma digressão – que tem cara de nota de rodapé, mas que na verdade é um parágrafo longuíssimo que atravessa ao menos três páginas inteiras – através da história intelectual inglesa, para mostrar como, por via diversa, também os resultados de uma industrialização, a invasão da lógica capitalista na cultura, produziram, nos anos 1930, uma geração de intelectuais que acreditavam na Literatura e somente nela: “Nesta derradeira minoria cultural se refugia enfim a consciência da espécie” (*Idem*, p. 127).

Baseado em Raymond Williams e Terry Eagleton, essa digressão explica em muito o sucesso de empreitadas como o *London, Paris* ou o *New York Review of Books* – revistas coletivas, cuja atividade está muito além de “resenhar livros”, mas têm na literatura a chave de acesso à sociedade, história, política, cultura etc. O Brasil tem também na sua cultura – menor e menos desenvolvida, certamente – pensadores da literatura que visam o Todo; todos (ou quase todos) acadêmicos, que, entretanto, não contam com uma *Sao Paolo, Rio de Janeiro, Recife... Review of Books* equivalente.

Referências Bibliográficas

- ARANTES, Paulo Eduardo. (2021), *Formação e desconstrução. Uma visita ao Museu da Ideologia Francesa*. Posfácio de Giovanni Zanotti. São Paulo, Editora 34 (col. Espírito Crítico).
- ARANTES, Paulo Eduardo. (1992), *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ARANTES, Paulo Eduardo. (1994), *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana – uma experiência nos anos 60*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CAMPOS, Haroldo de. (1989), *O sequestro do Barroco na Formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Matos*. Salvador, Fundação Casa Jorge Amado.
- ECO, Umberto. (1989), *O pêndulo de Foucault*. Rio de Janeiro, Record.
- FOUCAULT, Michel. (2019), *História da loucura na Idade Clássica*. Tradução de José Teixeira Coelho Netto, Newton Cunha. Prefácio de Vladimir Safatle. São Paulo, Perspectiva (col. Estudos).
- FOUCAULT, Michel. (1987), *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis, Vozes.
- HABERMAS, Jürgen. (2000), *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. Tradução de Luiz Sérgio Repa, Rodnei Nascimento. São Paulo, Martins Fontes (col. Tópicos).
- PRADO JR., Bento. (2004), *Erro, ilusão, loucura: ensaios*. Comentários de Arley Ramos Moreno, Sérgio Cardoso e Paulo Eduardo Arantes. São Paulo, Editora 34.

Texto recebido em 21/06/2023 e aprovado em 03/09/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.213447.

